



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ÉRIKA LAURINDA AMUSQUIVAR

ANTONIO GRAMSCI E A GEOPOLÍTICA: TEORIA E HISTÓRIA

Campinas

2018

ÉRIKA LAURINDA AMUSQUIVAR

ANTONIO GRAMSCI E A GEOPOLÍTICA: TEORIA E HISTÓRIA

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez (IFCH /UNICAMP)

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Duarte dos Passos (DCPE/ UNESP Marília)

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA ÉRIKA LAURINDA
AMUSQUIVAR E ORIENTADA PELO PROF.
DR. ALVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ

CAMPINAS

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8057-286>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Am95a Amusquivar, Érika Laurinda, 1984-
Antonio Gramsci e a geopolítica : teoria e história / Érika Laurinda
Amusquivar. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Alvaro Gabriel Bianchi Mendez.

Coorientador: Rodrigo Fernandes Duarte dos Passos.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Ciência política. 3. Geopolítica. 4.
Relações internacionais. 5. Espaço e tempo. I. Bianchi, Alvaro, 1966-. II.
Passos, Rodrigo Fernandes Duarte dos. III. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Antonio Gramsci and geopolitics : theory and history

Palavras-chave em inglês:

Political science

Geopolitics

International relations

Space and time

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Doutora em Ciência Política

Banca examinadora:

Alvaro Gabriel Bianchi Mendez [Orientador]

André Kaysel Velasco e Cruz

Marcos Tadeu Del Roio

Marcos Aurélio da Silva

Daniela Xavier Haj Mussi

Data de defesa: 02-02-2018

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A comissão julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 02 de fevereiro de 2018, considerou a candidata Érika Laurinda Amusquivar aprovada.

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez (UNICAMP)

Prof. Dr. André Kaysel Velasco e Cruz (UNICAMP)

Prof. Dr. Marcos Tadeu del Roio (UNESP)

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (UFSC)

Profa. Dra. Daniela Xavier Raj Mussi (USP)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

*Dedico aos que me ajudaram a encontrar o meu
caminho e construir meu próprio tempo e espaço.*

AGRADECIMENTOS

Estudar Antonio Gramsci e compreender como o autor sardo contrói seu pensamento me fez refletir sobre *minha* própria trajetória. O trabalho de um/a autor/a não se reduz apenas à versão escrita final. Devemos observar o modo como buscamos sistematizar nosso estudo e manuscrito, depois escolher o ponto de partida, objeto a ser estudado, criar hipótese, levantar bibliografias e dados, etc. O processo, em boa medida, parece solitário, mas a construção de um pensamento requer vários elementos. Em minha trajetória acadêmica, busquei compreender a noção de tempo e espaço no pensamento de Gramsci e, obviamente, acabei entendendo também a importância de compreender o *meu* tempo e espaço. Agradeço a esses momentos, lugares e pessoas que me proporcionaram esta reflexão.

Os anos de trajetória na UNICAMP desde 2003 me trouxeram experiências para minha formação pessoal e profissional. Passando também pela FACAMP, período de boa parte minha formação acadêmica e, posteriormente, da vida docente. Agradeço aqueles que fizeram parte dela, os amigos que fiz e que preservo até hoje. Nesse período destaco uma pessoa fundamental para minha pesquisa. Não poderia tecer meus agradecimentos sem referenciar, em primeiro lugar, a parceria do professor Rodrigo Passos. Sua ajuda em todas as etapas – da graduação à tese – pôde me revelar o quanto meu objeto de estudos estava interligado a sua capacidade de investigar mais a fundo essa temática. Agradeço pela paciência em me explicar a compreender Gramsci com os olhos de Gramsci.

Dessa parceria, tenho que também destacar e agradecer os anos de orientação do professor Alvaro Bianchi. Seu olhar analítico, sua capacidade em apontar caminhos de pesquisa em momentos cruciais foi fundamental para o desenvolvimento da tese. Não posso me esquecer do grupo de pesquisa PePOL (Laboratório de Pensamento Político), a quem incluo o agradecimento ao professor André Kaysel, por aceitar gentilmente o convite para a banca. As reuniões para discussão do método e da construção do pensamento me ajudaram na composição da tese. Me fez resgatar a importância do estudo coletivo, do debate, da pesquisa. Agradeço a toda amizade e ajuda, em especial à professora Daniela Mussi que, durante esses anos me ajudou a contruir uma “ponte” para os Cadernos e tornar essa trajetória mais leve. Reconheço também a importância que o *Instituto Gramsci Society Brasil* (IGS-Brasil) teve nos meus estudos. Desde sua

criação, em 2015, pude acompanhar de perto aqueles que foram e são protagonistas no estudo de Antonio Gramsci. A partir deles, compreendi a necessidade de se estudar sobre todos os prismas: o pensamento é único. Ter vivenciado esse momento me permitiu superar os obstáculos da vida acadêmica: como transformar esse conhecimento em práxis. No Colóquio Internacional Antonio Gramsci organizado na UNICAMP em 2017 tive uma experiência ainda mais significativa. As conferências de pesquisadores nacionais e internacionais associadas às exposições de diversos trabalhos – de graduandos a pós-doutores – puderam me despertar ainda mais o desejo de aprender. Agradeço a dois nomes especialmente cujas contribuições teóricas foram fundamentais para a etapa final da escrita: os professores Marcos Del Roio e Marcos Aurélio da Silva.

Ao longo da pesquisa também não poderia esquecer de nomes que contribuíram para cada etapa percorrida. Agradeço ao professor emérito de geografia humana da Universidade de Södertörn, Thomas Lundén, que gentilmente me enviou seus manuscritos em inglês sobre Rudolf Kjellen; ao professor Andrés Rivarola Puntigliano do Instituto de Estudos Latinoamericanos da Universidade de Stockholm por compartilhar seus estudos sobre a geopolítica; à Renata Ewing, da Biblioteca da Universidade da Califórnia e à Camila Góes por me ajudar no levantamento de dados da revista *Nuova Antologia* e ao professor emérito Rodolfo Ilari, do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), por me ajudar de modo prestativo na árdua tarefa da tradução do sueco ao português. Agradeço à CAPES pela bolsa concedida entre 2014 e 2015.

A mudança do meu “espaço” também me trouxe outras experiências que impactaram diretamente na pesquisa da tese. Agradeço aos anos de experiência docente no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), lugar onde pude compartilhar minha experiência de estudos na área de teoria e pensamento político.

Por fim, na reflexão de *meu* tempo e espaço, devo lembrar com afeto de pessoas por quem sou ligada por todos momentos de minha existência. Agradeço aos meus amigos de longa data, à minha família por compartilhar esses momentos (ainda que a distância agora) e à lembrança de algumas que se foram, em especial meu pai Isaac e avô Ivanil. Agradeço especialmente ao Thiago Trindade, companheiro e amigo. Não cabe aqui todo o registro de minha alegria em compartilhar minha trajetória contigo e torná-la mais leve e gratificante todos os dias. Agradeço por todas as conversas, debates, revisões e sorrisos. E por fim, agradeço carinhosamente à minha mãe Irene, guerreira, que me ajuda todos os dias a lembrar e a entender a força dos significados *vida e luta*.

Recordo que com menos de cinco anos, e sem nunca ter saído de uma pequena cidade, isto é, tendo um conceito muito restrito sobre as extensões, sabia com uma varinha encontrar o lugar onde morava, tinha a impressão do que seria uma ilha e encontrava as cidades principais da Itália num grande mapa; isto é, formava um conceito de perspectiva, de um espaço complexo e não apenas de linhas abstratas de direções, de um sistema coordenado de medidas e de como orientar-se segundo a posição dos pontos desta coordenação, alto-baixo, direita-esquerda, como valores espaciais absolutos, além da posição excepcional dos meus braços. Ao contrário, não creio ter sido excepcionalmente precoce. Tenho observado como de modo geral os “grandes” esquecem-se facilmente de suas impressões infantis, que em certa idade dissolvem-se num complexo de sentimentos, de recordações, de comicidade ou de outra deformação qualquer. (...) Eu, ao contrário, penso que o homem é toda uma formação histórica, obtida com a coerção (entendida não só no sentido brutal e de violência externa) e é o quanto basta; de outro modo, cairíamos numa forma de transcendência ou de imanência.

ANTONIO GRAMSCI, *LETTERE DAL CARCERE*, 30 de dezembro de 1929, pp. 300-301

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em resgatar a dimensão espacial e analisar como a geopolítica aparece nos *Cadernos do Cárcere* e se traduz como um componente político. A pesquisa partiu do estudo da genealogia da geopolítica para se chegar às categorias espaciais no pensamento de Antonio Gramsci. Ao compreender que o conceito da geopolítica deriva de uma concepção de ações do Estado pautado pelo determinismo territorial, o autor introduz um nexos orgânico da geopolítica ao trabalhar suas ideias no sentido de que as categorias espaciais dependem de um processo histórico que envolve um desenvolvimento desigual e combinado entre espaço e política. O espaço, bem como as estratégias políticas, portanto, não são *apriorísticos*, mas se tornam parte constituinte do processo histórico. Dessa maneira, o objetivo foi reconstituir um mapa conceitual da geopolítica nos estudos carcerários e pensar Gramsci como teórico espacial que traduz a geopolítica como um componente político, uma vez que o espaço, segundo o autor, é constituído pelas relações de força. A partir da relação estabelecida entre espaço e relações de força na dinâmica capitalista, podemos chegar ao fenômeno de geopolítica.

PALAVRAS-CHAVE: Gramsci, Antonio, 1891-1937; Ciência Política; Geopolítica; Relações Internacionais; Espaço e Tempo.

ABSTRACT

The goal of this work is to rescue the spatial dimension and analyze how geopolitics appears in the *Prison of Notebooks* and translates itself as a political component. The research started from the study of the genealogy of geopolitics to reach the spatial categories in the thought of Antonio Gramsci. Understanding that the concept of geopolitics derives from a conception of state action guided by territorial determinism, Gramsci, in turn, introduces an organic nexus of geopolitics by working his ideas in the sense that spatial categories depend on a historical process that involves an uneven and combined development between space and politics. Space, as well as political strategies, therefore, are not *aprioristics*, but it becomes a constituent part of the historical process. Thus, the purpose was to reconstitute a conceptual map of geopolitics in prison studies and to think Gramsci as a spatial theorist who translates geopolitics as a political component, once space, according to the author, is constituted by strength relationships. From the established relation between space and strength relationships in the capitalist dynamic, we reach the phenomenon of geopolitics.

KEY WORDS: Gramsci, Antonio, 1891-1937; Political Science; Geopolitics; International Relations; Space and Time.

LISTAS DE FIGURAS E TABELAS

Figuras

Figura 1 - Mapa Universidades com instruções em geografia e as Sociedades geográficas da Europa Ocidental.....	59
Figura 2 - A temática da geopolítica no ritmo do pensamento de Gramsci nos Quaderni	119

Tabelas

Tabela 1 - Termos "Geopolítica/Geografia" nos <i>Cadernos do Cárcere</i>	200
Tabela 2 - Análise dos parágrafos a partir dos eixos temáticos.....	203

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

As diferentes edições dos *Cadernos do Cárcere* e de outras obras de Antonio Gramsci são utilizadas na tese. Para diferenciar das edições, em italiano, português e inglês utilizaremos a seguinte nomenclatura:

“**Qxx, §yy, p. zz**”, onde “Q” indica a edição crítica à cura de Valentino Gerratana do Instituto Gramsci do ano de 1977, “xx” o número do caderno; “§” o parágrafo e “p.zz” ou “pp.zz-zz” o(s) número(s) da(s) página(s).

“**CCxx, §yy, p.zz**” onde “CC” indica a edição crítica à cura de Carlos Nelson Coutinho da Editora Civilização Brasileira (2013: 1º volume; 2014: 2º, 4º e 5º volumes; 2012: 3º volume e 2002: 6º volume); “xx” o número do caderno; “§” o parágrafo e “p.zz” ou “pp.zz-zz” o(s) número(s) da(s) página(s).

LC: *Lettere dal Carcere*

PN: *Prison Notebooks*. Edição em inglês organizada por Joseph Buttigieg

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1	28
A gênese da geopolítica e sua <i>tradutibilidade</i> na história mundial.....	28
1.1 A ascensão do fascismo na Itália e a tradutibilidade pelas “lentes de Gramsci”	29
1.2 A origem do conceito de geopolítica em Kjellen e a importância da tradição escandinava.....	38
1.3 O pensamento kjelliano e os fundamentos histórico-metodológicos do conceito de geopolítica.....	41
1.4 A disseminação do conceito de geopolítica na Alemanha: a importância de Karl Haushofer e a Escola de Munique	46
1.5 Do eixo geopolítico Berlim-Roma-Tóquio do Entre Guerras para a condição “determinística” da II Guerra Mundial.....	57
CAPÍTULO 2	67
O conceito de geopolítica em Antonio Gramsci e a tradição italiana	67
2.1 O prisma da geopolítica na Itália: a compreensão teórica e política da relação entre Estado e território pelo fascismo	69
2.2 As notas sobre geopolítica e geografia de Antonio Gramsci nos Quaderni.....	75
2.2.1 La geopolítica (Q2, §39).....	78
2.2.2 La posizione geopolítica dell’Itália. La possibilita dei blocchi (Q9, §118; Q19, §12).....	83
2.2.3 Punti per un saggio critico sulle due storie del croce: d’Itália e d’Europa (Q10, §61).....	85

2.2.4	Argomenti di cultura. Le grandi potenze mondiali (Q14; §11).....	88
2.2.5	Argomenti di cultura. Come studiare la storia? (Q14, §63)	90
2.3	A geografia nos Quaderni: o Risorgimento Italiano	92
2.4	A geografia nos Quaderni: Maquiavel e Relações de força.....	98
2.5	A geografia nos Quaderni: Política Internacional	103
2.6	A geografia nos Quaderni: Intelectuais, Educação, Cultura e Literatura.....	108
CAPÍTULO 3	113
A geopolítica no ritmo do pensamento de Gramsci: as categorias espaciais nos <i>Quaderni</i>		113
3.1	A geopolítica no ritmo do pensamento de Gramsci.....	114
3.2	A “fronteira” entre o Nacional X Internacional: notas sobre o desenvolvimento histórico desigual e combinado	123
3.3	A “orientação” Norte X Sul: o embate do desenvolvimento Setentrional versus atraso Meridional.....	131
3.4	A “delimitação” entre Ocidente X Oriente: uma relação dialética	138
3.5	A “localização” da Hegemonia X Revolução Passiva: o embate da relação de forças	149
3.6	A espacialidade em Gramsci na visão de seus intérpretes	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS	189
APÊNDICES	199
1.	Principais obras de Rudolf Kjellen.....	199
2.	Tabela 1 - Termos "Geopolítica/Geografia" nos <i>Cadernos do Cárcere</i>	200
3.	Tabela 2 - Análise dos parágrafos a partir dos eixos temáticos.....	203

ANEXO	205
Artigo da Revista <i>Nuova Antologia</i> , 1927.....	205

INTRODUÇÃO

A tese *Antonio Gramsci e a geopolítica: teoria e história* tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa sobre a leitura da geopolítica e das questões espaciais nos *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, sob orientação do Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez e coorientação do Prof. Rodrigo Fernandes Duarte dos Passos.

A tese busca analisar o conceito de geopolítica no pensamento de Antonio Gramsci. Consiste em investigar uma vertente do pensamento gramsciano ao resgatar a dimensão espacial a partir da análise do conceito de geopolítica. Para tanto, o trabalho reorganiza as ideias presentes nas obras de Gramsci, com o auxílio de seus intérpretes contemporâneos, sobre a relação de sinonímia entre geografia e geopolítica e investiga as relações entre espaço e política. Trata-se de reconstituir um mapa conceitual no qual se sustentará a tese de que *Antonio Gramsci aparece como teórico espacial que traduz a geopolítica em um componente político*. Portanto, a pesquisa esboçará a análise teórica por meio da reconstrução conceitual em termos das fontes e de releituras sobre a política espacial, com foco na geopolítica.

A discussão sobre as questões espaciais está presente em muitas passagens dos *Cadernos do Cárcere*¹ e Antonio Gramsci discute muitos conceitos a partir da organização das relações sociais em um determinado espaço. Compreendemos **espaço** como um *elemento da geografia que significa qualquer lugar, região ou porção no mundo que foi modificado pelo homem, isto é, pela organização social*. Esse espaço é constituído pelas relações de força, das quais derivam tanto a hegemonia, quanto seu par conceitual, a revolução passiva (sucintamente descrita como hegemonia incompleta, ou revolução-restauração). A partir da relação estabelecida entre espaço e relações de força na dinâmica capitalista, podemos chegar à geopolítica e sua relação de sinonímia, geografia. Em suas fontes na prisão, Gramsci toma conhecimento do conceito de geopolítica - que determinou a estratégia dos países já antes da I

¹ Utilizaremos a versão crítica em italiano de Valentino Gerratana (GRAMSCI, 1977b), mas também recorreremos à versão em português organizada por Carlos Nelson Coutinho, organizada no total de 6 volumes e da versão em inglês organizada por Joseph Buttigieg.

Guerra Mundial - apresentado principalmente pelo sueco que usou a expressão pela primeira vez, a saber, Johan Rudolf Kjellen, que compreende o Estado como sendo “escravo do território”, no sentido de que todas as relações derivam da necessidade de se corporificar o Estado em torno de um território. O **território**, por sua vez, pode ser definido como um *espaço delimitado por e a partir de relações de poder*.

Diferentemente de Kjellen, Gramsci entenderá que a geopolítica é derivada das relações sociais é dinâmica e não determinística. Ao conceber que os limites espaciais dependem das relações sociais que lá são construídas refutará a ideia de que o espaço existe em si, de forma independente (JESSOP, 2006, p. 30–31). Para uma melhor diferenciação dos vários conceitos empregados da geopolítica, a primeira noção, trazida por Kjellen, passará a se chamar “geopolítica tradicional”. É nesse ponto que a pesquisa busca estabelecer uma relação entre as questões espaciais, especificamente a geopolítica para Gramsci e seus intérpretes contemporâneos (refutando, portanto, a visão tradicional de geopolítica para Kjellen) a partir de uma percepção orgânica do território, isto é, por meio da construção social.

Nos *Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 1977b), Gramsci discute criticamente em um breve parágrafo sobre o conceito de geopolítica cunhado por Rudolf Kjellen, parágrafo esse que dá origem à nossa problematização:

A Geopolítica. Já antes da guerra, Rudolf Kjellén, sociólogo sueco, procurou construir sobre novas bases uma ciência do Estado ou Política, partindo do estudo do território organizado politicamente (desenvolvimento das ciências geográficas: geografia física, antropogeografia, geopolítica) e da massa de homens que vivem e sociedade naquele território (geopolítica e demopolítica). Seus livros, especialmente dois deles – *Lo Stato come forma di vita* e *Le grandi potenze attuali* (*Die Grossmächte der Gegenwart*, de 1912, reelaborado pelo autor, tornou-se *Die Grossmächte und die Weltkrise* [As grandes potências e a crise mundial], publicado em 1921; Kjellén morreu em 1922) -, tiveram grande difusão na Alemanha dando lugar a uma corrente de estudos. Existe uma *Zeitschrift für Geopolitik*; e são publicadas obras volumosas de geografia política (uma delas, *Weltpolitisches Handbuch*, pretende ser um manual para os homens de Estado) e de geografia econômica. Na Inglaterra, na América e na França”. (GRAMSCI, 2012, Q2, §39, p. 151) [grifo no original]

Ao todo Gramsci fará *nove* menções ao termo distribuídos em seis parágrafos, empregando-o para analisar o papel da Itália e sua posição geopolítica no *Risorgimento* Italiano (GRAMSCI, 1977b, p. 1182), para discutir a formação dos Estados modernos, sobretudo da Itália e do continente europeu (Q10, §61, p. 1360); para analisar as grandes potências mundiais com foco na reconstrução histórico-crítica dos regimes políticos dos

Estados (Q14, §11, p. 1666) e para estudar a história por meio da percepção política (Q14, §63, p. 1723). Em outras passagens, o autor utilizará o termo “geografia” (48 menções no total), muitas vezes indicando não apenas o aspecto físico e territorial, mas também político. Por isso, Gramsci agregará à discussão da “geopolítica” e da “geografia” (tida muitas vezes como uma relação de sinonímia), um componente político.

A partir da apresentação do tema de pesquisa, focada no entendimento dos conceitos de espaço e geopolítica e geografia na obra de Gramsci e, sobretudo, na análise de como esse pensamento político foi lido por seus intérpretes, o projeto parte de duas questões centrais: *Qual a relevância do conceito de geopolítica, isto é, da relação entre política e espaço para a interpretação do pensamento de Antonio Gramsci? E como reconstruir o mapa conceitual a respeito da geopolítica em Antonio Gramsci?*. A hipótese que deriva desse caminho argumentativo e que guiará a tese consiste no fato do conceito de geopolítica aparecer como um importante **componente político** no pensamento gramsciano, cujo nexos entre as questões espaciais e políticas passa a ser compreendido a partir de uma estrutura organicamente construída em torno da dinâmica das hegemonias e não como um aspecto determinístico do espaço sobre a política estatal. Tomando como afirmativa que Gramsci também tem um pensamento espacial e geográfico, e que existe uma relação de sinonímia entre a geografia e a geopolítica em seus escritos carcerários, a política torna-se o fio condutor de seu pensamento. Desse modo é imperativo que o conceito de geopolítica deva ser revisitado, respeitando seu movimento histórico: primeiro, em sua concepção tradicional no contexto que compreende o período anterior à Primeira Guerra Mundial até o final do conflito, momento em que o conceito formulado na tradição escandinava e passa a ser incorporado rapidamente pela tradição alemã. Depois, no período do Entre-Guerras às vésperas da Segunda Guerra Mundial, momento no qual o conceito foi utilizado por inúmeras potências que comporiam a disputa Imperialista, inclusive a Itália fascista de Mussolini, o qual por sua vez seria “traduzido” por uma matriz geopolítica gramsciana, ou seja, ganharia novos contornos e significado.

A partir da hipótese da pesquisa, nosso objetivo geral é confrontar a perspectiva tradicional do determinismo da geopolítica derivada do contexto da Primeira Guerra Mundial com a perspectiva de espaço orgânico a partir da dinâmica das relações sociais proposta por Antônio Gramsci, respaldada pelos seus intérpretes marxistas e gramscianos contemporâneos, ao passo que o conceito ao longo da história se torna um instrumento *político* que almeja ratificar as ações dos Estados e também dos grupos dominantes. Desse modo, a pesquisa desdobra-se em alguns objetivos específicos. Apontaremos a crítica ao modelo conceitual

tradicional da geopolítica definida no contexto da Primeira Guerra Mundial e, desse modo, recorreremos à genealogia da geopolítica; faremos uma releitura das obras de Antonio Gramsci e seus intérpretes para entender os conceitos de geografia e geopolítica propostos pelo autor, tomando como base a relação sinonímia entre ambos; dessa maneira, tomando o conceito gramsciano de *tradutibilidade*, analisaremos como Gramsci não apenas compreendeu o termo, mas também o ressignificou à luz de seu pensamento. É nesse ínterim que analisaremos as categorias espaciais, priorizando o caminho histórico da discussão relacionada ao contexto da hegemonia na época de Gramsci, bem como as particularidades das fontes primárias consultadas na prisão; compreenderemos como essas categorias espaciais do pensamento político gramsciano – nacional/internacional; norte/sul; ocidente/oriente; hegemonia/revolução passiva – se relacionam com a análise sobre o papel do Estado e a dinâmica geopolítica entre os atores estatais na estrutura orgânica do capitalismo em meio ao *desenvolvimento desigual e combinado* (e também explicaremos porque cotejaremos tal expressão). E por fim, discutiremos quais são as leituras que os intérpretes de Gramsci faziam a respeito da espacialidade de seu pensamento, leituras estas que balizaram em grande medida nosso argumento.

Para que possamos entender como a geopolítica é pensada nos *Quaderni*, é necessário entender que o contexto histórico em que Gramsci é levado à prisão é um dos desdobramentos da entrada do discurso geopolítico e nacionalistas proferido pela Itália de Mussolini naquele tempo. Gramsci não só vive os “frutos” das diretrizes geopolíticas na Itália, mas também no resto do mundo. Na prisão, quando Gramsci tem acesso à discussão do debate geográfico na época, sobretudo pelo material bibliográfico que recebe, passa não só a utilizar o conceito, mas lhe atribui um novo significado, já traduzido a sua concepção orgânica.

ASPECTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Como caminho metodológico, a pesquisa seguirá o debate teórico sobre a geopolítica, respeitando a metodologia filológica de Gramsci. Partindo da lógica que Gramsci citará nos *Quaderni*: “não se pode falar em nacional sem o territorial” (Q17, §32), nosso ponto de partida, portanto, será adotar um prisma espacial e territorial da leitura dos seus escritos carcerários. No entanto, sabemos que apenas a leitura circunscrita dos textos é insuficiente para a compreensão de uma política tão difundida na época de sua prisão, o Entre Guerras. Por isso, devemos também retomar historicamente a análise da Itália de Mussolini para entender como o avanço da geopolítica está intimamente conectado com o fascismo. Nesse sentido, a compreensão do conceito ganha dimensão não apenas nacionalmente, uma

vez que o conceito advém do final do século XIX. É nesse ínterim que devemos resgatar também a genealogia do conceito na tradição escandinava, cunhado pelo geógrafo sueco Johan Rudolf Kjellén. Ressaltamos uma passagem nos Cadernos que reflete exatamente nosso compromisso com a metodologia filológica de Antonio Gramsci nessa tese e que será discutida novamente no primeiro capítulo:

Se se quer estudar o **nascimento de uma concepção do mundo que nunca foi exposta sistematicamente por seu fundador (e cuja coerência essencial se deve buscar não em cada escrito particular ou série de escritos, mas em todo o desenvolvimento do variado trabalho intelectual em que os elementos da concepção estão implícitos)**, é preciso fazer preliminarmente um **trabalho filológico minucioso** e conduzido com escrúpulos máximos de exatidão, de honestidade científica, de lealdade intelectual, de ausência de qualquer preconceito e apriorismo ou posição concebida. É preciso, antes de mais nada, reconstruir o processo de desenvolvimento intelectual do pensador dado para identificar os elementos que se tornaram estáveis e “permanentes”, ou seja, que foram assumidos como pensamento próprio, diferente e superior ao “material” anteriormente estudado e que serviu de estímulo; só estes elementos são momentos essenciais do processo de desenvolvimento. (...) Dadas estas premissas, o trabalho deve seguir estas linhas: **1) a reconstrução da biografia não só no tocante à atividade prática, mas especialmente no tocante à atividade intelectual; 2) o registro de todas as obras, mesmo as mais secundárias, em ordem cronológica, dividindo segundo motivos intrínsecos: de formação intelectual, de maturidade, de poder e aplicação do novo modo de pensar e conceber a vida e o mundo** (GRAMSCI, 2014a, p. 18–19, Q16 §2). [grifo nosso]

Uma vez que esse nascimento de uma concepção da geopolítica nunca foi exposta sistematicamente pelo autor e, concomitantemente, tomando como método esse trabalho filológico minucioso, nossa preocupação é seguir o rastro da geopolítica até chegar à Itália, passando por grandes potências que adotaram o conceito traduzidas em políticas baseadas nas diretrizes geopolíticas. Potências essas que modificaram o quadro de forças na Europa no pós-I Guerra Mundial. Países como do Eixo Berlim-Roma-Tóquio, especialmente Alemanha e Itália, deram origem ao avanço da geopolítica no mundo. E é desse avanço que o sentido tradicional da geopolítica chega à Itália de Gramsci, dando origem a nossa problematização. Nossa preocupação é levantar não apenas os textos produzidos na época, mas como o processo histórico foi determinante para a configuração do cenário encontrado por Gramsci.

Do marxista sardo, podemos compreender o novo sentido da geopolítica e como o prisioneiro consegue *traduzir* esse e outros conceitos – respeitando seu tempo e espaço –, o

que nos leva à necessidade de incorporarmos o próprio significado que Gramsci atribuiu ao termo, respeitando os nexos orgânicos que considera quando esboça seus escritos carcerários. Giorgio Baratta ressalta a importância de entender não só como o nacional está atrelado à preocupação internacional de Gramsci, mas

(...) é preciso ir além e se perguntar – como se começou a fazer recentemente – se, enquanto elaboração teórica desta experiência, o pensamento de Gramsci não deva ser reconhecido mais como uma moderníssima apropriação das **questões “espaciais” e “territoriais”** que permeiam a sociedade e desconcertam o mundo. Deste ponto de vista **deve ser valorizada a metodologia geopolítica de Gramsci**, muito atento às *particularidades* locais, regionais, continentais etc., que considerava sempre horizonte-mundo no qual encontrar, ao mesmo tempo, sentido e relatividade (BARATTA, 2004, p. 46) [grifo nosso]

Para seguir essa “filologia vivente” de Gramsci, a pesquisa se apoiará em revistas de ciência política e geopolítica e artigos de jornais científicos sobre a obra de Kjellen que inaugura a escola de pensamento geopolítica escandinava e também das escolas que derivaram de seu pensamento, como a escola germânica, cujo maior pensador foi Karl Haushofer – que terá sua proximidade com o nazismo de Adolf Hitler e a escola italiana, lugar onde dará origem à tradição geopolítica que será uma das fontes no projeto político fascista de Mussolini. No segundo momento, o contexto será circunscrito às obras de Gramsci e pelos argumentos de seus intérpretes contemporâneos. É um debate que se organiza a partir do espaço nas obras gramscianas e disciplinarmente na geopolítica. Nesse segundo momento, os conceitos já estão circunscritos – espaço, geografia, geopolítica. Este último conceito será destacado a partir da geopolítica enquanto instrumento político empregado em estratégias dos Estados (e não a geopolítica como disciplina). O pensamento de Antonio Gramsci será retomado por meio da análise dos seus parágrafos sobre a geopolítica e de seu sinônimo – a geografia. Iremos montar o mapa analítico das categorias espaciais descritas anteriormente, com os estudos de seus intérpretes contemporâneos – como Adam David Morton (MORTON, 2007b, a, 2010), Bob Jessop (JESSOP, 2006), Giorgio Baratta (BARATTA, 2004), Peter Thomas (THOMAS, 2009, 2013, 2015, 2017) entre outros autores, cujas leituras passam por essa matriz espacial gramsciana.

DIVISÃO DOS CAPÍTULOS

Para que possamos estudar a forma com que a dimensão geopolítica é compreendida em Antonio Gramsci, devemos resgatar o momento histórico no qual a geopolítica nasce e ganha expressão. Assim, o primeiro capítulo, intitulado "A gênese da

geopolítica e a tradutibilidade na história mundial", tem como objetivo explicitar o conceito de geopolítica, desde sua genealogia, passando pelo período de maior notoriedade, até se tornar um instrumento político amplamente utilizado nas Guerras Mundiais. O conceito – que sucintamente significa “o estudo do Estado como organismo geográfico” – nasce na Suécia no início dos anos 1900, cunhado pelo professor e jurista Rudolf Kjellen, mas só ganhará relevância nas teses do alemão Karl Haushofer no Entre Guerras. Será na Alemanha que o debate acadêmico se encontrará com o debate político, nas figuras de Adolf Hitler e seu vice führer, Rudolf Hess. Na Alemanha, não obstante, podemos compreender como o conceito de geopolítica que advém dos debates acadêmicos ganha magnitude nas diretrizes políticas. Após a tradução do conceito em política, o discurso se espalhará pelo mundo, sobretudo na Itália, sendo endossado pelo fascismo. Ao resgatarmos a história da geopolítica, buscaremos entender que apesar de se apresentar como um conceito derivado das características orgânicas e determinísticas da relação do Estado com seu território (isto é, o espaço que determina as necessidades do Estado, cujas políticas passam a serem regidas pelo território), toda vez que o conceito emergiu no debate acadêmico se tornou um instrumento ratificador dos Estados de políticas nacionalistas, conservadoras e até mesmo Imperialistas, pois todas as políticas passam a serem justificadas pelas necessidades vitais do Estado. Esse movimento ficou evidente nas políticas nazi-fascistas (por meio do eixo Berlim - Roma – Tóquio). Europa e a Itália estão imersas nesse momento histórico, momento esse também no qual Antonio Gramsci está escrevendo seus cadernos na prisão, analisando conceitos e categorias que se desenvolvem em um determinado espaço. No entanto, a concepção espacial será distinta dessa perspectiva tradicional até então difundida na Europa.

O segundo capítulo – " O conceito de geopolítica em Antonio Gramsci e a tradição italiana" – busca defender a hipótese deste trabalho, de que o sentido de geopolítica para Antonio Gramsci, na verdade, se traduz em um componente político. Quando o conceito passa a ser disseminado na Itália, temos um debate sobre o processo de nacionalismo italiano, disseminado principalmente pelo governo fascista. E o conceito de geopolítica será uma importante ferramenta para os desdobramentos políticos no país. Temos, portanto, um cenário da Itália que Antonio Gramsci internaliza em seu laboratório. E a leitura que Gramsci nos traz a partir das breves notas sobre geopolítica em um primeiro momento, nos revela, por meio da abordagem da relação de sinonímia com a geografia, que o espaço é construído historicamente e, portanto, possui um componente político. Desse modo, temos, portanto, uma visão crítica da forma determinística como o conceito de geopolítica e a análise do espaço eram conduzidas até então pela visão tradicional estabelecida pela escola escandinava

e germânica. A análise das questões espaciais para Gramsci ganha um caráter político, podendo ser observadas nos pares conceituais que o autor sardo irá se utilizar, como hegemonia/ revolução passiva; Oriente/ Ocidente; Norte/Sul, nacional/internacional, entre outros que tangenciam essas categorias espaciais. É necessário ressaltar que o espaço entendido por Gramsci não tem apenas uma dimensão física em si, mas tem, também, um componente *político*. À luz dessa problematização, este capítulo se debruça na discussão do conceito de geopolítica nas obras carcerárias de Antonio Gramsci para compreendê-lo também enquanto um pensador espacial. E, para desenvolvermos essa ideia, o primeiro tópico analisará historicamente a política italiana a partir dos anos 1920, na qual se travou um debate acadêmico sobre a reformulação no campo da geografia, de um lado, e a reformulação política do fascismo, de outro. Nessa intersecção, encontra-se a difusão da geopolítica na Itália. A partir desse cenário é que Gramsci toma contato na prisão com as teses da geopolítica. O objetivo central é fazer um mapa conceitual da geopolítica (e de termos sinônimos, como geografia e espaço) nos *Cadernos do Cárcere*, de modo a contrapô-los com o conceito tradicional escandinavo/germanófilo. Analisaremos nesse item todas as passagens em que Gramsci apresenta o conceito e discutiremos a forma pela qual ele entende o espaço e as relações sociais ali construídas.

Esse capítulo ainda apresentará o problema espacial em Gramsci ao consideramos a geopolítica/ geografia como um componente político por meio da construção do espaço. Ao analisar os parágrafos sobre a geopolítica e a geografia (como um sentido sinónimo à geopolítica, ou seja, carregada de sentido político), nos propomos a formar um mapa espacial dos parágrafos, dispostos tanto nos Cadernos Miscelâneos quanto nos Cadernos Especiais. Nesse ínterim, explicaremos como Gramsci apresenta a organicidade do Estado e, portanto, da geopolítica compreendida por ele. Em linhas gerais, argumentaremos que existe uma relação dialética entre as relações sociais e o espaço (ou seja, o espaço é produzido pelas relações sociais e também influencia estas relações), e não apenas de modo unilateral – o espaço como determinante das relações sociais –, como defende o conceito tradicional de geopolítica proposto por Kjellen e Haushofer, que se tornou o *mainstream* do debate acadêmico e político. Se existem duas visões distintas acerca da geopolítica, o próximo e último item analisará a nova interpretação geopolítica gramsciana. E isso será mais evidente no embate das hegemonias – formas completas e incompletas – que também passa pelo conceito da revolução passiva, ao passo que a geopolítica não garante de forma determinística uma determinada forma de hegemonia, mas sim a partir das relações orgânicas dos Estados.

E por fim, o terceiro capítulo "A geopolítica no ritmo do pensamento de Gramsci: as categorias espaciais nos *Quaderni*" terá por objetivo apresentar como o autor sardo utiliza esse sentido orgânico da geopolítica o qual, em um primeiro momento remete ao sentido geográfico estrito, mas que dentro do pensamento gramsciano, ganha um novo sentido. Em outras palavras, discutiremos como a questão espacial no pensamento de Antonio Gramsci se assenta na tese de que "o espaço, a natureza e a política são momentos constitutivos dentro de uma filosofia geral da *práxis*" (EKERS e LOFTUS, 2013, p. 16). Se, na obra de Gramsci, o espaço decorre das relações sociais, é imperativo analisar como as relações de força que emergem nesse território são historicamente construídas. Para tanto, iniciaremos esse capítulo nos conectando ao ritmo do pensamento de Antonio Gramsci, uma vez que somente dessa maneira encontraremos um *leitmotiv* de seu pensamento. Afinal, como se dá a "apropriação" do conceito geopolítico nos diferentes temas que se propôs a estudar? Só conseguimos responder a tal indagação se voltarmos a nos conectar exatamente no seu tempo lógico.

Após cotejarmos seu ritmo de pensamento, buscaremos analisar como as categorias espaciais – Nacional/Internacional; Norte/Sul; Ocidente/Oriente e finalmente Hegemonia/Revolução Passiva – servem não de delimitação no sentido estritamente geográfico, mas como construção histórica. Assim, é possível encontrar diversas relações de forças dispostas nos territórios que, por sua vez desdobra-se em diferentes tipos de desenvolvimento, culminando na ideia do *desenvolvimento desigual e combinado*. Trata-se de entender o novo sentido geopolítico à luz dessas categorias que, em um primeiro momento, parecem ter apenas um sentido físico de uma "fronteira", "orientação", "delimitação", "localização" e outros termos que utilizamos como referência às questões geográficas. Mas para Gramsci, até mesmo esses termos ganham um sentido orgânico, uma vez que estão conectados a uma interpretação do processo histórico e social. Assim, temas que Antonio Gramsci se propôs a estudar, como por exemplo, Risorgimento, Questão Meridional, Americanismo e Fordismo, hegemonia e revolução passiva, podem interpretados por um prisma espacial dentro desse novo sentido gramsciano.

Após essa análise, nos voltaremos ao debate contemporâneo sobre a espacialidade em Antonio Gramsci. Novas pesquisas dos atuais intérpretes gramscianos começam a difundir as categorias analíticas que Gramsci apresenta nos *Cadernos do Cárcere* destacando essa dimensão espacial. Desse modo, a última parte deste último capítulo busca se inserir nesse debate contemporâneo a fim de contribuir com um novo olhar para os cadernos carcerários. As obras dos autores como Bob Jessop, Adam David Morton, Giorgio Baratta e Peter Thomas serão referenciadas nesse capítulo. A obra de Jessop, por exemplo, faz uma análise da

dimensão espacial no pensamento de Gramsci como um autor espacial nas obras carcerárias. Já os textos de David Morton enfatizam a relação entre revolução passiva e geopolítica ao discutir esta última enquanto instrumento das relações de força na revolução passiva. A construção das relações sociais em determinado território, portanto, é histórica, e faz parte de um desenvolvimento desigual e combinado. Giorgio Baratta, por sua vez, explora o argumento de que o pensamento de Gramsci era fundamentalmente geográfico. Em seus respectivos textos iremos extrair a forma como os autores interpretam o espaço como um laboratório gramsciano ao apresentar os pares conceituais descritos acima. Por fim, os textos de Peter Thomas nos elucidam sobre as *metáforas geopolíticas* de Gramsci, ao discutir a real relação reprodução do capital e a construção de hegemonias e/ou revoluções passivas, não pela lógica linear e homogênea do tempo e espaço, mas respeitando as pluralidades temporais. Seguindo a argumentação de Trotsky, poderemos entender também em Gramsci como essas categorias levam a esse processo histórico que é passível de ser desigual e combinado. Outros autores serão contemplados, na medida em que se debruçam sobre a temática espacial de Gramsci.

Esperamos que o desenho de nossa pesquisa caminhe para conseguirmos explicar parte da história do pensamento político de Gramsci a partir de uma visão espacial, o que nos ajuda a compreender e discutir o eixo argumentativo da hipótese do trabalho. Como se trata de uma tese sobre a história do pensamento político, a pesquisa destinará uma parte para discutir a investigação teórica de Gramsci, que, ao mesmo tempo é histórica, filosófica e política. Em outras palavras, para se compreender o pensamento de Antonio Gramsci, necessitamos seguir os passos do autor italiano, de modo a reconstruir o seu tempo lógico². Desse modo, não apenas “o que” é escrito se torna imperativo, mas também o “como” e “quando” é escrito pelo autor. A metodologia empregada por Gramsci, portanto, se torna crucial para o entendimento do objeto de pesquisa. Tanto que para se entender a crítica à geopolítica descrita nos Cadernos, retornaremos brevemente ao contexto de sua genealogia até chegar às fontes a que Gramsci teve acesso a esse debate.

RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE

Para sustentarmos a tese de que as questões do espaço, mais especificamente geopolíticas são importantes e perpassam toda a sua obra, temos que reconstruir o ritmo dos *Cadernos do Cárcere*. Esse ritmo, por sua vez, tem como objetivo reconstituir as fontes

² Por “tempo lógico” entendemos por “aquela temporalidade própria dos conceitos reencontrada pelo intérprete” (BIANCHI, 2014, p. 2). Seria a defasagem de tempo entra a obra do autor e o contexto do intérprete.

teóricas de Gramsci, entendendo com quem o autor dialoga para que, assim, possamos compreender seu modo de olhar a história e, conseqüentemente, analisar como constrói o mapa conceitual.

Ao explicitarmos nosso caminho teórico-metodológico, podemos refletir sobre o legado teórico do pensamento de Antônio Gramsci. Seus escritos carcerários, desde suas primeiras publicações realizadas postumamente se tornaram referência nas interpretações marxistas, principalmente porque o autor buscou aproximar teoria da *práxis*, mas com um olhar muito apurado sobre os eventos observados. Giorgio Baratta sintetiza como devemos fazer uma pesquisa no que concerne à metodologia: “ler Gramsci com as lentes de Gramsci: é este principalmente o espírito ao qual hoje nos convida a ‘filologia vivente’” (BARATTA, 2004, p. 19). Ou até mesmo “ler Gramsci, entender a realidade”, segundo o título-síntese de Coutinho e Teixeira (COUTINHO e TEIXEIRA, 2003). Isso significa que é necessário considerar que os *Cadernos do Cárcere* não devem ser lidos como uma obra contínua e linear: seus pensamentos aparecem na prisão e são originados a partir da experiência de vida juntamente com as leituras no cárcere e, posteriormente descritos de forma a evidenciar muitas questões – que passam desde filosofia, cultura, literatura, até conceitos teóricos e políticos. Alguns de seus cadernos foram revistos e reescritos por Gramsci.

Apesar da primeira versão ter sido muitas vezes considerada como rascunho e descartada para a redação final, a metodologia da história do pensamento político considera de igual importância todas as versões, uma vez que denuncia o que o autor pensava naquele momento e o motivo pelo qual ele decide abandonar ou inserir ideias sobre a questão refletida, como foram alguns parágrafos sobre a geopolítica reescritos ao longo de sua prisão. É dessa maneira que se pode reconstruir o pensamento do autor e, sobretudo, dialogar com o tempo e espaço daquele período. Daí a justificativa de retomar a genealogia da geopolítica até a compreensão do conceito na Itália.

Gramsci tinha uma clareza que o trabalho filológico era imprescindível. A reconstrução do contexto que o autor produziu, bem como a biografia, pode dar pistas de como seu pensamento se organiza. Devemos sublinhar que a reconstituição por si só da análise metodológica dos *Cadernos do Cárcere* já seria um trabalho de fôlego. Não se trata do foco do trabalho em si, assim como abordar toda a história da geopolítica. No entanto, ao apreciar as questões espaciais nas obras de Gramsci, podemos manter um diálogo, ainda que em paralelo com a metodologia utilizada pelo autor, a qual também será rigorosamente utilizada.

Esperamos contribuir para novas interpretações da obra de Gramsci, ao dar um novo olhar à dimensão espacial nos *Cadernos do Cárcere*, além de comprovar uma das hipóteses levantadas de que Antonio Gramsci seja um autor “orgânico”, isto é, que visualiza uma unidade entre a teoria e a *práxis* por meio de um fio condutor: a política. Essa, por sua vez, ganha maior importância de acordo com o modo com que as relações políticas são construídas a partir de um espaço. Daí a importância de uma perspectiva espacial nas obras de Gramsci.

CAPÍTULO 1

A gênese da geopolítica e sua *tradutibilidade* na história mundial

A discussão sobre a geopolítica começou a ser difundida exponencialmente no mundo contemporâneo sobretudo a partir das Grandes Guerras Mundiais. As transformações das estratégias políticas nessa época foram fundamentais para redesenhar o quadro de forças entre as potências, sobretudo na Europa. No entanto, a compreensão da geopolítica não está associada apenas a uma dimensão espacial, mas a uma conjugação do território com a disputa de poder. Portanto, para se alcançar a diretriz geopolítica de um Estado é necessário identificar os componentes políticos que o compõem, levando em consideração as especificidades de tempo e espaço, ou seja, *quando* se produz tal política e qual o seu *lugar*.

A origem da palavra geopolítica está associada ao desenvolvimento de um pensamento político escandinavo datado da virada do século XIX para o século XX pelo cientista político, sociólogo e jurista sueco Joahn Rudolf Kjellen. O termo nasce na Suécia, porém a discussão ganha peso em outros países, a partir de um contexto histórico de disputas territoriais não só na região escandinava, mas também em escala mundial, momento em que a história era marcada por grandes transformações políticas, econômicas e culturais. O termo “geopolítica” ganhou plena notoriedade a partir dos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, pautando as estratégias dos Estados na reformulação de suas políticas a partir de definições espaciais, sobretudo das grandes potências. Dois dos grandes países que passaram a utilizar amplamente o conceito foram a Alemanha e Itália – países que passaram a pautar suas políticas no nazismo e fascismo, respectivamente.

Desta maneira, a geopolítica – enquanto definição conceitual – passou a ser utilizada em duas frentes: i. pelos acadêmicos, de modo a compreender a relação entre a lógica de poder dos Estados a partir da demarcação dos territórios e as características geográficas aos quais esses atores dispunham; ii. pelos estadistas, uma vez que lhes assegurou uma primazia política, econômica e militar por meio da expansão da estratégia do poder territorial. O conceito, portanto, passou a chamar a atenção, pois sua aplicabilidade tornou-se

fundamental para a história, uma vez que sua inserção às vésperas das duas Guerras Mundiais permitiu inovar as estratégias políticas dos Estados e, portanto, a lógica de poder implementada nesse novo contexto do século XX.

O conceito de geopolítica passou por diferentes contextos espaciais e temporais, ao passo que ganhou algumas reinterpretações de modo que podemos afirmar que tal conceito deriva de uma perspectiva histórica. A gênese do termo parte dos estudos de Rudolf Kjellen, preocupado com uma dimensão nacional, em um primeiro momento, mas que logo expandiu suas inquietações acadêmicas e políticas em dimensões internacionais. Dessa expansão em diferentes partes do continente europeu, o conceito chega à Itália de Antonio Gramsci. O contexto político que o autor sardo vivencia na Itália é fruto dos desdobramentos das políticas fascistas que, por sua vez, são nutridas pelo conceito da geopolítica originado no século XIX, obviamente com algumas adaptações à realidade e às características do território italiano. O conceito, portanto, apesar de ser originado na região escandinava ganharia novos traços nos diferentes lugares para onde se difundiu. Antonio Gramsci chega a conceituar tal fenômeno – chamado de *tradutibilidade* – ao passo que tal conceito ganha uma concepção orgânica e, à medida em que é introduzido em novas realidades (seja em diferentes tempos e/ ou espaços) deve ser apropriado e compreendido a partir desses novos componentes.

Nesse capítulo, portanto, iremos analisar a origem do conceito geopolítica em uma tradição escandinava em um primeiro momento e como esse ganhou destaque na formulação da estratégia dos países, sobretudo os adeptos à tradição germanófila, passando pelo nazismo na Alemanha e chegando ao fascismo na Itália, momento em que Antonio Gramsci escreve na prisão. O objetivo desse capítulo é observar a trajetória do conceito e apontar como o mesmo expressa um conteúdo histórico e, sobretudo, político. Para se compreender o conceito intitulado “geopolítica” devemos reconstruir o caminho conceitual da geopolítica e analisar historicamente o momento que desembocará no determinismo da Segunda Guerra Mundial.

1.1 A ascensão do fascismo na Itália e a tradutibilidade pelas “lentes de Gramsci”

Giuseppe Fiori, ao se dedicar à biografia de Antonio Gramsci, nos descreve que desde sua juventude, “Gramsci continuava a recusar o conceito de política como uma abstrata ciência normativa **fora das categorias de tempo e de espaço**” (FIORI, 1979, p. 143) [grifo nosso]. Gramsci, ao se dedicar ao estudo da história italiana, fazia uma crítica ao modelo de

transposição automática da realidade italiana à semelhança europeia. Por isso, o jovem jornalista sardo buscava refletir sobre o entendimento de sua realidade, partindo das características históricas e socioeconômicas da sociedade italiana de seu tempo (ibidem). Igualmente, ele compreendia que a história nacional da Itália estava conectada à dimensão histórica mundial. A política, portanto, deveria ser concebida a partir do estudo levando em consideração o tempo e o espaço para se compreender a história da política. E para Gramsci, seu laboratório estava na Itália no tempo do fascismo. Mas suas fontes para a composição de seu pensamento provinham de situações históricas passadas. O presente e o passado para Gramsci se conectavam de modo a montar o seu laboratório (Cf. BIANCHI, 2008).

Segundo Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, 2011), havia algumas peculiaridades que incentivaram Gramsci a aprofundar os seus estudos de modo a consolidar seu laboratório. A primeira era que a Itália era um microcosmo do capitalismo mundial, na medida em que possuía regiões avançadas e atrasadas. Além disso, a Itália dispunha, segundo Hobsbawm de movimentos operários tanto agrários quanto industriais, antes mesmo de 1914. O autor ainda sublinha, como uma terceira peculiaridade, que a Itália abriu caminho para o capitalismo, e para tanto era necessário analisar a composição de sua nação, de sua burguesia, já que não se formara diante de uma revolução completa, mas parcial. O papel da Igreja também era visto como outra peculiaridade, visto que era uma forma de manter a dominação no aparelho do Estado. Por essas e outras razões que Hobsbawm considera a Itália um laboratório de estudos de experiências políticas, o que, após 1917 poderia se desdobrar como um *locus* para a revolução, a qual historicamente não ocorreu, dando ainda mais ferramentas à Gramsci para compreender a sua realidade (e, dessa maneira, compreender a realidade mundial também) (HOBSBAWM, 2011, p. 287–289).

É a partir desse ponto que podemos estabelecer nossa análise sobre a dimensão espacial no pensamento de Antonio Gramsci. Para o autor, compreender a Itália de seu tempo era necessário para a construção de seu laboratório. E o tempo e o espaço a que o país vivenciava era de uma Itália fascista, cujo alicerce se ancorava também nos discursos políticos que passaram a incorporar uma nova forma de se compreender a política – relacionando-a com as características do espaço a que um país ocupa, em outras palavras, a **geopolítica**.

Gramsci também enfatizaria a noção espacial em seus estudos. De certa maneira, o autor sardo sofre as consequências de tal geopolítica – mundial e italiana – ao passo que seus estudos derivam de uma noção diferenciada do espaço. A concepção de que o tempo e o espaço são dimensões imprescindíveis da política é que norteará a obra gramsciana tanto na

sua juventude quanto na época carcerária. Em um de seus parágrafos, o autor sardo indagará sobre a possibilidade de se estudar concretamente a formação de um movimento histórico coletivo³. Para ele, trata-se de um estudo minucioso, muitas vezes de uma análise difícil e complexa, uma vez que devem ser analisadas todas as dimensões desse movimento. Por isso, muitas vezes se aceitam as correntes de opinião já construídas. No entanto, para Gramsci, deve-se levar em consideração o “movimento molecular”, que ocorre por meio de uma “ação coordenada e simultânea no **tempo e no espaço geográfico** em que o fato histórico se verifica” (GRAMSCI, 2012, p. 292, Q8; §195).

E, portanto, assim como a política, a geopolítica também não poderia ser compreendida sem os componentes tempo e espaço. À luz desse arcabouço analítico, necessitamos acompanhar o ritmo de seu pensamento, isto é, situá-lo na história do ponto de vista espaço-temporal. Assim, antes de iniciarmos nossa análise a respeito de como o conceito de geopolítica foi traduzido por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, precisamos demarcar brevemente a história da Itália fascista, período quando o ainda jornalista circunscreve o início de sua crítica ao regime político até a fase carcerária.

Ao perceber a emergência do fascismo, Gramsci relata sua preocupação em relação ao avanço do poder de Benito Mussolini na Itália em uma carta do dia 12 de janeiro de 1925 a sua companheira, Giulia Schucht:

Vivemos na Itália uma fase que eu acho que nunca se verificou em nenhum outro país, cheia de imprevistos, porque o fascismo teve êxito na sua tarefa de destruir todas as organizações e todos os meios através dos quais as massas podem exprimir a sua vontade (GRAMSCI Apud FIORI, 1979, p. 235)

O avanço do fascismo que Gramsci temia possuía todas as características de uma política nacionalista autoritária e conservadora. A extinção da vontade das massas estava associada à substituição compulsória e arbitrária de uma única vontade: a nacional, exprimida senão pelas necessidades do Estado. No período do Pós I Guerra Mundial, o poder nacionalista de Mussolini ditava as diretrizes para a Itália e esse poder era justificado pelo discurso da centralização política nas mãos do Estado. O processo de nacionalização italiano passou a ser fundamental para o avanço do fascismo, tanto que

Gramsci (...) atentava para o fato de que na Itália do período posterior à I Guerra Mundial, o nacionalismo inscrito na ideia fascista de “nação proletária” passara a substituir a luta de classes pela “luta das nações”. Essa

³ A necessidade de se estudar um movimento histórico se deve ao problema da formação da vontade coletiva. Essa, por sua vez, remete aos estudos pré-carcerários sobre a questão meridional, o qual Gramsci introduzirá também o conceito de grupos subalternos. Para essas questões, ver (DEL ROIO, 2007; GÓES, 2011, 2014)

ideologia expressava um esforço comum das classes dominantes italianas em, ao mesmo tempo, destruir as organizações dos trabalhadores e ocultar a condição de subordinação na qual se encontravam os italianos internacionalmente, em virtude da sua posição na fase imperialista do capitalismo (MUSSI, 2011, p. 9–10).

Se endogenamente a Itália vivenciava a proeminência do Estado fascista, exogenamente verificava-se o transbordamento do embate dos nacionalismos também pelos outros Estados no cenário mundial. Isto porque havia uma exaltação de vários países sobre a importância de seu papel perante o mundo, inclusive da Itália. Em um discurso proferido por Mussolini ao Senado em 1928 sobre a política externa italiana e a autonomia de seu país, o Duce expõe: “*A Itália hoje não precisa pedir permissão de qualquer tipo para sua política. A Itália é totalmente autônoma na condução de sua política externa*” (MUSSOLINI, 1934, p. 185) [tradução livre]⁴. Para reafirmar o poder da Itália no mundo, Mussolini discursa que o país participa direta ou indiretamente sobre todos os problemas econômicos e políticos que interessam ao mundo moderno (MUSSOLINI, 1934, p. 222). Em alguns trechos do discurso, o líder italiano chega a exaltar a posição geográfica dos países⁵ (MUSSOLINI, 1934, p. 178), de modo que a Itália passasse a explorar também os atributos geográficos para a condução de sua relação com outros países, sobretudo econômica, militar e expansionista. Assim como o fascismo na Itália, outros governos conservadores que adotaram o discurso nacionalista incorporaram muito rapidamente a geopolítica em suas estratégias políticas. Tal como no regime nazista, o fascismo buscou substituir a “política comercial do passado à ‘política territorial’ do futuro” (SLOBODSKOI, 1977, p. 103). Como aponta Alvaro Bianchi,

A ascensão do fascismo não é considerada como um fenômeno puramente italiano. Ela é parte constitutiva de uma relação de forças europeia e mundial que se estabelece como resultado dos desdobramentos decorrentes da crise geral do capitalismo no pós-guerra. A eleição de Hindenburg na Alemanha, a vitória dos conservadores na Inglaterra, a ascensão do fascismo na Itália e a liquidação dos partidos liberais democráticos nesses países são vistas como momentos desse mesmo processo (...)

A dimensão internacional desse processo não leva Gramsci a reduzir a especificidade italiana. (BIANCHI, 2006, p. 18).

⁴ No original: “*L'Italia d'oggi non ha bisogno di chiedere autorizzazioni di sorta per la sua politica. L'Italia è perfettamente autonoma nel condurre la sua politica estera.*”

⁵ Como por exemplo do Afeganistão, em meio ao contexto imperialista

O fascismo, como Bianchi salienta, era parte constitutiva de uma relação de forças maior e essa dimensão internacional também fora incorporada nos estudos gramscianos. O discurso do nacionalismo e da “necessidade vital” do Estado alimentou o fascismo na dimensão interna, mas também o Imperialismo no plano internacional. Criou-se uma relação intrínseca na qual o fortalecimento de um criava estruturas para a expansão do outro e vice-versa. E a geopolítica enquanto “consciência geográfica do Estado” (CHIAVENATO, 1981, p. 19) garantia a manutenção de tal engrenagem como instrumento político, ao passo que reafirmava os interesses considerados vitais ao Estado – internamente pulverizava as vontades das massas e se tornava totalitário; externamente buscava expandir seus territórios. Gramsci já indicava a estreita relação entre o fascismo e o Imperialismo. Desde o discurso para o III Congresso Nacional do partido em janeiro de 1926 em Lyon, Gramsci já apontava que

A tendência do fascismo ao “imperialismo” é o coroamento de toda a sua propaganda ideológica, da sua ação política e econômica. Esta tendência é a expressão da necessidade sentida pelas classes industriais-agrícolas italianas de encontrar, fora do território nacional, os elementos para a resolução da crise da sociedade italiana. Nela residem os germes de uma guerra que será combatida, na aparência, pela expansão italiana, mas na qual, na realidade, a Itália fascista será um instrumento nas mãos de um dos grupos imperialistas que disputam o mundo (GRAMSCI *Apud* FIORI, 1979, p. 250).

Temos, portanto, uma relação indissociável entre fascismo e Imperialismo. Nesse ínterim, a geopolítica se torna um instrumento político desses dois fenômenos na medida em que ratifica e legitima o discurso nacionalista do Estado ao restringir as vontades das massas e subordiná-las à vontade nacional de um lado e, concomitantemente, acirra também a competitividade imperialista entre os demais Estados mundiais. É por isso que ao analisarmos historicamente, “a geopolítica não se transforma em prática **sem** a anterior existência de um Estado totalitário” (CHIAVENATO, 1981, p. 8) [grifo nosso], pois são necessárias que as estruturas internas se conectem com o contexto espacial e temporal. Em outras palavras, a geopolítica possuiu o componente político ideal para que pudesse surgir também na Itália que, por sua vez, dependia das condições históricas para tal desenvolvimento.

Ao se deparar com as condições internas que propiciaram o avanço do fascismo, assim como as condições externas para a expansão do Imperialismo, ou seja, as políticas adotadas a partir da lógica territorial, é que podemos introduzir a forma com que Gramsci analisa a política. “Ler Gramsci com as lentes de Gramsci” (BARATTA, 2004, p. 19) nos ajuda a entender o seu tempo lógico. Após Mussolini dissolver os partidos de oposição e

cercear a liberdade de imprensa, Antonio Gramsci é preso em 1926. Na cadeia, Gramsci passa a escrever cartas a sua família, muitas delas destinadas à sua cunhada, Tatiana Schucht. Em uma de suas primeiras cartas, no dia 3 de janeiro de 1927, o prisioneiro sardo relatara que ensinava história e geografia e, em troca frequentava as aulas de alemão junto aos seus colegas de cárcere (GRAMSCI, 2005, p. 102)⁶. Todo o interesse de Gramsci pelas áreas da **história e geografia** nos remete aos fundamentos metodológicos do autor – **tempo e espaço**, os quais não podem ser dissociados.

Gramsci se dedicava a várias temáticas nos seus escritos carcerários e, apesar de conteúdos aparentemente díspares, seu pensamento filológico nos trouxe a compreensão de como interpretar seu pensamento, situando-o a partir desses fundamentos metodológicos. Assim, podemos *a priori* afirmar que o pensamento de Gramsci tinha um conteúdo espacial e temporal. Em outras palavras, Gramsci entendia que o espaço era importante para decifrar a história. E sua preocupação era entender a história italiana, o seu “laboratório” (BIANCHI, 2008). Desse modo, a história que antecede à prisão de Gramsci, e aquela que a sucede se tornam as ferramentas para o jornalista sardo iniciar seus estudos.

O espaço, porém, não circunscrevia apenas o território italiano. Ao ensinar história e geografia, Gramsci buscava aprender alemão. No dia 2 de maio de 1927, Gramsci confessa que retomara seu aprendizado também do russo (GRAMSCI, 1971, p. 84). O aprendizado das línguas germânica e russa era compreensível, visto que boa parte de suas fontes provinha não só da Itália, mas também de outras partes do mundo⁷. Temos, portanto, um interesse de Gramsci pelo tempo, espaço e as fontes de diferentes nacionalidades aos quais pode iniciar seus estudos carcerários. Sobre as fontes e o método para a elaboração teórica, Bianchi pondera que

As fontes fundamentais da elaboração teórica do marxista sardo não deveriam, portanto, ser procuradas exclusivamente no seio da Internacional Comunista (...), muito embora os debates teóricos nesse contexto sejam fundamentais para sua compreensão. **Nem deveriam ser consideradas como pertencentes a um contexto geográfico e intelectual restrito**, apesar de ele iluminar importantes aspectos teóricos (...). Trata-se, antes de tudo, de reconhecer a complexidade das fontes do pensamento gramsciano e de verificar como ele se insere no contexto político-cultural italiano e europeu (BIANCHI, 2008, p. 48) [grifo nosso].

⁶ No original: “*Ho ricevuto molti libri da Milano e anche da questo punto di vista sono a posto. Posso leggere e studiare. Abbiamo inoltre organizzato una scuola di cultura generale; io insegno la storia e la geografia e frequento il corso di tedesco.*”

⁷ Devemos enfatizar que a família da esposa de Gramsci era de Moscou, endossando também o interesse pessoal de Gramsci em compreender melhor a língua.

A pluralidade de fontes que não pertencem a um contexto geográfico e intelectual restrito fez com que Gramsci tivesse a preocupação de contar a história da Itália, tomando conhecimento da dimensão histórico-espacial na qual se insere, uma vez que as condições do desenvolvimento social da Itália estavam atreladas aos rumos das políticas internacionais e vice-versa. Em outras palavras, apresentar a história italiana é também compreender a dimensão espacial do país, tendo como projeção o contexto mundial. Gramsci nos traz essa preocupação em todos os seus escritos carcerários, sob as diferentes temáticas estudadas por meio do acesso ao pensamento de outros autores. Seu desejo era estudar os rumos da Itália em termos de unidade nacional, o que derivou em alguns temas escolhidos por ele no cárcere⁸. Apesar de tal preocupação, Gramsci compreendia a relação entre o nacional e o internacional, como é explicitada na relação entre o fascismo e o Imperialismo.

Os estudos gramscianos tinham como ponto de partida a compreensão do nacional. Mas Gramsci também era consciente que não se podem analisar as questões nacionais sem situá-las no tempo e no espaço, tal como indica Baratta. Tanto que em seus escritos carcerários ele enfatizará: **“Não se pode falar em nacional sem o territorial”**⁹ (GRAMSCI, 1977, p. 1935–1936, Q17, §32) [grifo nosso].

Tomando como ênfase a condição espacial no pensamento gramsciano, podemos interpretar que o espaço por si só não interessa ao autor sardo, mas como este se torna palco para o desenvolvimento das sociedades. Em várias passagens dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci faz uma análise na qual o componente geográfico aparece, mas esse conceito

⁸ Gramsci chegou a escrever um total de 33 cadernos de capa dura durante seu período carcerário com 16 temas escolhidos por ele para organizar seus estudos: 1) Teoria da história e da historiografia; 2) Desenvolvimento da burguesia italiana até 1870; 3) Formação dos grupos intelectuais italianos: desenvolvimento, atitudes; 4) A literatura popular dos romances de folhetim e as razões de sua permanência e influência; 5) Cavalcante Cavalcanti: a sua posição na estrutura e na arte da Divina Comédia; 6) Origens e desenvolvimento da Ação Católica na Itália e na Europa; 7) O conceito de folclore; 8) Experiências da vida no cárcere; 9) A “questão meridional” e a questão das ilhas; 10) Observações sobre a população italiana: sua composição, função da emigração; 11) Americanismo e Fordismo; 12) A questão da língua na Itália: Manzoni e G.I. Ascoli; 13) O “senso comum”; 14) Tipos de revista: teórica, crítica-histórica, de cultura geral (divulgação); 15) Neogramáticos e neolinguistas (“esta mesa redonda é quadrada”); 16) Os sobrinhos do padre Bresciani.

Apesar da diversidade temática, Gramsci abandonará em partes seu projeto inicial e se concentrará em três temas: 1) A história italiana no século XIX, com especial referência à formação e ao desenvolvimento dos grupos intelectuais; 2) A teoria da história e da historiografia; 3) Americanismo e Fordismo (BIANCHI, 2008, p. 23–24). Para uma melhor compreensão metodológica da divisão dos temas que constitui os Cadernos escritos na prisão consultar “As rosas e os Cadernos” de Giorgio Baratta e “O laboratório de Gramsci” de Alvaro Bianchi (BARATTA, 2004; BIANCHI, 2008).

⁹ A versão completa em italiano: *“Non si può parlare di nazionale senza il territoriale: in nessuno di questi periodi l'elemento territoriale ha importanza che non sia meramente giuridico-militare, cioè «statale» in senso governativo, senza contenuto etico-passionale”* (GRAMSCI, 1977, p. 1935–1936; Q17, §32) Gramsci escreve nesse caderno sobre a função cosmopolita da literatura italiana. Assim como a literatura, as questões nacionais devem ser circunscritas a um território, daí a importância da análise territorial para o pensamento de Antonio Gramsci.

empregado para designação de lugar não se dissocia da história da sociedade e só podemos interpretar o espaço se concebermos a história da sociedade que lá se desenvolve. E ao se trazer os pares dicotômicos que permeiam os cadernos carcerários e que fazem alusão à dimensão espacial, como Norte/Sul; Ocidente/Oriente; nacional/internacional; guerra de posição/guerra de movimento, por exemplo, eles só ganham sentido se internalizarmos as características sociais a partir de um contexto histórico e espacial determinado. Sobre Ocidente e Oriente, por exemplo, Carlos Nelson Coutinho pondera que eles “não são conceitos geográficos, mas indicam diferentes tipos de formação econômico-social, em função sobretudo do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado” (COUTINHO, 2007, p. 82).

Esse contexto histórico e espacial determinado, no entanto, deve ser resignificado. Gramsci atribuía a essa possibilidade de compreensão histórica por meio da sua teoria da tradução/**tradutibilidade**. Nos *Cadernos do Cárcere*, a problemática da tradutibilidade apresentava-se da seguinte maneira:

se a tradutibilidade recíproca das várias linguagens filosóficas e científicas é um elemento “crítico” próprio a toda concepção do mundo ou próprio somente à filosofia da *práxis* (de maneira orgânica) e apenas parcialmente apropriável pelas outras filosofias. **A tradutibilidade pressupõe que uma determinada fase da civilização tenha uma expressão cultural “fundamentalmente” idêntica**, mesmo que a linguagem seja historicamente diversa, diversidade determinada pela tradição particular de cada cultura nacional e de cada sistema filosófico, do predomínio de uma atividade intelectual ou prática, etc. Assim, **deve-se ver se a tradutibilidade é possível entre expressões de diferentes fases de civilização, na medida em que estas fases são momentos de desenvolvimento uma da outra e, portanto, integram-se reciprocamente; ou se uma expressão determinada pode ser traduzida com os termos de uma fase anterior de uma mesma civilização, fase anterior que, porém, é mais compreensível do que a linguagem dada, etc.** É possível dizer, ao que parece, que só na filosofia da *práxis* a “tradução” é orgânica e profunda, enquanto de outros pontos de vista trata-se frequentemente de um mero jogo de esquematismos genéticos. (GRAMSCI, 2013, p. 185; Q11, §47) [grifo nosso]

A tradutibilidade, segundo Gramsci, é uma ferramenta na qual os conceitos e linguagens podem ser adaptados segundo a nova realidade imposta, podendo ser entendida também como uma possibilidade para incorporar de forma crítica o antigo significado no novo, de modo a se pensar uma nova forma de se construir a política. (LACORTE, 2014, p. 59). Assim,

a tradutibilidade expressa não só um jeito novo de ver o mundo e de construção do pensamento, mas implica também uma nova consciência. Isto é, a tradutibilidade é **o conceito por meio do qual pensa-se na teoria como algo que muda (ou pode mudar) o mundo; e na prática como algo que mudando o mundo muda (ou pode mudar) também a teoria** (LACORTE, 2014, p. 59) [grifo nosso]

Ainda sobre a tradutibilidade, Rodrigo Passos também frisa uma importante questão:

Tradução, historicização não significam justaposição e sim um trabalho de ressignificação e adequação a particularidades históricas destes mesmos autores e suas categorias originais para que aqueles não configurem um argumento eclético, uma linha de raciocínio com argumentos e definições incompatíveis com aquelas do marxismo gramsciano (PASSOS, 2014, p. 95).

Gramsci vivia e estudava seu tempo. Compreendia que a história moldava seu pensamento e, de forma concomitante, seus estudos ajudaram a transformá-la. E, a medida em que a história mudava a teoria e vice-versa, os conceitos passavam a ser incorporados em seus estudos. Seguindo a possibilidade de tradução, o autor sardo então tinha como fontes inúmeros pensadores passados e, à medida em que seu laboratório vai sendo construído, muitos conceitos passaram a ser traduzidos também por ele, resignificando-os à realidade da Itália de seu tempo. Nos propomos aqui a compreender a dimensão espacial, mais especificamente a leitura que Gramsci faz da geopolítica. Assim, para compreendermos o conceito de geopolítica em Gramsci e como esse conceito se transforma em uma importante ferramenta de ação para os Estados, é necessário primeiramente que seja resgatado historicamente a gênese da geopolítica. Para endossarmos a necessidade de se voltar historicamente à gênese do conceito de geopolítica, nos basearemos no Caderno 16, parágrafo 2, um estudo sobre método pelo qual sustentará todos os seus estudos e anotações:

Se se quer estudar o nascimento de uma concepção do mundo que nunca foi exposta sistematicamente por seu fundador (e cuja coerência essencial se deve buscar não em cada escrito particular ou série de escritos, mas em todo o desenvolvimento do variado trabalho intelectual em que os elementos da concepção estão implícitos), é preciso fazer preliminarmente um trabalho filológico minucioso e conduzido com escrúpulos máximos de exatidão, de honestidade científica, de lealdade intelectual, de ausência de qualquer preconceito e apriorismo ou posição concebida. É preciso, antes de mais nada, reconstruir o processo de desenvolvimento intelectual do pensador dado para identificar os elementos que se tornaram estáveis e “permanentes”, ou seja, que foram assumidos como pensamento próprio, diferente e superior

ao “material” anteriormente estudado e que serviu de estímulo; só estes elementos são momentos essenciais do processo de desenvolvimento. (...) Dadas estas premissas, o trabalho deve seguir estas linhas: **1) a reconstrução da biografia não só no tocante à atividade prática, mas especialmente no tocante à atividade intelectual; 2) o registro de todas as obras, mesmo as mais secundárias, em ordem cronológica, dividindo segundo motivos intrínsecos: de formação intelectual, de maturidade, de poder e aplicação do novo modo de pensar e conceber a vida e o mundo** (GRAMSCI, 2014a, p. 18–19, Q16 §2). [grifo nosso]

Portanto, ao investigar o conceito de geopolítica nos *Cadernos do Cárcere* seguiremos os caminhos metodológicos propostos pelo pensamento gramsciano. Iremos resgatar a necessidade de se reconstruir o pensamento por meio de um trabalho filológico que inclui não só a reconstrução da bibliografia no tocante à geopolítica, mas a biografia dos autores que os cunharam e que expandiram tal conceito para uma escala mundial e, posteriormente compreendermos como Gramsci se apropria e traduz o conceito de geopolítica em seus estudos carcerários. Desse modo, antes de nos debruçarmos sobre a tradubilidade da geopolítica em Gramsci ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, no próximo item resgataremos a história da geopolítica ao estudar o nascimento da concepção de mundo ao qual a geopolítica emerge.

1.2 A origem do conceito de geopolítica em Kjellen e a importância da tradição escandinava

O termo “geopolítica” aparece pela primeira vez em um artigo de 1899 na revista sueca de tradição conservadora *Ymer*. O artigo sobre as fronteiras da Suécia, intitulado “Studier öfver Sveriges politiska Gränser”¹⁰ (“Estudos sobre os limites políticos da Suécia”, em tradução livre), foi escrito pelo cientista político, jurista e sociólogo chamado Johan

¹⁰ O trecho em sueco que aparece a expressão “ponto de vista geopolítico” na revista *Ymer* em 1899: “Den framställning, som har lämnas, skall mot historisk och folkrättslig bakgrund söka gifva en öfversiktlig beskrifning af våra tre hufvudgränser, for att därefter kunna värdera dem ur “antropogeografisk” Eller – som jag i detta fall skulle föredraga att säga – **geopolitisk synpunkt**. Afsikten ar således att på svenska förhållanden, och på basis af rent empirisk undersökning, tillämpa de uppslag som Fr. Ratzel, har gifvit i sin *Antropogeografiche I* (1882) och *Politische Geographie* (1897)” [grifo nosso] (KJELLEN, 1899).

A tradução: “A descrição que foi deixada vai fazer com que procuremos na direção de um background histórico e de direito populacional dar uma descrição de conjunto de nossas três principais fronteiras, para que de agora em diante se possa apreciá-las de um ponto de vista antropogeográfico ou, como eu preferiria dizer – do **ponto de vista geopolítico**. Os propósitos são, portanto que, nas condições suecas, e com base numa investigação estritamente empírica, se ponha em prática as sugestões que Fr.Ratzel. tinha dado em *Antropogeografia I* (1882) e *Geografia Política* (1897)” [grifo nosso] (tradução livre sob nossa responsabilidade).

Rudolf Kjellen, que buscou lapidar uma nova área do conhecimento no campo da Geografia. No entanto, apesar de Kjellen ter apresentado o conceito no final do século XIX, ele o discutirá melhor em 1916 no seu livro *Staten som livsform* (“Estado como forma de vida”, em tradução livre). Nesse livro, Kjellen denomina a geopolítica como

o estudo do Estado como organismo geográfico, isto é, como fenômeno localizado em certo espaço da Terra – logo, do Estado como país, como território, como região ou, mais caracteristicamente, como domínio político (*reich*) (COUTO E SILVA, 1967, p. 160)¹¹

Geopolítica compreende, portanto, o Estado como fenômeno do espaço. Também é definida enquanto um novo subcampo da disciplina de Geografia responsável pelo estudo do Estado como organismo geográfico, isto é, como um fenômeno localizado em um certo território (COUTO E SILVA, 1967). Seu objeto não é o estudo geográfico do país no que se refere à geografia física ou à geografia humana, mas exclusivamente ao território como organização política, isto é o *reich* (BACKHEUSER, 1952).

Para se compreender mais detalhadamente esse novo conceito, no entanto, é preciso estabelecer uma análise do momento histórico em que o conceito de geopolítica foi cunhado. Para tanto, a trajetória do autor é crucial para o entendimento de suas posições políticas e ideológicas. Concomitantemente, o momento histórico que passa a Suécia também é fundamental, visto que em princípio, a análise geopolítica de Kjellen se refere ao país de origem. O pensador sueco também possui uma preocupação com a política internacional, o que ajuda a compreender o conceito a partir das transformações políticas dos Estados na virada do século XIX para o XX.

Johan Rudolf Kjellen nasce em 1864 na Suécia com uma formação luterana, advinda de seu pai, um pároco na cidade de Torsö. Nascido e crescido em um contexto de modernização sueca, fruto da Revolução Industrial e sob o Regime do Reino da Suécia e Noruega, Kjellen ingressa em 1880 na Universidade de Uppsala e sua formação em Ciência Política fora determinante para a sua posição política mais conservadora, uma vez que seus estudos seguiam a linha da interpretação do caráter jurídico-constitucional do Estado (HOLDAR, 1992). Durante onze anos em Uppsala se tornou PhD em Ciência Política (mais especificamente no campo da responsabilidade ministerial e governamental) em 1891. Ao se formar, é contratado pela mesma Universidade como professor assistente na área de Ciência

¹¹ A versão original em alemão no livro *Der Staat als Lebensform: "Die geopolitik ist die Lehre vom Staat als geographischem Organismus oder als Erscheinung im Raume: also der Staat als Land, Territorium, Gebiet oder am bezeichnendsten, als reich"* (KJELLEN, 1924).

Política e Geografia entre 1890-1893. Posteriormente foi catedrático de Teoria do Estado na Universidade de Gotemburgo de 1901 a 1916 (MELLO, 1997). Como tinha pouca experiência na área da geografia, Kjellen buscou intensificar seus estudos e, dessa maneira começou a ministrar palestras sobre questões contemporâneas as quais incitavam à pesquisa na área da geografia. Como também foi colunista e comentador em um jornal conservador sueco intitulado “Svenska Dagbladet” (“Diário Sueco”, em tradução livre), as análises que publicava o ajudaram a pesquisar sobre a política conjuntural nacional e internacional. Assim, a aproximação dessas duas áreas do conhecimento – política e geografia –, juntamente com o acompanhamento das notícias políticas conjunturais de seu país foi crucial para marcar seus estudos tanto na dimensão geográfica quanto na política, daí o termo cunhado mais tarde de geopolítica (LEWIN, 2008). Não se tratava, no entanto, de juntar política com geografia, mas dar um novo olhar para a política, de modo a concebê-la em decorrência das condições geográficas (COUTO E SILVA, 1967, p. 161).

Além de sua atuação no campo acadêmico, Kjellen também se torna um importante político e jurista. Sua trajetória política também ajuda a disseminar o conceito de geopolítica. Durante 1905 a 1908, e depois entre 1911 a 1917, cumpriu dois mandatos como membro da Câmara do Parlamento Sueco (ALMAGIÀ, 1933) com ideias conservadoras, sobretudo em relação à política nacional sueca. A aproximação com questões da política da Suécia o influenciou de modo a posicionar suas ideias a partir de um prisma nacionalista (HOLDAR, 1992). Em meados do século XIX, a Suécia travou uma disputa com a Noruega, de modo com que a união política entre Noruega e Suécia estabelecida fosse contestada pela primeira¹² (LEES-SMITH, 1923). Kjellen defendia a primazia da Suécia e sua preocupação excessivamente nacionalista fez com o que jurista sueco escrevesse diversos livros que discutiam a estratégia sueca frente a de outros países¹³.

Kjellen funda nos estudos interdisciplinares entre ciência política e geografia uma análise mais profunda sobre a região escandinava, sobretudo na interpretação do papel da Suécia nas articulações e reformulações políticas da região. Em muitos de seus escritos, o autor menciona a Suécia como um país estratégico na região nórdica, uma vez que seus atributos geográficos permitiam se proteger contra as ameaças provenientes de outros países, especialmente a Rússia, considerada como uma grande potência rival, seja por sua extensão

¹² Estabelecida pela Convenção de Moss sob a regência de um monarca comum (LEES-SMITH, 1923)

¹³ A cronologia das principais obras e artigos de Rudolf Kjellen se encontra no apêndice I.

territorial considerável, seja por suas posições políticas expansionistas¹⁴ (KJELLEN, 1912, 1913, 1915). É nesse contexto que Kjellen desenvolverá uma leitura favorável quanto à aproximação estratégica com a Alemanha, que mais tarde seria o caminho aberto para que suas ideias pudessem ser disseminadas em âmbito mundial. Seus escritos remetem à importância da Alemanha para a redefinição de uma política mais assertiva também na região escandinava. Sem o papel alemão, a Europa seria dominada pelo “perigo russo”¹⁵, segundo sua interpretação (KJELLEN, 1905, p. 15)¹⁶.

Paradoxalmente, seus escritos não tiveram grande repercussão na Suécia. Apesar de ter lecionado em duas universidades importantes – Uppsala e Gottemburgo – devido a sua conduta nacionalista durante a construção de seu pensamento enquanto geopolítico, Kjellen durante muito tempo foi rejeitado pela comunidade acadêmica e política escandinava. Isso porque muito da construção de suas obras manifestava uma forte influência alemã, a qual mais tarde foi um dos principais pilares para a estratégia da Alemanha para a definição da política estratégica das duas Guerras Mundiais, enquanto que a Suécia tentava permanecer neutra durante os conflitos. Desse modo, a notoriedade do pensamento de Kjellen aparecerá de forma mais contundente fora do território sueco, apesar de boa parte de seus estudos enaltecem a autonomia de seu país de origem.

1.3 O pensamento kjelliano e os fundamentos histórico-metodológicos do conceito de geopolítica

Para Rudolf Kjellen, a necessidade de se criar uma ciência política sistematizada baseada na visão estadocêntrica permitiu ao jurista sueco uma inovação nos estudos tanto da ciência política quanto da geografia. A busca pela interpretação dos rumos da política mundial, tendo as grandes potências como principais atores do rearranjo político foi uma das forças motrizes para que seu pensamento sobre a geopolítica pudesse se desenvolver. O conceito de geopolítica, apesar de ter aparecido pela primeira vez em 1899, será plenamente desenvolvido em dois livros que se destacaram. O primeiro, intitulado *Stormakterna* (As

¹⁴ No século XVII, a Rússia impôs seu domínio na Grande Guerra do Norte, que até então era a Suécia a liderar a região escandinava. No entanto, com o Tratado de Vestphália em 1648, a Suécia retoma seu status enquanto potência e passou a deter províncias como a Noruega (LEES-SMITH, 1923)

¹⁵ Inclusive no livro *Världskrigets politiska problem* (1915) Kjellen chega a citar o seu artigo “*Den ryska faran*” de 1913 (“O Perigo Russo”, em tradução livre) para reforçar as configurações espaciais da Rússia, bem como sua estratégia nacionalista.

¹⁶ Voltaremos à discussão da importância dos estudos da geopolítica na Alemanha no item 1.3 desse capítulo.

Grandes Potências, em tradução livre) foi publicado pela primeira vez em sueco em 1900, desdobrando-se em três publicações revisadas¹⁷. A tradução na Alemanha rendeu 22 edições entre 1914 e 1930, prefaciadas pelo alemão Haushofer¹⁸. O segundo livro, *Staten som livsform* (*Estado como uma forma de vida*, em tradução livre) (1916), ganhou notoriedade quando fora publicado também para a língua germânica (*Der Staat als lebensform*)¹⁹ em 1917 (HOLDAR, 1992, p. 310). Ambas as obras tinham como convergência o estudo do Estado, mais especificamente as grandes potências. O conceito de geopolítica ganhou espaço, dessa maneira, a partir das análises que Kjellen propunha sobre o Estado. Destarte, para que possamos interpretar os fundamentos históricos do conceito de geopolítica, devemos resgatar, *a priori*, o conceito de Estado para Kjellen.

Uma das importantes premissas que Kjellen defende é compreender o Estado como um **organismo vivo** ou, conforme o título de seu livro menciona, como uma forma de vida²⁰. Para que Kjellen pudesse sustentar essa ideia, alguns pensadores tiveram suas respectivas contribuições para a construção do seu conceito de geopolítica, bem como sua concepção de Estado²¹. O sociólogo sueco tinha muitos estudos sobre outras áreas do conhecimento e, em boa parte, dedicava-se aos estudos de pensadores alemães, em especial da filosofia e o pensamento filosófico idealista alemão de Georg Friedrich Hegel e Johann Gottich. No campo dos estudos historiográficos, Kjellen também lia escritores alemães como Leopold Von Ranke. Outra área importante sobre a qual Kjellen se debruçou era a biologia, sobretudo do naturalista britânico Charles Darwin²². Por fim, uma quarta linha de estudos,

¹⁷ A primeira edição revisada data de 1911 a 1913 (*Stormakterna I-V; As grandes potências I-V*, em tradução livre); a segunda data de 1914 (*Samtidens Stormakter; As grandes potências contemporâneas*, em tradução livre) e a última em 1920 (*Stormakterna och Världskrisen; As grandes potências e a crise mundial*, em tradução livre) (HOLDAR, 1992, p. 308).

¹⁸ A influência do conceito de geopolítica na Alemanha pelo geopolítico Haushofer será discutida no próximo item do capítulo.

¹⁹ “O Estado como forma de vida”, em tradução livre. “*Ihr linker Flügel ist nicht Geographie, sondern geopolitik; ihr Gegenstand ist nicht das Land, sondern stets und ausschließlich das von politischer Organisation durchdrungene Land, d h das reich.*” (KJELLEN, p. 42) “Sua ala esquerda não é a geografia, mas a geopolítica; seu assunto não é do país, mas sempre e exclusivamente da organização política penetrado pela terra, ou seja, o território”. (tradução livre).

²⁰ Há um debate teórico dos geopolíticos contemporâneos a respeito de como Kjellen interpretava o Estado: 1. Enquanto uma *forma* orgânica; 2. Como uma *analogia* a um organismo. De qualquer maneira, a abordagem organicista de Kjellen é comum a esses debates (HOLDAR, 1992, p. 310). O escopo desse texto não é desenvolver esse debate, mas compreender como o conceito de geopolítica fora incorporado nos debates acadêmicos.

²¹ Embora as contribuições teóricas de alguns importantes pensadores foram cruciais para o pensamento geopolítico de Kjellen, o escopo do trabalho não é discutir detalhadamente essa influência. No entanto, é importante destacar a pluralidade dos campos de conhecimento a fim de que se possa compreender a não-linearidade do pensamento do autor em apenas um campo de estudo específico.

²² Importante destacar que a teoria evolucionista pela seleção natural e a luta pela sobrevivência de Charles Darwin na sua obra “A origem das Espécies” de 1859 (DARWIN, 2009) ocasionou uma série de desdobramentos, sobretudo o “darwinismo social”. Na virada do século XIX para o século XX já se encontravam

fruto de seu trabalho acadêmico, foi no campo da geografia, que tinha entre seus principais expoentes os geógrafos alemães Karl Ritter e Friedrich Ratzel²³ (HOLDAR, 1992, p. 310) e o francês Vidal de La Blache.

Assim, a pluralidade disciplinar em que Kjellen baseou seus estudos lhe proporcionou uma abrangência analítica. A confluência entre filosofia, história, biologia e geografia permitiu ao autor encontrar bases para a organicidade de sua definição do Estado, em que o mesmo aparece quase como uma unidade possuidora de um **corpo (território)** e uma **alma (nação)** (HOLDAR, 1992, p. 312; LUNDÉN, 1986). Kjellen, ao trabalhar com esse conceito de Estado, buscou reconstruir os fatores que o compõe, tal como grupos sociais, territórios e recursos naturais. E tal como um organismo, também possui suas necessidades, expressadas por meio de seu caráter expansionista. Assim, um Estado não possui uma política expansionista porque deseja, mas porque *necessita*. Trata-se, portanto, de uma **condição determinística**, ao passo que o Estado para se tornar forte é *obrigado*, por sua natureza, a ser expansivo (LUNDÉN, 1986). O Estado se torna “escravo” de seu território e torna-se um ser vital, assim como outros organismos biológicos, dotado de vida própria e necessidades relativas à sua condição orgânica (MELLO, 1997).

Aproveitando-se de seu acesso à imprensa, Kjellen lançou uma série de artigos a partir de suas aulas na universidade nos quais buscava aproximar o darwinismo social a uma reinterpretação do conceito de Estado, dando-lhe um contorno mais biológico propondo que os campos da Ciência Política e da Geografia não deveriam cuidar apenas de assuntos estáticos, mas orgânicos.

Uma vez que o conceito de Estado passa a ser denominado pelas suas características determinísticas, isto é, pelo que está fadado a acontecer, Kjellen direciona o campo da geopolítica mais para perto da Ciência Política ao invés da Geografia. O Estado

nas análises das ciências humanas e sociais, e não apenas ao campo das ciências biológicas a ideia positiva de uma competição na qual os mais fortes deveriam prevalecer em detrimento dos mais fracos. Essa ideia também fora aplicada aos Estados, visto sua analogia orgânica. Mais tarde, essa interpretação seria utilizada como discurso para ratificar a condução dos Estados no processo nacionalista, imperialista e nas Grandes Guerras Mundiais.

²³ Foi a partir dos estudos de Friedrich Ratzel que se desenvolveram as doutrinas geopolíticas do geógrafo inglês Halford Mackinder, o geopolítico sueco Rudolf Kjellen e o general alemão Karl Haushofer (MORAES, 1990). Ratzel apresenta uma divisão da geografia em três vertentes: geografia física, biogeografia e antropogeografia. Essa última foi determinante para que esses autores se baseassem nos estudos da relação entre terra e homem. Segundo Ratzel, “as mútuas relações existentes entre a Terra e a vida, que sobre aquela se produz e se desenvolve, constituem precisamente o nexos entre uma e outra e, portanto, devem ser particularmente examinadas” (RATZEL, 1990). A ideia de organicidade, portanto, permeará os estudos dos geógrafos posteriores a seu pensamento. Especialmente para Kjellen, embora o autor tenha se baseado na geografia política de Ratzel, o sociólogo sueco trará uma inovação entre essa última e a geopolítica ao incorporar o componente da política à relação “Terra e vida”: “Como ciência política, ela (a geopolítica) tem sempre em vista o Estado como uma unidade e contribui para o entendimento de sua natureza; enquanto a geografia política estuda a terra como sede de comunidades humanas, em relação a seus outros atributos” (*Apud* COUTO E SILVA, 1967, p. 161)

enquanto organismo possui poder, mas essa definição só pode ser **relacional**, ou seja, comparada ao poder dos outros Estados (HOLDAR, 1992). Por isso, em boa parte de suas obras, Kjellen se atenta para a discussão do papel desempenhado pelos Estados, em especial das grandes potências, dentro da lógica territorial enquanto pré-condição determinística.

Desse modo, Kjellen, ao elaborar o conceito de geopolítica e situá-lo mais no campo da Ciência Política, em relação aos aspectos metodológicos, buscará afirmar uma nova forma de conceber o Estado e, por conseguinte, a Política:

Kjellén é, além do criador fulgurante de uma nova doutrina de Estado, seu formidável e meticuloso sistematizador. Nunca parece ficar satisfeito com as minúcias; arruma-as de novo várias vezes e mostra certo desdém por pessoas (como Ratzel, por exemplo), que não lhe parecem portadoras dessas qualidades de método. Seu sistema apresentado em esboço desde 1908, nas preleções feitas na Universidade de Gotteborg, é revisto outra vez e outra vez apresentado em linhas mais harmônicas, por isso mais simétricas, no citado pequeno volume de 1920. É então, que passa a falar, com insistência e precisão, de **Política** e não vagamente de uma **Ciência do Estado**, teórica. Insiste no caráter **prático**, concreto, objetivo da Política, pois deseja vê-la ocupando-se do "**Estado como ele é**", e não abordando princípios vagos, imprecisos, e mais ou menos idealísticos. Para isso, fixa nitidamente o conceito que deseja conferir à Política, bem como a sua linha de demarcação com outras ciências e os contornos internos de uma subdivisão orgânica que mantenha a unidade na variedade.

A Política conserva para ele — é claro — seu velho caráter de arte de governar os povos, mas a estes ele os vê constituindo os vários Estados da Terra, como "agentes", da história do mundo (...). Na corrente de Hubner Droysen, considera que a Política não ensina **como deve ser** o mundo, os Estados em geral, e cada Estado em particular, **mas como são de fato e como podem ser**. (...) A Política será, melhor dizendo, a "ciência dos estadistas", dos homens que por lidarem com a realidade das coisas dela precisam tomar conhecimento em seus duros aspectos efetivos. (BACKHEUSER, 1952, pp. 35-36)

A Política, portanto, segundo Kjellen, era a "teoria do Estado" (HOLDAR, 1992). Além de se empenhar na leitura do papel do Estado frente às condições territoriais, Kjellen também desenvolverá um sistema de conceitos para analisar a relação entre os Estados de modo a tornar sua metodologia mais rica no que se refere aos aspectos mais detalhados das estruturas que compõem os atores estatais. Kjellen categoriza os atributos do Estado como: i) Geopolítica: estudo do território do Estado; ii) Etno ou Demopolítica: estudo da população do Estado; iii) Ecopolítica: caráter da economia do Estado; iv) Sociopolítica: estudo da política

societal; v) Cratopolítica: estudo da política governamental-constitucional das massas²⁴ (MELLO, 1997, pp. 35-36). Para o autor, a dimensão econômica, ética, social e jurídica eram fatores tão importantes quanto à dimensão territorial. Em outras palavras, para entender as demandas do Estado e sua posição política, a análise deve ser feita por meio das cinco categorias para conceber a doutrina do Estado como um organismo geográfico que, dentro de seu território dispõe de características e relações inseridas na dimensão espacial (EDSTRÖM e colab., 2014).

Ao se pensar o Estado como um território e nação, Kjellen também articula suas análises a partir da relação entre nacional e internacional, uma vez que sua própria definição de política e Estado possui um recorte fronteiriço. Ao analisar as cinco categorias, o jurista sueco dispõe de uma análise dentro do escopo espacial do Estado, isto é, a partir de uma dimensão nacional. Mas a condição vital do Estado é uma condição relacional, a sua preservação perante os demais Estados trazendo, portanto, uma dimensão internacional (EDSTRÖM e colab., 2014)²⁵. Tanto que suas obras buscam compreender o papel e as estratégias da Suécia perante os desdobramentos conjunturais mundiais.

Um dos assuntos que mais teve destaque nas obras de Kjellen foram os conflitos interestatais. Em âmbito regional, Kjellen dedicou boa parte de seus estudos para analisar o caso da disputa territorial da Suécia e Noruega, buscando defender a primazia sueca em detrimento dos interesses do país vizinho. Outro fator estudado foi o papel da Suécia e sua importância geopolítica para a Europa, especialmente na sua relação com a Alemanha, pois destacava a importância desse país no continente europeu. Já em âmbito mundial, a análise referente à Primeira Guerra Mundial se tornou uma das peças mais importantes para a estratégia dos países em meio a um conflito em escala global.

A Primeira Guerra Mundial proporcionou bases sólidas para o conceito ganhar importância na Europa, visto a rivalidade entre as grandes potências, já estudada no livro de Kjellen *Stormakterna* (KJELLEN, 1912). Nessa obra, o jurista sueco já apresentava os indícios dos contornos da política das potências consideradas importantes no cenário internacional da virada do século XIX começo do século XX, com foco na França e Alemanha. Durante a eclosão da Primeira Guerra Mundial, Kjellen apresenta em seu livro de

²⁴ Importante destacar que esse último atributo derivará nas estruturas analíticas do fascismo de Mussolini (HOLDAR, 1992).

²⁵ Kjellen também fez suas contribuições analíticas por meio da disseminação de dois outros importantes conceitos: nacional-socialismo e o Estado de Bem-Estar Social. Durante os anos 1900, o conservadorismo de extrema direita ganhou força na Europa e o anti-liberalismo fez com que Kjellen defendesse um Estado mais centralizador e atuante, em detrimento do discurso de classe levantado pelo social-democracia. O discurso de Kjellen em meio às transformações políticas garantiu uma aproximação das ideias nazistas, embora nunca tenha admitido a sua defesa da política de raças puras (EDSTRÖM e colab., 2014).

1915, *Världskrigets politiska problem (Os problemas políticos da guerra mundial*, em tradução livre) (KJELLEN, 1915), alguns problemas que provocaram o grande conflito mundial, tal como a trajetória política no pré-guerra. Segundo o jurista sueco, alguns países como Rússia, Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha seriam as grandes potências as quais se inserem no mapa político delineado por diferentes interesses vitais desses mesmos Estados. Os dois últimos países representariam um poder em ascensão; a Alemanha, em especial, deteria o *status* de “potência mundial do futuro” (“*framtidens världsmakt*”) (KJELLEN, 1915, p. 168), um poder capaz de modificar o jogo político na Europa.

Toda a preocupação de Kjellen com a política internacional das grandes potências no que se reflete no conceito de geopolítica teve repercussões para além da Suécia. De fato, o termo geopolítica passou a se difundir a partir do final da Primeira Guerra Mundial, aliado ao fato de que na Europa se exacerbava uma política imperialista e a posição territorial dos Estados poderiam favorecer (ou não, dependendo de seus interesses) o lugar ocupado por esses países na política continental. Na Alemanha, em especial, o termo ganhou um significado especial, mais tarde com o nazismo. As ideias de Kjellen, que tinham uma conotação conservadora na Suécia, ganharão espaço na Europa, sobretudo na Alemanha, por meio de seu intérprete, o general Karl Haushofer.

1.4 A disseminação do conceito de geopolítica na Alemanha: a importância de Karl Haushofer e a Escola de Munique

O conceito de geopolítica rapidamente ganhou espaço na Europa. Logo após a Primeira Guerra Mundial, o termo passou a ser utilizado largamente nos meios acadêmicos e políticos²⁶. Um dos fatores que propiciou tal repercussão internacional foi, paradoxalmente, a pouca disseminação das teses de Kjellen dentro da própria Suécia. O nacional-socialismo, representado pelo conservadorismo de extrema direita sueco que Kjellen ajudou a construir, tinha uma forte concorrência com o socialismo democrático (EDSTRÖM e colab., 2014)²⁷.

²⁶ Além do general alemão Karl Haushofer, teóricos alemães como os geógrafos Otto Maull, Erich Obst e Hermann Lautensach; o cientista político Adolf Grabowsky (co-fundadores e co-editores da revista geopolítica alemã *Zeitschrift fuer Politik*, ao qual iremos abordar mais adiante); o jurista e filósofo político Carl Schmitt, e linguista Heinz Kloss promoveram discussões sobre a geopolítica nas diferentes áreas acadêmicas. Entre os políticos, se destaca Rudolf Hess – um dos principais fundadores do Partido Nazista e responsáveis por ajudar a incorporar a ideia de espaço vital na Alemanha de Adolf Hitler. (COUTO E SILVA, 1967)

²⁷ O nacional-socialismo é tido por Kjellen como uma vertente política ao qual representava uma parcela de classe; o que para ele era a representação de uma solidariedade de uma classe contra todas as outras e, portanto, não havia uma coesão nacional tal como o nacional-socialismo propunha. (EDSTRÖM e colab., 2014)

Além disso, a excessiva exaltação do papel da Alemanha por Kjellen fez com que rapidamente a geopolítica de tradição escandinava derivasse na perspectiva germânica ao incorporar a ideia do *Lebensraum* à definição de Estado – conceito alemão preconizado por Ratzel no final do século XIX que significa “espaço vital” –, desdobrada da noção de uma perspectiva estratégica expansionista da geopolítica enquanto garantidora dos interesses orgânicos do Estado. O termo geopolítica e a nova interpretação de Estado desembarcaram na Alemanha para que esse país fosse palco da concretização das estratégias geopolíticas propostas pelo jurista sueco.

O conceito de geopolítica na Alemanha foi introduzido pelo general, jornalista, político e professor de geografia política e história militar alemão Karl Ernst Haushofer (MELLO, 1997). Ele foi o precursor das ideias de geopolítica na Alemanha no período entre guerras, marcando definitivamente a importância da posição política alemã no mundo. Podemos afirmar que Haushofer representa na Alemanha o que Gramsci denomina “intelectual tradicional”²⁸, uma vez que ganhou uma notoriedade no campo de pesquisa da geopolítica. Mais do que teoria, a geopolítica era uma diretriz política para a Alemanha afirmar seu poder perante os demais países (HERVIG, 1999, p. 218). E o papel da Alemanha no conflito mundial abriu uma lacuna no pensamento político e estratégico do país. Assim, o cenário político se configurava da seguinte forma:

A derrota da Alemanha guilhermina na 1ª guerra, sua sujeição às cláusulas draconianas do Tratado de Versalhes, a fragilidade da república de Weimar, a ascensão do nacional-socialismo e a fundação do 3º Reich, constituem a moldura histórica em cujo interior se desenvolveram as concepções geopolíticas do general Karl Haushofer (MELLO, 1997, p. 38).

Karl Haushofer foi um importante personagem na história da Alemanha, uma vez que delineou boa parte das estratégias geopolíticas germânicas depois da Primeira Guerra Mundial. Seu ingresso no Exército em 1887 propiciou um olhar mais estratégico para a

²⁸ Giovanni Semeraro resgata uma diferenciação entre intelectual tradicional e intelectual orgânico: “a designação de intelectuais “orgânicos” distintos dos intelectuais tradicionais. Estes, para Gramsci, eram basicamente os intelectuais ainda presos a uma formação socioeconômica superada. Eram os intelectuais estagnados no mundo agrário do Sul da Itália. Eram o “clero”, “os funcionários”, “a casa militar”, “os acadêmicos” voltados a manter os camponeses atrelados a um *status quo* que não fazia mais sentido. (...), os intelectuais tradicionais ficavam empalhados dentro de um mundo antiquado, permaneciam fechados em abstratos exercícios cerebrais, eruditos e enciclopédicos até, mas alheios às questões centrais da própria história. Fora do próprio tempo, os intelectuais tradicionais consideravam-se independentes, acima das classes e das vicissitudes do mundo, cultivavam uma aura de superioridade com seu saber livresco. A sua “neutralidade” e o seu distanciamento, na verdade, os tornavam incapazes de compreender o conjunto do sistema da produção e das lutas hegemônicas, onde fervia o jogo decisivo do poder econômico e político. Com isso, acabavam sendo excluídos não apenas dos avanços da ciência, mas também das transformações em curso na própria vida real” (SEMERARO, 2006, p. 377)

Alemanha, sobretudo no decorrer da Primeira Guerra (HERVIG, 2013, p. 222). O interesse pela organização política e militar dos países orientais guiou Haushofer a uma viagem ao Japão, China e Coréia para estudar as estratégias e a estrutura de poder desses países. Assim, suas observações entre 1908 e 1910 sobre as estratégias militares especificamente no Japão foram importantes para organizar a tropa alemã nos campos de batalha da I Guerra Mundial (HERVIG, 1999, p. 222; MELLO, 1997, p. 38), uma vez que o geopolítico alemão também era major-general. Tal expertise também permitiu a Haushofer ingressar na Universidade de Munique onde se formara em 1913, tornando-se, à semelhança da trajetória de Kjellen, professor de geopolítica na mesma universidade. Seu estudo sobre a estratégia da guerra permitiu à Haushofer transitar entre os esboços teóricos da geopolítica e as diretrizes da *práxis* por meio do Exército. Haushofer apresentou sua tese de doutorado na Universidade de Munique²⁹, e seu interesse pela geografia, associada às constantes leituras do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, garantiu ao general alemão um cargo como docente na Universidade de Munique, o que mais tarde lhe ajudou a criar a linha de pesquisa da geopolítica alemã, denominada por alguns teóricos por “Escola de Munique”³⁰ (HERWIG, 1999).

O general alemão em 1916 teve contato pela primeira vez com a obra de Kjellen e desse estudo buscou aprimorar suas estratégias a partir da leitura dos textos do jurista sueco (HERVIG, 1999, p. 238). Desde então, o general alemão se aproximou da temática, buscando aprimorar o conceito de geopolítica para o contexto da Alemanha e seus interesses políticos. Escreveu mais de 40 livros e cerca de 400 artigos sobre os estudos de Kjellen, Ratzel, Mackinder, entre outros (HERWIG, 1999, p. 221).

A projeção teórica de Haushofer se deu sobretudo a partir da inauguração da revista de geopolítica em janeiro de 1924 intitulada *Zeitschrift für Geopolitik*. Ancorado no conceito de geopolítica introduzido por Kjellen,

²⁹ A tese de doutorado de Haushofer, ligada à temática da geopolítica observada no Japão, analisa a participação alemã na abertura geográfica do Japão e da Terra, do espaço e do avanço da Ásia subjacente pensou que a influência da guerra e da política de defesa. (HERVIG, 2013, p. 222)

³⁰ A respeito da “Escola de Munique” ou o “Instituto de Geopolítica” há algumas controvérsias de sua existência. Para David Thomas Murphy não há dados concretos de sua existência: “Accepted historical conventions surrounding the evolution of Hitler’s imperialist ideology, for example, continue to perpetuate a number of myths about the role played by geopolitics, or Geopolitik, and its best-known proponent, General Karl Haushofer (1869–1946). Close examination of the origins and transmission of a central component of these myths—the notorious but non-existent “Institut für Geopolitik”—illustrates the danger that even well-intended misrepresentations can pose to the integrity of the historical record, while illuminating the dynamics of historical production that permit error to become entrenched as legitimate history” (MURPHY, 2014, p. 2). Já Franz Neumann discorda de tal visão, uma vez que suas ideias tiveram um alcance para além da academia, foi uma diretriz política na Alemanha. Para Neumann, “The history of geopolitics has more than passing interest for us because it offers another excellent illustration of the way in which the National Socialists have twisted and altered already existing doctrines to fit them into their own scheme of ideas and actions. They did not invent geopolitics any more than they invented the idea of a *grossdeutsche Reich*. What they have done is to exploit it far more successfully than earlier German imperialists” (NEUMANN, 2009, p. 137–138).

A fundação de um periódico mensal em janeiro de 1924, o *Zeitschrift für Geopolitik*, dedicado exclusivamente ao cultivo deste assunto, testemunha o interesse generalizado que foi agitado pelo trabalho de Kjellen. O professor Karl Haushofer de Munique, o editor, anuncia com franqueza que o objetivo deste jornal é encorajar investigações ao longo das linhas traçadas por Ratzel e Kjellen. Ele define Geopolitik como "a ciência das formas políticas da vida em suas relações regionais, nas suas relações com a superfície da Terra e influenciada pelos movimentos históricos". Quase todos os artigos são informativos e originais, as seções são dedicadas a notícias "geopolíticas" e revisões de livros, e o texto em todo é animado por mapas de tópicos e cartogramas. Os títulos de alguns dos principais artigos darão uma ideia dos temas abordados: "A Unidade dos Países da Monção", "Os Mares Mediterrâneos como Áreas Geopolíticas do Poder", "O Reno e o Danúbio como Maquinistas dos Estados", "Os Fundamentos do Comércio Europeu", "O Terremoto Japonês e seus Resultados Políticos", "Estrutura Geopolítica do Brasil", "O Tratado de Versalhes e Geografia Política". ("German Political Geography" In: *Geographical Review*, 1925, pp. 340-341)³¹

A revista *Zeitschrift für Geopolitik* inaugurou a produção teórica da chamada Escola de Munique (ou Instituto de Munique), tendo como objetivo tratar os assuntos do Estado a partir da fusão da área da geografia com a ciência política³². O editor-chefe foi Karl Haushofer, o que lhe permitiu intensificar seus estudos acerca da geopolítica. Em 1928, na obra *Bausteine zur Geopolitik*, Haushofer já havia amadurecido seus estudos sobre a geopolítica e explicitado sua própria definição. Segundo o general alemão, geopolítica é "*the doctrine of the earth relations of political developments...based on the broad foundations of geography, particularly political geography, as the doctrine of political space organisms and*

³¹ Texto no original: "The founding of a monthly periodical in January 1924, the *Zeitschrift für Geopolitik*, devoted exclusively to the cultivation of this subject, bears witness to the widespread interest which has been stirred by Kjellen's work. Professor Karl Haushofer of Munich, the editor, frankly announces that the aim of this journal is the encouragement of investigations along the lines mapped out by Ratzel and Kjellen. He defines Geopolitik as 'the science of the political forms of life in their areal relations, in their relations to the earth's surface, and as influenced through historical movements.' Nearly all the articles are informative and original, sections are devoted to 'geopolitical' news and books reviews, and the text throughout is enlivened by outline maps and cartograms. The titles of some of the leading articles will give an idea of the subjects covered: 'The Unity of the Monsoon Countries', 'The Mediterranean Seas as Geopolitical Areas of Power', 'The Rhine and Danube as Fashioners of States', 'The Fundamentals of European Commerce', 'The Japanese Earthquake and Its Political Results', 'The Geopolitical Structure of Brazil', 'The Treaty of Versailles and Political Geography'."

³² A importância da revista *Zeitschrift für Geopolitik* permite considerá-la como um "aparelho privado de hegemonia" ou como nas próprias palavras de Gramsci em "O problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália" (Q19, § 24): "Sob que formas e com quais meios os moderados conseguiram estabelecer o aparelho (o mecanismo) de sua hegemonia intelectual, moral e política? Sob formas e com meios que se podem chamar "liberais", isto é, através da iniciativa individual, "molecular", "privada" (ou seja, não por um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano anterior à ação prática e organizativa). De resto, isto era "normal", dada a estrutura e função dos grupos sociais representados pelos moderados, dos quais os moderados eram a camada dirigente, os intelectuais em sentido orgânico (GRAMSCI, 2014b, p. 63).

their structure” (HAUSHOFER, 1928 *Apud* HERWIG, 1999, p. 219). Com essa definição, Haushofer buscará balizar os fundamentos da geografia e da política a partir de uma dimensão espacial, enfatizando a importância das *fronteiras*, ao passo que a Alemanha nesse momento histórico vivenciava um momento político conturbado.

Além de Kjellen, Haushofer também buscou nos estudos de Friedrich Ratzel a relação entre geografia e política.

Foram fontes importantes de inspiração para o principal teórico geopolítico e general militar, Karl Haushofer. No momento da sua visita à Suécia em 1935, Haushofer estava prestes a publicar a 25ª edição alemã de *Die Grossmächte* de Kjellén [As Grandes Potências, em tradução livre]. A ideia de que os Estados não eram entidades jurídicas fixas, mas organismos dinâmicos que competiam na cena internacional, era algo que apelava para Haushofer. Ele deveria fundir esse pensamento com o conceito de *Lebensraum* de Ratzel, que mais tarde alcançaria Hitler. (TUNANDER, 2001, p. 451)³³

A publicação do prefácio de Haushofer na 25ª edição em 1935³⁴ do livro *Stormakterna (Die Grossmächte*, em alemão), de autoria de Kjellen, foi um dos primeiros indícios de seu interesse pela geopolítica, tanto que foi uma importante fonte teórica para aprimorar a ideia do *Lebensraum*, já preconizada por Ratzel. E, assim como Ratzel e Kjellen, Haushofer associou algumas áreas do conhecimento, como geografia e história.

Sua experiência no exército proporcionou uma leitura geopolítica mais aproximada da estratégia ao qual o Estado deveria seguir para buscar seus interesses vitais. Apesar de ter se fascinado pelos estudos do Japão e o extremo oriente,

A matriz teórica da doutrina de Haushofer deve ser buscada, por outro lado, na geografia política de Ratzel, na geopolítica de Kjellen e, principalmente, na teoria do poder terrestre de Mackinder, cujas ideias constituem o núcleo central da proposta de edificação de um bloco eurasiático sob a direção da Alemanha nazista (MELLO, 1997, p. 38).

³³ Texto no original: “They were important sources of inspiration for the leading geopolitical theorist and military general, Karl Haushofer. By the time of his visit to Sweden in 1935, Haushofer was about to publish the 25th German edition of Kjellén’s *Die Grossmächte* [The Great Powers]. The idea that states were not fixed juridicial entities but dynamic organisms competing on the international scene, was something that appealed to Haushofer. He was to fuse this thought with Ratzel’s concept of *Lebensraum*, that was later to reach Hitler.”

³⁴ Podemos perceber o componente hegemônico da produção bibliográfica de Haushofer pelo volume expressivo das edições, o que demonstra a abrangência dessa obra não só na Alemanha, mas em boa parte do mundo que comungava de tal ideologia, como foi o caso da Itália.

A centralidade de Haushofer estava, portanto, na Eurásia³⁵, e a Alemanha seria a responsável por conduzir a coalizão com a União Soviética, conquistando o poder e a primazia na região. No entanto, apesar do pensamento geoestratégico de Haushofer oferecer um papel de protagonista à Alemanha, as ideias do geopolítico não se tornaram automaticamente as diretrizes da política nazista na Alemanha³⁶. Isso porque a trajetória pessoal e política de Haushofer é de veras complexa e se funde com os fatos históricos marcantes da Alemanha nazista.

A vida de Haushofer fora marcada por importantes conexões com a política, o exército e a academia. Estudar o seu pensamento é também acompanhar a trajetória de sua vida pessoal e política. No entanto, apesar da tarefa de reconstituir esse caminho metodológico que conecta “vida e obra”, muitos relatos biográficos são inconclusivos, ao passo que a reconstrução histórica fidedigna sobre seu passado, principalmente sua suposta conexão com o partido nazista possui diversas lacunas e, portanto, muitas das afirmações devem ser revisadas e comprovadas. Para apresentar tais conexões, no entanto, apresentaremos algumas conjecturas, sempre sublinhando a necessidade dessas comprovações.

Muitos fatos sobre a época em que Haushofer ganharam notoriedade política e acadêmica se passam nos períodos que antecedem à ascensão de Adolf Hitler no poder até o ano em que se suicida em 1946. Esses dados históricos, no entanto, ainda são desconhecidos, inclusive se Haushofer e Hitler tinham uma proximidade a ponto de deduzir uma possível influência política do geopolítico alemão sobre o governo nazista. Recentemente, alguns documentos vieram à tona. Segundo o jornal alemão *Die Welt*, em 2010 cerca de 500 documentos foram encontrados e leiloados da casa de leilão Fürth Behringer, como dados do ingresso de Hitler na prisão em Landsberg, bem como os registros de visitantes ao Führer durante seu encarceramento³⁷ (KELLERHOFF, 2010). Por tratar-se de documentos que foram comprados e, portanto, de posse particular, há algumas especulações sobre as visitas à Hitler na prisão que poderão se confirmar somente se esses documentos se tornarem totalmente

³⁵ Também denominada “ilha mundial”, “coração continental” ou “heartland”, segundo o almirante inglês Halford Mackinder no início do século XX. O bloco eurasiático é uma massa terrestre transcontinental que encobre a proporção territorial entre a Europa e a Ásia, mais precisamente a União Soviética, China, Índia e Japão e parte da Europa. Segundo a perspectiva de Mackinder, essa região é estratégica para se atingir a primazia de poder de um Estado perante os demais, alterando assim o equilíbrio de poder mundial (MELLO, 1997, pp. 21-37).

³⁶ Existe um debate na história sobre até que ponto o pensamento de Haushofer direcionou as políticas de Hitler na construção do nazismo, sobretudo na elaboração da obra *Mein Kampf* (publicado em 1925). No entanto, o escopo do trabalho não abrange tal discussão, pois exigiria uma pesquisa de outra envergadura.

³⁷ Provavelmente esses documentos foram extraviados pelo então diretor da prisão em Hitler permaneceu após a tentativa de golpe ao governo, Otto Leybold (FRIEDMANN, 2010b, a)

públicos³⁸. Por isso, apresentaremos os fatos que algumas fontes biográficas sobre Haushofer levantam sobre essa questão³⁹.

A vida política de Haushofer começara a se transformar em 4 de abril de 1919, ano em que ele dá aulas de geopolítica na Universidade de Munique a Rudolf Hess (HERVIG, 1999, p. 224) – um dos protagonistas na criação do nacional-socialismo, partido de Adolf Hitler, chegando ao posto de vice-Führer da Alemanha no período do regime nazista. O interesse de Hess pela geopolítica e o conceito do *Lebensraum* o ajudou a pensar um papel de protagonista para a Alemanha após o Tratado de Versalhes. Essa aproximação acadêmica rapidamente se converteu na aproximação pessoal entre Hess e Haushofer. Hess se tornou amigo próximo da família Haushofer, inclusive de sua mulher de descendência judaica Marta Mayer Doss⁴⁰ e de seus dois filhos, Heinz e Albrecht Haushofer, tendo esse último se tornado mais tarde o assessor de Hess no regime hitleriano⁴¹.

Rudolf Hess começou a participar do Partido Nazista em 1920 (HESS, 1993)⁴² e imediatamente se aproximaram. Quando Hitler foi preso em 1923, os companheiros partidários, incluindo Hess também o acompanharam. Um pouco antes de ingressar à prisão, ainda como aluno na Universidade de Munique, Hess já havia adotado Haushofer como seu

³⁸ Os nomes que foram publicados, por enquanto, são de Erich Ludendorff (estrategista do futuro governo nazista), seu conselheiro, o Dr. Frick e Alfred Rosenberg, arquiteto e o que seria o futuro Ministro do Interior. Quanto aos parceiros carcerários estão Friedrich Weber, Hermann Kriebel, Emil Maurice e seu vice Führer, Rudolf Hess (FRIEDMANN, 2010a, 2010b), sendo esse último importante personagem que será a conexão de Hitler com o general alemão Haushofer, ainda que indiretamente.

³⁹ Hans-Adolf Jacobsen é um importante biógrafo de Karl Haushofer. É cientista político e historiador alemão, professor na Universidade de Bonn e especializado na história do nacional-socialismo na Alemanha e a Segunda Guerra Mundial. Em 1979, Jacobsen publicou em dois volumes a obra “*Karl Haushofer: leben und werk*” (*Karl Haushofer: vida e obra*, em tradução livre), ao qual busca reconstituir por meio de arquivos pessoais, cartas, discursos e textos acadêmicos o pensamento de Haushofer. Essa obra é uma referência no que se refere à compilação de informações sobre o general alemão. Holger Herwig também faz uma leitura das obras de Haushofer, buscando compreender a relação do general alemão com Hitler. Já David Irving reconstitui os últimos passos de Rudolf Hess, sobretudo a partir de 1941, ano em que foi capturado e preso após sua viagem fracassada à Grã-Bretanha, mas também retoma sua relação com Haushofer. Jacobsen e Hervig nos alertam que apesar do levantamento de dados proposto por eles, muitas informações não são acessíveis, visto a ausência de muitos registros históricos na Alemanha hitlerista. Alguns outros arquivos podem ser encontrados no National Archives em Washington DC e no Instituto de História Contemporânea de Munique (Institut für Zeitgeschichte) <<http://www.bundesarchiv.de/index.html.de>>

⁴⁰ Rudolf Hess foi um dos principais condutores das leis anti-semitas na Alemanha. No entanto, como Hess era amigo íntimo da família, apesar dessa descendência judaica de parte da família Haushofer, durante seu posto ativo como vice Führer ele tentou resguardar a família durante seu período de maior influência no governo alemão, proibindo a SS de monitorá-los, prendê-los e executá-los (HERWIG, 1999).

⁴¹ Albrecht Haushofer se tornaria o principal seguidor da linha geopolítica e contribuidor do jornal que seu pai coordenara *Zeitschrift für Geopolitik*, uma vez que também se tornou professor e passou a lecionar geopolítica na Universidade de Berlim. Albrecht Haushofer conciliou a vida acadêmica e vida política e se tornou o assessor de Hess, aprofundando os laços da família Haushofer com o poder na Alemanha. Morrerá em 1945, meses antes que Hitler, marcando a história da Alemanha na Segunda Guerra Mundial ao lado de Rudolf Hess, assunto que apresentaremos no próximo tópico desse capítulo.

⁴² Segundo o relato de seu filho, Wolf Rüdiger Hess, em maio de 1920, seu pai ouviu pela primeira vez o discurso de Hitler na cervejaria na Bavária e passou a fazer parte do grupo no dia 1º de julho de 1920 (HESS, 1993).

mentor. Tendo quase o dobro da idade de Hess, Haushofer o tratava quase como um filho adotivo (IRVING, 2010, p. 7), a ponto do professor de geopolítica visitá-lo na prisão em Landsberg. Com relação a esse episódio muitos relatos biográficos se divergem.

A primeira fonte, indica que Haushofer conheceu Adolf Hitler antes do golpe, quando foi abordado para ingressar no partido, mas recusou a proposta (HERWIG, 1999). Outra fonte, como o Museu de História Alemã, explicita que o primeiro encontro de Haushofer e Hitler foi em 24 de julho de 1921 ocasião em que apresentou as ideias do *Lebensraum* (DEUTSCHES HISTORISCHES MUSEUM, [S.d.]) e que, portanto, a bagagem teórica geopolítica ajudou a compor um dos pilares político-estratégicos do governo nazista. Uma terceira versão apresenta uma aproximação direta entre Haushofer e Hitler. Segundo as informações do Departamento de Justiça de Landsberg apuradas por Hans-Adolf Jacobsen, biógrafo de Haushofer, o geopolítico e general alemão visitou Hitler na prisão entre 24 de junho e 12 de novembro de 1924, ensinando-lhe as teorias da geopolítica; os conceitos de *Lebensraum*, *heartland* e darwinismo social; e apresentando as obras de Ratzel – *Politische Geographie* (Geografia Política) e Carl Von Clausewitz – *Vom Kriege* (Da Guerra), tanto para Hitler quanto para Hess (HERWIG, 1999). Durante as oito semanas (sempre às quartas-feiras na parte da manhã e da tarde) de visita, no total de 22 horas de tutoria, Haushofer lhes teria ensinado sobre a geopolítica como a principal diretriz estratégica da Alemanha, principalmente para os políticos que almejavam ascender à liderança do país (HERWIG, 1999; JACOBSEN, 1979).

Uma quarta versão aponta que Haushofer visitou apenas Hess na prisão. Segundo David Irving (2010), biógrafo de Rudolf Hess, entre 24 de junho e 12 de novembro de 1924, Haushofer visitava Hess sempre às quartas de manhã e à tarde. No entanto, segundo suas pesquisas, apesar de suas visitas serem destinadas à Hess, Haushofer

também viu Hitler, mas enfatizou anos depois: "Minhas visitas a Landsberg foram destinadas a Hess como ele era meu aluno". Na verdade, os visitantes não deveriam ver mais do que um prisioneiro e, na medida do possível, Hitler evitava ser abotoado pelo falante acadêmico.

Para Hess Haushofer trouxe livros para melhorar sua mente - Karl von Clausewitz sobre a guerra e a segunda edição melhorada da *Politische Geographie* de Friedrich Ratzel - mas ele podia ver que nem Hess nem Hitler compreenderam o essencial da geopolítica apesar desses "tutoriais" privados. Lembro-me bem, "lembrou o professor em 1945", que sempre que Hess entendia algo e tentava explicá-lo a Hitler, Hitler iria sair com uma de suas novas idéias sobre uma auto-estrada ou algo completamente irrelevante,

enquanto Hess ficou ali e disse nada mais sobre isso " (IRVING, 2010, p. 12)⁴³.

O fato é que todas essas versões apresentadas demonstram que, direta ou indiretamente, Haushofer teve contato com Hitler, seja na forma de tutoria mais incisiva, seja por meio de seu pupilo. Rudolf Hess, portanto, foi o elo entre o mundo acadêmico de Haushofer⁴⁴ e o mundo político de Hitler. Hess era amigo pessoal de Haushofer e braço direito de Hitler. Compreendia a teoria da geopolítica e tentava aplicá-la na *práxis* política. E seus ensinamentos sobre a geopolítica certamente foram cruciais para algumas determinações governistas quando o nazismo ascende ao poder.

Para que possamos indagar mais sobre a geopolítica na Alemanha, devemos compreender também o elo que existe com seu mentor político no período nazista: Adolf Hitler. A relação de Hess estabelecida com Hitler desde 1920 (HESS, 1993, pp. 3-4) foi importante para a construção do regime nazista na Alemanha e seu pilar teórico e político iniciou-se na publicação na obra de Hitler, o *Mein Kampf* (*Minha Luta*), escrita em 1924 (HITLER, 1939) na prisão, ao qual algumas interpretações sugerem a influência de Haushofer e sua teoria geopolítica à obra de Hitler. Segundo o relato do filho de Rudolf Hess, Wolf Rüdiger Hess,

Foi durante esse período de encarceramento que Hitler e meu pai estabeleceram o relacionamento especial de confiança e confiança mútua que marcou a imagem da liderança do partido em anos posteriores. Foi também em Landsberg que Hitler escreveu seu bem conhecido trabalho seminal, *Mein Kampf* [Minha Luta, em tradução livre]. Meu pai editou as páginas do manuscrito e verificou-os quanto a erros. Hitler foi libertado no início de 20 de dezembro de 1924. Quatro meses depois, em abril de 1925, meu pai

⁴³ Texto no original: "saw Hitler too, but stressed years later, 'My visits to Landsberg were meant for Hess as he was my pupil.' In fact, visitors were not supposed to see more than one prisoner, and so far as possible Hitler avoided being buttonholed by the wordy academic. To Hess Haushofer brought books to improve his mind – Karl von Clausewitz on war, and the improved second edition of Friedrich Ratzel's *Politische Geographie* – but he could see that neither Hess nor Hitler had grasped the essentials of geopolitics despite these private 'tutorials.' 'I remember well,' reminisced the Professor in 1945, 'that whenever Hess understood something and tried to explain it to Hitler, Hitler would come out with one of his new ideas about an autobahn or something completely irrelevant, while Hess just stood there and said nothing more about it'"

⁴⁴ Em 14 de maio de 1935, Rudolf Hess viaja à Estocolmo para discursar sobre as relações estabelecidas entre a Suécia e a Alemanha. Em sua arguição, Hess ressalta a importância dos estudos suecos, em especial de Rudolf Kjellen para as necessidades da Alemanha e como esse estudo foi importante para seu mentor, Karl Haushofer, a quem também homenageia em suas palavras (HESS, *Discurso do Senhor Ministro Rudolf Hess*, 14 de maio de 1935 na Sociedade Alemã-Sueca em Estocolmo, 1935).

tornou-se o secretário particular de Adolf Hitler, com um salário mensal de 500 marcos (HESS, 1993, p. 6)⁴⁵.

A partir dessa aproximação, Hess passa a ser vice-Führer do regime nazista, o que lhe garantia certo prestígio político. Seus estudos sobre geopolítica ajudariam a compreender melhor o papel da Alemanha no cenário entre guerras, o que contribuiu para difundir sua doutrina política também a outros países, como a Itália. Ainda que não se comprove os reais fatos sobre a relação explícita entre Haushofer – Hess – Hitler, bem como a influência direta das teses geopolíticas em *Mein Kampf*, o fato é que aparece em uma única passagem explicitamente o conceito de geopolítica:

Se alguém não quer perder a uniformidade da doutrina, esta subdivisão deve ocorrer somente após a autoridade do fundador espiritual e a escola que ele convocou para a vida pode ser considerada como reconhecida. Em relação a isso, a **importância geopolítica** de um centro de um movimento não pode ser superestimada. Somente a presença de um centro e de um lugar, banhada pela magia de uma Meca ou de uma Roma, pode, por fim, dar um movimento que força que está enraizado na unidade interior e no reconhecimento de uma cabeça que representa essa unidade⁴⁶ (HITLER, 1941, pp. 481-482) [grifo nosso].

Hitler utilizará tangencialmente o conceito de geopolítica ao discutir sobre o desenvolvimento do Partido Nacional Socialista, pois diante de uma sociedade alemã fragmentada era necessária a criação de um núcleo central de comando que deveria se situar em Munique. Na ordem de seu pensamento, a discussão sobre o partido deveria anteceder ao

⁴⁵ Texto no original: “It was during that time of incarceration that Hitler and my father established the special relationship of trust and mutual confidence that stamped the image of the party's leadership in later years. It was also in Landsberg that Hitler wrote his well-known, seminal work, *Mein Kampf*. My father edited the pages of the manuscript and checked them for errors. Hitler was released early on December 20, 1924. Four months later, in April 1925 my father became Adolf Hitler's private secretary, at a monthly salary of 500 marks”

⁴⁶ A versão original em alemão: “Diese Untergliederung darf jedoch, wenn nicht die Einheit der Lehre verlorengelassen soll, immer erst dann stattfinden, wenn die Autorität des geistigen Begründers und der von ihm herangebildeten Schule als unbedingt anerkannt gelten darf. Die **geopolitische** Bedeutung eines zentralen Mittelpunktes einer Bewegung kann dabei nicht überschätzt werden. Nur das Vorhandensein eines solchen, mit dem magischen Zauber eines Mekka oder Rom umgebenen Ortes kann auf die Dauer einer Bewegung die Kraft schenken, die in der inneren Einheit und der Anerkennung einer diese Einheit repräsentierenden Spitze begründet liegt“ (HITLER, 1943, p. 381). Também consultamos a versão em inglês, onde o trecho novamente aparece: “If one does not want to lose the uniformity of the doctrine, this subdivision must take place only after the authority of the spiritual founder and the school he has called into life may be looked upon as recognized. In connection with this, the **geo-political importance** of a center of a movement cannot be overrated. Only the presence of such a center and of a place, bathed in the magic of a Mecca or a Rome, can at length give a movement that force which is rooted in the inner unity and in the recognition of a head that represents this unity.” Devemos ressaltar que nem todas as edições da obra *Mein Kampf* utiliza o termo geopolítica. Em algumas versões consultadas durante a pesquisa, encontramos o termo “geográfica” no lugar, o que acaba esvaziando, nesse caso, o sentido geopolítico da discussão.

tema sobre o significado de Estado. Apesar de mencionar o termo geopolítica em apenas uma vez, o conceito de *lebensraum* será mais bem desenvolvido, uma vez que o mesmo está vinculado à análise que Hitler faz sobre o Estado como um organismo vivo, tal como a geopolítica defende:

Um Estado pode ser considerado como um exemplo modelo se servir adequadamente não apenas as **necessidades vitais** do estoque racial que representa, mas se ele realmente assegura, por sua própria existência, a preservação desse mesmo estoque racial, independentemente do significado cultural geral desta instituição estatutária pode ter nos olhos do resto do mundo. Pois não é tarefa do Estado criar capacidades humanas, **mas apenas garantir espaço livre para o exercício de capacidades que já existem**. Por outro lado, um Estado pode ser chamado de ruim se, apesar da existência de um alto nível cultural, condiciona a destruição os portadores dessa cultura, rompendo sua uniformidade racial. Pois o efeito prático de tal política seria destruir as condições que são indispensáveis para a existência posterior dessa cultura, que o Estado não criou, mas que é fruto do poder criativo inerente ao estoque racial cuja existência é assegurada por estar unidos no **organismo vivo do Estado**. Mais uma vez, deixe-me enfatizar o fato de que **o próprio Estado não é a substância, mas a forma**⁴⁷. (HITLER, 1939, p. 366). [grifo nosso]

Tal como defende o Estado como um organismo vivo na obra *Mein Kampf*, o conceito de *lebensraum* era crucial para que a geopolítica se transformasse de um postulado teórico em uma diretriz política. Em outras palavras, a geopolítica alemã seria o estopim para a cisão ideológica no mundo, as alianças criadas pelos seus líderes estatais e a tentativa de

⁴⁷ A versão original em alemão: “Ein Staat kann als mustergültig bezeichnet werden, wenn er den Lebensbedingungen eines durch ihn zu vertretenden Volkstums nicht nur entspricht, sondern dieses Volkstum gerade durch seine eigene Existenz praktisch am Leben erhält – ganz gleich, welche allgemein kulturelle Bedeutung diesem staatlichen Gebilde im Rahmen der übrigen Welt zukommt. Denn die Aufgabe des Staates ist es eben nicht, Fähigkeiten zu erzeugen, sondern nur die, vorhandenen Kräften freie Bahn zu schaffen. Also kann umgekehrt ein Staat als schlecht bezeichnet werden, wenn er, bei aller kulturellen Höhe, den Träger dieser Kultur in seiner rassistischen Zusammensetzung dem Untergang weihet.

Denn er zerstört damit praktisch sterben Voraussetzung für das Fortbestehen of this Kultur, sterben ja nicht erschaffen, denn welche die Frucht eines durch die lebendige staatliche Zusammenfassung gesicherten kulturschöpferischen Volkstums ist. Der Staat stellt eben nicht einen Inhalt dar, sondern eine Form”. (HITLER, 1943, p. 435)

Versão em inglês: “A State may be considered as a model example if it adequately serves not only the **vital needs** of the racial stock it represents but if it actually assures by its own existence the preservation of this same racial stock, no matter what general cultural significance this stataal institution may have in the eyes of the rest of the world. For it is not the task of the State to create human capabilities, but **only to assure free scope for the exercise of capabilities that already exist**. On the other hand, a State may be called bad if, in spite of the existence of a high cultural level, it dooms to destruction the bearers of that culture by breaking up their racial uniformity. For the practical effect of such a policy would be to destroy those conditions that are indispensable for the ulterior existence of that culture, which the State did not create but which is the fruit of the creative power inherent in the racial stock whose existence is assured by being united in **the living organism of the State**. Once again let me emphasize the fact that the **State itself is not the substance but the form**”.

imposição de poder a partir de uma chamada “necessidade vital” dos Estados em um processo natural e determinístico dos mesmos, defendido por essa doutrina.

Em suma, ao apresentarmos a cronologia histórica do conceito, a ideia de geopolítica aparece pela primeira vez na Suécia pelo professor e geopolítico Kjellen e ganha notoriedade na Alemanha por Haushofer no campo acadêmico e por Hess no campo político, ao passo que se torna estratégica na consecução do nazismo e na defesa do determinismo do Estado, mais precisamente da Alemanha enquanto merecedora de um papel central de anexação de territórios para sua própria sobrevivência, segundo os preceitos nazistas. A geopolítica, portanto, marcará profundamente os rumos do período Entre Guerras e desembocará com maior nitidez na II Guerra Mundial, ao tornar-se notória não apenas na Suécia, o Estado embrionário, ou na Alemanha, palco do acirramento das tensões mundiais, mas também em outras partes do mundo, seja para servir de inspiração para novas formas políticas, como o fascismo na Itália, seja para contrapor a esse pensamento.

1.5 Do eixo geopolítico Berlim-Roma-Tóquio do Entre Guerras para a condição “determinística” da II Guerra Mundial

A eclosão da II Guerra Mundial já estava fadada a acontecer, fruto da conduta imperialista das grandes potências que se iniciara na I Guerra Mundial. Antes, porém, as políticas traçadas no período dos “vinte anos de crise” que compreendiam o entre guerras⁴⁸ marcaram decisivamente esse período. A ascensão do nazismo na Alemanha a partir de dois movimentos – **acadêmico**, via disseminação dos estudos sobre a geopolítica e **político**, a partir da expansão da ideologia nazista pela Alemanha – foram os elementos-chave para o acirramento das tensões. Após a consolidação da tradição germânica do pensamento, bem como a tradução desse pensamento em diretrizes políticas, a Alemanha se tornou o palco da disseminação das ideologias conservadoras, sobretudo pelo Partido Socialista Nacional fundado por Hitler e ajudado fortemente por Rudolf Hess. A tradição acadêmica, por outro lado, permitiu que o pensamento geopolítico ganhasse notoriedade por todo o mundo, introduzindo novos debates sobre o tema.

O objetivo desse tópico é discutir brevemente a história do pensamento geopolítico em termos mundiais e como tal conceito se transforma em um axioma e condição

⁴⁸ “Vinte anos de crise” em atribuição à denominação que autor e diplomata britânico Edward H. Carr intitulará dá ao período entre guerras que, em 1939 dará origem à obra de mesmo nome *Vinte anos de crise: 1919-1939* (CARR, 2001).

estratégica adotada pela maioria das potências para pensar seus interesses a partir da ideia de condição vital do Estado. Tomaremos como enfoque a aliança entre Berlim – Roma – Tóquio, isto é, o aprofundamento das relações entre Alemanha, Itália e Japão que era defendida, *a priori*, nos estudos dos geopolíticos de tradição germanófila, principalmente de seu principal intérprete, Karl Haushofer, e se concretizaria a partir dos rearranjos políticos propostos no limiar da Segunda Guerra Mundial, sobretudo pela assinatura do pacto *Anti Komintern*. Como outras alianças também foram propostas para contrapor essas ideias, diante de um cenário de rearticulação das forças das potências, apresentaremos brevemente as outras frentes de pesquisa sobre a geopolítica. Podemos destacar que a recepção do conceito de geopolítica no mundo foi imediata e novos adeptos se propuseram a pensar uma estratégia nacional geopolítica a partir de suas necessidades. Surgiram, assim, novos ramos da geopolítica. Estava posto, dessa maneira, o debate geopolítico e novas formas de se pensar em como garantir os interesses do Estado.

A reorganização do mapa geopolítico no período entre guerras foi determinante para a cisão ideológica no mundo. A crise instaurada na Europa Ocidental após a Primeira Guerra Mundial e a imediata solução liberal intensificaram ainda mais as situações econômica e social dos países que foram palco do conflito mundial. Tal cenário foi propício para a disseminação das teses geopolíticas, ao passo que o discurso sobre a condição vital para o Estado era um bom argumento para que os decisores políticos pudessem colocar em prática a visão geopolítica gestada até então na academia.

Sob o ponto de vista da academia, de acordo com o mapa europeu desenvolvido pelo geógrafo estadunidense Wolfgang Louis Gottfried Joerg (JOERG, 1922), o ensino de geografia e criação de Sociedades de Geografia se espalharam e ganharam densidade na Europa nos anos 1920 (MAPA 1). Segundo Joerg, a cátedra de geografia começara a se espalhar pela Europa. Dos países triados por ele – Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Bélgica, Países Baixos, Suíça, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia, Países Bálticos, Polônia, Checoslováquia, Hungria, Romênia, Iugoslávia, Bulgária e Grécia – quatro merecem destaque: Inglaterra, França, Alemanha e Itália (JOERG, 1922, p. 431).

Tais países, no entanto, representam não só a força política e a disputa de poder das grandes potências e a formação dos Eixos no Entre Guerras que culminaria na II Guerra Mundial, mas também como a possibilidade de reestruturação no campo da educação permite adentrar elementos importantes que ajudam a construir a hegemonia no país.

Figura 1 – Mapa das Universidades com instruções em geografia e as Sociedades geográficas da Europa Ocidental



Fonte: JOERG, *Recent Geographical work in Europe*, 1922, p. 433

Legenda: ● Universidades que dão instruções em geografia
○ Sociedades de Geografia
■ Ambos na mesma cidade

Assim, o mapa do ensino de geografia nas Universidades deve ser observado não apenas para perceber o avanço da reconfiguração no campo da educação, mas como indicador

de uma reestruturação de forças num contexto em que a geopolítica se torna uma importante ferramenta para a política estratégica dos países.

Na Alemanha, a reestruturação no campo acadêmico para inserir a geografia e, conseqüentemente a geopolítica como uma ferramenta estratégica visava na disseminação de ideias não apenas no interior de seu país, mas para além de seus territórios. Um dos veículos importantes da disseminação da geopolítica no mundo partiu da revista alemã *Zeitschrift für Geopolitik*, discutida no tópico anterior. Além de Haushofer, os geógrafos Otto Maull, Erich Obst e Hermann Lautensach, e o cientista político Adolf Grabowsky fizeram parte do corpo editorial da revista e isso permitiu uma ampla divulgação de textos que versavam sobre a geopolítica (COUTO E SILVA, 1967). A veiculação dessa revista foi ampla, inclusive internacionalmente, e contemplava a publicação de textos de Kjellen, Ratzel, Darwin, entre outros que contribuíram – direta ou indiretamente – com os temas da geopolítica. A revista foi o expoente da tradição geopolítica germanófila, pois “até 1945, a dominação unilateral do conceito de política como modelo de expansão do estado do poder era um obstáculo à abertura da geografia política alemã aos padrões das ciências sociais” (KOST, 1989, p. 378). Às vésperas da II Guerra Mundial, seu papel enquanto divulgadora das ideias científicas (e supostamente neutras) teve grande responsabilidade nas redefinições políticas, ao passo que propagava ideias que seriam incorporadas às políticas nazistas. Mas novamente a vida pessoal da família de Haushofer teve um papel crucial na sucessão dos eventos políticos que marcaram o papel da Alemanha e de outras potências às vésperas da II Guerra Mundial.

Haushofer, que durante muito tempo se recusara a entrar no partido, logo se viu em uma situação desconfortável quando a revista começou a ser atacada, principalmente depois que seu filho, Albrecht Haushofer, passou a publicar artigos exaltando a possível relação entre Alemanha e Grã-Bretanha, política que também fora defendido por Rudolf Hess. Nesse episódio, a Gestapo – polícia secreta nazista – passou a vigiar a família Haushofer, no mesmo momento em que Hess perdia influência no gabinete do partido nazista por conta de suas ideias sobre a reaproximação com a Grã-Bretanha para que cessasse o conflito (IRVING, 2010).

Parte da historiografia sobre a II Guerra Mundial sugere que Hess organizou uma viagem secreta à Grã-Bretanha em 1941 para firmar um acordo de paz sem a anuência de Hitler (HALL, 2011; HESS, 1993; IRVING, 2010). No entanto, a viagem foi mal sucedida e o avião de Hess caiu na Escócia, sendo preso e, mais tarde, julgado em Nuremberg em 1946 sob a acusação de “crimes contra a paz” (IRVING, 2010, p. 3). Já sem a proteção política de Hess, Albrecht Haushofer (filho de Karl Haushofer) foi preso e torturado pela Gestapo em 1941 sob

a acusação de realizar missões políticas secretas com a Grã-Bretanha, Europa Ocidental e Japão e ajudar na viagem de Hess, mas logo depois foi libertado. O fato de parte da família Haushofer pertencer à linhagem judaica abriu um precedente para vigiar Albrecht Haushofer. Em 15 de abril de 1945 ele foi preso novamente, acusado de traição e executado (IRVING, 2010) ⁴⁹. Esse fato marcou profundamente seu pai, Karl Haushofer, a ponto do geopolítico reavaliar toda sua produção teórica, uma vez que, em sua concepção, a geopolítica acabou se tornando uma ferramenta nazista ao legitimar as sucessivas estratégias expansionistas e autoritárias da Alemanha, inclusive da exaltação do arianismo reinterpretado pela condição vital do Estado alemão. Essa conduta política de Hitler, segundo Haushofer, foi a responsável pela prisão de seu amigo Hess e a morte de seu filho Albrecht. Todos esses fatores levaram Haushofer e sua mulher a se suicidarem em 10 de março de 1946. Haushofer, em seu bilhete suicida ressaltou: “*I want to be forgotten and forgotten [Eu quero ser esquecido e esquecido]*” (HERWIG, 1999, p. 1).

Apesar do pedido para esquecer em tanto sua biografia quanto sua produção teórica, o conceito de geopolítica já havia sido disseminado pelo mundo. Concomitantemente, muitas interpretações surgiram em outros países sobre a relação entre Estado-território a fim de conseguir alcançar interesses vitais dos Estados diante dos mesmos interesses dos demais. Em linhas gerais, podemos estabelecer três grandes frentes do pensamento geopolítico no mundo. Todas elas, no entanto, estavam atreladas direta ou indiretamente à tradição germânica de Haushofer, seja para endossá-la, seja para tecer críticas a ela. A primeira frente estava relacionada àquela linha de pensamento que se contrapunha ao pensamento haushoferiano, na França, Grã-Bretanha e Estados Unidos. A segunda frente derivou de países cuja relação colonizador-colônia os aproximava das teses de Haushofer, principalmente porque tiveram que adaptar a geopolítica determinista ao problema do Imperialismo na periferia. Fazem parte dessa frente países da península ibérica – Portugal e Espanha – de um lado e, de outro, países latinoamericanos, como Argentina e Brasil. A última frente seria daqueles países que endossaram a geopolítica haushoferiana, sobretudo os países que estavam contemplados na sua linha de pensamento estratégico de coalizão, mais especificamente Alemanha, Itália e Japão.

A França foi um dos países que construiu uma nova forma de tradição de pensamento geopolítico. Desde a publicação das teses de Ratzel no começo do século XX, alguns geógrafos franceses se debruçaram na temática da relação entre o homem e o meio.

⁴⁹ Apesar da pressão em que a Alemanha se encontrava na guerra, Hitler ordenou a execução de Albrecht Haushofer. Em 30 de abril de 1945, quinze dias após a execução do filho de Haushofer, Hitler se suicida.

Nascia a chamada “Escola francesa de geografia” ou “Escola Possibilista” (BACKHEUSER, 1952). Inspirada no pensamento do geógrafo francês Paul Vidal de la Blache no final do século XIX e início do século XX, a abordagem geopolítica francesa se contrapunha ao pensamento alemão de Haushofer a respeito da conduta do Estado ser determinística, baseada nos aspectos naturais do território. Os possibilistas defendiam a influência mútua entre homem e meio e, dessa maneira refutavam o determinismo do meio sobre o homem, tal como a escola alemã (Ibidem)⁵⁰. Apesar de seu interesse pela geopolítica,

O "geopolítico" tornou-se um adjetivo e um interesse pejorativo na geografia política, que tinha sido forte no período entre guerras, quando os geógrafos franceses tentaram construir uma "geopolítica da paz" e promover o desenvolvimento de uma Europa unida, desapareceram completamente. No período entre as guerras, os geógrafos franceses contribuíram para debates internacionais sobre a geopolítica através de suas tentativas de promover o equilíbrio internacional e a paz global, em vez da expansão colonial e do poder nacional (CLAVAL, 2000, p. 239)⁵¹.

O interesse, portanto, estava em contrapor o avanço do determinismo geográfico, em boa parte responsável pelo expansionismo e revanchismo pela perda de territórios da Alemanha para a França no Tratado de Versalhes.

Na Grã-Bretanha, na mesma época em que Kjellen avançava com os estudos sobre a geopolítica na Suécia, o professor e geógrafo inglês Halford Mackinder já havia publicado sua tese sobre o pivô geográfico intitulado *heartland* ou Eurásia, já discutido brevemente no tópico anterior. No final do século XIX e início do século XX, a centralidade da análise estava na exaltação do poder terrestre. Por isso, acessar as zonas estratégicas, bem como expandir e

⁵⁰ Um geopolítico contemporâneo foi Yves Lacoste, autor de *Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* (LACOSTE, 1988) e da revista *Hérodote*, cujo alcance internacional se equiparou à revista alemã *Zeitschrift für Geopolitik*. A revista francesa, por sua vez, era um importante veículo de propagação das ideias geopolíticas, pois “the influence of *Hérodote* was also strong abroad, especially in the Latin-speaking countries. French geographers had been active in the development of the discipline in countries such as Brazil and Argentina. They served as models in Spain, Portugal, and up to a point in Italy (where German geography was also well known). Many of these countries had tragic fascist experiences, either before the Second World War, during the War or after. The majority of their geographers looked to France for anti-fascist and anti-imperialist directions and this optimism appeared well grounded given that the French geographers associated with Pierre George provided such a focus. The ideas of Yves Lacoste and *Hérodote* grew on ground prepared by such intellectual seeds. In fact, the impact came mainly from the initial pamphlet—*La Géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre*—and from the articles of the first five years (1976–1981). It means that the more progressive changes in the conceptions of geopolitics, imperialism and nations since then remained ignored, especially in Spain, Brazil and Spanish-speaking Latin American countries” (CLAVAL, 2000, p. 261).

⁵¹ Texto no original: “The ‘geopolitical’ had become a pejorative adjective and interest in political geography, which had been strong in the inter-war period, when French geographers tried to build a ‘geopolitics of peace’ and prompt the development of a united Europe, had completely disappeared. In the inter-war period, French geographers had contributed to international debates on geopolitics through their attempts to promote international equilibrium and global peace rather than colonial expansion and national power”

assegurar suas fronteiras, tornou-se condição vital para o poder dos Estados. As teses mackinderianas, como foram demonstradas anteriormente, dialogaram com a geopolítica de tradição escandinava e germânica.

Nos Estados Unidos, a geopolítica aparece com o almirante Alfred Mahan e Nicolas Spykman. O primeiro defendia no final do século XIX a supremacia marítima, principalmente pensando na posição dos Estados Unidos, neutralizando o poder da Inglaterra no Atlântico e do Japão no Pacífico (MELLO, 1997). Mas foi com Spykman que a geopolítica de Haushofer foi debatida de forma direta, uma vez que reformulou o conceito de *heartland* de Mackinder e estabeleceu a geoestratégia da contenção por meio do chamado *rimlands*, ou seja, das zonas periféricas desse entorno. É importante ressaltar que “*o pensamento de Spykman se situa, portanto, no quadro da confrontação global entre os países aliados e as potências do eixo (...)*” (MELLO, 1997, p. 47), e demonstrava o posicionamento dos Estados Unidos contra as estratégias da Alemanha nazista, bem como os países aliados a ela. Na II Guerra Mundial era perceptível que essas teses geopolíticas foram importantes para que os Estados Unidos organizassem uma estratégia para galgar posição enquanto potência mundial.

Na península ibérica a geopolítica da segunda frente de pensamento também ganhou espaço. De orientação política autoritária, Espanha e Portugal também passaram a se interessar pelo pensamento geopolítico, muito por conta dos projetos imperialistas e colonialistas de ambos os países, embora no período da II Guerra Mundial, apesar de se relacionar tanto com a Grã-Bretanha quanto com a Alemanha, ambos os países optaram pela relativa neutralidade (SIDAWAY, 2000). Já nos países periféricos latinoamericanos, como Argentina e Brasil, a posição estratégica de ex-colônias fez com que novas perspectivas, como os processos de industrialização e integração, pudessem emergir no final dos anos 1920 e início dos anos 1930.

A atração do início da América do Sul por isso não se deve, como tem sido realizada, à afinidade com o fascismo, o autoritarismo ou o corporativismo. Embora também tenha havido influência de geopolíticos franceses, britânicos e estadunidenses, muitos sul-americanos estavam particularmente interessados no processo de construção da nação alemã e na experiência de uma região periferia, consolidando um processo de industrialização ao mesmo tempo que criava um novo estado. A ideia de "continentalismo" ligada à construção do estado, ao pensamento sistêmico e à industrialização deu novas ferramentas analíticas para repensar idéias antigas. A ideia de integração e a necessidade de superar a vulnerabilidade no sistema

internacional pela "expansão dos horizontes geográficos" não chegaram da Europa, já teve raízes profundas na região. (PUNTIGLIANO, 2011, p. 849)⁵²

Além de buscar uma releitura da geopolítica alemã, a posição geográfica desses países determinava a forma pela qual a geopolítica seria mais enfatizada. Na Argentina, país localizado no extremo Cone Sul, os estudos sobre as rotas marítimas foram estimulados. Já o Brasil detinha de uma porção territorial em termos continentais, e a reflexão sobre essa situação estimulou o surgimento de uma escola brasileira de geopolítica, tendo como precursores o capitão Mário Travassos, Everaldo Backheuser, Lysias Rodrigues e mais tarde o general Golbery do Couto e Silva⁵³.

Por fim, a propagação das ideias geopolíticas da terceira frente durante o contexto da I Guerra Mundial induziu os estados a adotarem uma postura defensiva, mas também, em alguns casos, mais assertiva já no Entre Guerras. O imperialismo impulsionou ainda mais a construção das teses sobre a consecução das diretrizes políticas a partir das condições naturais do território. As alianças criadas pelas potências para garantir a segurança de sua posição política fizeram com que muitos Estados recorressem à geopolítica como se fosse um manual, um instrumento capaz de garantir seus interesses. E, mesmo que o desejo de Haushofer tenha sido o esquecimento de suas ideias acerca da geopolítica, sua contribuição teórica para o mundo teve desdobramentos que puderam ser verificados na própria Segunda Guerra Mundial. O pensamento que se inicia em Kjellen ganha contornos mais definidos com Haushofer, sobretudo porque a geopolítica passou a ser um importante instrumento da formulação de políticas do Estado.

Um dos legados da contribuição de Haushofer para a construção de uma coalizão política entre algumas potências em termos mundiais por conta do pan-germanismo⁵⁴ foi o Pacto *Anti Komintern*. Assinado em 25 de novembro de 1936 pelos Estados alemão e japonês (Anti-Comintern Pact, 1936) e, mais tarde, em 1937, pelo Estado italiano, a aliança tinha

⁵² No original: "The early South American's attraction for these was not due, as has been held, to affinity with fascism, authoritarianism or corporativism. Although there also was influence from French, British and US geopoliticians, many South Americans were particularly interested in the process of German nation-building and experience of a periphery region consolidating a process of industrialisation at the same time as creating a new state. The idea of 'continentalism' linked to state-building, systemic thinking and industrialisation gave new analytical tools to re-think old ideas. The idea of integration and the need to overcome vulnerability in the international system by the 'expansion of geographical horizons' did not arrive from Europe, it already had deep roots in the region."

⁵³ Autores contemporâneos brasileiros, como os professores Leonel Itaussu Almeida Mello, Milton Santos e Shiguenoli Miyamoto refletiram sobre o pensamento geopolítico brasileira a partir de uma perspectiva crítica.

⁵⁴ Haushofer defendia o pan-germanismo como uma das partes das pan-regiões, uma espécie de divisão e, consequentemente coalizões em blocos lideradas por alguns países-chave, entre eles a Alemanha (MELLO, 1997).

como objetivo evitar o avanço comunista em seus respectivos territórios e em suas colônias. A aliança no Oriente seria estratégica. Desde o exercício militar nesse país ainda enquanto general, Haushofer havia refletido muito sobre a localização geográfica e os elementos que garantiriam o Japão enquanto futura potência (HERWIG, 1999). A partir dessa experiência escreveu vários artigos sobre a possibilidade de aproximação entre Alemanha e Japão, sobretudo para conter o avanço comunista no Pacífico e, também garantir as políticas expansionistas de ambos. O conceito de geopolítica no Japão foi introduzido pela primeira vez em 1925, quando o trabalho de Rudolf Kjellen apareceu na revista *Japanese Journal of International Law and Diplomacy*. O principal intérprete das teses kjellianas no Japão foi o geopolítico Chikao Fujisawa o qual “apontou que “esta nova abordagem abre novos horizontes no estudo real dos fenômenos do estado, eliminando a antiga abordagem antiga, abstrata, teórica e convencional antiga” (TAKEUCHI, 2000, p. 72). Apesar do fascínio de Haushofer pelo Japão, o movimento do pensamento geopolítico japonês também foi derivado de debates endógenos, como a criação de uma Universidade Imperial de Kyoto e da associação Japonesa de Geopolítica. O Japão, portanto, seria uma aliança estratégica para os rumos da II Guerra Mundial. E em termos práticos, seria interessante afastar o Japão da influência soviética para garantir uma saída em direção ao Oceano Índico.

Apesar de em todas as partes do mundo a geopolítica ter se inserido nas estratégias dos países, será na Itália que os traços políticos e ideológicos do conceito original foram mantidos. A aliança germânico-italiana se deu por conta da aproximação ideológica estabelecida entre dois regimes políticos autoritários: o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália. A Itália, portanto, seria um *locus* em potencial para estabelecer as teses geopolíticas de Haushofer, e dessa maneira, tal como em outros países, criou-se também uma Escola de pensamento geopolítico italiano.

A partir da veiculação da revista *Zeitschrift für Geopolitik*, a geopolítica ganha notoriedade na Itália, no jornal chamado *Geopolítica*, publicado entre janeiro de 1939 e dezembro de 1942 principalmente por Ernesto Massi e Giorgio Roletto:

Quando, em janeiro de 1939, a primeira edição da revista Geopolitica (1939-42) foi publicada na Itália, por quinze anos, em Munique, o *Zeitschrift für Geopolitik* (1924-144; 1951-168), direto pelo general Karl Haushofer, descreveu os objetivos, metodologia e objeto de pesquisa da nova disciplina geográfica. Na Itália, as ideias de Haushofer foram importadas por um jovem geógrafo de Trieste, Ernesto Massi, que os submeteu com sucesso ao

professor, Giorgio Roletto, professor de geografia econômica da Universidade de Trieste. (ANTONISCH, 1994, p. 269)⁵⁵

Antes dos geógrafos Massi e Roletto veicularem seus estudos sobre a geopolítica na Itália, outros geógrafos anteriores a eles, como Giuseppe Dalla Vedova e seu discípulo, Roberto Almagià também já se tornavam personagens de destaque, pois foram os responsáveis em promover uma releitura do método da geografia italiana a partir de Ratzel e Ritter e também de comandar o *Congresso Geografico Nazionale* da Itália. Nos anos 1920, esses geógrafos italianos Almagià se deparou com os resquícios da I Guerra Mundial, o que impulsionou a compreender como os interesses da Itália poderiam ser preservados, a partir do avanço do fascismo no país. Liderada politicamente por Benito Mussolini, a Itália buscava se reconstruir política e economicamente da I Guerra Mundial, optando pela estratégia de conquistar os territórios perdidos, principalmente parte do continente africano.

Dessa maneira, a reformulação do entendimento da geografia no país, associada a um contexto político e ideológico de cunho fascista impulsionou as teses sobre a geopolítica também na Itália. E é nesse contexto que a geopolítica aparece na Itália, respondendo a uma demanda exógena, ao se deparar no entre guerras com um cenário de disputas territoriais, fruto do avanço do imperialismo das potências e interesses nacionalistas dos estados e uma demanda endógena, decorrente das transformações do pensamento geográfico no país, e a reforma fascista da educação e do sistema escolar. O pensamento geopolítico construído até esse momento, portanto, seria a ferramenta perfeita para que a Itália e demais países pudessem se inserir nesse rearranjo político que fora determinístico para a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

⁵⁵ Texto no original: “Quando, nel gennaio 1939, il primo numero della rivista Geopolitica (1939-’42) fu pubblicato in Italia, già da quindici anni, a Monaco di Baviera, la *Zeitschrift fur Geopolitik* (1924-’44; 1951-’68), diretta dal generale Karl Haushofer, era andata delineando finalità, metodologia e oggetto di ricerca della nuova disciplina a base geografica. In Italia, le idee di Haushofer furono importate da un giovane geografo triestino, Ernesto Massi, che le sottopose con successo al suo maestro, Giorgio Roletto, professore di geografia economica presso l’Università di Trieste.”

CAPÍTULO 2

O conceito de geopolítica em Antonio Gramsci e a tradição italiana

O objetivo desse capítulo consiste em compreender a mudança de sentido do conceito tradicional de geopolítica nos estudos de Antônio Gramsci, sobretudo a partir da dimensão orgânica do termo e não determinística, no sentido contrário a Kjellen. As nove menções distribuídas em seis parágrafos do termo geopolítica ao longo de seus cadernos carcerários, além de oito menções do termo “posição geográfica” e quarenta menções do termo “geografia” explicitam a necessidade de analisar como Antonio Gramsci concebe a perspectiva espacial em suas obras.

Partiremos de uma pergunta-chave que balizará nossa análise: *Qual a relevância do conceito de geopolítica, isto é, da relação entre política e espaço para a no pensamento de Antonio Gramsci?* Para isso será necessário reconstruir o mapa conceitual a respeito da geopolítica nos *Cadernos do Cárcere*. A hipótese que deriva desse caminho argumentativo e que sustentará nossa tese consiste no fato do conceito de geopolítica aparecer como um importante **componente político** no pensamento gramsciano, no qual o nexos entre as questões espaciais e políticas passa a ser compreendido a partir de uma estrutura organicamente construída em torno da dinâmica das hegemonias e não como um aspecto determinístico do espaço sobre a política estatal. Em outras palavras, a tese dessa pesquisa é que o conceito de geopolítica, também usado como geografia (ou posição geográfica) aparece como um importante *componente político* no pensamento gramsciano.

Para endossar nossa hipótese, partiremos da breve contextualização histórica da gênese do conceito de geopolítica na Itália, em três dimensões: i. Teórica – o debate acadêmico sobre os rumos da geografia a partir do começo do século XX, mais especificamente nos anos de 1920 por meio de revistas, congressos que os geógrafos italianos passaram a difundir no país; ii. Educacional – a reforma educacional na Itália e a reestruturação do ensino de geografia tanto nas escolas quanto nas universidades se voltou a

uma concepção mais utilitária, na medida em que endossava o nacionalismo; iii. Política – assim como acontecera nos regimes políticos em outros países, a ascensão do fascismo tornou a geopolítica um instrumento ideológico para afirmar o papel da Itália no mundo.

Em seguida, analisaremos cada passagem assinalada por Gramsci sobre geopolítica e também o termo geografia, quando for sinônimo do primeiro, isto é, dependendo da aproximação do conceito enquanto aparato político. As passagens a serem analisadas demonstrarão o que Gramsci entende por geopolítica, e como tal instrumento passa a ser um componente político na medida em que as relações sociais é que determinam a posição de força dos Estados em um determinado espaço e não o contrário, como sugere o pensamento kjelliano, haushoferiano e dos teóricos descendentes dessa perspectiva teórica tradicional.

Ao analisarmos os escritos carcerários, devemos compreender o ritmo do pensamento de Gramsci ao considerar dois movimentos que ocorrem concomitantemente – contextos “externo” e “interno” à prisão. O primeiro movimento se refere ao contexto histórico da própria Itália. Desde a inserção da geopolítica de Haushofer no entre guerras, a Itália passa a internalizar esse conceito, mas dando-lhes contornos nacionais. Uma das principais medidas para implementação da concepção geopolítica no país foi estratégia política traçada pela Itália fascista e as alianças com outros estados, principalmente, o Eixo Roma-Berlim-Tóquio depois da Primeira Guerra Mundial. Outra medida foi a reformulação no campo da educação promovida pelo então Ministro da Educação, Giuseppe Bottai, reformas essas já iniciadas antes pelo filósofo Giovanni Gentile. Dentro dessas reformulações, podemos destacar como a geopolítica foi compreendida a partir dos geógrafos e como esse novo debate se desdobrou em produções científicas como livros, artigos, anais de congressos, entre outras formas de veiculação, dentre as quais a revista italiana *Nuova Antologia* – que se torna uma importante fonte do pensamento gramsciano, ao passo que representa o elo entre os dois contextos.

Nesse ínterim é que podemos introduzir o segundo movimento, o contexto “interno” à prisão, ou seja, o momento pelo qual Antônio Gramsci passa a ter contato pela primeira vez com o conceito de geopolítica via revista *Nuova Antologia*. Apesar de ter conhecido o pensamento de Rudolf Kjellen por meio de uma resenha publicada em uma edição dessa revista datada de 1927, Gramsci se interessará pela temática, sobretudo pela relação da dimensão política com a dimensão espacial, assunto esse que está contida em sua obra carcerária. Devemos considerar que ainda que o contato de Gramsci com essa fonte tivesse sido pontual e indireto, não podemos desprezar as transformações que estão ocorrendo na Itália nesse período. E boa parte das transformações no entre guerras se deve às novas

políticas adotadas pelos países, inclusive pela Itália, derivadas da estratégia que a geopolítica oferece a eles. A inserção da geopolítica – enquanto discurso e prática – provoca transformações tanto do ponto de vista nacional quanto do internacional. E é a partir desse contorno histórico que a perspectiva espacial nas obras gramscianas faz um contraponto à ideia determinística do Estado. Em outras palavras, Gramsci nos apresenta que a construção do espaço se deve ao movimento histórico das relações sociais do qual o Estado emerge e, portanto, é diametralmente oposta à ideia propagada até então pela perspectiva determinística de um Estado orgânico, refém de suas necessidades.

Dentro dessa perspectiva, analisaremos o momento histórico da trajetória dos estudos na prisão a partir de 1930, ano em que escreve o parágrafo referente à geopolítica⁵⁶. Reconstituiremos, portanto, o mapa conceitual da geopolítica nos escritos carcerários e analisaremos cada passagem mencionada por Gramsci sobre geopolítica, indicando as diferenças conceituais e metodológicas do termo no seu pensamento para assim compreender que a dinâmica do espaço é, na verdade, uma construção política que nasce das relações organicamente construídas e não das relações determinísticas defendidas pelo pensamento tradicional. A essa nova perspectiva surgirá uma nova forma de se compreender as relações de força, tanto de uma dimensão nacional, quanto de uma dimensão internacional.

2.1 O prisma da geopolítica na Itália: a compreensão teórica e política da relação entre Estado e território pelo fascismo

Se a geopolítica na Europa antes da I Guerra Mundial era assunto inédito para boa parte dos países, no Entre Guerras ela já havia se tornado um instrumento de dominação estratégica das grandes potências e uma ideologia que legitimava suas ações. As obras de Ratzel, Kjellen, Haushofer e Vidal de la Blache já haviam sido introduzidas nas políticas dos países europeus, ao passo que o legado da I Guerra Mundial impulsionou a produção de uma série de estratégias para proteger as fronteiras de maneira defensiva e, por outro lado, de forma ofensiva, garantir a expansão de suas colônias em um processo imperialista. Era, portanto, uma disseminação das inúmeras abordagens da geopolítica que acabaram sendo traduzidas na formulação de políticas.

⁵⁶ Utilizaremos a datação sugerida por Gianni Francioni na obra *L'Officina Gramsciana: ipotesi sulla struttura del "Quaderni del carcere"* em relação à cronologia e sequência dos *Cadernos do Cárcere* (FRANCIONI, 1984)

E um dos países que mais teve importância na disseminação das diferentes abordagens da geopolítica foi a Itália. A difusão das teses de Ratzel, Vidal de la Blache e Haushofer originou o confronto de diversas formas de pensamento geopolítico, principalmente para se pensar a melhor forma de atender as questões nacionais. Nos anos 1920, a maior parte do debate desqualificava o pensamento germânico, priorizando a abordagem francesa. No entanto, a década de 1930 marca a difusão do determinismo vinculado ao pensamento germanófilo, principalmente aquele propagado por Haushofer (ATKINSON, 2000, p. 95). A aproximação com a geopolítica haushoferiana se deve principalmente ao avanço do fascismo na Itália. Para entendermos como a geopolítica também se tornou um pensamento influente por meio do fascismo, devemos mapear como a geopolítica é introduzida na Itália para se tornar também um manual estratégico para a política no país, assim como foi na Alemanha.

Antes do conceito de geopolítica ser popular na Itália, o campo da geografia estava sendo debatido, de modo que se repensasse seu próprio objeto de estudos. Um dos principais responsáveis por promover o revisionismo da geografia foi o italiano Giuseppe Dalla Vedova. Formado em filosofia e em geografia, foi professor da Universidade de Pádua e teve um importante papel em meados do século XIX em veicular um debate sobre a reformulação dos pilares conceituais da geografia. Em seu importante artigo “*La geografia a’ giorni nostri*” da revista italiana *Nuova Antologia* (DALLA VEDOVA, 1873), apresenta uma concepção muito semelhante a que o geopolítico sueco Rudolf Kjellen apresentava na Suécia: a geografia enquanto organismo. Nas suas palavras,

A expressão geográfica e criada, é imposta pela natureza, é criada pelo comum e pelo temperamento harmonioso das condições físicas, produtos, necessidades, interesses, tradições, origens; **a expressão geográfica representa uma espécie de organismo; e os organismos têm em si o motivo e o direito de sua própria existência** (DALLA VEDOVA, 1873, p. 88) [grifo nosso]⁵⁷.

A partir da necessidade de se repensar a reestruturação da geografia, Giuseppe Dalla Vedova também foi responsável em organizar as primeiras edições trienais do Congresso Geográfico Nacional da Itália (*Congresso Geografico Nazionale*) (ISTITUTO SOCIETÀ GEOGRAFICA ITALIANA, [S.d.]), em 1892 e 1895, o qual tinha como objetivo

⁵⁷ Texto no original: “L’espressione geografica e creata, è imposta dalla natura, è creata dalla comunanza e dall’armonico temperamento di condizioni fisiche, di prodotti, di bisogni, d’interessi, di tradizioni, d’origini; **l’espressione geografica rappresenta una specie di organismo; e gli organismi hanno in sé la ragione e il diritto della propria esistenza**”.

difundir a cátedra de geografia, com ênfase nas especificidades da Itália e não mais da França, da Alemanha ou de outras abordagens. Em 1918 o geógrafo publica novamente na revista *Nuova Antologia* o artigo “*La geografia nella vita e nella scuola moderna*” (DALLA VEDOVA, 1918) para explicitar a necessidade de reformular o ensino da geografia, sobretudo nas universidades atribuindo-lhe uma direção utilitária (DALLA VEDOVA, 1918, p. 232). O geógrafo se baseia em Ratzel para trazer a ideia humanística da geografia e não só a geografia física, até então o foco principal dos estudos da geografia. Para Dalla Vedova,

Hoje, isto é, do Ratzel, chamamos essa maneira humanista de lidar com a geografia antropogênica ou humana e distinguimos toda a subespécie política, social, econômica, geografia comercial e assim por diante. Mas continua firme que a geografia antrópica sempre leva a sua opinião nas condições físicas do globo e julga a importância e a ação delas em relação às condições humanas, que é então a verdadeira geografia utilitária (...) (DALLA VEDOVA, 1918, p. 231)⁵⁸.

Por conta dos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, Giuseppe Dalla Vedova afirma que a geografia deveria contribuir cientificamente para interpretar o novo fenômeno que o mundo enfrentava e, sobretudo pensar sobre o papel da Itália.

(...) As mesmas grandes necessidades da guerra criaram a outra necessidade de pisar, revirar, explorar as regiões do mundo em um frenesi e colocar todas as riquezas na festa. E, ao mesmo tempo, as cidadãs deixadas para trabalhar em casa foram chamadas abruptamente, urgentemente para orientar-se na vasta crônica diária da guerra, que é notar dia a dia as particularidades de países próximos e distantes e talvez sentir o vazio de sua própria ignorância geográfica e persuadir grande importância da geografia. E mesmo essa experiência já era um princípio de progresso.

Em todo o tempo aconteceu que a angústia e os triunfos das guerras, deu grande aumento ao conhecimento da Terra. (...)

Esta é também a nossa tremenda guerra, que sobre a enorme quantidade de armas e exércitos excede todo exemplo histórico, recolhido e remixado como nunca antes dos povos de todas as partes do mundo. Quando finalmente derrubamos nossas armas com a nossa vitória, é certo que, no muito discutido período pós-guerra, os estudos geográficos serão ainda mais na agenda. (DALLA VEDOVA, 1918, p. 224–225)⁵⁹.

⁵⁸ Texto no original: “Oggi, cioè dal Ratzel in poi, noi chiamiamo questa maniera umanistica di trattazione la geografia antropica o umana e distinguiamo come tante sottospecie la geografia politica, sociale, economica, commerciale e via dicendo. Ma resta fermo che la geografia antropica prende sempre le mosse dalle condizioni fisiche del globo e giudica l'importanza e l'azione di esse in rapporto alle condizioni umane, ch'è poi la vera geografia utilitaria (...)”.

⁵⁹ Texto no original: “(...) Le stesse grandi necessità della guerra crearono l'altra necessità di percorrere, rivostare, sfruttare affannosamente le regioni di tutto il mondo e metterne a partito tutte le ricchezze. E nello

Por conta do legado da Primeira Guerra Mundial, no começo dos anos 1920 havia uma demanda para revisar os fundamentos desse campo de estudos, e Dalla Vedova se tornou uma referência para o campo da geografia. A influência alemã e francesa era perceptível na Itália, mas o país que durante muito tempo absorvia as teses dessas duas tradições, procurou construir seu próprio pensamento, partindo das especificidades do território italiano. Foi a partir dessa lacuna que a geopolítica na Itália passou a ser discutida.

Uma das primeiras cidades protagonistas da difusão do pensamento geopolítico italiano foi Trieste no começo dos anos 1920. Situada no nordeste do território italiano e às margens do Mar Adriático, foi alvo da disputa territorial da Itália com o Império Austro-Húngaro devido ao seu porto no século XIX. Ao ser anexada à Itália após a I Guerra Mundial, a cidade – caracterizada pela pluralidade linguística e étnica – teve sua economia abalada, mas devido a sua posição estratégica, o projeto de recuperação econômica foi elaborado pela Universidade de Trieste, patrocinada principalmente pela elite comerciante local (ATKINSON, 2000, p. 96). Havia também um interesse pela estratégia política de consolidar o fascismo e o nacionalismo na região, ao passo que Trieste marcava a fronteira da Itália com a instabilidade extraterritorial própria do período Entre Guerras. Um dos cursos mais privilegiados foi o de direito internacional, para proteger juridicamente os interesses do país, e o de geografia econômica, muito provavelmente para restabelecer relações comerciais com outros países. O docente responsável pela construção do curso de geografia foi o professor Giorgio Roletto.

Roletto foi um dos responsáveis por introduzir o ensino de geopolítica na Itália. Para auxiliá-lo na construção do novo curso, solicitou a ajuda de seu aluno austríaco, Ernesto Massi, o qual se dedicou também aos estudos de geopolítica. Ambos foram dois dos principais precursores do pensamento geopolítico na Itália, pois

encontrou-se em uma nova cidade na Itália, que era um berço do fascismo e trabalhava em uma universidade com o objetivo de propor soluções aos crescentes problemas econômicos de Trieste. Foi um contexto em que o

stesso tempo le cittadinanze rimaste a lavorare a casa furono richiamate bruscamente, urgentemente ad orientarsi nella vasta cronaca quotidiana della guerra, cioè ad avvedersi giorno per giorno delle particolarità di paesi vicini e lontani e sentir forse il vuoto della propria ignoranza geografica e persuadersi dell'importanza stragrande della geografia. E anche questa esperienza era già un principio di progresso.

In ogni tempo è avvenuto che le angosce e i trionfi delle guerre, dessero grande incremento alla conoscenza della Terra. (...)

Così anche questa nostra tremenda guerra, che per la mole enorme di armi ed armati supera ogni storico esempio, raccosta e rimescola come non fu mai le genti di tutte le parti del mondo. Quando poi colla nostra vittoria poseranno finalmente le armi, questo è certo che, nel tanto discusso dopo-guerra, si troveranno ancora più all'ordine del giorno gli studii geografici”.

intercâmbio de lugares, políticas, perspectivas individuais e tradições geopolíticas (ATKINSON, 2000, p. 96)⁶⁰.

Embora a perspectiva geopolítica ainda fosse desconhecida na Itália, ambos os geógrafos passaram a difundi-la maciçamente não só em Trieste, mas também em dimensão nacional. No entanto, a difusão desse conceito não foi homogênea, tampouco linear. Formado pela tradição francesa, Roletto foi indicado para coordenar o curso de geografia e como sua formação estava associada também à economia, o geopolítico propagou o ensino da geografia pela linha francófona do pensamento de la Blache. Massi, por outro lado, tinha uma formação germanófila, o que pluralizou o pensamento geopolítico na Itália ao mesclar a tradição francesa com a germânica, ao passo que

A tensão da geopolítica que emergiu em Trieste, no entanto, era uma geopolítica italiana autoconscientemente híbrida e negociada que foi desenvolvida a partir de literaturas européias mais amplas. Enquanto Massi estudara o determinismo geográfico dos geopolíticos alemães, Roletto contribuiu com a leitura das críticas francesas de Geopolitik. (...) Não surpreendentemente, então, a geopolítica que emergiu na Itália foi influenciada pelos precedentes alemão e francês, mas, fundamentalmente, foi concebido para ser distintivo de ambos. Contextos de Trieste e Itália fascista (ATKINSON, 2000, p. 98)⁶¹.

A geopolítica na Itália passou a ser compreendida de modo híbrido entre o determinismo alemão e o possibilismo francês. Massi teve um protagonismo na difusão do pensamento geopolítico na Itália. Buscava contatos na Alemanha, principalmente com o vice-fürher, Rudolf Hess, por conta de sua proximidade política com Hitler e acadêmica com Haushofer. Também se aproximou da política fascista italiana, principalmente do então ministro da Educação, Giuseppe Bottai, que ao seguir os passos de Giovanni Gentile, foi responsável em dar continuidade à reformulação da educação que contemplava o

⁶⁰ Texto no original: “found themselves in a new Italian city that was a hotbed of Fascism, and working in a University with a remit to propose solutions to the growing economic problems of Trieste. It was a context where the intermingling of place, politics, individual perspectives and geopolitical traditions all informed the production of Geopolitical”

⁶¹ Texto no original: “The strain of geopolitics which emerged in Trieste, however, was a self-consciously hybrid and negotiated Italian geopolitics that was developed from wider European literatures. While Massi had studied the geographical determinism of the German geopoliticians, Roletto contributed his reading of French critiques of Geopolitik, and brought an insistence upon the importance of human agency to the emergent Italian perspective. (...) Unsurprisingly then, the geopolitics that emerged in Italy was influenced by both German and French precedents, but crucially, it was designed to be distinctive from both. It was in this manner that the infant geopolitical traditions of Europe spawned a further variant of geopolitics, although one that was equally informed by the specific contexts of Trieste and Fascist Italy”.

nacionalismo italiano. Também teve interesse em financiar a revista italiana *Geopolítica*⁶² (publicada entre janeiro de 1939 até 1942), uma das grandes responsáveis no país por traduzir os textos da revista alemã editada por Haushofer, *Zeitschrift für Geopolitik* (ATKINSON, 2000; SINIBALDI, 2010), que acabou se tornando uma referência para os estudos geopolíticos italianos, principalmente pela proximidade da linha editorial com os interesses fascistas (ATKINSON, 2000, p. 98).

Além de Trieste, outra cidade que também se destacou foi Firenze (Florença). Um dos responsáveis por veicular o conceito de geopolítica foi o geógrafo e cartógrafo Roberto Almagià. Nascido em Firenze, Almagià foi um discípulo de seu mentor Giuseppe Dalla Vedova, que chegou a lecionar na Universidade de Pádua, e posteriormente na Universidade de Roma entre os anos 1920 e 1930. Também escreveu um livro intitulado *La Geografia*, de 1919 (ALMAGIÀ, 1919), fundou a Sociedade de Estudos de Geografia de Firenze (*Società di studi geografici di Firenze*), além de dar continuidade ao projeto de Giuseppe Dalla Vedova ao presidir o *Congresso Geografico Nazionale*.

Almagià, assim como Dalla Vedova, se empenhou a estudar os pilares da geografia por meio da história do pensamento geográfico (“ALMAGIÀ, Roberto”, 1988). Publica em 1927 um importante artigo “*Gli Indirizzi Attuali della Geografia e Il decimo Congresso Geografico Nazionale*” na revista *Nuova Antologia* (ALMAGIÀ, 1927), o qual tem como objetivo discutir os novos rumos da geografia na Itália, ao contribuir com o debate iniciado pelo artigo “*Giuseppe Dalla Vedova e il moderno indirizzo degli studi geografici in Italia*”, de 1919, do também geógrafo italiano Cosimo Bertacchi (BERTACCHI, 1919). Assim como Roletto e Massi, Almagià também teve sua importância na propagação da geopolítica na Itália. O professor Almagià foi responsável por desenvolver um curso de excelência de geografia na Itália e ajudou a implementar o estudo da geografia em doze universidades italianas⁶³, inclusive em Turim, na faculdade que Gramsci frequenta, além de incentivar o estudo desse campo de pesquisa também em outros países (JOERG, 1922, p. 449–450)⁶⁴.

Diante desses contornos históricos – tanto nacional quanto internacional – é que podemos nos aprofundar na discussão sobre a forma de se conceber a relação entre Estado e território, ou seja, a geopolítica ou, em termos mais gerais, a perspectiva espacial. E será a partir do artigo de Almagià intitulado “*Gli Indirizzi Attuali della Geografia e Il decimo*

⁶² Para uma análise mais aprofundada dessa revista ver artigo de Marco Antonish “*La rivista ‘Geopolítica’ e La sua influenza sulla politica facista*” (ANTONISCH, 1994).

⁶³ Vide o mapa 1 no Capítulo 1

⁶⁴ Exceto na Universidade de Parma, onde a Faculdade de Letras não dispunha do curso de geografia.

Congresso Geografico Nazionale” publicado na revista *Nuova Antologia* que a divergência conceitual começa a emergir. Antonio Gramsci ao ler esse artigo, toma conhecimento desse debate na prisão, sobretudo do novo conceito usado para reestruturar as políticas dos países: a geopolítica apresentada por Rudolf Kjellen. E tomando esse artigo como importante fonte de seus estudos carcerários, Gramsci escreverá o parágrafo sobre a Geopolítica e utilizará a expressão em algumas passagens dos *Cadernos do Cárcere*, porém atribuindo um novo significado ao termo.

2.2 As notas sobre geopolítica e geografia de Antonio Gramsci nos Quaderni

Esse tópico tem por objetivo reconstituir o mapa conceitual da geopolítica nos escritos carcerários, além de analisar cada passagem mencionada por Gramsci sobre geopolítica e sua relação sinonímia com o termo geografia, indicando as diferenças conceituais e metodológicas dos termos. Para justificar a reconstituição do mapa conceitual da geopolítica no pensamento de Gramsci, entendemos que o autor possui uma preocupação de entender os temas que se dispôs a estudar a partir de uma dimensão espacial. Isso significa que os instrumentos histórico-metodológicos de Antonio Gramsci também servirão para situar a temática da geopolítica nos *Cadernos do Cárcere*. Apontaremos os cadernos e faremos uma síntese analítica, tomando como necessidade situá-los no tempo e espaço de Gramsci.

Os desdobramentos que se iniciaram na concepção do conceito de geopolítica na Suécia por Rudolf Kjellen no final do século XIX e início do século XX, passando pela expressiva repercussão na Alemanha por Haushofer no Entre Guerras, desembocaram na Itália de Gramsci, com os contornos de um debate fascista e nacionalista. Compreender como a Itália formulou uma nova diretriz política que tornava a geopolítica um instrumento de poder fascista ajuda a decifrar como Gramsci interpretará esta época. A geopolítica, portanto, moldava e ao mesmo tempo era moldada pela política fascista italiana. É a partir desse cenário que Antonio Gramsci passa a escrever na prisão.

O autor apontará em alguns cadernos os problemas de espacialização. Como mencionamos brevemente no tópico anterior, o próprio Gramsci afirma que ao tratar da questão nacional, a dimensão territorial deve ser considerada. É por isso que em muitos apontamentos, Gramsci fará questão de situar geograficamente, de modo a compreender a construção do espaço por meio do desenvolvimento e da interação social. No entanto, a compreensão que Gramsci desenvolverá nos *Cadernos do Cárcere* sobre espaço, geografia e a

geopolítica será uma nova interpretação do que o *mainstream* havia produzido até então, como discutido no capítulo anterior. Gramsci, portanto, nos mostra a tradutibilidade do conceito para a Itália, uma vez que a partir de um novo contexto histórico, o conceito de geopolítica que emergiu na Suécia e ganhou espaço na Alemanha poderia ser “adaptado” para a Itália. Sobre a tentativa de tradução de um conceito para outros contextos – temporais e espaciais – Rodrigo Passos indaga que

Gramsci esboçou o que, em tradução para o português, pode ser chamado de “tradutibilidade” ou “traducibilidade”.

Gramsci parte justamente da metáfora da tradução linguística para pensar a aplicação de categorias, ideias em contextos diversos daqueles que os originaram. Atentar para a linguagem e para a teoria e prática diversas ao traduzir uma expressão cultural de uma época para outra, sem cair em esquematismos genéricos seria um exemplo de uma definição dessa perspectiva. (PASSOS, 2013, p. 17)

Em outras palavras, o marxista italiano buscava reinterpretar as categorias analíticas segundo as especificidades históricas de um tempo e espaço determinado. Assim, a geopolítica da Suécia ou da Alemanha não poderia ser internalizada automática e arbitrariamente na Itália sem levar em conta as especificidades históricas do país (ou até mesmo as peculiaridades do desenvolvimento regional desigual do território italiano). Isso porque enquanto a geopolítica tradicional dos países escandinavos e germanófilos acreditava em um conceito determinístico da geopolítica, isto é, o Estado e, conseqüentemente as relações sociais reféns das necessidades de seu território, Gramsci entenderá que o território e as relações sociais possuem um *nexo orgânico* (ou permanente)⁶⁵, isto é, existe uma “continuidade orgânica entre sociedade e natureza” (BARATTA, 2004, p. 127). Gramsci não tratará as dimensões espaciais essencialmente determinadas pelos aspectos geográficos ou pelo território físico, mas como as relações sociais incutirão sobre o território e vice-versa. Segundo Giorgio Baratta,

Neste nível de generalidade, tais **conceitos geográficos são**, dirá Gramsci mais adiante [do parágrafo], “**construções convencionais históricas** não do homem em geral, mas das classes cultas europeias, que por meio de sua

⁶⁵ Bianchi discute sobre o conceito de *orgânico*: “Gramsci ressalta que no estudo de uma conjuntura é preciso distinguir os **movimentos orgânicos (permanentes)** daqueles **conjunturais (ocasionais, imediatos, acidentais)**. (...) Essa distinção entre movimentos orgânicos e fatos conjunturais deve se aplicar a todo tipo de situação. A ausência de uma relação justa entre ambos é um erro frequente na análise histórico-política. Mas as conseqüências desse erro são mais graves na política do que na historiografia, na medida que, enquanto esta última tem o objetivo de reconstruir a história passada, a política almeja a construção do presente e do futuro” (BIANCHI, 2008, p. 7) [grifo nosso].

hegemonia mundial as impuseram no mundo inteiro” (Q7, §25, p. 874 *Apud* BARATTA, 2004, p. 169).

Para Gramsci, portanto, esses conceitos que indicam as direções geográficas, como Ocidente/Oriente; Norte/Sul; Leste/Oeste são, na verdade, construções históricas arbitrárias e convencionais. Gramsci então, por meio da tradutibilidade, adapta esses conceitos no sentido de categorias históricas. E se são historicamente construídas, então não podem prescindir da história, pois são situadas no tempo e no espaço. É preciso, então, conceber duas constatações para Gramsci. A primeira ressalta a condição orgânica entre espaço (aspectos naturais, físicos) e sociedade (aspectos históricos). A segunda argumenta que os conceitos são historicamente construídos e, portanto, não são determinísticos. Assim, o novo sentido de geopolítica enunciado por Gramsci e depois utilizado em alguns outros cadernos carcerários se situa historicamente no tempo e no espaço. É por isso que Gramsci ao internalizar o conceito de geopolítica, o faz nos apresentando brevemente a genealogia da geopolítica em seu parágrafo, mas atribui um novo conteúdo ao termo. É a partir desse arcabouço analítico que analisaremos as passagens nos *Cadernos do Cárcere* em que o prisioneiro sardo empregará o termo *geopolítica* e seus pares sinônimos.

Gramsci faz nos *Cadernos do Cárcere* nove menções do termo *geopolítica* distribuídas em seis parágrafos de cinco cadernos distintos⁶⁶. Em um parágrafo em especial (Q2, §39), o autor discorrerá sobre o conceito de geopolítica, bem como as considerações analíticas a respeito desse conceito em questão, o qual dá origem a nossa problematização.

Em outras passagens dos seus escritos carcerários, o autor também fará dez menções a expressões recorrentes, “*posição geográfica*” e “*disposição geográfica*”. Das dez menções nos cadernos carcerários, oito são decorrentes da escrita e reescrita de Gramsci: textos A (primeira redação) e C (segunda redação) e somente dois de redação única (textos B).

Também utilizará de forma sinonímia o termo *geografia*, o qual corresponde a 39 menções. Essas demais expressões também tem um significado não físico do conceito geográfico, mas político. Por terem afinidade temática, aglutinaremos os demais parágrafos do quadro abaixo que utilizam a expressão “*geografia*” (e suas derivações) a partir de cinco grandes eixos: i. *Risorgimento* Italiano; ii. Maquiavel e relações de força; iii. Política Internacional; iv. Lorianismo e; v. Educação, Cultura e Literatura.

⁶⁶ Todos os levantamentos das menções, expressões, bem como a localização dos parágrafos e provável datação da escrita dos Cadernos estão disponíveis no apêndice 3 deste trabalho.

No total de 58 menções, Gramsci nos mostra o quão significativo é apreciar a dimensão espacial em seus cadernos carcerários. Para efeitos de análise, enfatizaremos a discussão sobre a geopolítica, porém não trataremos minuciosamente cada uma das razões da reescrita de todas as expressões sobre geografia, ao analisarmos os grandes temas. Consideraremos ambas as versões de um mesmo texto a partir do foco da geopolítica e sua relação sinonímia, a geografia, embora respeitando as particularidades da reescrita de Gramsci e, assim o ritmo de seu pensamento. Por isso tais menções serão cotejadas analiticamente na reconstrução do nosso mapa conceitual.

2.2.1 *La geopolítica (Q2, §39)*

A primeira menção do termo “geopolítica” nos *Cadernos do Cárcere* introduz um importante debate para as categorias analíticas propostas nos estudos de Gramsci.

A Geopolítica. Já antes da guerra, Rudolf Kjellén, sociólogo sueco, procurou construir sobre novas bases uma ciência do Estado ou Política, partindo do estudo do território organizado politicamente (desenvolvimento das ciências geográficas: geografia física, antropogeografia, geopolítica) e da massa de homens que vivem em sociedade naquele território (geopolítica e demopolítica). Seus livros, especialmente dois deles – *Lo Stato come forma di vita* e *Le grandi potenze attuali (Die Grossmächte der Gegenwart, de 1912, reelaborado pelo autor, tornou-se Die Grossmächte und die Weltkrise [As grandes potências e a crise mundial], publicado em 1921; Kjellén morreu em 1922) -*, tiveram grande difusão na Alemanha dando lugar a uma corrente de estudos. Existe uma *Zeitschrift für Geopolitik*; e são publicadas obras volumosas de geografia política (uma delas, *Weltpolitisches Handbuch*, pretende ser um manual para os homens de Estado) e de geografia econômica. Na Inglaterra, na América e na França”. (GRAMSCI, 2012, Q2, §39, p. 151) [grifo no original].

O parágrafo em questão foi escrito provavelmente em junho de 1930⁶⁷. Trata-se de um texto tipo B, isto é, de redação única, o que nos indica que Gramsci não voltou a reescrevê-lo. Nela aparecem as menções diretamente ao jurista sueco Rudolf Kjellen, bem como a suas principais obras e onde podemos encontrar suas publicações. Ainda que de forma sucinta, o olhar gramsciano para o debate geopolítico que se encontrava na Itália nos permite compreender seu interesse no estudo da geografia, fato que já havia sido sublinhado em suas cartas na prisão. Dentre suas leituras destaca-se um artigo sobre o novo debate da Geografia

⁶⁷ Nos Basearemos nas datações de Gianni Francioni (FRANCIONI, 1984) para situarmos cronologicamente a escrita de todos os parágrafos e cadernos de Antonio Gramsci analisados nessa pesquisa.

no Décimo Congresso Geográfico Nacional italiano intitulado *Gli Indirizzi Attuali della Geografia e Il Decimo Congresso Nazionale* de Roberto Almagià, publicado na revista *Nuova Antologia* de 1927, como apontado brevemente no início desse capítulo (GRAMSCI, 2011, p. 547).

Em muitos de seus parágrafos dos cadernos carcerários, Gramsci faz menção a essa revista italiana, pois ela tinha uma variedade temática pela qual o autor sardo tinha um profundo interesse. A revista *Nuova Antologia* foi uma fonte crucial para a retomada de seus estudos, entre elas a temática do desenvolvimento da geografia enquanto ciência na Itália. Seu parágrafo “*La Geopolitica*” foi baseado no artigo de Roberto Almagià.

O artigo de Almagià continha uma discussão sobre o novo debate acerca da geografia enquanto ciência na Itália. Essa nova geografia – ligada mais na vertente política do que física – teve seu papel na formulação estratégica dos países. A geografia, portanto, passara a ser concebida como uma ferramenta das políticas dos Estados, ou como Gramsci sublinha do artigo de Almagià, “um manual de homens de Estado”. No entanto, apesar do desenvolvimento recente na Itália, o autor frisa que em outras partes do mundo, especialmente as potências europeias, como Alemanha, Inglaterra e França, a discussão já estava evoluída, o que proporcionou um novo discurso legitimador para as diretrizes políticas dessas potências. Para a Itália, no entanto, a discussão era nova, o que provavelmente tenha chamado a atenção de Gramsci:

Mas a Itália não tem uma literatura geográfica que, pelo menos no campo da geografia econômica e política, possa competir com aquele dos países acima mencionados [Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e França] e ainda não fez o lugar apropriado à Geografia na escola, mesmo a este respeito esta ainda mais atrasada, talvez, que quase todos os Estados europeus, incluindo os menores (ALMAGIÀ, 1927, p. 251)⁶⁸.

A preocupação de Gramsci em contar a história da Itália também passava pela discussão espacial. Afinal, esse “manual para os políticos” garantiu ainda mais o fortalecimento dos governos autoritários, entre eles o fascismo italiano. Destarte, para se compreender uma nova ciência que emergia a fim de ser utilizada para compreender as novas estratégias dos países, Gramsci esboça seu parágrafo sobre a Geopolítica. Em suas anotações,

⁶⁸ No original: “*Ma L'Italia non ha ancora una letteratura geografica che, almeno nel campo della Geografia economica e politica, possa competere con quelle dei paesi sopra ricordati [Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e França] e non ha fatto ancora alla Geografia un adeguato posto nella Scuola, anzi per questo riguardo è più indietro, forse, di quasi tutti gli Stati europei, anche dei minori.*”

Gramsci então transcreve as principais passagens extraídas do artigo de Almagià. Abaixo transcrevemos o trecho em questão⁶⁹:

Parágrafo “ <i>La Geopolítica</i> ” de Antônio Gramsci	Trecho artigo da <i>Nuova Antologia</i> de Roberto Almagià
<p>Q2, §39 <i>La Geopolitica</i>. <u>Già prima della guerra Rodolfo Kjellén, sociologo svedese, cercò di costruire su nuove basi una scienza dello Stato o Politica, partendo dallo studio del territorio organizzato politicamente (sviluppo delle scienze geografiche: geografia fisica, geografia antropica, geopolitica) e della massa di uomini viventi in società in quel territorio (geopolitica e demopolitica). I suoi libri, specialmente i due: <i>Lo Stato come forma di vita</i> e <i>Le grandi Potenze attuali</i> (<i>Die Grossmächte der Gegenwart</i>, del 1912, rielaborato dall’autore, divenne <i>Die Grossmächte und die Weltkrise</i>, pubblicato nel 1921; il Kjellén (è) morto nel 1922) ebbero grande diffusione in Germania dando luogo a una corrente di studi.</u></p> <p>Esiste <u>una «Zeitschrift für Geopolitik»; e appaiono opere voluminose di geografia politica (una di esse, <i>Weltpolitisches Handbuch</i>, vuol essere un manuale per gli uomini di Stato) e</u></p> <p><u>di geografia economica.</u></p> <p><u>In Inghilterra e in America e</u></p>	<p><u>Già negli anni immediatamente precedenti alla guerra un sociologo svedese, Rodolfo Kjellén, cercava di costruire su nuove basi una Scienza dello Stato o Política, partendo dallo studio del territorio organizzato politicamente</u></p> <p><u>(Geopolitica) e della massa di uomini, viventi in società su quel territorio (Demopolitica). I suoi libri, specialmente i due intitolati <i>Lo Stato come forma di vita</i> e <i>Le grandi potenze attuali</i>,</u></p> <p><u>ebbero un’ enorme diffusione in Germania (2), dove le idee del Kjellén hanno dato luogo subito ad una larghissima elaborazione, specialmente nel campo geografico. In fatti, mentre si fanno sempre più frequenti gli studi e le monografie su singoli stati, ispirati alle idee del Kjellén – cito a cagion d’empio, quella dell’Hettner sulla Russia, quelle del Braun sui Paesi Scandinavi, quella del Tuckermann sull’Europa Orientale, ecc – si fonda una <i>Zeitschrift für Geopolitik</i>, e appaiono opere voluminose di Geografia Politica (una diese – che porta il significativo sotto-tiolo di <i>Weltpolitisches Handbuch</i> – vuol essere dichiaratamente un manuale per gli uomini di Stato, i diplomatici e quanti si occupano di politica mondiale) (3), ed anche di <i>Geografia Economica</i> (monumentale, tra esse, la <i>Geographie des Welthandels</i> diretta dall’Andrée e dal Sieger, di cui si è iniziata nel 1926 la quarta edizione).</u></p> <p><u>In Inghilterra ed in America, dove si è sempre tenuto in grande considerazione il lato pratico e applicativo della Geografia, mentre si succedono rapidamente ristampe di antichi trattati classici di</u></p>

⁶⁹ Os grifos de ambos os trechos correspondem a transcrições literais de Gramsci para os seus *Cadernos do Cárcere*. Trata-se, portanto, de uma espécie de resenha. Optamos por deixar o texto em italiano para que não se perdesse o sentido das notas realizadas por Gramsci na prisão. Para consulta do artigo na íntegra verifique anexo 1.

<p><u>in Francia.</u></p>	<p>Geografia Economica, come quello del Chisholm, o di opere nuove, come quella del Bowman sulla fisionomia politica del mondo dopo la guerra (4), vedon la luce nuovissimi trattati e manuali di Geografia Politica intitolati ad es. <i>Geography of the World's Power</i>, e di Geografia economico-commerciale intitolati <i>The Business Man's Geography</i>, titoli così significativi, che parlano da sè.</p> <p><u>In Francia</u> due geniali geografi – Jean Brunhes e Camille Vallaux – già noti per precedenti opere di Geografia umana e di Geografia sociale, pubblicavano nel 1922 un ampio volume <i>La Géographie de l'histoire</i>, il cui carattere è meglio chiarito da un sottotitolo <i>Géographie de paix et guerre, sur terre et sur mer.</i> (...)</p> <hr/> <p>(2) Il secondo, che nella traduzione tedesca, apparsa nel 1912, si intitola <i>Die Grossmächte der Gegenwart</i>, ebbe 20 edizioni o ristampe tra il 1912 e il 1919; poi fu rielaborato dall'A. Col titolo <i>Die Grossmächte un die Weltkrise</i> (1921). Il Kjellen è morto nel 1922.”</p> <p>(3) Alludo all'opera di Arturo Dix pubblicata nel 1922. E nel 1925 un'altra più voluminosa opera intitolata <i>Politishe Geographie</i> pubblicava Otto Maull. Ho reso conto di tutto questo recente movimento nei miei scritti <i>La Geografia Politica in Universo</i>, Firenze, 1923, n. 10 e <i>Una opera di Geografia Politica</i>, Ibidem, 1926, n. 5.</p> <p>(4) S'intitola <i>The New World. Problems in political Geography</i>; pubblicata nel 1922, è ora alla terza edizione.</p>
<p>(GRAMSCI, 1977b, p. 193–194)</p>	<p>(ALMAGIÀ, 1927, p. 249–250)</p>

Ao transcrever brevemente o conceito e a genealogia da geopolítica, Gramsci nos traz também algumas importantes observações. A primeira delas é a contextualização – espacial e temporal – da origem do conceito de geopolítica, datado antes mesmo da I Guerra Mundial na Suécia por Rudolf Kjellen. As categorias da geografia também são destacadas pelo autor sardo, como geografia física, antropogeografia, geopolítica e demopolítica, enfatizando a nova discussão sobre a ciência geográfica. Outro ponto importante que Gramsci busca sublinhar é o alcance que o termo ganhou destaque especialmente na Alemanha, o qual por meio da revista alemã *Zeitschrift für Geopolitik* obteve ainda mais repercussão internacional. Ao indicar onde a geopolítica ganhou repercussão, Gramsci nos apresenta um

“caminho” analítico o qual necessita investigação. Na Itália, a política fascista já dava sinais de que a geopolítica havia se inserido na estratégia política de Mussolini, ainda que se buscasse certa tradução/adaptação do conceito à realidade italiana.

O trecho do artigo de Almagià que antecede a transcrição de Gramsci nos revela um pouco mais sobre a nova ciência que está nascendo na Itália dos anos 1920:

A geografia não deixa de ser, assim, uma ciência de observação; mas não a única observação dos fenômenos físicos ou humanos, realizada no terreno com a bagagem e a preparação do naturalista, mas sim a maior e mais complexa – e mais difícil! – observação dos fatos econômicos, políticos, sociais, também realizada com o equipamento de uma ampla experiência nos campos das ciências histórico, direito, economia (ALMAGIÀ, 1927, p. 249). [tradução livre]⁷⁰

A geografia, enquanto ciência da observação, abrirá uma brecha de interpretação para a geopolítica. Nesse sentido, um novo componente será agregado a essa observação: a política. E Gramsci, ao ler esse artigo sobre como a geopolítica está sendo incorporada na Itália, internalizará o termo em seus estudos e passará a utilizá-lo em alguns parágrafos distribuídos em cadernos distintos. Mas, ao contrário do que significava originalmente o conceito de geopolítica – ligado ao pensamento kjelliano – que se sustentava pela ideia de determinismo geográfico, Gramsci buscará *traduzir* o conceito de modo a harmonizar com suas categorias analíticas espaciais. Desse modo, ao se referir à geopolítica, não busca defender o determinismo geográfico do qual o Estado passa a se tornar refém, isto é, não se torna escravo das necessidades do território em que está situado. A geopolítica em Gramsci passa a ser traduzida como o estudo de um território que é organizado politicamente. Diferentemente de Kjellen, que acreditava que o espaço determina as políticas do Estado, Gramsci entenderá que há um nexos entre os dois, uma vez que as relações são organicamente construídas e, dessa maneira, a condição determinística não se sustenta.

Ao assumir essa nova concepção da geopolítica em consonância com as demais categorias analíticas espaciais, Gramsci nos traz uma nova ideia de que o espaço é dinâmico e fruto da resultante das relações sociais estabelecidas nos respectivos territórios. E dessa relação dinâmica nascem as relações de força assimétricas, resultando na interpretação do desenvolvimento desigual que os países do mundo enfrentam, o qual dará origem às bases da

⁷⁰ No original: “*La Geografia non cessa con ciò di essere una scienza di osservazione; ma non più la sola osservazione dei fenomeni fisici od umani, eseguita sul terreno con il bagaglio e la preparazione del naturalista, ma bensì la più larga e complessa - e tanto più difficile! - osservazione dei fatti economici, politici, sociali, eseguita anche col corredo di un'ampia preparazione nei campi dell scienze storiche, giuridiche, economiche*”.

hegemonia e também da revolução passiva. O autor sardo passa a utilizar o termo em outros parágrafos de seus cadernos carcerários a partir da concepção de que o território passa a ser fruto das relações orgânicas a que se estabelecem dentro desse espaço. E essas relações possuem um fio condutor: a política. Em outras palavras, a política é o fio condutor das relações sociais que se estabelecem e moldam um espaço. É por isso que, para Gramsci, o espaço é organicamente construído.

Desse modo, o pensador italiano defende o caráter dinâmico do espaço em consonância à política estabelecida nesse lugar. Nos anos 1930, ano em que Gramsci escreve esse parágrafo, o cenário da Itália fascista endossa os argumentos da geopolítica enquanto ferramenta dos homens de Estado, isto é, enquanto organismo vivo que possui uma vontade própria independente das relações sociais. Não obstante, era justamente o contrário que Gramsci passava a defender: as relações de força impactam na remodelação do espaço em que se inserem e vice-versa. A Itália fascista não é refém das necessidades de seu território, mas é a própria configuração de poder que induz o discurso do determinismo geográfico.

2.2.2 La posizione geopolítica dell'Itália. La possibilita dei blocchi (Q9, §118; Q19, §12)

A segunda menção do Caderno 9, um texto A, isto é, de “primeira redação”⁷¹, provavelmente escrito em setembro de 1932, será reescrito quase dois anos depois, em sua sexta e última menção no Q19 §12. Esta última nota trata-se de texto C, ou seja, de “segunda redação”, que foi reescrito possivelmente entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935⁷². Abaixo, para fins de comparação com a primeira e a segunda versão, listamos as modificações sublinhadas:

Q9, §118. *La posizione geopolítica dell'Italia. La possibilità dei blocchi.*

Nella sesta seduta della Conferenza di Washington (23 dicembre 1921) il delegato inglese Balfour, a proposito della posizione geopolítica dell'Italia, disse: «L'Italia non è un'isola, ma può considerarsi come un'isola.

Q19, §12. *La posizione geopolítica dell'Italia. La possibilità dei blocchi.*

Nella sesta seduta della Conferenza di Washington (23 dicembre 1921) il delegato inglese Balfour disse, parlando dell'Italia: «L'Italia non è un'isola, ma può considerarsi come un'isola. Mi ricordo dell'estrema difficoltà che abbiamo avuto a

⁷¹ Segundo a edição dos *Cadernos do Cárcere* de Carlos Nelson Coutinho em 6 volumes, o texto tipo A é o de primeira redação.

⁷² A versão tipo C – segunda redação - em português não se encontra na edição de Carlos Nelson Coutinho. Por isso a versão de Valentino Gerratana em italiano foi cotejada.

Mi ricordo dell'estrema difficoltà che abbiamo avuto a rifornirla anche con il minimo di carbone necessario per mantenere la sua attività, i suoi arsenali e le sue officine, durante la guerra. Dubito che essa possa nutrirsi e approvvigionarsi, o continuare ad essere una effettiva unità di combattimento, se fosse realmente sottomessa ad un blocco e se il suo commercio marittimo fosse arrestato. L'Italia ha cinque vicini nel Mediterraneo. Spero e credo che la pace, pace eterna, possa regnare negli antichi focolari della civiltà. Ma noi facciamo un esame freddo e calcolatore come quello di un membro qualsiasi dello Stato Maggiore Generale. Questi, considerando il problema senza alcun pregiudizio politico e soltanto come una questione di strategia, direbbe all'Italia: voi avete cinque vicini, ciascuno dei quali può, se vuole, stabilire un blocco delle vostre coste senza impiegare una sola nave di superficie. Non sarebbe necessario che sbarcasse truppe e desse battaglia. Voi perireste senza essere conquistati». È vero che Balfour parlava specialmente sotto l'impressione della guerra sottomarina e prima dei grandi passi fatti dall'aviazione di bombardamento, che non pare possa permettere un blocco immune da rappresaglie, tuttavia per alcuni aspetti la sua analisi è abbastanza giusta

rifornirla anche con il minimo di carbone necessario per mantenere la sua attività, i suoi arsenali e le sue officine, durante la guerra. Dubito che essa possa nutrirsi e approvvigionarsi, o continuare ad essere una effettiva unità di combattimento, se fosse realmente sottomessa ad un blocco e se il suo commercio marittimo fosse arrestato. L'Italia ha cinque vicini nel Mediterraneo. Spero e credo che la pace, pace eterna, possa regnare negli antichi focolari della civiltà. Ma noi facciamo un esame freddo e calcolatore come quello di un membro qualsiasi dello Stato Maggiore Generale. Questi, considerando il problema senza alcun pregiudizio politico e soltanto come una questione di strategia, direbbe all'Italia: voi avete cinque vicini, ciascuno dei quali può, se vuole, stabilire un blocco delle vostre coste senza impiegare una sola nave di superficie. Non sarebbe necessario che sbarcasse truppe e desse battaglia. Voi perireste senza essere conquistati». (Balfour parlava specialmente sotto l'impressione della guerra sottomarina e prima dei grandi progressi realizzati dall'aviazione di bombardamento, che non pare possa permettere un blocco immune da rappresaglie; tuttavia per alcuni aspetti la sua analisi è abbastanza giusta).

(GRAMSCI, 1977b, Q9, §118, p. 1182)

(GRAMSCI, 1977, Q19, §12, p. 1999)

Os dois parágrafos escritos entre 1932 e 1934/5, respectivamente já demonstram que Gramsci havia internalizado o conceito de geopolítica. Em sua reescrita, o autor se torna mais criterioso ao utilizar a palavra geopolítica no texto. O título para sua anotação que se refere à posição geopolítica da Itália permanece inalterado em ambas as versões. No entanto, Gramsci substitui o termo geopolítica quando reescreve esse parágrafo. A permanência do termo se deve ao fato de que ao se referir à posição da Itália, Gramsci não indicava somente as condições físicas e territoriais do país, tal como na citação do conde britânico Arthur James Balfour, citado por Gramsci. Provavelmente, o conde e delegado Balfour estaria se referindo às condições geograficamente físicas da Itália e não à relação política que o país dispõe; daí a

supressão do termo dentro do parágrafo para introduzir sua citação. A inalteração do título, entretanto, se deve à referência de Gramsci às condições geográficas e também políticas da Itália, ou seja, a análise da geopolítica italiana.

Gramsci, ao analisar geopoliticamente a posição da Itália, faz referência à sexta sessão de Conferência de Washington do dia 25 de dezembro de 1921, um encontro diplomático a fim de discutir a estabilidade do controle de armas ligadas às questões navais e liderado principalmente pelas principais potências marítimas: Grã-Bretanha e Estados Unidos (GOLDSTEIN e MAURER, 2006). Essas preocupações rondavam a política italiana, visto que o encontro entre as potências marcava um importante possível acordo diplomático após a Primeira Guerra Mundial.

O autor sardo, ao se interessar pela temática, se baseia em um artigo de Virginio Gayda intitulado *L'Itália nel Mediterraneo* de setembro de 1932, publicada pela *Gerarchia*, uma revista política fundada por Benito Mussolini (GRAMSCI, 1977a, p. 2856), a qual o próprio prisioneiro sardo tinha permissão e fazia questão de ler na prisão⁷³. Ao perceber que o papel da Itália estava em discussão, Gramsci se atenta não apenas para os cinco países com os quais a Itália faz fronteira, ou à dificuldade de acesso para o escoamento ou importação de material tanto para a atividade econômica das fábricas quanto para a guerra, podendo ser comparada a uma “ilha”. O que Gramsci destaca no comentário de Balfour é a necessidade da Itália manter boas relações com seus países vizinhos, dado que não conseguiria ser autárquica diante de um possível ataque marítimo (por submarinos) desses países. Daí a ênfase das por Gramsci nas relações políticas e não apenas nas características geográficas.

2.2.3 Punti per un saggio critico sulle due storie del croce: d'Itália e d'Europa (Q10, §61)

O Caderno 10, intitulado “A filosofia de Benedetto Croce”, marca uma importante crítica de Gramsci sobre o pensamento do filósofo italiano, é o caderno, considerado também um caderno temático, mais extenso, em que aparece o termo “geopolítica”. Escrito provavelmente em maio de 1933 (FRANCIONI, 1984: p. 142-145), Gramsci busca apresentar nesse caderno suas considerações sobre a filosofia de Benedetto Croce. Nesse parágrafo em específico, o autor sardo indaga se é possível fazer uma comparação entre o desenvolvimento

⁷³ Em algumas cartas à Giulia, Gramsci se queixa de alguns números que não havia recebido na prisão, como o de agosto de 1930 (GRAMSCI, 1971, p. 355; 362)

do Estado moderno francês (sobretudo no período da Restauração) e os demais Estados da Europa ocidental. Em linhas gerais, Gramsci busca saber se existe um modelo de formação dos Estados modernos, e, em caso afirmativo, se este poderia ser replicado para os demais. Para o prisioneiro sardo, no entanto, é impossível replicar o mesmo contexto histórico para servir de modelo de desenvolvimento. *A priori*, a história de lutas sociais se desenvolve diferentemente em cada lugar e também em diferentes tempos, daí a impossibilidade de transpor mecanicamente a mesma concepção de Estado⁷⁴. Isso porque segundo Gramsci,

A concepção de Estado segundo a função produtiva das classes sociais não pode ser aplicada mecanicamente à interpretação da história italiana e europeia desde a Revolução Francesa até todo o século XIX. Embora seja certo que, para as classes fundamentais produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, disso não deriva que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e assumo o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista. (GRAMSCI, 2013, p. 427–8)

Para Gramsci, o Estado é, portanto, uma "forma concreta de um mundo produtivo" (GRAMSCI, 2013, p. 428), expressão da forma pela qual um sistema de produção organizará a sociedade. Para definir suas estruturas, devemos situá-lo dentro de um contexto histórico determinado de produção econômica. No entanto, não se trata apenas de entendê-lo na sua forma econômica, mas também política, uma vez que esse aparato também irá construir diferentes classes produtivas (como citado por Gramsci, burguesia capitalista e proletariado) que dará origem a diferentes formas de poder, também entendidos sucintamente como hegemonia e revolução passiva. Entender o Estado apenas dentro de seus contornos nacionais, porém, é insuficiente para o autor sardo. Isso porque o desenvolvimento desse sistema de produção está organicamente vinculado com o desenvolvimento de suas estruturas também em âmbito internacional. Desse modo, os contornos do desenvolvimento de um Estado estão ligados à sua organização social interna dentro de um tempo e espaço determinado. Assim sendo, Gramsci continua sua argumentação:

É verdade que conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis; que a propaganda em favor de uma coisa é também

⁷⁴ Gramsci ao longo de seus escritos carcerários nos apresenta algumas versões a respeito do conceito de Estado que passa desde uma concepção orgânica, até o Estado ampliado. Neste caderno, Gramsci apresenta a ideia de que o Estado reflete uma forma de organização social, ao qual está ligada a um determinado sistema de produção. Para uma discussão mais aprofundada sobre os conceitos de Estado ao longo da obra gramsciana, ver texto de Alvaro Bianchi intitulado *Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos "Quaderni del carcere"*. (BIANCHI, 2007)

propaganda em favor da outra; e que, na realidade, somente nessa coincidência é que reside a unidade da classe dominante, a qual é, ao mesmo tempo, econômica e política; mas se manifesta o complexo problema da correlação de forças internas ao país em questão, da correlação de forças internacionais, da **posição geopolítica** do determinado país. (GRAMSCI, 2013: p. 428) [grifo nosso]⁷⁵.

Não se pode separar, portanto, a estrutura do sistema de produção interna de um país das demais estruturas em âmbito internacional. Para Gramsci não existe propriamente uma “história nacional” dissociada da história mundial, visto que as “duas Histórias” – italiana e europeia – coexistem. Em outras palavras, para entendermos a história italiana, devemos também compreender a história para além dos limites territoriais italianos, ou seja, a história mundial (ênfatisando em especial a história europeia), levando em consideração os diferentes desenvolvimentos econômicos e políticos, que culminarão no conceito de hegemonia ou revolução passiva (ou restauração-revolução). O progresso, para Gramsci, é “reflexo do desenvolvimento internacional que envia para a periferia suas correntes ideológicas, nascidas com base no desenvolvimento produtivo dos países mais desenvolvidos” (GRAMSCI, 2013, p. 428). Assim, para o caso do desenvolvimento italiano, entender que o espaço é produzido socialmente, ao passo que a sociedade deixa “marcas”, sobretudo culturais, faz com que possamos compreender uma manifestação “nacional” italiana. Na verdade não concerne apenas ao legado do território italiano, mas de uma conjugação de fatores e tradições que perpassam os limites territoriais, e que se instalará geograficamente, ou na palavras de Gramsci, terá “sede ‘geográfica’ na Itália” (GRAMSCI, 2013, p. 429).

Gramsci também entenderá que para se compreender a formação dos Estados modernos (em especial o *Risorgimento* italiano) deve-se buscar entender a correlação entre forças nacionais e internacionais, sobretudo entre as classes dominantes (econômica e política). A noção espacial de Gramsci, conjugada à dimensão política, portanto, começa a abandonar a ideia do tradicionalismo geopolítico introduzido na literatura germanófila, a qual defendia o determinismo geográfico sobre os assuntos do Estado e introduz a relação orgânica do desenvolvimento histórico dos estados a partir de sua condição econômica e política. A relação de poder que será desdobrada, portanto, nasce de um nexos orgânico entre espaço e o desenvolvimento das relações sociais a partir de um determinado sistema de produção.

⁷⁵ O trecho tem a seguinte redação no original em italiano: “È vero che conquista del potere e affermazione di un nuovo mondo produttivo sono inscindibili, che la propaganda per l’una cosa è anche propaganda per l’altra e che in realtà solo in questa coincidenza risiede l’unità della classe dominante che è insieme economica e politica; ma si presenta il problema complesso dei rapporti delle forze interne del paese dato, del rapporto delle forze internazionali, della posizione geopolitica del paese dato” (GRAMSCI, 1975: p. 1360, Q10, §61).

2.2.4 Argomenti di cultura. *Le grandi potenze mondiali* (Q14; §11)

Nesta quarta menção do termo geopolítica, Antonio Gramsci expõe de modo mais explícito sua crítica à visão mecanicista e determinista. Ao analisar no Q14, §11 – seção dos Cadernos Miscelâneos – sobre “Temas de cultura. As grandes potências mundiais”, Gramsci tratará da reconstrução histórico-crítica dos regimes políticos dos Estados, e terá como foco a Constituição escrita. Para tanto, Gramsci se valerá da seguinte perspectiva crítica:

Um estudo sério destes temas [Constituições], feito com perspectiva histórica e com métodos críticos, pode ser um dos meios mais eficazes **para combater a abstração mecanicista e o fatalismo determinista**. Como bibliografia, pode-se mencionar, por uma parte, os **estudos de geopolítica**, para a descrição das forças econômico-sociais constitutivas e suas possibilidades de desenvolvimento, e, por outra, livros como o de Bryce sobre as democracias modernas. Mas para cada país é necessária uma bibliografia especializada sobre a história geral, sobre história constitucional, sobre a história dos partidos políticos, etc. (o Japão e os Estados Unidos me parecem os temas mais fecundos de educação e de ampliação dos horizontes culturais) A história dos partidos e das correntes políticas não pode ser separada da história dos grupos e das tendências religiosas (GRAMSCI, 2012, p. 304) [grifo nosso].

Escrito por volta de julho e agosto de 1932, neste trecho o autor sardo busca apresentar sua crítica à leitura que tem como método a abstração mecanicista e o fatalismo determinista. Seu principal argumento reside no fato de que transpor mecanicamente as leis orgânicas de cada país sem levar em consideração os fatores históricos seria um equívoco: "é especialmente necessária uma análise crítica das forças políticas constitutivas dos diferentes Estados, forças que devem ser vistas numa adequada perspectiva histórica" (GRAMSCI, 2012, p. 303). Alguns pontos mencionados por Gramsci nesse parágrafo carecem de reflexão.

Em primeiro lugar, o autor italiano nos apresenta uma distinção metodológica no que concerne à tradução de algumas ideias, como no caso das leis orgânicas que formam a Constituição. Para Gramsci, a Constituição de cada país é, na teoria, uma espécie de texto educativo ideológico. Já a aplicação dessas leis orgânicas se expressa na "relação afetiva das forças sociais no momento político-militar" (GRAMSCI, 2012, p. 304). Para explicar essas relações de força, Gramsci dedica um outro parágrafo, o Q13§ 17 "*Analisi delle situazioni: rapporti di forza*" (Análise das situações: relações de força). Segundo o autor, existem três momentos de relação de força que compõem a relação de estrutura e superestrutura dos Estados: 1. Relação de forças sociais; 2. Relação de forças políticas; 3. Relação das forças

militares. Gramsci ressalta que o desenvolvimento histórico oscila entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo, levando em consideração a distinção entre o que é orgânico (ou permanente) e o que é ocasional (conjuntural).

A relação de forças sociais é objetiva, ligada à estrutura e independe das vontades dos homens. Já relação de forças políticas avalia o grau de homogeneidade, autoconsciência e organização dos grupos sociais. Trata-se de construir uma consciência coletiva que se expressa em diferentes graus: econômico-corporativo (em que a solidariedade entre grupos ainda não é verificada); a solidariedade de interesses entre os membros do grupo social e a consciência da solidariedade para além desse grupo social (englobando outros, para a constituição de "partidos"). O Estado, nessa discussão, é visto como um organismo imerso na contínua formação entre os grupos dominantes e subordinados. Enquanto que as relações de forças militares podem ser assinaladas como um sentido técnico-militar (estrito) ou como um político-militar (mais amplo). Este último se caracteriza como uma forma de ação política o qual congrega também o uso da força militar e se associa muito bem com o papel que as grandes potências exercem.

O segundo ponto que devemos analisar decorre do primeiro. Essas grandes potências organizam a vida mundial, no sentido de que dão direção política, cultural e religiosa para os demais. Assim, os três movimentos que originam o desenvolvimento histórico dos Estados devem ser levados em consideração não só a partir de uma perspectiva nacional, mas também internacional. Em outras palavras, o desenvolvimento em âmbito nacional está interligado a uma dimensão ainda maior e é isso que garante as assimetrias de desenvolvimento no processo histórico.

O terceiro ponto que devemos levar em consideração é a forma pela qual os regimes políticos das grandes potências mundiais devem ser estudados. Assim como as Constituições, entendidas como um instrumento ideológico e também de diferenciação das forças sociais, sobretudo as forças político-militares, o estudo da geopolítica e das democracias modernas deve ser contemplado a fim de entendermos também como instrumentos ideológicos e carregadas de disputas sociais entre grupos. Para tanto, devemos nos confrontar com uma determinada perspectiva histórica. Para o estudo da geopolítica, o processo histórico deve ser levado em consideração a partir dos métodos críticos que culminam na supressão da abstração mecanicista e o fatalismo determinista. Em outras palavras, Gramsci buscava compreender o nexos orgânico das relações e, portanto, o mecanicismo e o determinismo não tinham espaço em seu aporte metodológico. Assim, a compreensão dos estudos da geopolítica não poderiam contemplar tal metodologia;

característica essa encontrada nos estudos tradicionais de geopolíticas já discutidos no capítulo anterior. A geopolítica, então, deveria ser compreendida de forma orgânica, a partir das relações sociais estabelecidas em determinado território, levando em consideração o seu tempo histórico.

O quarto e último ponto seria compreender como todo esse desenvolvimento histórico culmina na caracterização entre o nacional e internacional. Para Gramsci, a história, em todas as suas vertentes – constitucional, dos partidos, religiosa, entre outras – possui um nexo do qual não podemos separar os seus estudos. O autor leva em consideração o estudo das liberdades religiosas com liberdades políticas ou pressões econômicas. Para o prisioneiro sardo, todas essas questões se conectam de modo a perceber o nexo orgânico entre elas. Esse nexo também passa pela compreensão relacional entre o nacional e internacional. Isso porque essas construções não são feitas autarquicamente, mas levando em consideração o processo histórico externo, ou seja, para além das fronteiras nacionais. O estudo da geopolítica no pensamento gramsciano, isto é, da relação de poder estabelecida em um determinado território, deve incorporar esta organicidade.

2.2.5 *Argomenti di cultura. Come studiare la storia? (Q14, §63)*

A quinta e penúltima menção do termo geopolítica⁷⁶, escrita entre fevereiro e maio de 1933, discute sucintamente o problema apresentado na passagem anterior dos Cadernos Miscelâneos. No *Q14, §63* – “*Temas de cultura. Como estudar a história?*” – sua preocupação em compreender que estudar a história é, na verdade, um problema político.

Para construir seu argumento, Gramsci introduz uma observação do historiador inglês e professor da Universidade de Cambridge, John Robert Seeley, retirada provavelmente da obra *L'espansione dell'Inghilterra (A expansão da Inglaterra, em tradução livre)*, segundo o aparato crítico (GRAMSCI, 1977a, p. 2935–6). Essa obra, publicada originalmente em julho de 1893, foi traduzida para o italiano em 1928. Em linhas gerais, Seeley nos apresenta um caminho metodológico para a historiografia, uma vez que para ele

não é tarefa do historiador levar o leitor de volta ao passado ou fazê-lo ver acontecimentos tal como apareceram aos contemporâneos. (...) Em vez de nos fazer participar de paixões de outros tempos, o historiador nos deve fazer notar que um acontecimento, apesar de atrair toda a atenção dos

⁷⁶ Recordando que a sexta e última menção já foi discutida no item “La posizione geopolítica dell'Itália. La possibilità dei blocchi” por se tratar de duas versões – texto A e C.

contemporâneos, foi na realidade de pouca importância, enquanto um outro, quase ignorado pelos contemporâneos, teve grandes consequências. (SEELEY, 1914, pp. 165-166 *Apud* GRAMSCI, 2014, p. 347)

Seeley compreenderá que a historiografia deve ser objetiva, uma vez que deixa transparecer a não interferência do historiador nos fatos passados. Lançar luz aos acontecimentos que não foram levados em consideração no passado é um equívoco; na realidade ele deve explicar a razão pela qual não havia sido levado em consideração. Para tanto, se embasará na análise da expansão do poder da Inglaterra, sobretudo por meio de suas colônias, como por exemplo a Índia. Para nos provar que os eventos históricos por muito tempo giravam em torno dessa potência, ele argumentará que o fato de a Índia não ter sido tão estudada deve-se ao peso político que a Inglaterra possuía. Desse modo, Seeley não retoma os estudos de outra maneira, ele justifica a maneira pela qual a história foi contada daquela maneira e não de outra.

Gramsci, entretanto, discordará da metodologia empregada por Seeley⁷⁷, ao passo que não se trata de assinalar o evento histórico mais marcante em termos absolutos e justificar a ausência de outros, mas como a percepção da importância de alguns eventos históricos se modificam com o passar do tempo. Gramsci assinala que a história europeia por muito tempo fora tratada como uma história mundial, isto é, somente a história do continente europeu importava. A história europeia e as "demais partes do mundo"⁷⁸, ou como o mesmo cita "os apêndices não europeus" era um modo de interpretar interesses próprios, o olhar a partir de uma perspectiva não objetiva. No entanto, dentro de um processo histórico dinâmico, as perspectivas também se modificam.

Na realidade, até agora nos interessou a história europeia, e chamamos de "mundial" a história europeia com seus apêndices não europeus. Porque a história nos interessa por razões 'políticas', não objetivas, ainda que no sentido de científicas. Hoje talvez estes interesses se tornem mais amplos com a filosofia da *práxis*, na medida em que nos convencemos de que só o conhecimento de todo um processo histórico pode dar conta do presente e dar uma certa verossimilhança de que nossas previsões políticas são concretas. Mas não se devem ter ilusões nem mesmo sobre este tema. Se na Rússia há muito interesse pelas questões orientais, este interesse nasce da **posição geopolítica** da Rússia e não de influências culturais mais universais e científicas. Devo dizer a verdade: tanta gente não conhece a história da Itália, mesmo na medida em que ela explica o presente, que me parece necessário torná-la conhecida antes de qualquer outra. Mas uma associação

⁷⁷ Isso não significa, entretanto, que Gramsci rejeite a objetividade. Devemos respeitar o nexos orgânico entre objetividade e subjetividade no pensamento gramsciano.

⁷⁸ Utilizamos propositalmente tal expressão, dentro da perspectiva relacional "eu X outros"

de política internacional que estudasse a fundo as questões até a Conchinchina e do Aname não me desagradaria intelectualmente: mas quantos teriam interesse nisto? (GRAMSCI, 2014: pp. 127-128, grifo nosso).

É dessa maneira que Gramsci entenderá que a história será contada de uma forma e não de outra seguindo critérios **políticos**. Isso significa que não se trata de uma metodologia objetiva, tal como induz Seeley, mas subjetiva, pois possui um componente político. Assim, Gramsci resgata o conceito de geopolítica a partir de um problema político, tal como a problemática da historiografia – e, portanto, a partir de uma perspectiva orgânica. Em outras palavras, a história de um determinado país deve ser concebida não somente pela dimensão geográfica/ espacial, mas juntamente com a dimensão política. No caso da Itália, a preocupação de Gramsci, sua condição de desenvolvimento não está atrelada necessariamente a uma posição geográfica em termos objetivos, territoriais, mas dentro de um processo histórico e dinâmico e também é marcada por disputas políticas atreladas também a uma dimensão (história) internacional. E tal estudo deve ser analisado de tal forma não apenas para as grandes potências europeias, mas identificar os interesses políticos dos demais países para que possamos de fato compreender a história mundial em sua totalidade.

Por isso, Gramsci compreende que devemos resgatar a história, compreendê-la e também reescrevê-la, tal como em um processo histórico dinâmico. Para isso, nossas ferramentas metodológicas também devem levar em consideração a subjetividade e também o componente político que nos cerca.

2.3 A geografia nos Quaderni: o Risorgimento Italiano

A partir desse item, congregaremos a análise das inúmeras menções do termo "geografia" e de suas variações a partir da análise dos parágrafos em grandes eixos temáticos. Analisaremos como Gramsci em seus estudos carcerários se refere à geopolítica, como já analisamos anteriormente, embora as expressões também sejam utilizadas como "geografia". Isso porque nessas outras passagens é possível compreender que as expressões "geopolítica" e "geografia" são utilizadas como sinônimos, ao passo que contém também o componente político. Desse modo, a análise desses parágrafos em que constam tais menções será também cotejada⁷⁹.

⁷⁹ Na tabela 2 do apêndice 3 podemos encontrar quais parágrafos serão discutidos em cada eixo temático dos subtítulos desse capítulo.

Um dos assuntos mais aprofundados por Gramsci em seus estudos carcerários se trata do *Risorgimento* Italiano. O *Quaderni 19* contém alguns parágrafos que aprofundam a temática de modo a deixar explícita a necessidade de se compreender a dimensão espacial nos cadernos carcerários. Isto porque ao se referir ao *Risorgimento*, isto é, o “movimento de constituição da Itália moderna”⁸⁰ (GRAMSCI, 2014b, p. 355, Q19), Gramsci nos deixa claro que ao se referir à história nacional do país, devemos saber distinguí-la da história internacional. Essa própria divisão entre o nacional e internacional já remete a uma dimensão espacial da territorialização dos países.

Certamente, é possível falar de uma Era do *Risorgimento*, mas então é necessário restringir a perspectiva e focalizar a Itália e não a Europa, desenvolvendo, da história européia e mundial, apenas aqueles nexos que modificam a estrutura geral das relações de força internacionais que se opunham à formação e um grande Estado unitário na península (...)

A personalidade nacional (como personalidade individual) é uma mera abstração, se considerada fora donexo internacional (ou social). A personalidade nacional expressa uma “especificação” do todo internacional, portanto está ligada às relações internacionais. (...)

Portanto, as origens do movimento do *Risorgimento*, isto é, do processo de formação das condições e das relações internacionais que permitirão à Itália unir-se em nação e às forças nacionais desenvolverem-se e expandirem-se, não se devem ser buscadas neste ou naquele evento concreto registrado numa ou noutra data, mas precisamente no mesmo processo histórico pelo qual o conjunto do sistema europeu se transforma. Mas este processo não é independente dos eventos internos da península e das forças que nela se localizam. (GRAMSCI, 2014b, p. 15–17)

Os trechos extraídos do parágrafo “*L’Età Del Risorgimento*” (Q19, §2), referem-se justamente ao ponto de partida das categorias analíticas e metodológicas gramscianas sobre o *Risorgimento*. Gramsci nos apresenta a ideia de que a formação nacional da Itália não é linear e tampouco depende apenas de fatores endógenos. A espacialização do problema da unificação nacional apresentado por Gramsci tem comonexo a história italiana e europeia,

⁸⁰ Este período pode ser dividido em quatro momentos:

I. 1815-1847: preparação intelectual e moral a partir da ideologia liberal-nacionalista fruto da Revolução Francesa;

II. 1848-1849: movimentos republicanos sob a liderança do Papado de vertente liberal;

III. 1850-1861: período da política moderada de Camilo di Cavour e da casa de Savoia;

IV. 1861-1870: etapa de unificação e consolidação italiana, marcada pela anexação de Veneza e Roma (Cf. GRAMSCI, 2014b, p. 355)

assim como os eventos que perpassam desde o Império Romano até as vésperas de sua unificação. Gramsci ressalta também a abstração do conceito nacional, uma vez que o critério de diferenciação entre nacional e internacional se baseia na construção histórica a partir das forças sociais.

À luz desses pilares metodológicos, Gramsci fará considerações espaciais para tecer sua análise sobre o *Risorgimento*. Em “*Interpretazioni del Risorgimento*” (Q19, §5), Gramsci iniciará sua análise a partir das diferentes interpretações sobre o movimento de constituição nacional italiana. Ao trazer elementos tanto nacionais quanto internacionais, explicita o nexos entre ambas as dimensões que, na verdade, se conjugam como abstrações, um produto histórico a partir do desenvolvimento das forças sociais. Para Gramsci

O cânone crítico segundo qual todo o desenvolvimento histórico é documento de si mesmo, o presente ilumina e justifica o passado, é mecanizado e exteriorizado e reduzido a uma lei determinista de caráter retilíneo e unilinear (até porque **o horizonte histórico está restrito aos limites geográficos nacionais e o evento é separado do conjunto da história universal, do sistema de relações internacionais, a que, no entanto, está necessariamente ligado**). O problema de buscar as origens históricas de um evento concreto e circunstanciado, a formação do Estado moderno italiano no século XIX, é transformado no problema de ver este Estado, como Unidade, como Nação ou genericamente como Itália, em toda a história anterior, assim como o pinto deve existir no ovo fecundado. (GRAMSCI, 2014b, p. 34)

Gramsci nos apresenta então que a história de formação nacional, do caso de seu estudo sobre a Itália, está ancorada nos limites geográficos, mas que não significa que esses sejam suficientes, uma vez que as relações internacionais devem ser também consideradas, ao passo que estão, conforme suas próprias palavras, necessariamente ligadas⁸¹. Desse modo, é coerente que nos parágrafos “*Risorgimento. L’Italia nel Settecento*” (texto A, Q6, §6) e sua reescrita, o parágrafo “*L’Italia nel Settecento*” (texto C, Q19, §56) Gramsci busque refletir sobre o momento político de grande importância para a Itália no século XVIII, período esse da influência francesa na Itália.

Na política francesa, **a Itália por sua posição geográfica, está destinada a assumir a função de elemento de equilíbrio** diante do crescente poder da Áustria: portanto, a França, de Luís XIV a Luís XVI, tem como objetivo

⁸¹ Gramsci em outro parágrafo endossará essa tese: “O problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália” (Q19, §24) ressalta essa questão: “esta diversidade de processos na manifestação do mesmo desenvolvimento histórico nos vários países deve ser ligada não só às diferentes combinações das relações internas da vida das diferentes nações, mas também às diferentes relações internacionais (as relações internacionais são habitualmente subestimadas neste tipo de investigação)” (GRAMSCI, 2014b, p. 85)

exercer na Itália uma ação de predomínio, antecipando a política dos Napoleões, antecipação que se manifesta nos reiterados projetos ou tentativas de federar os Estados italianos a serviço da França. (Estes elementos da política francesa devem ser analisados atentamente, para fixar a relação entre os fatores internacionais e os nacionais no desenvolvimento do *Risorgimento*). (GRAMSCI, 2014b, p. 127) [grifo nosso]

Gramsci, ao anunciar que a Itália deve assumir a função de elemento de equilíbrio por conta de sua posição geográfica, não se refere apenas a sua posição territorial, mas também a sua posição política. A Itália, segundo Gramsci, deve compreender seu papel, uma espécie de fiel da balança, não porque existe uma condição territorial determinística, mas porque as condições históricas das demais potências ao seu redor, como França e Áustria, associado à condição histórica da Itália, condicionaram esse papel. Sua posição geográfica, portanto, não deve ser considerada *à priori* das relações de força, mas *pari passu* às condições históricas delineadas dentro do tempo e espaço histórico.

Ao contrastarmos as duas versões A e C, podemos notar uma importante nota destacada por Gramsci:

“(Esses elementos da política francesa devem ser cuidadosamente analisados **para estabelecer a relação entre os fatores internacionais e nacionais no desenvolvimento do Risorgimento**. Cabe notar que essa abordagem política francesa é contraproducente daquilo defendido por Jacques Bainville em criticar a política napoleônica oposição à da monarquia.” (Q19, § 56, p. 2077) [grifo e tradução nossa].

Ainda no *Quaderni* 19, Gramsci também atribui uma importância sobre o papel da Itália e o problema da espacialização da pobreza, sobretudo depois de 1929 em “*La questione italiana*” (GRAMSCI, 1977b, 2014b, p. 42–44), nas duas versões (textos A e C). A reconstrução européia no depois da crise de 1929 repercutiu fortemente na recuperação da Itália. Gramsci endossa os discursos da época do então Ministro das Relações Exteriores – Dino Grandi – que era necessário reduzir a pobreza do país. No entanto, o autor sardo questiona uma linha de pensamento econômico ao qual se defendia a ideia de naturalização/cristalização da situação econômica e social dos países. Gramsci indaga:

Parece que a investigação principal deve ser neste sentido: a baixa renda nacional por indivíduo se deve à pobreza “natural” do país ou a condições histórico-sociais, criadas e mantidas por uma determinada orientação

política, que fazem da economia nacional um tonel das Danaides⁸²? (GRAMSCI, 2014b, p. 43)

Sua preocupação é claramente identificada: Gramsci não acredita na naturalização dos fenômenos, tampouco nos fenômenos pré-determinados, apriorísticos. O prisioneiro sardo se apoia na ideia de uma construção histórica dos fatos. E, assim como as condições não são previamente dadas, mas historicamente construídas, assim é a condição geográfica (e também geopolítica). Por isso as condições internas de um território ou somente as condições externas a ele são insuficientes. É preciso compreender que as relações internas e externas possuem um nexos. Mais adiante ele argumentará:

A pobreza relativa “natural” de cada país na civilização moderna (e em tempos normais) tem também uma importância relativa; no máximo, impedirá certos ganhos marginais de “posição” geográfica. A riqueza nacional está condicionada pela divisão internacional do trabalho e pelo fato de se ter sabido escolher, entre as possibilidades que esta divisão oferece mais racional e produtiva para cada país dado. Trata-se essencialmente, portanto, de “capacidade dirigente” da classe econômica dominante, de seu espírito de iniciativa e de organização. Se estas qualidades faltam e o mecanismo econômico se baseia essencialmente na exploração selvagem das classes trabalhadoras e produtoras, nenhum acordo internacional pode corrigir a situação (GRAMSCI, 2014b, p. 43).

A última menção do *Quaderni* 19 é a proposta que Gramsci faz ao analisar a relação campo-cidade na formação nacional italiana na época do *Risorgimento*. Em “*Il rapporto città-campagna nel Risorgimento e nella struttura nazionale italiana*” (Q19, §26), Gramsci nos apresenta o nexos espacial entre campo e cidade, ao passo que para o autor sardo, a cidade industrial depende organicamente do campo. Nesse ínterim, o autor afirma que a relação entre campo e cidade pode representar a relação histórica entre o Norte e Sul, respectivamente (GRAMSCI, 2014b, p. 88–89). Na Itália fica muito evidente, dadas as condições históricas de desenvolvimento muito díspares. E, como o campo e a cidade representam o desenvolvimento desigual das forças sociais, esta relação também pode representar um conflito; em termos nacionais, esse conflito se caracterizaria como um conflito de nacionalidade. Para Sabrina Areco, no lugar de uma simples distinção geográfica entre campo e cidade, Gramsci considera o processo de criação do Estado moderno como a uma aliança de classes e a modernidade pensada como a afirmação da cidade onde se desenvolvem as atividades industriais (ARECO, 2016, p. 163).

⁸² “Tonel das Danaides” é uma expressão da mitologia grega ao qual significa um esforço infundável, sem nenhum resultado; uma espécie de trabalho árduo perdido.

Desse modo, Gramsci introduz a ideia das categorias analíticas que perpassam a dimensão espacial: não apenas Norte/Sul, mas Campo/Cidade. Tais categorias analíticas carregam um significado não apenas espacial, mas também político, uma vez que nesses espaços se encontram diferentes formas históricas de relações de força.

Já no *Quaderni 5* §42, Gramsci nos aponta em “*La tradizione di Roma*” (GRAMSCI, 1977b, p. 573–5) que a Itália moderna está ligada à tradição romana:

O assunto deveria ser estudado despreconcebidamente: o que permanece ainda hoje, de próprio e inconfundível, da tradição romana? Muito pouco, concretamente: a atividade mais intensa, moderna, é a econômica, tanto teórica como prática, bem como a científica, e, delas, nada continua o mundo romano. Mas, mesmo no campo do direito, em que relação exata se encontra o romanismo com as contribuições do germanismo e com as anglo-saxônicas mais recentes? E qual é a **área geográfica** na qual o direito romano teve maior difusão? Deve-se ainda notar que, na forma com que se tornou tradicional, o direito romano foi elaborado em Constantinopla, após a queda de Roma (GRAMSCI, 2014c, p. 116) [grifo nosso].

Gramsci nos descreve que há uma continuidade, uma herança da tradição romana na Itália moderna e, dessa maneira, ao se referir à história italiana, busca na tradição – tanto romana, mas também na história do Papado e da Romanha (Itália setentrional) – os pilares para o grau de desenvolvimento das forças nacionais da Itália moderna. Ainda no *Quaderni 5*, em “*La Romagna e la sua funzione nella storia italiana*” Gramsci resgata o papel da Romanha para a história italiana (Q5, §55). Tema extraído do artigo de Luigi Cavina na *Nuova Antologia* de 16 de junho de 1929, Gramsci argumenta que “parte-se do pressuposto (de caráter sentimental e prático imediato) de que a nação italiana sempre foi uma nação nos atuais **quadros geográficos** e, então, pergunta-se por que não conseguiu antes a unidade político-territorial, como a França, a Espanha etc.” (GRAMSCI, 2014b, p. 217) [grifo nosso]. Mais adiante ele nos reconta que

A Itália, por sua “função cosmopolita”, durante o período do Império Romano e durante a Idade Média, sofreu passivamente as relações internacionais; isto é, no desenvolvimento de sua história, as relações internacionais prevaleceram sobre as relações nacionais (GRAMSCI, 2014b, p. 217).

Podemos compreender que a preocupação de Gramsci em seus estudos sobre a formação nacional da Itália é recontar em termos históricos o processo de unificação. Para tanto, Gramsci estabelece uma análise histórica (tempo), mas sem prescindir da análise

espacial, tanto em suas categorias analíticas como Norte/ Sul, Campo/ Cidade quanto em categorias mais abrangentes como nacional/ internacional. O autor sardo nos proporciona uma reconstituição histórica que possui como um dos componentes a dimensão política a partir da construção do espaço. A temática do *Risorgimento*, portanto, garante identificarmos essas categorias analíticas.

2.4 A geografia nos Quaderni: Maquiavel e Relações de força

A dimensão espacial e geográfica também aparece em outra temática bastante estudada por Gramsci: estudos sobre Maquiavel e as relações de força. O autor dedicará boa parte de seus estudos do *Quaderni* 13 para compreender o *Príncipe*: a relação política do *condottiero* ideal, isto é, o símbolo da vontade coletiva. Gramsci, no entanto, ressalta que tal figura se apresenta como um mito, uma ideologia política de modo a “conduzir o povo à fundação do novo Estado” (GRAMSCI, 2012, p. 14). O componente político estudado por Gramsci também se associa às relações de força, de modo a compreender de qual maneira se constroi a própria política.

Como apresentado anteriormente no item 2.2.4 (*Argomenti di coltura. Le grandi potenze mondiali*) desse trabalho, as relações de força também contêm um componente espacial. Gramsci, tanto no *Quaderni* 8 “*Il moderno Príncipe*” (Q8, §37, texto A) quanto sua reescrita, no *Quaderni* 13 em “(*Le note scritte a proposito dello studio delle situazioni e di ciò che occorre intendere per ‘raporti di forza...’*)” (Q13,§2, texto C) não apenas busca interpretar as *relações* de força, mas também as *situações* de força, isto é, o modo como se estabelecem os diversos níveis de relação de forças. Nesse ínterim, aparece também a dimensão espacial, uma vez que a constituição de uma grande potência está ligada à relação das forças internacionais que, por sua vez está inserida na categoria analítica nacional/ internacional. Sobre as relações sociais e internacionais, Gramsci faz a seguinte indagação:

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Indubitavelmente seguem. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações absolutas e relativas no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares. **Até mesmo a posição geográfica de um estado nacional não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais**, ainda que reaja sobre elas numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia, etc). (GRAMSCI, 2012, p. 20) [grifo nosso]

Gramsci nos indica que tanto as relações sociais quanto as relações internacionais seguem as inovações estruturais e, portanto, a posição geográfica (seja nacional ou internacional) não condiciona as relações sociais. Gramsci nos dá indícios que a sua concepção espacial está atrelada à condição orgânica das relações que, por sua vez, representa um viés dinâmico e não determinístico. Em outro ponto levantado pelo prisioneiro sardo, ele defende a ideia de que as transformações são ocasionadas por essas forças sociais (relações sociais fundamentais) em um primeiro momento e, posteriormente, transbordam para as relações internacionais. Em consequência, podemos compreender que a constituição do espaço nacional está muito mais atrelada às ações dentro do espaço nacional por meio das forças sociais fundamentais do que por meio da passividade e determinismo das relações internacionais para dentro do território. Assim, a posição geográfica não se refere propriamente a um aspecto dado, determinístico, mas historicamente construído.

Ainda na categoria analítica Nacional/Internacional, Gramsci irá analisar as relações orgânicas entre a política interna e política externa dos Estados. No parágrafo intitulado “*Machiavelli*” (Q8, §141), o prisioneiro sardo faz o seguinte questionamento: “É a política interna que determina a política externa, ou vice-versa?” (GRAMSCI, 2012, p. 285). Para tanto, Gramsci resgata a distinção das grandes potências, questão essa ligada às *relações e situações* de força, analisadas no parágrafo anterior. Para Gramsci, é necessário levar em consideração o grau de autonomia de uma potência, além das diversas formas de governo. O autor também enfatiza as condições históricas, em especial, os momentos de guerra e paz:

Condições de um Estado antes e depois de uma guerra. É evidente que contavam, numa aliança, as condições em que um Estado se encontra no momento da paz. Por isso, pode ocorrer que aquele que teve a hegemonia durante a guerra termine por perdê-la pelo enfraquecimento sofrido na luta e veja tornar-se hegemônico um “subalterno” que foi mais hábil ou mais “afortunado”. Isto se verifica nas “guerras mundiais” quando a **situação geográfica** obriga um Estado a lançar todas as suas reservas no fogo: vence graças às alianças, mas a vitória o deixa prostrado, etc. Eis por que, no conceito de “grande potência”, deve-se levar em conta muitos elementos, especialmente os “permanentes”, isto é, especialmente “potencialidade econômica e financeira” e população. (GRAMSCI, 2012, p. 285–286) [grifo nosso]

Esta “situação geográfica” que Gramsci menciona possui uma conotação política. Isto porque o próprio termo “situação” indica um momento, um período e não uma condição estrutural, orgânica. Portanto, Gramsci não se refere propriamente ao território físico, mas à relação das condições históricas de um território, provocada, nesse caso, pelos momentos de

guerra ou paz. São nesses períodos que um Estado pode se fortalecer ou enfraquecer. Daí a estratégia de alcançar os elementos “permanentes” (ou orgânicos), como o crescimento econômico e populacional; e também os elementos “conjunturais”, como as alianças que remetem à correlação de forças sociais tanto no plano nacional quanto no internacional.

Podemos encontrar em outros parágrafos a discussão em que o termo “geografia” se apresenta como um componente político e não apenas espacial nos estudos carcerários. As duas outras menções estão contidas em dois parágrafos – texto A e C, respectivamente – ao qual Gramsci irá discutir a grandeza de poder de uma potência. No quadro a seguir, transcrevemos os dois parágrafos, sublinhando suas modificações:

§ (67). *Grandezza relativa delle potenze.*

Elementi su cui può calcolarsi la gerarchia di potenza degli Stati: 1) estensione del territorio, 2) forza economica, 3) forza militare, (4) possibilità di imprimere alla loro attività una direzione autonoma, di cui le altre potenze devono subire l'influsso). Il quarto elemento è la conseguenza dei primi tre ed è il modo in cui si esprime appunto l'essere grande potenza. Il terzo elemento è di carattere anch'esso riassuntivo dell'estensione territoriale (con una popolazione relativamente alta) e della forza economica. Nell'elemento territoriale è da considerare la posizione geografica; nella forza economica è da distinguere la capacità industriale e agricola (produzione) dalla forza finanziaria. Un elemento imponderabile è poi la posizione ideologica che una certa potenza occupa nel mondo in quanto rappresenta le forze progressive della storia.

§ (19). *Elementi per calcolare la gerarchia di potenza fra gli Stati*

Elementi per calcolare la gerarchia di potenza fra gli Stati: 1) estensione del territorio, 2) forza economica, 3) forza militare. Il modo in cui si esprime l'essere grande potenza è dato dalla possibilità di imprimere alla attività statale una direzione autonoma, di cui gli altri Stati devono subire l'influsso e la ripercussione: la grande potenza è potenza egemone, capo e guida di un sistema di alleanze e di intese di maggiore o minore estensione. La forza militare riassume il valore dell'estensione territoriale (con popolazione adeguata, naturalmente) e del potenziale economico. Nell'elemento territoriale è da considerare in concreto la **posizione geografica**. Nella forza economica è da distinguere la capacità industriale e agricola (forze produttive) dalla capacità finanziaria. Un elemento «imponderabile» è la posizione «ideologica» che un paese occupa nel mondo in ogni momento dato, in quanto ritenuto rappresentante delle forze progressive della storia (esempio della Francia durante la Rivoluzione del 1789 e il periodo napoleonico).

Questi elementi sono calcolati nella prospettiva di

	<u>una guerra. Avere tutti gli elementi che, nei limiti del prevedibile, danno sicurezza di vittoria, significa avere un potenziale di pressione diplomatica da grande potenza, cioè significa ottenere una parte dei risultati di una guerra vittoriosa senza bisogno di combattere.</u>
(GRAMSCI, 1977b, p. 512)	(GRAMSCI, 1977b, p. 1597–8)

Em sua primeira versão, provavelmente escrita em novembro de 1930, Gramsci assinala a existência de quatro elementos hierárquicos para calcular o poder de um Estado considerado como potência: 1. extensão territorial; 2. força econômica; 3. força militar; 4. capacidade de imprimir uma direção autônoma. Em sua reescrita, possivelmente realizada entre maio de 1932 e janeiro de 1934, os três primeiros são mantidos, em detrimento do quarto item, mas o autor não suprime a ideia contida nesse último elemento. Isso porque a direção autônoma é revista como um meio de se alcançar tais elementos. A tais elementos constitutivos da direção autônoma – possivelmente no sentido de hegemonia – que influencie outros Estados, o autor sardo explicará com um pouco mais de parcimônia as etapas pelas quais a grande potência deve passar para garantir essa condição. Na primeira versão, Gramsci defende que o quarto elemento é consequência dos outros três primeiros, mas em sua reescrita, parece que essa variável dependente ganha autonomia perante os demais elementos. Ele ressalta que a força militar garante a manutenção dos territórios, além de fortalecer o poder econômico que, no segundo texto, é alcançado por meio da força produtiva e não apenas da produção, isto é, do processo como um todo e não somente o produto final. Isso porque para assegurar o território é imprescindível que o poderio militar forneça meios para garantir tal objetivo.

No entanto, o poder militar sozinho não é suficiente para manter sua força. No parágrafo “*Luta política e guerra militar*” (Q1, §134) do *Quaderno 1* escrito entre fevereiro de março de 1929, Gramsci irá diferenciar duas formas estratégicas de conquista: a luta política e a guerra militar. Para o autor, a guerra militar envolve a disputa de um território associado à destruição do exército inimigo. Chegaria, portanto, a um objetivo estratégico, que seria “a ocupação de seu território, e a paz seria decorrência desse fim” (BIANCHI, 2008, p. 201). Já a luta política é muito mais complexa, uma vez que envolve uma tentativa de ocupação permanente e estável de parte ou de todo o território conquistado (Id, *Ibidem*). Seria

uma vitória do ponto de vista da conquista dos exércitos, mas uma luta constante do ponto de vista político e da preparação militar (GRAMSCI, 2012, p. 126; Q1, §134)⁸³. Gramsci também atribui a esse parágrafo uma dimensão espacial, uma vez que aqueles que lutam na guerra – seja por objetivos estratégicos-militares, seja pela luta política, estão ligados a condições particulares do “ambiente físico-geográfico regional”, bem como das classes e também à eficiência dos governos⁸⁴. Gramsci compreende que esses elementos são indispensáveis para que a grande potência possa garantir sua primazia de poder. Sua posição geográfica está associada à dimensão política e, portanto, pode ser considerada dinâmica e não apenas uma característica apriorística da grande potência.

Em todos esses parágrafos pudemos observar que a dimensão política se aproxima muito das questões espaciais propostas por Gramsci a partir das categorias analíticas explicitadas em boa parte no *Quaderno 13*. O prisioneiro sardo nos apresenta as relações e situações de força nos níveis nacional e internacional. Gramsci reforça que as forças sociais nascem no plano nacional e ganham projeção no plano internacional, sobretudo na figura das grandes potências. E esse desenho recebe contornos mais nítidos quando ele se propõe a estudar o desenvolvimento desigual que é desdobrado desses embates hegemônicos. Por fim, Gramsci compreende que os elementos geográficos ganham maior ou menor destaque na medida em que as condições históricas permitem. Isso significa que ter ou não uma posição geográfica estratégica, possuir uma situação geográfica em equilíbrio, entre outros exemplos, depende muito mais do desenvolvimento histórico que se desdobra em tais condições e não o contrário.

Até esses estudos, Gramsci possui uma preocupação essencialmente com a Itália, isto é, recontar a história de sua unificação e compreender seu papel diante da inserção internacional. Mas o prisioneiro sardo, sendo condizente com sua afirmação de que as relações internacionais seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais, se propõe a estudar agora as relações internacionais, assunto de nosso próximo tópico.

⁸³ Nesse parágrafo que Gramsci fará a diferenças entre *guerra de movimento*, *guerra de posição* e *guerra subterrânea* por meio de um exemplo histórico - a resistência passiva de Gandhi. Para Gramsci é uma forma de guerra de posição quando se recorre ao boicote; é uma guerra de movimento quando se consideram as greves e é uma forma de guerra subterrânea quando se concebe a resistência clandestina armada (GRAMSCI, 2012, p. 126–127, Q1, §134)

⁸⁴ Gramsci nesse parágrafo chega a citar os *comitadjis* – grupo armado do movimento nacionalista da Macedônia – para exemplificar essa ligação dos objetivos com o espaço (ambiente físico-geográfico regional).

2.5 A geografia nos *Quaderni*: Política Internacional

Gramsci busca incorporar a história da Itália em suas diferentes vertentes – econômica, política, cultural, entre outros elementos. Mas também busca aprofundar seus estudos a partir da política internacional, por conta das relações internacionais, como desdobramento das relações sociais fundamentais. Este tópico visa mapear também a dimensão espacial dentro da temática da política internacional no pensamento gramsciano. Um dos pontos mais tradicionais das relações internacionais é a relação entre a guerra e a diplomacia. Gramsci buscou fazer uma análise das relações internacionais, ao retratar a história das relações diplomáticas da Itália e de outros Estados, uma vez que sua preocupação era compreender o papel e a inserção da Itália em termos políticos nas relações internacionais. Sua preocupação analítica, por exemplo, cobriu a Europa ocidental, mas também em outras partes do globo, como a Europa nórdica e oriental, a região escandinava e báltica, respectivamente, passando pela história de alguns países africanos os quais a Itália tinha interesse, como é o caso da Etiópia e Eritreia, chegando às grandes potências, como Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e em porções mais sucintas, à Rússia. O vasto estudo sobre esses países demonstra o interesse que Gramsci possuía pelas questões que, aparentemente eram desconexas da história da Itália, mas havia um nexos que ligava todas essas questões: nacional-internacional. É desse modo que seus cadernos percorrem uma longa análise sobre as relações internacionais a partir do interesse da política internacional desses países.

Logo após escrever o parágrafo sobre a geopolítica (Q2, §39), Gramsci encontrará na mesma edição da *Nuova Antologia* um artigo intitulado “*Il problema scandinavo e báltico*” (Q2,§40) de um autor cujo pseudônimo era A.M. (M., 1927), realizando uma análise muito próxima da que Rudolf Kjellen se propõe a fazer. O artigo conta com uma leitura muito detalhada da história das relações entre os países escandinavos – Noruega, Dinamarca, Suécia e Finlândia – e bálticos (região nordeste da Europa, dos países que foram anexados pela da União Soviética e depois da Guerra Fria recobriram sua independência e foram denominados Estônia, Letônia e Lituânia). As disputas intra regionais e também entre potências que eram próximas a essa região, como a Rússia e a Alemanha, provavelmente despertaram a atenção de Gramsci, que já havia tomado conhecimento brevemente da história da Suécia pelo artigo de Almagià (ALMAGIÀ, 1927) sobre a geopolítica ainda nessa revista.

No entanto, diferentemente de sua resenha do parágrafo sobre a geopolítica, Gramsci se arrisca a comentar criticamente o artigo de A.M. Isto porque as análises da

política internacional nessa região, sobretudo os motivos das disputas territoriais realizadas por A.M pareceram insuficientes a Gramsci, ao passo que escreve que o artigo é “claudicante e cheio de generalidades pretensiosas, mas interessante em seu conjunto, até mesmo porque o assunto é habitualmente muito pouco tratado” (GRAMSCI, 2012, p. 151). Por isso que Gramsci tece alguns comentários sobre as razões pelas quais a Suécia – assunto tão desenvolvido por Kjellen durante sua pesquisa – nunca poderia se tornar hegemônica, diante de sua posição “apática e acomodada, sem vontade de potência” (GRAMSCI, 2012, p. 152). Ou também a respeito da passividade da Dinamarca, que, segundo Gramsci, gravita na órbita da potência inglesa. Gramsci destacará o papel da Inglaterra contra o bloco alemão-russo e criticará a ênfase dada ao papel da Alemanha no artigo, considerada uma nova potência que dominará a Europa a partir da aliança que faria com a Rússia, um país considerado por A.M. uma potência em ascensão. Gramsci refutará essa ideia, argumentando que a Rússia não tem propensões para uma modernidade capaz de se tornar hegemônica ao lado da Alemanha, pois é essencialmente camponesa e, portanto, não dispõe de uma industrialização capaz de conduzir a esse status (GRAMSCI, 2012, p. 154).

Saindo da análise da Europa nórdica, Gramsci quase na mesma época que escreveu sobre a geopolítica também revisitou a história de algumas disputas territoriais entre a Itália e alguns países, especialmente os da África. Seu foco era montar as peças da história italiana e situá-la politicamente no cenário mundial. A primeira menção à "posição geográfica" se encontra no parágrafo "*Italia e Yemen nella nuova política arabica*" (Q2, §30). Retirados os dados históricos da *Rivista d'Italia* de 15 de julho de 1927 (GRAMSCI, 2012, p. 145), Gramsci resgata a história das relações diplomáticas com o Iêmen e a sua disputa por meio da guerra ítalo-turca (1911-1912). Segundo Gramsci, "sua região [Iêmen], que é uma das mais férteis da Arábia, e sua **posição geográfica** oferecem-lhe um certo potencial econômico" (GRAMSCI, 2012, p. 148). Gramsci não traz essa informação de modo arbitrário. A posição territorial do país, bem como suas características religiosas, e políticas e acordos diplomáticos (como cita o tratado ítalo-iemenita, uma espécie de aliança política e militar secreta) fazem com que esse "certo potencial econômico" seja proveitoso à Itália. Mais adiante, Gramsci finaliza seus estudos com a seguinte observação: "Para a Itália, o Iêmen é o trampolim para o mundo árabe" (Idem). Tal afirmação ecoa como um projeto político expansionista do país, visto sua projeção internacional. Ao mapear as condições de sua posição geográfica, Gramsci não remete apenas às condições físicas/territoriais, mas a congregação de tais fatores com o alcance político: como tirar proveito por meio das relações

econômicas, militares e também políticas, significado esse tal como carrega o conceito de geopolítica.

Outro país no qual a Itália tinha interesse era a Etiópia. Gramsci em “*L’Etiopia d’oggi*” (Q2, §21), se baseia em um artigo da *Nuova Antologia* do dia 15 de março de 1927 (GRAMSCI, 2011, p. 539) para descrever o quão importante era assegurar a independência desse país africano. Para Gramsci, dois elementos deveriam ser levados em consideração:

A estrutura geográfica do país e o ciúme entre as potências [Inglaterra, Itália e França]. A estrutura geográfica faz da Etiópia um imenso campo entrincheirado natural, que só pode ser derrotado com o emprego de enormes forças e com sacrifícios desproporcionais às escassas reservas econômicas que o país pode oferecer ao eventual conquistador (GRAMSCI, 2012, p. 140).

Gramsci aponta as condições naturais do aspecto territorial da Etiópia, mas logo ressalta a grandeza econômica que pode ser empregada para atenuar possíveis elementos que pudessem desfavorecer as potências europeias. Mais adiante sublinha a Convenção de Londres de 1906, que determinava o acordo de Inglaterra, França e Itália para a manutenção do *status quo* político e territorial ou, em caso de disputa, manterem-se os mais neutros possíveis, de modo a considerar a integridade da Etiópia para assegurar os seus respectivos interesses naquele país. Trata-se de articular as diretrizes políticas nacionais em consonância às internacionais (e vice-versa), levando em consideração a preservação territorial e, por conseguinte, a manutenção da própria condição de potência.

Ainda analisando os países da África, Gramsci extrai de um artigo de Roberto Cantalupo na revista *Nuova Antologia* de 1º de outubro de 1927 intitulada “*La Nuova Eritrea*” para basear seu artigo “*Roberto Cantalupo, La Nuova Eritrea*” (Q2, § 50):

(Funções da Eritreia: 1) econômica: intensificar a sua capacidade produtiva e comercial de exportação e importação, procurando fazer dela um complemento à Mãe-Pátria e torná-la ativa financeiramente; 2) política: dar Eritreia uma posição e uma função tais que tornem possível um maior contato com os Estados árabes da Margem asiática do Mar Vermelho, bem como restaurar as relações econômicas entre Asmara e região limítrofe do Oeste etíope, de modo que a Eritreia se torne a saída marítima natural das regiões da Abissínia setentrional e porto de trânsito natural das zonas centrais e meridionais da península arábica, depois de porto Sudão passou a ser a saída de todo o oeste sudanês e o *entrepôt* da Arábia setentrional) (GRAMSCI, 2012, p. 157).

Gramsci, no entanto, atualiza a problematização lançada por Cantalupo. Para o prisioneiro sardo, a luta entre Inglaterra, Itália e França terão também como adversários Estados Unidos e Rússia, uma vez que a Etiópia (país que faz fronteira com a Eritreia) é de interesse dessas potências, dado que era naquele momento o único país independente da África. Gramsci nos conduz a linha de raciocínio de que este país poderia ser considerado estratégico para toda a política mundial, uma vez que seria o ponto de colisão de três potências mundiais – Inglaterra, Rússia e Estados Unidos (GRAMSCI, 2012, p. 157).

A respeito das grandes potências, Gramsci tem um cuidado especial ao se referir a duas potências: Inglaterra e Estados Unidos. Ele dedica alguns parágrafos para analisar o papel dos Estados Unidos como uma nova potência no novo cenário político. Em “*Le questioni navali*” (Q 6, §60)⁸⁵, Gramsci nos apresenta alguns dos elementos capazes sustentar uma potência: as forças político-militares na figura dos armamentos terrestres e marítimo. Ele ressalta o poder de Inglaterra e Estados Unidos, fazendo uma alusão ao passado e presente (antiga hegemonia e nova), em um embate de hegemonias:

Diferença entre armamentos terrestres e marítimos: os marítimos dificilmente podem ser escondidos; podem existir fábricas secretas de armas e munições, não estaleiros secretos nem cruzadores construídos em segredo. A "visibilidade", a possibilidade de calcular todo o potencial naval, fazem nascer as questões de prestígio, isto é, encontram sua máxima expressão na frota de guerra, e daí as lutas pelo equilíbrio entre duas potências. Exemplo clássico: Inglaterra e Estados Unidos. Em última análise, a base da frota, como de todo o aparelho militar repousa na potencialidade produtiva e financeira dos diversos países, mas as questões se formulam em bases “racionalistas”. A Inglaterra sublinha sua posição insular e a necessidade para ela vital de manter permanentemente a ligação com domínios para o abastecimento de sua população, ao passo que a América é um continente que basta a si mesmo, tem dois oceanos unidos pelo Canal do Panamá, etc. **Mas por que um Estado renunciaria à superioridade estratégica geográfica, se esta lhe dá condições favoráveis para a hegemonia mundial?** Por que a Inglaterra manteria uma determinada hegemonia sob uma série de países, baseada em certas tradicionais condições favoráveis de superioridade, se os Estados Unidos podem ser superiores à Inglaterra e absorvê-la com todo o império, se possível? Não há nenhuma "racionalidade" nestas coisas, mas só questões de força e a figura de *sor Panera*⁸⁶ que quer estocar o adversário, com o consentimento deste é ridículo em qualquer caso (GRAMSCI, 2012, p. 232–233) [grifo nosso].

⁸⁵ Segundo o aparato crítico, provavelmente as observações desse parágrafo aparece em um artigo intitulado “*Disarmo Ed equilibrio marittimo*” da *Revista Nuova Antologia* de 16 de março de 1930 (GRAMSCI, 1977a, p. 2715).

⁸⁶ “Criado por Edoardo Ferravilla (1846-1916), Sor Panera é um personagem da comédia milanesa, simultaneamente medroso e fanfarrão” (GRAMSCI, 2012, p. 404).

O poderio militar das duas potências faz com que exista um equilíbrio entre elas, segundo Gramsci. No entanto, o critério em última análise se ancora na “potencialidade produtiva e financeira”, isto é, nas “forças sociais”, associadas à superioridade estratégica geográfica garantida por sua dimensão espacial. Para os Estados Unidos, sua posição geográfica (um país com dimensões territoriais continentais) é favorável a garantir tal potencialidade e, conseqüentemente garantir sua posição hegemônica. Trata-se, na verdade de um embate de hegemonias em um espaço que se modifica a partir do desenvolvimento das forças – políticas, militares e econômicas.

Por fim, em “*Oggettività e realtà del mondo esterno*” (Q11, §20) Gramsci recoloca as análises das principais categorias analíticas espaciais para compreender a realidade do mundo exterior: Oriente/Ocidente; Norte/Sul; Leste/Oeste. É importante compreender a dimensão espacial dentro da lógica que é também política:

Para compreender exatamente as significações que pode ter o problema da realidade do mundo exterior, pode ser oportuno desenvolver o exemplo dos conceitos das noções de "**Oriente**" e "**Ocidente**" que não deixam de ser "objetivamente reais", ainda que, quando analisadas, demonstrem ser nada mais que uma "**construção**" convencional, isto é, "**histórico-cultural**" (frequentemente os termos "artificial" e "convencional" indicam fatos "históricos", produzidos pelo desenvolvimento da civilização e, não construções racionalisticamente não arbitrarias ou individualmente artificiosas) (GRAMSCI, 2013, p. 137) [grifo nosso].

Gramsci compreende que as categorias “Oriente/Ocidente” são construções histórico-culturais, ainda que contemplem também a dimensão real. Para endossar essa ideia, Gramsci recorda-se de um livro de Bertrand Russel (*I problemi della filosofia; Os problemas da filosofia*, em tradução livre) em que ele sublinha a impossibilidade de se pensar um evento ou lugar sem a existência do homem. O homem, portanto, é o ponto de partida para a referência da própria história. Em outras palavras, trata-se de um conceito relacional e dependente da própria existência humana ou, em linhas mais gerais, da história das civilizações. Mais adiante, Gramsci enfatiza:

Pode-se objetar que, sem pensar na existência do homem é impossível pensar em "pensar", não é possível pensar, de um modo geral, em nenhum fato ou relação que só existem enquanto o homem existe. O que significaria Norte-Sul, Leste-Oeste, sem o homem? Elas são relações reais e, contudo, não existiriam sem o homem e sem o desenvolvimento da civilização. **É evidente que o Leste e o Oeste são construções arbitrarias,**

convencionais, isto é históricas, já que fora da história real cada ponto da Terra é simultaneamente Leste e Oeste. Isto pode ser visto mais claramente pelo fato de que **estes termos se cristalizaram**, não a partir do ponto de vista de um hipotético e melancólico homem em geral, mas do ponto de vista das classes cultas europeias que **através de sua hegemonia mundial**, fizeram com que fossem aceitos por toda parte. (...)

Assim, através do conteúdo histórico que se anexou ao **termo geográfico**, as expressões Oriente e Ocidente terminaram por indicar determinadas relações entre conjuntos de civilizações diversas (GRAMSCI, 2013, p. 137-138). [grifo nosso].

Nesse parágrafo Gramsci explicita que essas categorias analíticas espaciais são, na verdade construções históricas estabelecidas a partir da hegemonia das grandes culturas, no caso a Europa, o palco da concentração do poder político e cultural no momento dessas construções. Não podemos compreender as demais categorias analíticas no pensamento gramsciano sem levar em consideração tal concepção inicial. Gramsci nos demonstra que tais conceitos não são meramente geográficos, mas dependem de uma construção histórica, dinâmica e não determinista. É nisso em que se pautava a construção de suas categorias analíticas.

2. 6 A geografia nos Quaderni: Intelectuais, Educação, Cultura e Literatura

Gramsci também irá compreender outros temas que passam pelo componente político, que não tem um viés essencialmente geográfico ou espacial no sentido orgânico, mas físico, e por isso a geografia nesses parágrafos a seguir será tratada com esse viés. Nessa seção iremos mapear onde a geografia aparece nos cadernos, mas não necessariamente a partir da dimensão geopolítica a que tratamos até o momento. Isso porque em alguns de seus escritos, o prisioneiro sardo irá compreender a geografia enquanto disciplina. Ou até mesmo como um espaço em que a cultura e a literatura emergem, fruto da organização de um território. Nesses parágrafos, portanto, podemos avistar a forma pela qual Gramsci dá continuidade a seu projeto de estudos por meio da interpretação do nacional-popular na Itália. Advertimos que este tópico não tem pretensão de explorar esses temas, visto que desviaria demasiadamente o foco do objeto. No entanto, é preciso compreender outras leituras sobre a geografia, embora presente nesses *Quaderni*, não possui – no argumento da tese – a dimensão orgânica e espacial que Gramsci enfatiza nos parágrafos anteriores analisados.

No parágrafo 5 do Caderno 3 intitulado *America* (Q3, §5) – escrito provavelmente entre 20 e 30 de maio de 1930 – Gramsci irá analisar no que consiste a latinidade. E para

tanto, irá nos apresentar geograficamente o legado da imigração italiana para o continente americano, bem como a questão da nacionalidade – língua, cultura e etnia - que influencia na construção das repúblicas sul-americanas, como a América Central, do Sul e a ampliação de parte dos Estados Unidos. Para Gramsci, trata-se, portanto, de aclimatar-se ao “novo ambiente geográfico e social” (GRAMSCI, 2014a, p. 293, Q3, §5). A cultura italiana, partindo de um artigo de Lamberti Sorrentino “Latinità dell’America” da revista *Italia Letteraria* (dezembro de 1929) sobrevive nessas regiões sobretudo a partir da conservação da língua.

Gramsci também abordará a geografia na inexistência de uma “literatura popular italiana”⁸⁷, uma discussão que faz a partir do conceito de nacional-popular⁸⁸. O autor parte de um parágrafo também do Caderno 3 e o reescreve no Caderno 21 em *Concetto di “nazionale-popolare”* (Q21, §5). O prisioneiro marxista, nesse ínterim, cita alguns romances da literatura estrangeira – como Inglaterra, Alemanha e França, sendo essa última enfaticamente representada por Júlio Verne – que tem como mote o romance científico de aventuras e geográfico (Q21, §§ 5, 6 e 10). Gramsci chega a citar em outro parágrafo intitulado *Giornalismo* (Q6, §104) que “por causa da infeliz disposição geográfica e da ausência de um centro político e intelectual nacional” (GRAMSCI, 2014c, p. 232, Q6, §104), a Itália carece de uma valorização de obras e jornais que retratassem a vida nacional ou internacional. Assim, o tipo de jornalismo em boa parte da Itália era provincial, retratando os aspectos locais, cuja temática era considerada por Gramsci, secundária (mexericos e miudezas).

Nos Cadernos Miscelâneos Gramsci chega a citar obras que remetem a cultura associada à geografia, como de Leonardo Olschki *Kulturgeschichte Italiens* (Q6, §95). Como literatura “popular” italiana, Gramsci cita *Il Guerin Meschino* do italiano Andrea da Barberino (Q6, §207). O autor sardo afirma que essa obra medieval serve aos leitores como um poema popular, mas também uma espécie de “enciclopédia popular” que ensina cultura e, ao mesmo tempo, ajuda a ampliar as diferenças culturais do leitor desse tipo de romance com os demais leitores de outras obras mais rebuscadas, – uma vez que os primeiros não se interessariam, por exemplo, pelos ensinamentos da cultura geográfica que tal obra popular possui.

Os estudos gramscianos também passam pelo estudo sobre os intelectuais. Gramsci irá indagar se “os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo

⁸⁷ Para uma melhor compreensão do tema da literatura nos *Cadernos do Cárcere*, consultar a obra de Daniela Mussi “Política e literatura: Antonio Gramsci e a crítica italiana” (MUSSI, 2014).

⁸⁸ Sucintamente, para Gramsci “em muitas línguas, ‘nacional’ e ‘popular’ são sinônimos ou quase (...). Na Itália, o termo ‘nacional’ tem um significado muito restrito ideologicamente e, de qualquer modo, não coincide com ‘popular’, já que na Itália os intelectuais estão afastados do povo, ou seja, da ‘nação’; estão ligados, ao contrário a uma tradição de casta, que jamais foi quebrada por um forte movimento político popular ou nacional vindo de baixo (GRAMSCI, 2002, p. 41–42; Q21, §5)

social tem sua própria categoria especializada de intelectuais” (GRAMSCI, 2014c, p. 15, Q12, §1). Derivado de parágrafos de Cadernos Miscelâneos (como por exemplo o Q4, §50), Gramsci discorrerá a origem e os tipos existentes dos intelectuais – tradicional e orgânico. Para o autor, a base do desenvolvimento deles deriva do agrupamento social que, por sua vez está ligada a uma condição histórica principalmente da base do ensino, que é a escola. A solução para Gramsci é a criação de uma escola unitária, a qual serviria para congregar aos alunos uma base de ensino uniforme. Serviria, portanto, para reorganizar as escolas no modo de ensino o qual começaria inicialmente com “noções ‘instrumentais’ da instrução”, nas quais a geografia, além da história, gramática e matemática serviriam como disciplinas-base para a formação dos grupos de jovens.

Ainda sobre os intelectuais, Gramsci também retratou a organização da vida cultural deles (Q8, §188) de modo a compreender a história da formação da “Sociedade Italiana para o Progresso da Ciência”, a qual para ele deveria aproximar o trabalho das academias com a cultura científica das massas nacional-populares. Um exemplo disso é o *Touring Club* italiano, que mistura uma associação de amigos com interesses em viagens, esporte e as derivações da geografia (como turismo, esporte, geologia). Para Gramsci, esse tipo de associação poderia ter um nexos orgânico com os Institutos de Geografia e Sociedades Geográficas, mas só produzem um impasse, pois esbarram na condição nacional do primeiro enquanto que as demais instituições são de proporções internacionais.

Os intelectuais também se propuseram a entender a história dos italianos também fora da Itália. No parágrafo intitulado *Carattere cosmopolita degli intellettuali italiani*. (Q9, §84), um dos dois exemplos foram as obras de Leo Benvenuti que escreveu *Dizionario degli Italiani all’Estero*, e de Gioachino Volpe *L’Opera del Genio italiano all’estero*. Em ambas as obras, Gramsci explicita as categorias e os volumes aos quais as obras foram divididas. A geografia aparece como uma subdivisão temática dos autores.

Ainda sobre os intelectuais, nos Cadernos 8 e 17 são resgatadas algumas obras e Congressos de Geografia. Seu interesse pela área é constatado nessas breves notas sobre assuntos que interessam não apenas pela área do conhecimento em si, mas pela importância que se adquire tanto para a Itália quanto para os demais países. No Caderno 8 Gramsci aponta para a terminologia e os vocábulos de geografia e ciência que o general Carlo Porro organizou em sua Enciclopédia intitulada *Terminologia geográfica*, que, segundo Gramsci serve para uso de geografia geral e militar (Q8, §164, p. 1039). Outra referência bibliográfica que Gramsci nos recomenda é a obra de I. E. Würzburger e E. Roesner – *Hübners Geographisch-Statistische Tabellen*, edição de 1932, enfatizando que seu estudo não era

apenas para geógrafos, mas para aqueles que se interessam por temas sobre política, economia, sociedade, finanças, comércio, demografia de todos os países (Q17, §25, p. 1927). Por fim, Gramsci resgata o estudo do professor Ferdinando Milone, da Universidade de Bari, no qual foi apresentada uma análise sobre as causas e efeitos da distribuição das indústrias na Itália no Congresso Geográfico em 1934 na cidade de Varsóvia (Q17, §47, p. 1945)

Literatura, cultura e os intelectuais. Diferentes temas a que Gramsci também se dedicou e que, apesar de ter um nexos com a política, eles não têm uma abordagem espacial como o pilar de sua argumentação. Ainda assim, Gramsci remete ao caráter geográfico no sentido físico, ou seja, territorial.

Ao longo da análise dos parágrafos, pudemos observar que em muitos deles Gramsci nos apresenta a dimensão geográfica e, conseqüentemente a construção do espaço a partir de uma noção histórica e política. Seu entendimento era que os aspectos geográficos indicam não somente o lugar físico, mas um *locus* onde a política, por meio da ação dos homens, pode emergir. A interação entre a política e os aspectos geográficos, ou seja, a geopolítica, é compreendida por Gramsci como um nexos orgânico. Nenhum lugar se torna um espaço sem a interferência e os interesses dos homens que, por sua vez, estão ligados a uma dimensão histórica. Ao abordar a dimensão espacial, Gramsci também traz a dimensão política e, vice-versa. Em seu pensamento, existe um nexos orgânico ao qual nos induz a perceber que, desde a “política dos homens de Estado”, passando pela política internacional, intelectuais à cultura, entre outros, a política perpassa as relações entre homem e território. Por isso que a condição orgânica se torna um ponto chave em seus estudos.

O mapeamento a que nos propormos a estudar nos *Cadernos do Cárcere* sobre a geografia derivou uma necessidade: não apenas analisar conteúdo espacial presente em seus Cadernos, mas refazer o caminho pelo qual Gramsci dispõe em seus estudos a evolução de seu pensamento. Em outras palavras, devemos analisar o ritmo do pensamento de Gramsci a partir da dimensão geopolítica. Assim, podemos compreender o cenário político da época, sobretudo a hegemonia. Para tanto, no próximo capítulo resgataremos o ritmo do pensamento gramsciano e concomitantemente o situaremos na política de sua época, marcada pela divisão entre o nacional e o internacional. Gramsci, no entanto, percebe essas demarcações não como um aspecto físico, mas orgânico, onde as forças políticas, bem como os grupos sociais estão

em interação nas dimensões internas e externas e, dessa maneira, também impactam nas relações de poder.

CAPÍTULO 3

A geopolítica no ritmo do pensamento de Gramsci: as categorias espaciais nos *Quaderni*

A partir da análise das menções sobre geopolítica e a geografia feita ao longo do capítulo anterior pudemos comprovar a hipótese levantada neste trabalho de que a dimensão espacial e geográfica de Antonio Gramsci se apresenta como um componente político. Analisamos como o espaço para Gramsci é formado a partir de uma dimensão histórica com interesses na formação dos Estados e também nos atores nacionais. Nos manuscritos carcerários e, tomando como uma preocupação os temas a que Gramsci se dedica, bem como sua metodologia, é possível analisar a forma pela qual dispõe os parágrafos sobre a geopolítica. Devemos internalizar os ritmos do pensamento de Antonio Gramsci ao nos debruçarmos na datação dos parágrafos⁸⁹ em consonância ao contexto vivido pelo prisioneiro sardo e a forma como ele desenvolve seus argumentos, escreve e, em alguns momentos, reescreve alguns de seus parágrafos. Ao trazer à tona o ritmo do pensamento gramsciano podemos compreender, assim, os diferentes sentidos que Gramsci dá a essa abordagem geográfica (mais especificamente geopolítica) à medida em que sua interpretação com o passar dos anos na prisão também se modifica e se aprimora.

Neste terceiro e último capítulo, nosso intuito é nos conectarmos aos ritmos do pensamento gramsciano para pensarmos a geopolítica. E da geopolítica, só podemos compreender o nexo da política com a construção dos espaços por meio das categorias espaciais que permeiam toda sua obra. Isso porque pensar o espaço e a delimitação de interesses políticos é pensar sobretudo as fronteiras nacionais e, conseqüentemente, o internacional. Também é pensar no “*desenvolvimento desigual e combinado*”⁹⁰ que permite

⁸⁹ Para internalizarmos o ritmo do pensamento de Gramsci sobre a questão espacial, continuaremos utilizando a datação de Gianni Francioni (FRANCIONI, 1984).

⁹⁰ Existe um longo debate sobre a *Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado*. Segundo Michel Löwy, embora não haja ainda a expressão “desenvolvimento desigual e combinado”, esses temas centrais já estão esboçados por Trotsky em um artigo de 1906 intitulado *Balanços e Perspectivas*, na tentativa de explicar as contradições econômicas e sociais nos países periféricos e sustentada por seu estudo sobre o sistema capitalista russo. Trotsky só voltará a apresentar explicitamente essa teoria em 1930 com sua obra *História da Revolução Russa*. Para o Löwy, análise de Trotsky não se restringia apenas à economia, mas a “todos os estágios da

pensar o processo histórico que marca as diferenças tanto no norte quanto no sul, culminando na constatação de que existe “ocidente no oriente” e vice-versa, e chegando finalmente nos elementos que dão origem às formas de hegemonia e revolução passiva. Daremos um enfoque de como Gramsci trata tais questões nos *Cadernos do Cárcere* e, portanto, se torna compreensível analisarmos a geopolítica a partir desses pares conceituais que podem ser lidos dentro da chave espacial e geográfica, uma vez que os “homens de Estado” como sublinha Gramsci, projetam suas políticas tendo em vista seu território em contraste ao território alheio. Assim, o objetivo desse capítulo é compreender de que modo Gramsci analisa os pares conceituais a partir da lógica espacial e política – nacional/ internacional; norte/ sul; ocidente/oriente e hegemonia e revolução passiva. Analisaremos como Gramsci faz uma leitura dessas categorias à luz da aproximação da geografia e política, decifrando primeiramente como a geopolítica se insere no ritmo de seus pensamentos.

3.1 A geopolítica no ritmo do pensamento de Gramsci

De fevereiro de 1929 a meados de 1935, Gramsci elaborou seus escritos na prisão. O prisioneiro sardo buscou uma forma de organizar tematicamente seus escritos. É preciso ter em mente que a divisão temática a que Gramsci se propõe inicialmente é, ao longo dos anos, modificada parcialmente por conta do volume expressivo dos temas a que se propôs a escrever e também sua precária condição de saúde. Devemos adicionar a esse contexto as próprias fontes, uma vez que os livros e revistas que recebe na prisão ajudam a compor seus

civilização”, da indústria mais desenvolvida à agricultura mais primitiva. Ainda segundo Löwy, “estes diferentes estágios não estão simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam, se combinam, ‘se amalgamam’: o processo do desenvolvimento capitalista, criado pela união das condições locais (atrasadas) com as condições gerais (avançadas) ‘um amálgama social cuja natureza não pode ser definida pela busca de lugares comuns históricos, mas somente por meio de uma análise com base materialista’” (LÖWY, 1998, pp. 75-76). Adam Morton (MORTON, 2007b), resgata uma afirmação de Frank Rosengarten (ROSENGARTEN, 1984-1985) para explicar a aproximação de Gramsci com Trotsky que, por sua vez, poderia culminar na influência de tal teoria no pensamento de Gramsci. Rosengarten afirma de que não há dúvidas de que exista uma interação considerável de ambos os pensadores marxistas entre 1922 e 1923. O ensaio que Gramsci escreve em 1922 sobre o futuro da Itália é anexado em *Literature and Revolution* no final dos anos 1923 escrito por Trotsky. Segundo Rosengarten há indícios de que Gramsci faz menção à Trotsky em alguns parágrafos de seus cadernos carcerários, sobretudo no que se refere à literatura e cultura (ROSENGARTEN, 1984-1985, p. 73). Assim, para Rosengarten, “Trotsky desempenhou um papel importante na educação de Gramsci como um revolucionário comunista” (ROSENGARTEN, 1984-1985, p. 72-73). Mais uma evidência lembrada por Morton, por sua vez, foi o contato pessoal e intelectual de Gramsci com Trotsky, no encontro no 4º Congresso da Internacional Comunista, em Petrogrado (Moscou) entre os dias 5 de novembro a 5 de dezembro de 1922 (MORTON, 2007a, p. 58). Todos esses fatores corroboram a tese de que podemos ler Gramsci a partir da ideia do desenvolvimento desigual e combinado, sobretudo para analisar o desenvolvimento histórico do sistema de Estados, suas classes e grupos dominantes, bem como a relação estabelecida entre o sistema capitalista, uma vez que sua concepção orgânica nos permite incorporar a noção do desenvolvimento e do atraso como parte do mesmo processo.

escritos carcerários. Desse modo, os primeiros anos de prisão para Gramsci foram fundamentais para organizar seu pensamento. De 1927 a 1929, Gramsci é autorizado a receber livros na prisão, o que lhe ajuda a compor os eixos temáticos de seus estudos. Já em 1929 Gramsci tem mais claro a organização dos seus manuscritos. Para Francioni,

A “geografia” dos manuscritos gramscianos mostra-nos, de fato, uma bipartição principal – que Gramsci rastreia imediatamente, no momento em que se elabora em fevereiro de 1929 – entre as traduções e o trabalho teórico em sentido amplo (redação das notas sobre os diferentes argumentos elencados no programa apropriado do Caderno 1), que se constitui em dois setores diferentes de trabalho: para fazer isso, ele atribui às diferentes versões dos Cadernos que possuem notas miscelâneas. (FRANCIONI, 1984, p. 836) [tradução nossa]

Francioni ressalta a bipartição dos Cadernos, uma vez que boa parte dos manuscritos considerados Cadernos Miscelâneos serviram de aporte teórico para os Cadernos Especiais e Temáticos. Assim, a datação entre 1927 a 1929 é importante para a consecução dos escritos carcerários, sobretudo para a orientação espacial e geográfica dos cadernos. A partir do ano de 1927, ano que Gramsci fora preso, o marxista sardo ganha a permissão de receber várias revistas e livros na prisão, entre eles a *Nuova Antologia*, *Rivista d'Italia*, *La Stampa*, a coleção de livros de Maquiavel, entre outros. “Os livros que Gramsci tinha no cárcere compunham um movimento editorial bastante específico na Europa Latina, especialmente na França” (SECCO, 2004, p. 212). Apesar de boa parte da literatura alemã ter sido alcançada pela francesa, Gramsci não deixava de aprender alemão e o inglês. Tanto que os primeiros escritos eram traduções de notas de livros e artigos. Na leitura dos *Cadernos do Cárcere* – mais especificamente a partir da edição de Valentino Gerratana⁹¹ – é possível encontrar fragmentos os quais Gramsci deixava como notas. Além disso,

muitos destes fragmentos desconexos representam pouco mais que rápidas anotações, que poderiam adquirir significado mais adiante no texto depois de serem elaborados ou se tornarem parte de contextos mais determinados, que tornem explícito de que modo eles entram no plano do conjunto, na estrutura ou no desenvolvimento do projeto gramsciano. (BUTTIGIEG, 1990, pp.60-61)

⁹¹ Devemos ressaltar as diferenças das edições dos *Cadernos do Cárcere*. A versão de Palmiro Togliatti publicada entre 1948 e 1951 foi organizada a partir de blocos temáticos e não considerava a ordem da escrita. Já a edição de Valentino Gerratana publicada em 1975 busca contemplar tal ordem, mantendo a narrativa fiel das notas de texto A (primeira redação); texto B (redação única) e texto C (reescrita do texto A). Gerratana publicou os textos na sua “ordem espacial”, ou seja, como eles aparecem nos cadernos originais (SECCO, 2004, p. 226). Já Gianni Francioni prezou pela ordem cronológica dos textos, trazendo as datações para explicitar o “ritmo temporal” do pensamento de Gramsci.

A partir dessas notas aparentemente esparsas podemos identificar como o ritmo do pensamento gramsciano ganhou densidade. As leituras que Gramsci fazia na prisão ajudaram a construir seus manuscritos. As diversas notas temáticas refletem as diferentes fontes que compunham seu roteiro de estudo. Assim, essas fontes passam a moldar sua organização temática, visto que uma de suas grandes preocupações era escrever sobre a história nacional da Itália e a forma pela qual essa história era composta. Ao mesmo tempo, a Itália deveria internalizar um modelo que se encontrava na Revolução Russa⁹². Sob o ponto de vista de sua consecução teórica, as questões nacionais se mesclavam com as internacionais e, vice-versa. Para que seus manuscritos possam ser analisados a partir do ritmo de pensamento de Gramsci é necessário, portanto, identificar os momentos pelos quais o autor sardo passa a se preocupar com determinados temas.

Durante a fase inicial de sua prisão, Gramsci passa a traduzir muitos textos. Mas em 1932 seu projeto passa a ser de reorganizar suas notas fragmentadas ao construir um estudo mais denso e sistemático, que mais tarde foi organizado em Cadernos Especiais (FRANCIONI, 1984). Essas datações são importantes para que possamos reconhecer em que momento da escrita de Gramsci as questões espaciais como um componente político, isto é, da geopolítica, passam a ser incorporadas e apropriadas pelo autor sardo.

Desde seus escritos pré-carcerários Gramsci se importava com a questão espacial. A forma pela qual a transformação do espaço se dava pelos homens e, conseqüentemente pelo espaço estava presente em uma importante obra, a *Questão Meridional* (GRAMSCI, 1987). Gramsci tinha uma preocupação latente com a desigualdade econômica, política e cultural na Itália, representado geograficamente entre o Norte – industrial e desenvolvido – e Sul – agrário e atrasado. Essa geografia não era descrita apenas na dimensão física, mas no tipo de desenvolvimento a partir de características territoriais associadas aos interesses políticos que conformam tal território: industrialização no Norte e campesinato no Sul. Já em seus manuscritos na prisão, Gramsci ainda carrega essa interpretação de que as questões espaciais na maioria das vezes não se referem apenas a aspectos físicos, mas também políticos.

Tem-se, portanto, alguns elementos que se pode dispor ao analisarmos a forma pela qual Gramsci trabalha com as questões espaciais em seu pensamento. Seus estudos pré-carcerários apontam para uma dimensão geográfica associada à uma dimensão política.

⁹² Gramsci chega a afirmar que “as condições históricas da Itália não eram e não são muito diferentes das condições russas”. E, assim como o desenvolvimento histórico era semelhante, a solução italiana também estava em consonância à história da Rússia, como ele mesmo completa: “O problema da unificação de classe dos operários e dos camponeses se apresenta nos mesmo termos: ela ocorrerá na prática do estado socialista e se baseará na nova psicologia criada pela vida comum nas trincheiras” (GRAMSCI, 1987, p. 72). É importante ressaltar que esse texto aparece primeiramente na Revista *L'Ordine Nuovo*, não assinado em 1919.

Gramsci, quando se torna prisioneiro, passa a organizar seus temas a partir de leituras de fontes bibliográficas distintas, dentre elas a revista *Nuova Antologia*. O prisioneiro sardo faz inúmeras referências a suas fontes e, em alguns parágrafos, a sua resenha passa a ser notas críticas a partir de textos lidos. Gramsci também buscou organizar seu pensamento em torno da questão italiana – desde dos intelectuais italianos até mesmo as relações de força da Itália. Todos esses elementos podem ser reunidos sob uma perspectiva espacial e também temporal.

Nas notas miscelâneas aparecerá pela primeira vez o conceito de geopolítica. Entre os artigos explorados e resenhados estava o de Roberto Almagià sobre a geopolítica de Rudolf Kjellen (Q2, §39), já discutido amplamente no capítulo 2. Como já apontado no capítulo anterior, a revista publicada entre julho e agosto de 1927 também tinha outro artigo, dessa vez de um(a) autor(a) desconhecido(a) cujas iniciais eram A.M. Essa nota, no entanto, será escrita em 1929, data essa que marca o início da escrita do prisioneiro sardo na prisão. É necessário destacar que esses artigos da revista *Nuova Antologia* foram publicados entre julho e agosto de 1927. Não sabemos ao certo quando Gramsci leu esses artigos, mas pelos registros levantados por Francioni (FRANCIONI, 1984), o período de 1927 a 1929 foi crucial para a coleta de informações e fontes de Gramsci. É imperioso sublinhar que as leituras de Gramsci na prisão não necessariamente acompanham o tempo histórico dos eventos políticos, econômicos e sociais fora da prisão. O tempo lógico de Gramsci passa a servir como seu próprio laboratório, de forma que devemos respeitar esse tempo para uma compreensão mais adequada do pensamento do autor.

O que podemos indagar é que os períodos que sucedem – 1927, ano que Gramsci recebe a autorização e organizar seu plano de estudos (GRAMSCI, 1971, p. 56), passando pela autorização do juiz de receber livros via uma conta aberta por seu amigo Piero Sraffa em meados de janeiro ou fevereiro de 1929 (GRAMSCI, 2013, p. 65), até 1929, quando começa a escrever e, finalmente chegando a junho de 1930, momento em que escreve pela primeira vez sobre o conceito de geopolítica. No entanto, à medida que o tempo na prisão passa e, os estudos ficavam cada vez mais sistemáticos, é perceptível que havia uma coerência nos estudos e, sobretudo na forma com que seus escritos estavam dispostos.

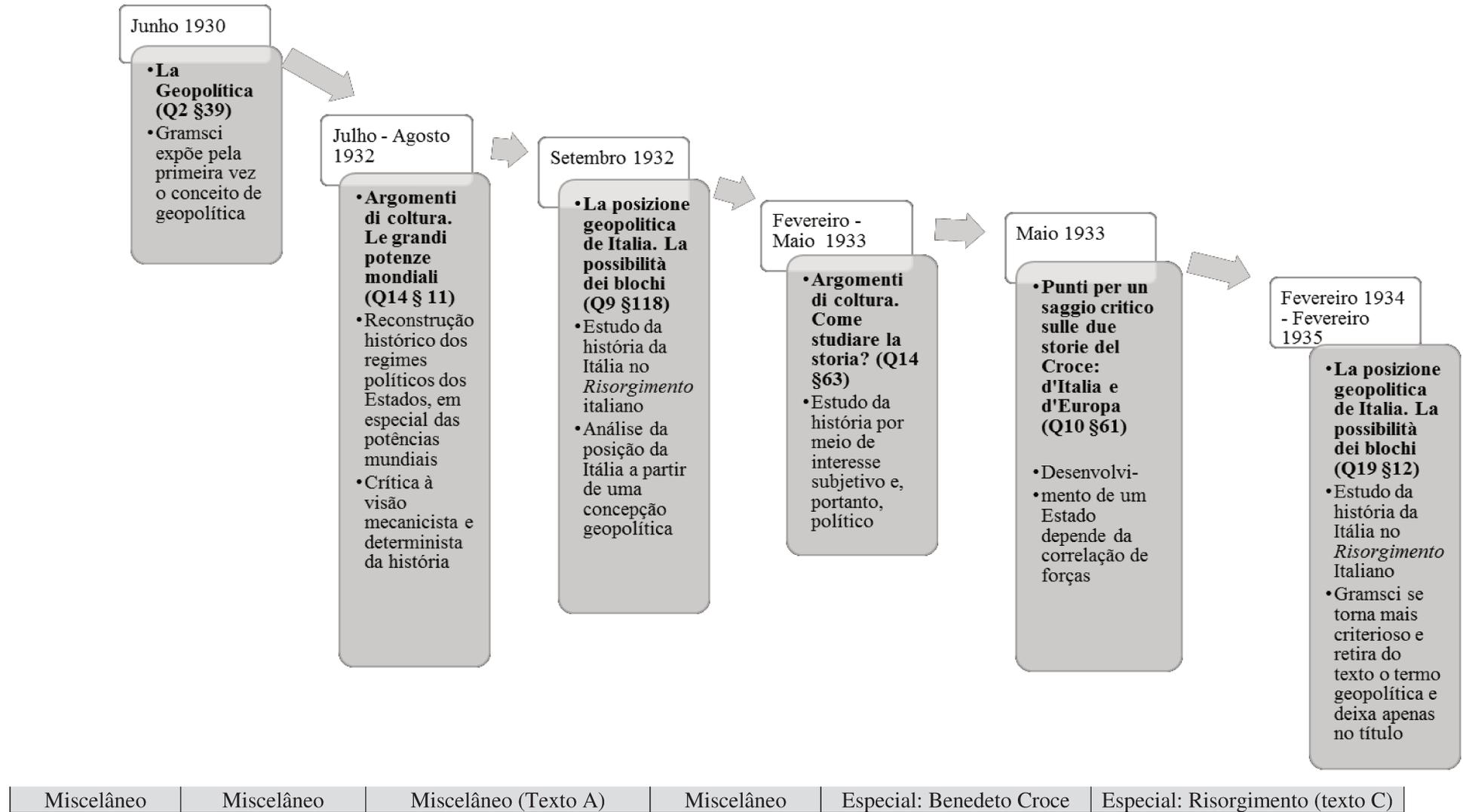
Podemos considerar que, pela ótica da discussão do conceito da geopolítica, este não parece ser um assunto fundamental nos manuscritos. Até mesmo pela questão quantitativa – seis menções literais do termo. No entanto, não podemos desconsiderar a proposição inicial do autor, em se preocupar com as questões espaciais em correlação com a política. Tampouco desconsiderar o modo pelo qual Gramsci se apropriará do conceito, primeiramente nos Cadernos Miscelâneos e, posteriormente, utilizando em alguns de seus Cadernos Especiais.

Não podemos descartar também a cronologia dos eventos. É muito provável, como foi discutido no capítulo anterior, que Gramsci tem o seu primeiro contato com o conceito de geopolítica a partir da revista *Nuova Antologia*, mas apesar desse breve contato, ele não deixa de utilizar posteriormente, mais especificamente entre julho e agosto de 1932. A datação não é fortuita: Gramsci passa a escrever seus Cadernos Especiais nesse mesmo ano. Portanto, o termo geopolítica, assim como as derivações do termo, como apontado no capítulo anterior, passam a ser utilizados na fase em que o prisioneiro sardo organiza suas ideias em temas em que se debruçará com maior intensidade. A utilização do termo dura até o final de projeto de escrita, no Caderno sobre o *Risorgimento* Italiano, entre 1934 e 1935. A geopolítica, portanto, aparece desde os seus primeiros Cadernos Miscelâneos (mais especificamente o Caderno 2) até um de seus últimos e importantes Cadernos Especiais (mais especificamente o Caderno 19).

A disposição dos parágrafos indica a forma pela qual Gramsci passa a se apropriar do conceito. Não especificamente da obra de Rudof Kjellen, mas pelos desdobramentos da geopolítica ao redor do mundo, inclusive na Itália, ponto que fora discutido no capítulo 1. Gramsci tinha conhecimento de que a Primeira Guerra Mundial, uma guerra essencialmente imperialista, havia sido concretizada diante dos interesses políticos em diferentes territórios. E, também tinha conhecimento de que a Itália se curvara a uma nova estratégia política – o fascismo. Como discutido no capítulo primeiro, a ideologia fascista teve muita influência dos preceitos nacionalistas e conservadorismo da geopolítica, inclusive com o contorno de algumas políticas estratégicas do nazismo. Portanto, a Itália fascista era nutrida, ainda que indiretamente, pela geopolítica introduzida no país pelos geógrafos e intelectuais italianos.

Gramsci, ainda que não obtivesse contato direto com a obra de Kjellen, conhecia o cenário político de sua época. Tinha tanto conhecimento que durante seu período na prisão, Gramsci rascunhou seus manuscritos a partir de uma ordem. A disposição dessa ordem de seus parágrafos se dá da seguinte forma:

Figura 2 - A temática da geopolítica no ritmo do pensamento de Gramsci nos *Quaderni*



Fonte: Elaboração própria a partir da datação de Gianni Francioni (FRANCIONI, 1984)

Gramsci escreve pela primeira vez nos *Cadernos do Cárcere* sobre a geopolítica em junho de 1930. O intuito de Gramsci ao resenhar sobre o termo de Kjellen não era traçar nenhuma análise crítica sobre o conceito. Só nos apresenta o conceito, mas não desenvolve.

O interessante é que após dois anos (julho-agosto de 1932), Gramsci volta a utilizar da expressão “geopolítica”. 1932 é um ano importante, uma vez que o prisioneiro sardo abandona seus trabalhos de tradução e passa a se dedicar mais aos Cadernos Especiais. O uso dos conceitos então parece mais maduro nos escritos carcerários. Dessa vez, o uso da expressão geopolítica parece mais crítico. Diferentemente do conceito apresentado em 1930, Gramsci agora passa a reivindicar o termo a partir da lógica do estudo da história. Sua crítica parte da concepção mecanicista e determinista da história. Para tanto, parte da ótica das grandes potências. Para o autor, o determinismo não se dá pelas questões objetivas, mas pela condição geopolítica de quem conta a história. Assim, a geopolítica se origina a partir dos interesses da grande potência que, por sua vez, se tornaram potências por causa do acúmulo de forças. Portanto, a geopolítica agora aparece segundo a lógica dos interesses conformados em um determinado espaço. Tal espaço passa a ser primordial na conformação dos interesses e das relações de força. Não se trata de barreiras geográficas (no sentido físico), mas de contextos políticos. Gramsci se refere à geopolítica agora com um certo critério. Isso porque passa a reivindicar para si o “seu próprio conceito” ao traduzi-lo, como já discutimos em capítulos anteriores. Assim, o conceito de geopolítica para Antonio Gramsci, apesar de ainda estar nos Cadernos Miscelâneos, ganha uma conotação política. O termo foi apropriado por Gramsci à sua condição orgânica.

Ainda em 1932, um mês após a nova roupagem que a geopolítica ganha em seus escritos, Gramsci utiliza novamente o conceito. No entanto, sua preocupação antes de questões conceituais ou metodológicas passa a ser temática: o *Risorgimento* italiano. A unificação do país e os problemas decorrentes desse processo histórico, sempre marcaram seus estudos. Gramsci, em boa parte dos Cadernos – Miscelâneos, Especiais e Temáticos – tem a preocupação com a Itália, seja do ponto de vista político, econômico, cultural. Ao trazer esse conceito à problemática do *Risorgimento*, já deixa claro que a ideia inicial da geopolítica tradicional encontrada nas teorias conservadoras e deterministas dos “homens de Estado” (tal como apresentou no parágrafo que inaugura o conceito nos escritos gramscianos) foi deixada de lado. Gramsci compreendia a importância de se destacar que a relação estabelecida entre a política e o território depende de condições históricas de desenvolvimento. Não se trata de uma condição determinística, mas de uma condição orgânica. O nexo orgânico que permeia a obra de Gramsci passa também pela geopolítica. Tanto que Gramsci passa a usar diversas

vezes o termo “posição/ disposição geográfica” como uma conotação política da geografia. Não por acaso a leitura que a posição política da Itália tanto de uma lógica interna quanto internacional era tão analisada pelo prisioneiro sardo. Mas ainda esse parágrafo também seria reescrito posteriormente pelo autor, mais especificamente no período final da redação dos manuscritos.

Ao final do ano de 1932, Gramsci se afasta dos Cadernos Miscelâneos. Nesse ano, Gramsci já tinha sua saúde agravada e o ritmo da sua produção intelectual diminui. Sua bagagem teórica, bem como o acúmulo da leitura das diferentes fontes na prisão fazem com que o autor buscase homogeneizar seus pensamentos. Ainda assim, Gramsci retorna suas anotações e as reescreve conforme a necessidade e o critério teórico. Entre fevereiro e maio de 1933, Gramsci escreve o parágrafo sobre como estudar a história em um de seus Cadernos Miscelâneos. Para expor seu argumento, recorre a um historiador inglês, visto que o olhar de um historiador com nacionalidade inglesa define muito a concepção de mundo que o apresenta. Dessa vez, não parece que Gramsci fica apenas na dimensão interna: a Itália, bem como outros países que são considerados periféricos (como a Índia, citada no parágrafo pelo historiador) só recebem esse rótulo por sua posição geopolítica: estão à margem das decisões das grandes potências. Os interesses são subjetivos e dependem do arranjo político. É dessa maneira que a história pode ser contada a partir de uma perspectiva política, ou mais especificamente, geopolítica.

Quase na mesma época, maio de 1933, finalmente Gramsci incorpora a geopolítica em seus cadernos especiais. Escreve um parágrafo nos Cadernos mais importantes de seu pensamento, o de Benedetto Croce. Talvez esse é o parágrafo mais teórico que Gramsci escreveu envolvendo o conceito de geopolítica. Nessa parte, o prisioneiro sardo indaga sobre o desenvolvimento de um Estado. Tudo aquilo que já relatara nos parágrafos anteriores sobre a influência das relações de força, nesse ele enfatiza as lutas sociais, que acontecem em um determinado espaço. Até mesmo as relações de produção ocorrem diante de um interesse político associado às condições geográficas. E é por essa razão que o desenvolvimento histórico e, por consequência, o desenvolvimento político e econômico de diferentes Estados estão inter-relacionados: o desenvolvimento de um Estado pode implicar no não desenvolvimento de outro. Nesse parágrafo em especial podemos notar um Gramsci que além de utilizar o seu próprio conceito de geopolítica – já traduzido à sua realidade – também terá uma aplicabilidade teórica. Nota-se que Gramsci utiliza o conceito de uma forma internalizada, e também crítica. O autor passa a fazer um contraponto entre a Itália e a Europa, estratégia recorrente que utiliza, sobretudo para enfatizar os contrastes de desenvolvimento

entre seu país e o resto da Europa (com exceção da Rússia, com a qual faz comparações históricas).

Entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935, Gramsci dava sinais de que sua doença se agravava. Pouco escrevia na prisão, mas na sua última menção apresentada em outro caderno especial importante – o *Risorgimento* Italiano – Gramsci volta a esse parágrafo especialmente para reescrever, ou melhor, para suprimir o termo geopolítica de seus escritos. Tal exclusão não é fortuita, visto que ele altera muito pouco o parágrafo. Parece que ao final de sua jornada, com o termo já traduzido e apropriado para si, Gramsci passa a resignificar o seu próprio conceito criado. Já sabe diferenciar as questões físicas da política no conceito da geografia. Trata-se, portanto, de indicar o ponto exato em que o estudo da geografia serve para os “homens de Estado” e em que momento ela é “apenas” uma dimensão física e territorial. Gramsci então finaliza sua última menção com uma exclusão do termo, isto é, como um refinamento de seu próprio conceito.

Ao longo da análise do ritmo do pensamento de Gramsci possível perceber, portanto, o movimento que ele próprio constrói nos Cadernos a respeito do tema da geopolítica. Inicialmente Gramsci aponta o termo, sem muita pretensão, com uma curiosidade de um pesquisador que busca escrever *für ewig* (para sempre), de um ponto de vista desinteressado. Mas à medida que os anos na prisão passam, o prisioneiro internaliza o conceito e passa a compreender as potências mundiais, passando pela comparação delas com o desenvolvimento italiano, chegando a resignificar o conceito por meio de uma nova metodologia e uma negação de uma teoria geral sobre o desenvolvimento dos Estados e, finalmente, o ponto máximo da tradutibilidade do conceito, momento esse que Gramsci se apropria de seu conceito e decide excluir o termo, visto que esse novo conceito não se encaixa na conotação política a que desenvolveu ao longo de seus parágrafos. Resguarda, no entanto, boa parte de seus escritos sobre a questão espacial com uma dimensão política.

Compreendemos, destarte, que todo esse movimento no pensamento do autor se dá por uma importante razão. O pensamento gramsciano é um pensamento espacial. Ao trazer a definição de lorianismo (tipo de intelectual italiano a quem Gramsci dedica sua crítica) à ciência geográfica, Gramsci aponta um exemplo de geógrafo tradicional italiano tanto no início de seus escritos entre 1929-1930 (Q1, §36)) como no final da etapa dos manuscritos em 1935 (Q28, §7)⁹³. Sua crítica se assenta na insuficiência que a ciência geográfica tradicional

⁹³ Gramsci se refere ao professor Alberto Magnaghi, da Universidade de Palermo e, posteriormente de Turim, cujo estudo estava ligado à história da geografia e da cartografia italiana. Seu campo de estudo atuava na análise das cartas de navegação de Cristóvão Colombo e Américo Vespúcio. Trabalhou com Cosimo Bertacchi.

traz. É imperativo construir uma nova forma de ciência geográfica, a qual buscaria fortalecer os nexos orgânicos que iriam desde a política dos homens de Estado à importância do *Touring Club*. A geopolítica permearia a maioria dessas áreas, agora respeitando a organicidade entre a política, a história e a construção do espaço.

Seus conceitos e a escolha de seus temas aparecem de modo a compreender a história da Itália, mas não só. A Europa, e até mesmo o debate sobre Americanismo e Fordismo, apontam para uma dimensão geográfica. Portanto, Gramsci compreende que os limítrofes aparecem de modo político. É, pois, a partir dessa preocupação que os próximos tópicos desse capítulo visam compreender as categorias espaciais para Gramsci: nacional/ internacional; norte/ sul; ocidente/ oriente; hegemonia/ revolução passiva. Não obstante, a utilização proposital de termos como “fronteira”, “orientação”, “delimitação” e “localização” nas sucessivas seções a seguir nos forçam a uma reflexão sobre onexo orgânico e espacial atribuído aos escritos carcerários. Na verdade, o intuito é ir além do sentido estrito das concepções físicas e geográficas e compreender, sob a ótica gramsciana, o nexo orgânico do espaço.

3.2 A “fronteira” entre o Nacional X Internacional: notas sobre o desenvolvimento histórico desigual e combinado

O objetivo dessa seção é analisar como Gramsci dá um tratamento espacial à questão nacional/ internacional a partir do prisma da abordagem geopolítica. Isso porque da geopolítica podemos compreender como Gramsci pensa nesse par conceitual diante da história da Itália a partir de contornos nacionais advindos do “moderno Príncipe”, isto é, o Estado. Pensar o nacional é também pensar no seu par conceitual, o internacional e, conseqüentemente o papel das grandes potências e também a forma pela qual essas se articularam de modo a culminar na I Guerra Mundial, evento histórico importante para a compreensão do pensamento de Gramsci. Desse modo, nesse tópico iremos compreender a relação entre o nacional/internacional e a formação da Grande Potência, sobretudo a partir do contexto histórico que Gramsci estava vivenciando.

Para entender o primeiro par conceitual da categoria espacial gramsciana apresentado nesse capítulo – nacional/ internacional – devemos compreender a forma pela

Diferentemente de Betacchi, Magnaghi não acreditava em uma geografia perfeita. É um intelectual que se encontra na fronteira do positivismo geográfico, muito porque começou a se aproximar de um método de historicismo que prezava a exegese das fontes. (“Alberto MAGNAGHI”, 2007, “Le origini della geografia accademica torinese: Guido Cora, Cosimo Bertacchi, Alberto Magnaghi”, [S.d.], “Magnaghi, Alberto”, [S.d.]

qual Gramsci define o Estado, uma vez que se conjectura, em um primeiro momento, que o Estado abranja o nacional. No Caderno especial 13 “Notas sobre a Política de Maquiavel”, regidido entre 1932 e 1934, Gramsci resgata os escritos do escritor florentino do século XVI Nicolau Maquiavel para nos apresentar a composição do “moderno Príncipe”. Para o autor sardo,

o Estado é certamente concebido como um organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão máxima são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecerem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, 2012, p. 42, Q13, §17)

É importante resgatar pontos importantes dessa definição do Estado⁹⁴. O primeiro ponto passa pela sua concepção orgânica. E tal como um organismo ele é vivo, está em constante movimento e é composto por vários grupos. É imprescindível destacar que a concepção orgânica defendida por Gramsci não se assemelha à conotação da geopolítica que compreende o Estado como um organismo vivo e, como tal, passa a ser refém dos interesses do território em um processo unilateral. Gramsci, nessa passagem, entende que a organicidade está presente, pois existem grupos que compõe esse Estado. Não defende a ideia de um Estado homogêneo, mas uma composição de grupos (muitas vezes denominados partidos políticos que, segundo Gramsci, “seria a primeira célula no qual sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (GRAMSCI, 2012, p. 16 Q13, §2)), os quais têm por finalidade a disputa de espaço e hegemonia para se tornarem o grupo dominante. O Estado para Gramsci então não é concebido somente por limites territoriais, mas como uma formação de grupos e disputas entre eles para formar aquilo que denominou “organismo vivo”. Em outras palavras, a formação do Estado está ancorada a uma concepção orgânica do Estado na qual este não é determinado pelas condições territoriais. Esta definição, como já apontamos no capítulo primeiro difere da definição tradicional da geopolítica, cunhada sobretudo pelos geopolíticos desde Kjellen aos geopolíticos do entre-guerras.

⁹⁴ Retomaremos nos próximos tópicos as outras definições de Estado presente nos *Quaderni*.

Gramsci parte da definição do Estado para indicar a razão pela qual a Itália não dispunha o caráter nacional, pois não tinha adquirido ainda a homogeneidade que o próprio conceito demanda. Ao se referir ao *Risorgimento*, escreve no Q1, §138: “*Se é verdade que a vida concreta dos Estados é fundamentalmente vida internacional, também é verdade que a vida dos Estados italianos até 1870, isto é, a ‘história italiana’, é mais ‘história internacional’ do que história ‘nacional’*” (GRAMSCI, 2014b, p. 152; Q1, §138). Gramsci, ao se referir à história italiana, afirma que além de conceber várias histórias italianas, o componente nacional até 1870 era anacrônico, visto que as lutas pela unificação do país condensavam uma disputa para a independência de regiões associadas à presença dos interesses das Grandes Potências no território. Após a Revolução de 1848, a Itália iniciou sua busca à unificação e, dessa maneira, como o próprio autor sardo afirma, poderia ser considerada um Estado e, conseqüentemente, teria uma história verdadeiramente “nacional”. Mas essa concepção nacional não era necessariamente a construção de uma história única e homogênea.

Para o autor, as regiões da Itália eram muito díspares entre si, como por exemplo, o Norte e o Sul⁹⁵. Em algumas notas, o prisioneiro sardo aproxima esse conceito à dimensão nacional-popular. Para essa última, seu olhar é minucioso, uma vez que o conceito envolve não apenas uma distinção fronteiriça, mas um conjunto de elementos que tem por função promover a união, a homogeneidade. Seu laboratório – a Itália – não dispunha da homogeneidade que o próprio conceito demanda. Em seus Cadernos Miscelâneos, Gramsci argumenta nesse sentido: “o sentimento nacional, não popular-nacional (...), isto é, um sentimento puramente **subjetivo**, não ligado à realidade, a fatores, a instituições objetivas⁹⁶” (GRAMSCI, 2014c, p. 143 Q6, §94) [grifo nosso]. Portanto, ao suscitar o conceito de nacional, Gramsci deixa claro que não se trata de abranger todo o Estado (embora já pudéssemos considerar uma *história nacional* italiana, em contraposição à internacional), uma vez que esse não é composto por apenas *um* grupo, mas vários, ainda que existam diferenciações entre grupos dominantes e subordinados. Vale destacar também que esses grupos dispõem de diferentes culturas e, por isso, **não** compõem esse *sentimento* nacional; nesse caso não há uma contraposição ao nexo internacional, mas dentro de uma construção histórico-social dentro dos contornos territoriais já delimitados.

A história do nacional (Itália) era um ponto importante na obra de Gramsci. Antes mesmo da prisão, as notas sobre a questão meridional e a forma como a Itália se desenvolvia

⁹⁵ Assunto de nosso próximo tópico.

⁹⁶ Gramsci chega a elencar esses elementos objetivos: língua, cultura, partido, jornais, entre outros.

eram temas estudados por ele. Assim, quando iniciou o seu plano de trabalho seu ponto de partida era um olhar sobre a Itália. Marcos del Roio aponta que o primeiro roteiro de estudo de Gramsci visava

uma pesquisa sobre os intelectuais italianos”, “uma linguística comparada”, “a transformação do gosto teatral italiano”, “os romances de apêndice e o gosto popular na literatura”. O fio condutor de todo o empreendimento estaria na busca dos graus e fases de desenvolvimento do “espírito popular criativo”. (DEL ROIO, 2007, p. 67)

Não podemos ignorar que a temática escolhida por Gramsci, tal como aponta Del Roio, estava influenciada por seu tempo lógico. O início de vida carcerária também impactou os estudos gramscianos, uma vez que ele optou por estudar melhor a Itália, bem como a cultura, gosto popular, o folclore. Tratava-se de um estudo voltado às raízes “nacionais” (embora Gramsci passasse a discutir o conceito de nacional, assim como o conceito de “popular” em seus manuscritos). A dimensão Política (com P maiúsculo e, não a política corriqueira) (BIANCHI, 2008, pp. 158-159) foi sendo incorporada à medida que seus Cadernos Especiais eram reescritos a partir dos Cadernos Miscelâneos, repletos de notas esparsas.

É necessário adicionar a esse ponto de vista que o conceito de nacional tinha um sentido restrito, pois não se confundia com o popular, visto que os intelectuais eram muito distantes da nação (Q21, §5 *Apud* IVES e SHORT, 2013, p. 637). E se esse sentido restrito a respeito do conceito de nacional é peculiar à Itália, então o conceito de nacional também está atrelado ao processo histórico, uma vez que depende das condições históricas de um determinado local. Assim, para a Itália, o nacional ainda parecia um conceito demasiadamente completo para as condições históricas o que, não necessariamente significaria a mesma coisa em outros países.

Gramsci tinha uma preocupação em traduzir os fenômenos à realidade da Itália (e vice-versa). Um dos grandes exemplos a que se dedicou foi o estudo sobre o socialismo. A priorização do nacional em detrimento do internacional seguindo os preceitos socialistas era infundada, pois para Gramsci a Revolução Russa poderia servir de modelo à Itália. Desse modo, era possível estudar um país tendo em vista o contexto internacional. Segundo Marcos Aurélio Silva

falar de socialismo em um só país não significa de modo algum perder de vista a questão internacional. E esta é uma perspectiva patente na diferença que Gramsci estabelece entre Trotski e Lenin. O primeiro, “que aparece

como um ‘ocidentalista’, era, ao contrário, um cosmopolita, isto é, superficialmente nacional e superficialmente ocidentalista ou europeu”, enquanto o segundo “era profundamente nacional e profundamente europeu” (Gramsci, 1989: 74). Ora, se temos em conta que é exatamente esta noção de internacionalismo que Gramsci valoriza em Lenin, então é em linha com o próprio internacionalismo praticado pela nação soviética que está Gramsci - um internacionalismo que se afasta de todo cosmopolitismo para enfrentar o projeto colonial nazifascista, bem como entregar apoio aos processos de descolonização no curso da Guerra Fria (Losurdo, 2004; 2010). Assim é que a dimensão internacional de sua noção de territorialidade não é outra coisa senão a da luta anticolonial e antiimperialista, forma com que se apresenta o movimento da totalidade histórica século XX adentro (SILVA, 2013, p. 30).

Ao debruçar-se no estudo do socialismo, bem como de suas fontes – Lenin e Trotski – coube ao prisioneiro sardo encontrar a problemática que os distingue⁹⁷. A análise a partir do nacionalismo ou do cosmopolitismo fez com que Gramsci estudasse essas preocupações para além da dicotomia nacional e internacional. Havia, na verdade, um *nexo* nacional-internacional em que o Estado-nação seria ‘ponto de partida’ de sua análise e, portanto, o momento internacional só poderia suceder o nacional”. Assim, é possível afirmar, de acordo com Bianchi, que “Gramsci insistia em um *nexo* nacional-internacional, procurando traduzir a realidade internacional para uma situação nacional (...)” (BIANCHI, 2008, p. 251)

Em algumas passagens, Gramsci chega a utilizar o termo nacional para diferenciar-se de seu par conceitual, o internacional. E ao analisarmos sob essa chave, uma das grandes pretensões de Gramsci, segundo Frosini, foi de

reler a história **nacional (em si mesma e em suas relações internacionais)** seguindo o método de constante aproximação das categorias teóricas ao terreno da política, de maneira a destruir sua presumida universalidade, para reinvidicar, *do ponto de vista dos subalternos*, uma nova forma de universalidade, desta vez ligada à política e inseparável desta. (FROSINI *In*: MUSSI, 2014, p. 11) [grifo nosso]

A partir da coesão conceitual existente entre o nacional e internacional, à medida que Gramsci buscava compor sua definição de “nacional”, as relações internacionais também apareciam em seus manuscritos carcerários. Apesar dos estudos contemporâneos, sobretudo

⁹⁷ Esta pesquisa não tem como escopo o estudo sobre o socialismo ou a revolução internacional. Para uma discussão mais aprofundada ver Capítulo 4 “O socialismo” de Leonardo Rapone ao qual o autor resgata o pensamento do jovem Gramsci desde os princípios teóricos e metodológicos do socialismo, passando de Marx ao Partido Socialista e chegando a estudos empíricos sobre as principais potências como Grã-Bretanha e Estados Unidos (RAPONE, 2014, p. 295–414). Para artigos e cartas de Gramsci, ver *Pre-prison writings*, em especial Cap. 3 “Socialism and Fascism” (GRAMSCI, 1994). Sobre o debate travado com Trotsky, ver Capítulo “Guerra de movimento/guerra de posição” no livro de Bianchi, *O laboratório de Gramsci* (BIANCHI, 2008, p. 216–251).

no campo das relações internacionais, a respeito do ponto de partida do pensamento gramsciano – nacional ou internacional⁹⁸ – a questão é que os temas apresentados nos *Cadernos do Cárcere* merecem uma leitura filológica. A “divisão fronteiriça” para Gramsci não estava assentada propriamente na fronteira geográfica, mas do desenvolvimento histórico desigual e combinado. O autor sardo compreende que o componente nacional ou internacional não está condicionado somente aos limites do Estado-nação, mas ao seu desenvolvimento histórico. Gramsci não está, portanto, introduzindo em seus estudos uma contraposição entre nacional e internacional, destacando uma complementariedade, isto é, um nexo entre nacional e internacional, um vínculo indissociável ao passo que o autor sardo compreende que os problemas internacionais estão vinculados aos nacionais e vice-versa. Não podemos extrair de seus manuscritos uma interpretação dicotômica, pois existe um nexo orgânico entre o nacional e internacional. De modo semelhante, os problemas que tanto preocupavam Gramsci a respeito da história da Itália fizeram com que o autor sardo reconstruísse tal história sobretudo pelo *Risorgimento*, ou pela Unificação Italiana. Não é fortuito que esse tema apareça como uma preocupação em seus estudos.

Por isso Gramsci não elabora uma distinção marcante entre nacional e internacional tal como as abordagens contemporâneas sobre o assunto em questão. Sua preocupação doravante é pensar no **Estado** – que compõe temas de cunho nacional e também internacional (IVES e SHORT, 2013, p. 624). Segundo Robert Cox, “Gramsci não ignorava de forma alguma o Estado, nem diminuía sua importância. Para ele, o Estado continuava sendo a entidade básica das relações internacionais e o lugar onde os conflitos sociais acontecem (...)” (COX, 2007a, p. 115). E, nesse sentido, o conceito de nacional empregado, além de fazer parte de um processo **histórico**, é também carregado de um componente **político** (IVES e SHORT, 2013, p. 633). Então, se Gramsci não possui demasiadamente essa preocupação geográfica em delimitar estritamente as fronteiras do nacional e internacional, visto que o processo histórico e político faz um papel importante em garantir a organicidade do conceito (no sentido de que os conceitos estão vivos e podem ser alterados historicamente), alguns temas que o autor sardo desenvolveu na prisão, como sociedade civil/sociedade política; hegemonia/ revolução passiva podem ser traduzidos também aos outros Estados, ou seja, podem ser traduzidos internacionalmente. Assim, o projeto dos estudos gramscianos passava também pela necessidade em teorizar uma explicação mais adequada da formação do Estado-nação italiano a partir da perspectiva de uma análise internacional. Em outras

⁹⁸ Para essa discussão conceitual e o debate travado mais aprofundado entre o neo-gramscianos, ver “On Gramsci and international: a textual analysis” (IVES e SHORT, 2013)

palavras, a comparação que Gramsci atribui sobre a deficiência do conceito de nacional na Itália por conta da comparação internacional feita pelo prisioneiro.

Mesmo existindo o par conceitual nacional/ internacional, o ponto de partida de Gramsci não eram propriamente os estudos sobre o internacional. A análise da política nacional (ainda que tal conceito fosse problematizado por Gramsci), principalmente a análise da Itália, dominaram o roteiro de estudos proposto por Gramsci. Como explicitado e analisado no capítulo anterior, Gramsci acreditava que as relações internacionais derivavam das relações sociais fundamentais, e por isso, para o pensamento gramsciano, as relações internacionais pareciam estar, de certa maneira, subordinadas à política nacional. De acordo com Frosini:

o modo específico com que se integram e se organizam as duas faces da nação (nacional e internacional) é determinado fundamentalmente pelo interior, isto é, pelo grau de universalização dos interesses da classe dominante e, portanto, de real integração da população na nação. (FROSINI, 2017a, p. 560)

Mesmo que as relações internacionais derivem das relações sociais, Gramsci se ateu a comentar os eventos que decorrem das relações internacionais que em sua percepção estavam vinculadas às questões nacionais. Ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, o autor faz menção direta às relações internacionais em dezenove parágrafos⁹⁹, sendo que em quatro deles reescreveu seus manuscritos (isso não significa, no entanto, que Gramsci não tenha escrito notas esparsas sobre a política internacional em outros trechos). Em seus parágrafos sobre a temática internacional, Gramsci dedica boa parte na análise de como a Itália se insere nas relações internacionais, seja pela Sardenha e sua importância no Mediterrâneo (Q1§44), pela comparação da Itália com os demais países (Q6§35), pela Itália em seu desenvolvimento histórico desde o Império Romano, passando pela Idade Média (Q5§55) ou até mesmo pelo Risorgimento, um ponto de destaque nos manuscritos.

Em termos teóricos, Gramsci sublinha diversas vezes que as relações internas possuem um laço que não se pode dissociar das relações internacionais. Em algumas passagens dos manuscritos carcerários essa problemática fica ainda mais evidente:

⁹⁹ Gramsci aborda a temática das relações internacionais nos seguintes cadernos e parágrafos: Q1§44; Q4§38/ Q13§17; Q5§23; Q5§5; Q6§35; Q6§35; Q6§86; Q7§17; Q10§41; Q8§10; Q8§33; Q8§37/ Q13§2; Q9§90/Q19§2; Q13§13; Q15§59; Q19§5; Q19§24. Nesse tópico não iremos abordar a todos, mas os que fazem referência ao nexos nacional-internacional. Os demais serão abordados a medida em que se aproximam dos demais pares conceituais indicados nesse capítulo.

Deve-se ainda levar em conta que estas relações internas de um Estado-nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações (GRAMSCI, 2012, p. 42; Q4§38; Q13§17)

As relações internacionais dizem respeito a um equilíbrio de forças no qual cada elemento estatal pode influir muito limitadamente (GRAMSCI, 2012, p. 245; Q6§86)

a personalidade nacional (como a personalidade individual) é uma mera abstração, se considerada fora do nexos internacional (ou social). A personalidade nacional expressa uma “especificação” do todo internacional, portanto está ligada às relações internacionais (GRAMSCI, 2014b, p. 16; Q9§90/Q19§2)

Como foi demonstrado no capítulo anterior, no que refere a essas passagens sobre a relação nacional-internacional devemos ter em conta que Gramsci apresenta o contexto internacional tomando por partida o desenvolvimento que o interior do Estado apresenta. Isto significa que o impacto que o internacional terá sobre o nacional dependerá das relações sociais mais ou menos desenvolvidas no interior do Estado. As “novas combinações” a que Gramsci se refere derivam justamente das condições internas de cada Estado, ressaltando novamente que não se trata de uma combinação homogênea, ou seja, nem todas as classes reunidas. O internacional só terá mais influência sobre o nacional se esses Estados não tiverem uma posição de potência no mundo. Assim, boa parte das condições geográficas se assentam sobretudo na condição do desenvolvimento estabelecidas entre o nacional e o internacional. Portanto, o nexos estabelecido entre o nacional e o internacional passa pela questão do desenvolvimento das classes presentes dentro de cada Estado e, por conseguinte, se insere dentro de um processo histórico.

Em suma, podemos resgatar uma passagem a qual sintetiza o modo pelo qual o pensamento de Gramsci se posiciona sobre essa dupla conceitual. Para o autor sardo, como bem destacou no seu Caderno 13: “Esse esforço contínuo para distinguir o elemento internacional e unitário na realidade nacional e local é, na verdade, a **ação política concreta**, a única atividade que produz o **progresso histórico**” (GRAMSCI, 2012, p. 93, Q13, §26) [grifo nosso]. Trata-se, portanto, de um nexos importante que concerne à temática do pensamento espacial gramsciano não por sua delimitação física-geográfica, nem única e especificamente por uma questão política, mas também pelo processo histórico que separa e

ao mesmo tempo une o interno ao internacional, criando novas combinações de desenvolvimento e, conseqüentemente, seu papel enquanto classe dominante/ dominada e/ou potência ou Estados mais fracos. Ao tratar o nexos nacional-internacional sob o prisma do pensamento espacial gramsciano podemos compreender que o autor buscou destacar essa dupla conceitual que permeará outros pares que pensam o espaço não somente como uma delimitação física, mas política.

3.3 A “orientação” Norte X Sul: o embate do desenvolvimento Setentrional versus atraso Meridional

Gramsci também pensou na chave da geopolítica não apenas a diferenciação do nacional e internacional e os desdobramentos da relação estabelecidas entre a dimensão interna e externa, mas também a delimitação do desenvolvimento de outra “fronteira” geográfica: Norte x Sul. Para tanto, tomou como base seu país para compreender de que forma as regiões norte e sul são tão díspares entre si. Em seus estudos, constatou que não apenas as fronteiras nacionais se distinguem do internacional. Dentro de um mesmo Estado podem existir várias formas de desenvolvimento. No caso do país de origem, segundo Gramsci – seu laboratório –, uma Itália contém “várias Itálias”. E para explicar esse par conceitual que faz parte do pensamento espacial gramsciano devemos retormar dois temas importantes no pensamento gramsciano: a questão meridional e o *Risorgimento* Italiano.

Apesar da questão meridional aparecer nos escritos pré-carcerários, é fundamental discutirmos como Gramsci enxergava os problemas do Sul da Itália para compreendermos os problemas que a unificação italiana evidenciou: um desenvolvimento desigual entre Norte e Sul. Por volta de 1926, Gramsci publicou um texto inacabado intitulado “A questão meridional” (1987) que viria a ser publicado novamente em 1930 na Revista *Lo Stato Operaio* do Partido Comunista na qual analisava as relações entre classe e território entre os operários e camponeses do Norte e do Sul, respectivamente, bem como a problemática de forjar laços a partir do conceito de nacional. (MORTON, 2007b, p. 3)

Ao pensarmos sobre a dupla conceitual Norte e Sul, uma possível análise *a priori* indicaria que Gramsci apresentava os problemas concernentes a cada um deles a partir de uma lógica essencialmente geográfica. Por outro lado, não podemos descartar as diferenças de desenvolvimento entre os “pontos cardeais”. Era notório o desenvolvimento do Norte em

detrimento do Sul: a região setentrional (norte) detinha um avanço das indústrias enquanto que a região meridional (sul) era predominantemente agrária. No entanto, Gramsci não indicava que tal disparidade provinha somente de uma característica da área geográfica. Gramsci indicava uma preocupação em caracterizar e associar o conceito de Norte a uma região desenvolvida, sobretudo pela presença da relação entre burgueses e proletários. As relações sociais já eram fortemente intermediadas pelo capital industrial. Enquanto no Sul, a conotação era de uma região predominantemente agrária, principalmente pela presença dos camponeses.

Essa relação dual poderia acarretar uma complementariedade, tal como a relação estabelecida entre campo-cidade, um outro par conceitual espacial que indica não apenas uma separação formal das relações espaciais, mas um modo de interação estabelecido pelos diferentes níveis de desenvolvimento. Para Gramsci, a presença de uma “massa meridional” poderia significar um desenvolvimento desigual entre duas regiões historicamente distintas em um mesmo tempo histórico e, portanto, uma certa incompatibilidade de um Estado considerado nacional em sua forma pura em um primeiro momento, mas uma forma de dominação do Norte perante o Sul. O jornal que ajudou a criar em 1924 – o *L’Unità* – fazia menção à necessidade dos italianos em voltarem ao tema da questão meridional, a fim de unir não só de forma territorial, mas campo à cidade; classe camponesa à industrial, Norte ao Sul e vice-versa (DURANTE, 2017, p. 665). A “unidade” era imprescindível à Itália para a conformação de um pensamento nacional.

Franco de Felice e Valentino Parlato ao escreverem em 1987 a introdução da obra de Gramsci – a *Questão Meridional* – elencaram algumas especificidades sobre a tal temática que mereciam destaque no pensamento gramsciano. Segundo os autores,

(...) Gramsci apreende e torna evidente as especificidades da questão meridional no âmbito (e como sua manifestação concreta) das contradições capitalistas, são as da territorialidade, a desagregação, o fato de que a questão meridional é um aspecto da questão camponesa, da função dos intelectuais e, sobretudo, do potencial de contestação política representado pelo Sul. (FELICE; PARLATO In:GRAMSCI, 1987, p. 43–44)

As especificidades que Felice e Parlato nos apresentam são decorrentes do processo desigual que Gramsci denuncia tanto no Norte quanto no Sul. Trata-se de compreender de que modo o avanço do capitalismo legou uma região ao desenvolvimento das forças produtivas em detrimento de outra região ainda considerada atrasada. Outro ponto a se destacar é a ausência de uma consciência de classe que unisse de fato os trabalhadores

camponeses para que pudesse avançar politicamente a região Sul. Apesar de destacarem as demais especificidades, os autores sublinham uma observação importante na obra pré-carcerária de Gramsci:

A primeira dessas especificidades é dada pela **territorialidade**, no sentido de que um dos pólos da questão toma forma num dado território do país, numa determinada realidade histórico-social, que é precisamente o Sul. E aqui parece oportuno sublinhar que essa territorialidade deve ser entendida do mesmo modo que a dos países submetidos à dominação imperialista, onde é claro que o imperialismo é um modo de ser de todo o funcionamento do sistema capitalista em certo grau de desenvolvimento, que tem sua manifestação mais visível no território do país explorado. (FELICE; PARLATO In: GRAMSCI, 1987, p. 45)

Como já amplamente discutido nesta pesquisa, a territorialidade é um pano de fundo que acompanha grandes temas desenvolvidos dentro dos escritos gramscianos. Apesar de Gramsci não se remeter enfaticamente a essa dupla conceitual como uma região geográfica durante toda sua obra, o território é importante para marcar os “limites” do avanço do capitalismo e, dessa maneira, explicitar esse desenvolvimento desigual. Em outras palavras, as regiões se diferenciam entre elas não pela dimensão geopolítica pura do sentido (que remete às linhas kjellianas da geopolítica), mas como uma constituição dos interesses de classes associados à dinâmica social da construção do espaço. Essa construção, doravante, nos induz a pensar cada realidade histórico-social de modo a compreendermos não somente as “duas Itálias”, mas como transpor essa lógica para a dimensão nacional – internacional. Assim, Felice e Parlato chegam ao fenômeno do Imperialismo o qual remete exatamente a essas proporções para distinguir o desenvolvimento desigual em países cujo capitalismo avançou – também denominado Norte – de países cujo capitalismo ainda não “floresceu” (ou mais precisamente do que não pularam para a etapa da industrialização e financeirização) – também tendo a conotação de Sul. Portanto, podemos perceber que no Imperialismo, assim como na questão meridional, existe uma relação entre explorador e explorado (ou uma relação entre dominantes e dominados).

Mais adiante, Felice e Parlato reforçam a importância da territorialidade como categoria fundante para a questão meridional:

Insistimos brevemente sobre esse ponto da territorialidade para evitar o risco de **ambiguidades interpretativas**, que efetivamente ocorreram e são essencialmente duas: a primeira é a que tende a interpretar a **territorialidade como parcialidade**, como **limitação da questão em uma área geográfica** e, portanto, enfrentável só ou predominantemente naquela área. A segunda é a que faz derivar, da **determinação territorial**, uma espécie de corte nítido

entre duas seções de país, e que encontra expressão na fórmula das “duas Itálias”, ou, mais veladamente e de modo menos nítido, em algumas das teses sobre o desenvolvimento dualista ou sobre os desequilíbrios (...). Pode-se ainda aduzir que, da especificação territorial, originou-se em alguns casos uma milagrosa homogeneização das duas áreas em seu exterior, como se uma fosse exploradora e a outra, explorada, até o ponto de quase depurar a área meridional de todos os seus contrastes internos de classe, para concentrá-los na relação entre as duas áreas que, no limite, seriam antagônicas entre si. (FELICE; PARLATO In: GRAMSCI, 1987, p. 45) [grifo nosso]

Tais ambiguidades interpretativas a que os autores se remetem visam rebater a ideia de que Gramsci se referia apenas ao Sul. Gramsci não fazia generalizações; o problema do Sul da Itália era *especificamente* da Itália. Mas isso não significava que era uma exceção. Em outras palavras, Gramsci não afirmava que toda região onde existiam camponeses eram atrasadas, mas no caso da Itália, era dessa maneira pois parecia haver um “certo distanciamento” entre as duas Itálias, uma vez que inexistia uma unidade nacional. Na verdade, o autor sardo sabia que o capitalismo, associado às relações antagônicas de classe, produzia um desenvolvimento desigual e, portanto, coexistiam na mesma conformação político-econômico-social. Ao compreender tal problematização, Gramsci então poderia indagar se este cenário também poderia se aplicar a outras formas de desenvolvimento desigual e não apenas em uma determinação territorial como descreve. Outro ponto de igual importância a ser destacado é que, precisamente em termos econômicos, não havia “duas Itálias”, mas apenas uma que congregava os dois aspectos fundantes para a reprodução do modo de produção capitalista: aquele que explora e aquele que é explorado. São duas faces, portanto, da mesma moeda. Ao transpor essa lógica para o nexos nacional – internacional, podemos identificar e compreender como tais regiões de diferentes países devem ser desiguais para que o capitalismo possa prosperar. Dessa maneira, podemos encontrar nas relações internacionais poucos países tipo “Norte” em detrimento de muitos do tipo “Sul”.

Como sintetiza Adam Morton,

A distinção espacial do norte e do sul refletiu em "estrutura político-econômica relativamente homogênea" que configurou o desenvolvimento desigual da formação do estado italiano a partir de aproximadamente 1815 (Gramsci 1971: 93, Q19§26). "A relação entre cidade e campo", argumentou Gramsci, "é o ponto de partida necessário para o estudo das forças motrizes

fundamentais da história italiana" (Gramsci 1971: 98, Q19, p. 26) (MORTON, 2007b, p. 59)¹⁰⁰.

Trata-se, pois de uma estrutura político-econômica relativamente homogênea (ainda que heterogênea entre si) na qual se configurou a história da formação nacional italiana, período esse que preocupava Gramsci. A unificação italiana ou, em outras palavras o *Risorgimento* Italiano foi um tema muito discutido por Gramsci em seus cadernos carcerários. No capítulo anterior, apresentamos de que forma Gramsci internaliza a análise espacial também na temática da unificação por meio da análise dos parágrafos dos *Quaderni*. Como demonstrado no item 2.3, o *Risorgimento* italiano surge de um longo processo histórico o qual marcou profundamente a divisão da Italia até a sua unificação. Ressaltamos que esse estudo não tem como objetivo adentrar as especificidades do *Risorgimento*, mas de compreender de que maneira o *Risorgimento* pode ser compreendido também como uma categoria espacial nos cadernos carcerários. O que se espera é trazer à tona a diferença enquanto a composição social entre os camponeses do Sul e os proletários do Norte, aprofundando ainda mais a atrasada estrutura meridional, compreendendo o *Risorgimento*, portanto, a partir de uma categoria espacial gramsciana que pode ser interpretada também pela dupla conceitual Norte X Sul.

Elisabetta Gallo (GALLO, 2017, p. 577–580), ao se referir ao par dicotômico Norte X Sul, introduz importantes observações a respeito da forma pela qual as diferentes regiões se relacionavam. Segundo Gallo, a estrutura meridional passou a ser explorada e os recursos gerados foram drenados para o Norte. Assim, a região setentrional passou a se desenvolver a passos largos e formar um bloco urbano constituído de capitalistas e operários. Nasce assim, uma outra dupla conceitual que podemos associar à lógica das categorias espaciais: campo X cidade. A relação orgânica estabelecida entre o campo e a cidade, mais especificamente a subordinação do campo na região meridional à cidade na região setentrional foi marcada pelas relações de poder derivadas dessa exploração. E essas relações de poder passavam desde o aspecto econômico, com o protecionismo do Estado para a região setentrional de modo a reforçar o poder da indústria, às questões políticas numa relação quase que “semifeudal” (GALLO, 2017, p. 577). Gallo também endossa que o *Risorgimento* pode ser compreendido também na dupla conceitual Norte – Sul:

¹⁰⁰ Texto no original: “The spatial distinction of north and south reflected a ‘relatively homogenous politic-economic structure’ that figured the uneven development of Italian state formation from approximately 1815 onwards (Gramsci 1971: 93, Q19§26). ‘The relation between city and countryside’, argued Gramsci, ‘is the necessary starting-point for the study of the fundamental motor forces of Italian history’ (Gramsci 1971: 98, Q19§26).”

No Risorgimento já se verifica, embrionariamente, a relação histórica entre Norte e Sul como uma relação semelhante àquela de uma grande cidade e um grande campo, antes de tudo nas diferentes formas de cultura e num tipo diferente de intelectual: o intelectual de tipo “curial”, ilustre (e o “paglietta”, o rábula napolitano), que põe em contato a massa camponesa com os proprietários fundiários e com o aparato estatal do Mezzogiorno (no qual, ao termo “classe média”, é dado o significado de “intelectual”); o intelectual de tipo técnico” de oficina, que serve de vínculo entre a massa operária e a classe capitalista, técnico esse que, com o sindicalista e o dirigente político, como vínculo entre massa operária e Estado (englobado pelas corporações na época do fascismo), representa o intelectual do Norte. (GALLO, 2017, p. 577–578)

Se no *Risorgimento* já podemos encontrar um aspecto espacial na temática dos estudos gramscianos, devemos incorporar mais especificamente porquê o *Risorgimento* também pode ser compreendido na chave da geopolítica. O objetivo de fortalecimento da indústria situada geograficamente no Norte fez com que se fortalecesse o protecionismo alfandegário dos produtos industriais. Já o protecionismo dos produtos agrícolas beneficiava os latifundiários do Sul, condenando ainda mais a região ao atraso. Para fortalecer a classe dominante do Norte, ou seja, os capitalistas industriais, a Itália passou a priorizar a acumulação do Norte em detrimento da pobreza do Sul. Nas palavras de Gallo,

(...) a miséria do Mezzogiorno continuava a ser historicamente inexplicável para as massas populares do Norte, que não entendiam que a unificação não tinha sido criada sobre uma base de igualdade, mas como **hegemonia do Norte sobre o Sul, na relação territorial cidade-campo**. Em outras palavras, que o Norte era um “polvo” que se enriquecia às custas do Sul e o seu incremento industrial era dependente do empobrecimento da agricultura meridional. (GALLO, 2017, p. 578) [grifo nosso].

O problema espacial da desigualdade entre Norte e Sul não concernia apenas à relação geográfica entre as regiões, mas à hegemonia de uma região sobre a outra, ou seja, nas relações de poder de uma em detrimento da outra. A industrialização do Norte em contraposição à agricultura do Sul era compreendida também como uma dicotomia entre o desenvolvimento X atraso. Entretanto, havia uma incompreensão a respeito dessa dicotomia. Enquanto que o desenvolvimento da Itália era celebrado como um êxito, uma vitória do Norte, do mesmo modo, o atraso do Sul era condenado como uma derrota da Itália meridional. Era como se no “fardo” do desenvolvimento, o Sul fosse uma “bola de chumbo”

atrelada ao Norte, como se o desenvolvimento deste não dependesse do atraso do Sul (GALLO, 2017, p. 578).

Antonio Gramsci no seu caderno especial 19 sobre o *Risorgimento* introduz uma análise sobre o Norte e Sul da Itália. Em seu parágrafo 24 “O problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália”, Gramsci faz uma crítica à Francesco Crispi – que viria a ser Primeiro Ministro da Itália entre 1887-1891 e 1893-1896 – sobre sua política unitária que se desdobrara no *Risorgimento*. Para Gramsci, o conjunto de sentimentos que se criou no Norte em relação ao Sul fez com que falsas explicações surgissem. A visão senso comum das massas populares do Norte era de que a pobreza do *Mezzogiorno* era fruto de sua própria incapacidade em se desenvolver. Assim,

“elas [massas populares] não compreendiam que a unidade não ocorrera numa base de igualdade, mas como hegemonia do Norte **sobre** o *Mezzogiorno* numa versão territorial da relação cidade-campo, isto é, que o Norte concretamente era um ‘sanguessuga’ que se enriquecia à custa do Sul e que seu desenvolvimento econômico-industrial estava em relação direta com o empobrecimento da economia e da agricultura meridional” (GRAMSCI, 2014b, p. 73; Q19, §24).

Gramsci, prossegue ainda afirmando que, se seguirmos essa linha de raciocínio de que Norte e Sul não teria assimetrias de desenvolvimento e que o desenvolvimento do Norte dependeria do atraso do Sul teríamos a falsa constatação de que as causas das condições econômicas-políticas pertenciam às condições internas ao *Mezzogiorno* e, portanto, eram derivadas de uma incapacidade orgânica dos homens do Sul, de sua barbárie e de sua inferioridade. E, dessa falsa constatação derivava um debate sobre a raça e a superioridade do Norte em relação à inferioridade do Sul. E, assim, permaneceu viva a crença de que o Norte puxava o Sul, este atuando como um “peso morto” para o desenvolvimento da região Setentrional (GRAMSCI, 2014b, p. 73–74; Q19, §24). O *Mezzogiorno* nessa visão então era um entrave para o enriquecimento do Norte. Para que não se tenha essa falsa dedução, Gramsci compreende que as causas da miséria do *Mezzogiorno* passavam pelas condições externas, isto é, de um sistema que cria uma desigualdade entre regiões capazes de tornar o projeto de uma Itália única em várias Itálias, ou seja, com vários níveis de desenvolvimento.

Nota-se, portanto, que a conformação econômica, política e cultural das relações entre o Norte e o Sul era tão díspar que poderíamos encontrar na Itália a mesma relação de hegemonia sobre um país/ região sobre o outro dentro das relações internacionais. Em outras palavras, as relações de exploração estabelecidas na Itália eram semelhantes às relações

estabelecidas entre os demais países do sistema internacional. Por isso Gramsci acreditava que a Itália era o seu laboratório, visto que se poderia encontrar as mais diversas formas de hegemonia e a relação da classe dominantes sobre a classe dominada em seu país, assim como na relação entre os países, considerados desenvolvidos ou atrasados, conforme seu desenvolvimento industrial ou agrário, respectivamente.

As relações internacionais, portanto, se assemelhavam à Itália e, vice-versa. As relações estabelecidas seja no campo seja na cidade; seja no pretense desenvolvimento do capital industrial na Itália setentrional, seja no então retrocesso do capital agrário na Itália meridional, fez com que se evidenciasse o *desenvolvimento desigual e combinado*, ou seja, segundo Alvaro Bianchi, formas desiguais de desenvolvimento a fim de que as estruturas nacionais de países atrasados se integrassem às estruturas nacionais de países avançados no sentido do desenvolvimento do capitalismo (BIANCHI, 2013, p. 61).

Era evidente que o desenvolvimento capitalista entre regiões ou até mesmo entre países demandava um jogo de forças entre classes. E é nesse sentido que Gramsci entende que o desenvolvimento capitalista de um país não é linear nem homogêneo em comparação com outro. Isto significa que a dimensão nacional compreendida pelas relações internacionais não faz de um país totalmente desenvolvido ou totalmente atrasado. Nesse desenvolvimento desigual, podemos encontrar, assim como na Itália, países com características setentrionais e meridionais em uma mesma delimitação nacional cujo avanço do capitalismo produz também relações desiguais dentro de um mesmo país. Gramsci, portanto, acreditava que as relações de geopolítica perpassavam além das delimitações fronteiriças e, mais do que tudo, o processo histórico do desenvolvimento econômico, político e cultural poderia transformar um território. Portanto, existe um aspecto orgânico na geopolítica também no desenvolvimento desigual tanto dentro de cada país, quanto na relação travada entre eles. Podemos, então, observar um nexos espacial e geopolítico na dupla conceitual Norte X Sul, sobretudo no que se refere ao Risorgimento e na questão meridional que vai além das orientações geográficas. Estava cada vez mais conectada a relação travada entre a transformação do território e as relações de força que nela derivam o chamado “desenvolvimento”.

3.4 A “delimitação” entre Ocidente X Oriente: uma relação dialética

Mas não é somente nas relações entre Norte e Sul que Gramsci esboça sua abordagem espacial e geopolítica. Outra dupla conceitual espacial muito presente nos escritos

carcerários foi a relação entre Oriente e Ocidente. Nessa seção, nosso objetivo consiste em analisar como Gramsci introduz uma relação geopolítica que vai muito além do nexos entre posições geográficas (aparentemente) distintas no globo entre Leste e Oeste, ou nas palavras de Peter Thomas, trata-se de uma “dialética complexa” entre o centro hegemônico e as zonas periféricas (THOMAS, 2009, p. 203). Isto porque a construção do espaço social passa pelas noções de poder construídas historicamente ao redor do globo.

No capítulo anterior (item 2.5), esboçamos sucintamente a análise espacial da objetividade e a realidade do mundo exterior (Q11§20), na qual Gramsci faz uma importante reflexão sobre as noções de “Ocidente” e “Oriente” como sendo uma construção histórico-cultural. Gramsci também ressalta que Norte-Sul, Leste-Oeste são categorias espaciais cuja existência estão necessariamente subordinadas ao desenvolvimento da civilização, isto é, do próprio homem. Assim sendo, Gramsci endossa a afirmação de Bertrand Russell: “Nós não podemos pensar, sem a existência do homem sobre a terra, na existência de Londres e Edimburgo, mas podemos pensar na existência de dois pontos no espaço, onde hoje são Londres e Edimburgo, um ao Norte e outro ao Sul” (GRAMSCI, 2013, p. 137, Q11 §20). Da mesma forma, Gramsci ressalta mais adiante, “O Japão é o Extremo Oriente não só para a Europa, mas talvez também para o americano da Califórnia e para o próprio japonês, o qual, através da cultura política inglesa, poderá chamar o Egito de Oriente Próximo” (GRAMSCI, 2013, p. 138, Q11 §20). O autor sardo então sintetiza que mais que indicações de posições geográficas, os termos “Oriente” e “Ocidente” denotam relações entre conjunto de civilizações diversas, já que o mundo sem a humanidade, e, portanto, fora da história, todo ponto da terra seria Leste e Oeste ao mesmo tempo. É, portanto, a partir do imbricamento da história dessas civilizações com a noção espacial que surge as categorias Ocidente e Oriente. É necessária, portanto, uma análise mais aprofundada sobre tal entrelaçamento histórico.

O conjunto de civilizações nasce da arbitrariedade convencional, ou seja, fruto de uma *construção histórica*, como bem ressalta o autor sardo em seu caderno (SUPPA, 2017, p. 593). Edmundo Dias ressalta que muitas vezes a leitura que se faz sobre Orientalidade e Ocidentalidade não passa pela historicidade que lhe é própria (DIAS, 1996b, p. 118). Isso ajuda a entender como a formação de uma identidade não passa necessariamente por uma linearidade histórica em que os homens são inseridos *a posteriori*. Pelo contrário, na verdade Gramsci introduz a ideia de que essas construções históricas são também permeadas pela lógica de poder, sobretudo das classes cultas europeias que, por sua hegemonia passam a moldar a percepção do mundo (GRAMSCI, 2013, p. 137, Q11 §20). Assim, “o discurso passa pelas hegemonias culturais, confluência da reflexão dos Q[uaderni], e indica também uma

crítica do europeísmo, nomotético divisor de águas entre Leste e Oeste” (SUPPA, 2017, p. 593).

Então, se o Oriente se volta para Bizâncio e Rússia e o Ocidente se volta para Roma e Europa, a percepção das posições geográficas são derivadas de um princípio superestrutural na divisão das duas civilizações (SUPPA, 2017, p. 592). Gramsci assim indica que esse processo histórico se liga à hegemonia cultural da Europa, que passa a exportar ao mundo sua percepção de Oriente e Ocidente. E mais, a ótica europeia começa a definir os limites espaciais do desenvolvimento de civilizações, próximas de seu território, enquanto que relega para outros espaços a denominação de periferia atrasada. Assim, formavam-se os dois “paradigmas de civilização” (SUPPA, 2017, p. 592), os quais eram diferentes ao mesmo tempo dependentes, num processo de desenvolvimento desigual e combinado, agora assumindo um caráter mais cosmopolita. Era se como pela lógica das relações de força Ocidente e Oriente representassem uma “relação dialética” à qual aponta Peter Thomas (2009):

Gramsci não postula, portanto, a mera justaposição do Oriente e do Ocidente, mas sim uma **dialética complexa** entre o centro hegemônico de qualquer período histórico e as zonas periféricas que são produzidas como tal por seu papel histórico de liderança. **Em vez de uma divisão geopolítica** do globo em tempos históricos qualitativamente diferentes, os *Cadernos do Cárcere* propõem a tarefa muito mais difícil de medir a interpelação por um "futuro potencial no presente" dos "passados no presente", isto é, a **dominação por uma formação social particular presente de outras formações sociais, um presente dominante** que ameaça tornar-se, em vários graus de mediação e em formas mais ou menos puras, o futuro dos outros (THOMAS, 2009, p. 203) [Tradução e grifo nossos].

Peter Thomas enxerga na relação Oriente e Ocidente proposta por Gramsci mais do que precisões geográficas ou divisões geopolíticas, marcadas apenas por um único tempo histórico. Na verdade, ao anunciar o nexos espacial, segundo o autor, Antonio Gramsci resgata o passado, o presente e o futuro “convivendo” em uma relação dialética, no qual congregam centros hegemônicos e as periferias. Se, de acordo com Thomas, há estágios entre aqueles que são considerados desenvolvidos (centros) e aqueles que são reconhecidamente atrasados (periferias), a relação dialética se embute na conexão entre os diferentes tempos. Na prática, existe tal dialética porque um se pauta no outro – o futuro serve de modelo ao passado que, por sua vez, de modo concomitante o futuro se pauta nesse mesmo passado. A análise de Edmundo Dias também alcança essa complementaridade:

Falar em ocidentalidade e orientalidade esclarece muito pouco se não se demonstra **como e porque** se constituiu essa ocidentalidade. O fato de a sociedade ocidental moderna ser uma sociedade diversificada não mostra as condições de seu parto.

(...)

É pela ocidentalidade que se perpetua a orientalidade. A orientalidade é, contudo, a parteira da ocidentalidade, da modernidade. Modernidade que se revela na sua plenitude: atualização do projeto capitalista. (...) “Modernidade (ocidentalidade) e “atraso” (orientalidade) são, pois, absolutamente **inseparáveis** e necessários um ao outro por mais paradoxal e contraditório que pareça (DIAS, 1996b, p. 119) [grifo nosso].

Tomando o que Thomas afirmou anteriormente e o que Edmundo Dias compreende pela condição inseparável entre Oriente e Ocidente, podemos entender que passado e presente convivem dentro desse tempo lógico, capaz de estabelecer conexões e uma relação dialética na qual é proposta a destruição de um para a construção de um novo, com resquícios do passado.

Mais adiante, Peter Thomas expõe que

Contra todos os estágios, Gramsci propõe que são os centros historicamente mais "avançados" que nos permitem compreender os desenvolvimentos "atrasados" em suas periferias. O Ocidente e o Oriente são comparáveis, assim como variações no próprio Ocidente, porque **ambos participam da dinâmica de uma ordem política e econômica expansiva de caráter fundamental e essencialmente internacionalista** (THOMAS, 2009, p. 203) [tradução e grifo nossos].

Assim sendo, como enfatiza Thomas, em um sistema de desenvolvimento entre os países do centro e da periferia existiram diferentes estágios os quais estariam ligadas a uma mesma dinâmica de ordem política e econômica. E é exatamente por esses diferentes estágios que o desenvolvimento desigual se manifesta. Além de ser desigual, este desenvolvimento se mostra também combinado, seguindo os argumentos de Trotsky (“Lev Davidovich Bronstein” ou apenas “Bronstein”, como Gramsci se referia ao marxista bolchevique nos *Quaderni*). Centro e periferia, portanto, fazem parte do *mesmo* desenvolvimento, uma vez que essa dinâmica é fruto e, ao mesmo tempo, decorrência do desenvolvimento desigual, necessita expandir-se internacionalmente dessa maneira. Podemos situar esse desenvolvimento desigual e combinado na história a partir dos diferentes papéis que os Estados dispunham perante do avanço do Imperialismo europeu de acordo com suas características de sua “posição geográfica” – Ocidente ou Oriente.

Sobre esses dois tipos de Estado, Gramsci lança uma importante diferenciação¹⁰¹:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (GRAMSCI, 2012, p. 266; Q7, §16).

É importante sublinhar que, como já analisado acima, Ocidente e Oriente são construções *históricas*. Se nos Estados orientais a sociedade civil era primitiva e gelatinosa (como por exemplo a Rússia), enquanto que nos Estados ocidentais a sociedade civil tinha uma estrutura mais robusta, é porque existia uma diferença estrutural que se funda no diferente modo em que articulavam Estado e sociedade civil (COUTINHO, 2011, p. 22). Essa sociedade civil, por sua vez, se caracterizava como o conjunto das organizações responsáveis por criar e também difundir sua ideologia (COUTINHO, 2011, p. 25). Mas ao mesmo tempo que a sociedade civil tem um protagonismo, não podemos dissociar os interesses que essa sociedade tem do arranjo do Estado. Tampouco devemos desconsiderar que a transformação histórica das sociedades e dos Estados derivam em subalternidades aos quais se projetam nas diferenciações entre Oriente e Ocidente. Segundo Marcos Del Roio em *O Império Universal e seus Antípodas: a Ocidentalização do Mundo*,

O Oriente constitui a representação do *outro* por excelência do Ocidente, seu verdadeiro antípoda¹⁰², seu complemento perverso, tido por inferior, desprezível, frequentemente perigoso, às vezes objeto de desejo, que oferece risco de irromper no cerne do próprio Ocidente, conectando-se com o *outro* interno de características análogas. Assim é que negação e subalternização do Oriente, por meio de sua ocidentalização, é pressuposto mesmo da realização do império universal (DEL ROIO, 1998, p. 11).

Mais do que diferenciações, ou delimitações geográficas, Oriente e Ocidente são definidos sobretudo pelo processo *histórico*. Segundo Luciana Aliaga, “embora o Oriente e o

¹⁰¹ Para não fugirmos do escopo da tese, optamos por não trazer a discussão proposta por Gramsci no parágrafo Q7, §16 onde o prisioneiro sardo traz à discussão tanto a posição de Trotsky (Bronstein) quanto de Lenin (Illich) sobre a dupla conceitual Oriente e Ocidente, nem a origem da discussão, que está ligada à Internacional Comunista. Para aprofundar a questão sobre Trotsky e Lenin, ver BIANCHI, “Guerra de Movimento/Guerra de Posição” (BIANCHI, 2008). Para a leitura sobre a Internacional Comunista, ver artigo de Del Roio (DEL ROIO, 2008).

¹⁰² *Antípoda*, segundo Del Roio, é aquele que tem os pés do lado contrário, dando uma conotação daquele que vive do lado oposto (DEL ROIO, 1998, p. 10).

Ocidente sejam objetivamente localizações geográficas, são ao mesmo tempo categorias criadas pelo homem para conhecer, neste sentido – como categorias do conhecimento – não existiriam sem o homem” (ALIAGA, 2013, p. 154). Trata-se, pois, de categorias criadas a partir de um desenvolvimento histórico e social, nas quais há uma clivagem e, conseqüentemente uma negação do outro, de modo a inferioriza-lo, tratá-lo como uma sociedade ou um Estado cujas relações sociais, econômicas e políticas podem ser, na visão do outro, diminuídas. Leste e Oeste então, passa a ser uma delimitação não apenas fronteiriça, mas da própria condição de moderno, atingindo alguns graus dessa condição – a América surge como extremo Ocidente, desdobrando em dois pela difusão da modernidade e do individualismo proprietário: o setentrional, Ocidente aperfeiçoado e completo (EUA), e o meridional, Ocidente inferior e incompleto (Ibero-América); já no Oriente é possível identificar o seu exerno, possuidor de riquezas sob a posse de seres de culturas “inferiores” que podem ser conquistadas apesar de temíveis, como eram os casos da Turquia, Pérsia, Índia e China (DEL ROIO, 1998, p. 11).

Tendo como base essa clivagem, o caso da China será descrito por Gramsci em seus Cadernos Miscelâneos. Em “*Breves notas sobre a cultura chinesa*” (Q5, §23), Gramsci descreve a cultura do povo chinês como um elemento estranho à cultura ocidental, o que acabou derivando em um temor da Europa Ocidental em quase todos os âmbitos. Do ponto de vista da forma estatal da China, Gramsci descreve que os dominadores encontrariam uma passividade do povo chinês e, portanto, este seria facilmente dominado. Em um momento posterior, o autor sardo irá afirmar que, por essa razão, seria difícil instaurar uma “profunda revolução nacional de massa, uma ordem duradoura” (GRAMSCI, 2014c, p. 110; Q5, §23); ou em outras palavras, seria difícil instaurar uma revolução hegemônica. Já sobre a natureza técnico-militar da China, Gramsci indica novamente a subalternidade do povo chinês aos olhos ocidentais “(...) a Inglaterra, a América e o Japão são superiores à China não só ‘militarmente’, mas também econômica e culturalmente; em suma, em todos os aspectos da área social”. Nessa passagem Gramsci volta a tecer sua análise geopolítica: “Não devemos nos esquecer que o movimento histórico chinês está localizado ao longo das costas do Pacífico e dos grandes rios que nele desembocam: a grande massa popular do *hinterland* é mais ou menos passiva” (GRAMSCI, 2014c, p. 104; Q5, §23). Esse *hinterland*, apesar de não ser conceitualmente discutido por Gramsci, nasce de um conceito da geopolítica utilizado pelo geógrafo britânico George Chisholm que significa “terra na parte de trás” ou a retaguarda de uma cidade, cujo significado na geopolítica se traduz na reivindicação dos que se localizam no interior por um acesso ao litoral, sobretudo para fins comerciais (e militares caso haja um

ataque, deveria ter acesso ao mar para fins estratégicos). Gramsci não chega a tecer todo esse complexo raciocínio sobre o *hinterland*, mas ele apresenta com propriedade o grande problema chinês: ser considerado pelo Ocidente como o “Oriente” e, portanto, atrasado. Seus aspectos geográficos só corroboram a análise gramsciana sobre a delimitação não apenas territorial, mas de desenvolvimento/ atraso¹⁰³.

Outra análise geopolítica a respeito da questão oriental se refere ao *Risorgimento*. No Caderno Especial 19 que trata sobre esse fenômeno, Gramsci irá tecer uma análise sobre o avanço da projeção da Áustria sobre a Itália. Em “*Risorgimento e a questão oriental*”, Gramsci analisa a literatura que trata da questão oriental em função dos problemas italianos. Podemos transcrever um trecho em que a análise geopolítica fica em evidência:

“Projetar aos Bálcãs” a Áustria significava, com efeito, criar uma situação político-diplomática europeia (e implicitamente militar) em decorrência da qual a Áustria se deixasse “conduzir os Bálcãs”; significava ter a hegemonia política e diplomática da Europa – uma coisa à toa! Não se compreende por que a Áustria não pudesse, conservando o Lombardo-Vêneto, isto é, a supremacia na Itália e uma posição dominante no Mediterrâneo Central, conquistar também uma influência maior nos Bálcãs e, portanto, no Mediterrâneo Oriental: isto, ao contrário, teria sido do interesse da Inglaterra, que baseava na Áustria um sistema de equilíbrio contra França e contra a Rússia. (GRAMSCI, 2014b, p. 59; Q19, §20)

No trecho acima temos a impressão em um primeiro momento de que as relações internacionais interpretadas por Gramsci nos conduzem a uma análise das relações intra-estatais da disputa territorial e de poder. De fato, Gramsci não despreza as diretrizes da estratégia político-militar a partir da noção geográfica, tal como a geopolítica tradicional concebe. Tampouco desconsidera a análise da movimentação das grandes potências para garantir uma posição dominante. No entanto, mesmo trazendo esse sentido mais tradicional, é possível encontrar o nexos orgânico e espacial de seu pensamento. Ainda no mesmo parágrafo, Gramsci nos alerta:

Não devemos nos esquecer que a Questão Oriental, embora tivesse o **miolo estratégico** nos Bálcãs e no Império turco, era **especialmente a forma político-diplomática** da luta entre a Rússia e a Inglaterra: ou seja, era a questão do Mediterrâneo, da Ásia Próxima e Central, da Índia, do Império inglês.

¹⁰³ Outras referências ao hinterland nos Quaderni estão nos cadernos miscelâneos – “L’Etiopia d’oggi” (Q2, §21) Gramsci discute a importância dos *hinterlands* das colônias italianas (Eritréia e Somália e a região de Adis-Abeba, na Etiópia) e colônias francesas (hinterland de Djibuti e zona ferroviária de Djibuti – Adis-Abeba. Já no parágrafo intitulado “Itália e Iêmen na nova política árabe” (Q2; §30) sobre a importância do *hinterland* de Aden, localizado no Golfo de Aden, no mar Arábico, no Iêmen.

(...)

Em tempo de guerra, buscar enfraquecer o inimigo, **suscitando-lhes inimigos internamente e em todo o perímetro das fronteiras político-militares**, não é elemento de um plano político para o Oriente, mas fato de ordinária administração da conduta bélica. (GRAMSCI, 2014b, p. 60; Q19, §20) [grifo nosso]

Podemos extrair dois problemas levantados por Gramsci. O primeiro é que a estratégia (no sentido técnico-militar) na verdade é composta pela forma político-diplomática; ou seja, tem um forte componente político. Gramsci chega a inclusive indicar em um dos seus Cadernos Miscelâneos que a Batalha de Caporetto não foi puramente militar, pois “**todo fato militar é também um fato político e social**” (GRAMSCI, 2012, p. 234; Q6; §74) [grifo nosso]. O segundo problema reside no fato de que existe uma composição social e histórica mais complexa do que apenas a disputa fronteiriça; era também uma necessidade de se incorporar e desequilibrar os inimigos internos, ou seja, de grupos sociais capazes de atuarem não em favor de uma unidade, mas de buscar seus interesses apesar da delimitação fronteiriça, como é o caso da burguesia. Em outras palavras, a problemática estabelecida por Gramsci por meio da estratégia dos Estados não passa pelo entendimento dos mesmos enquanto atores unitários. As diferenciações e, conseqüentemente tensões que se originam entre as projeções do Leste para Oeste e vice-versa são rapidamente denunciadas por Gramsci: as estratégias políticas em tempos de guerra passam pelas relações moleculares e sociais (inimigos internamente), assim como pelas relações internacionais por meio dos Estados.

Nesse “tempo de guerra” anunciado por Gramsci em seus escritos carcerários também deve ser analisado do ponto de vista molecular, isto é, das relações sociais. Na história do entre guerras e, conseqüentemente, o Imperialismo praticado pelos Estados mais desenvolvidos, se torna plenamente compreensível que tal processo ocorra de forma tão díspar.

Foi nesse período que as diretrizes estabelecidas pelos Estados ocidentais passaram a incorporar a noção de geopolítica (como foi discutido no capítulo 1), e à medida em que a expansão imperialista do Ocidente avançava ao Oriente, ficava mais claro como não se tratava apenas de uma mera disposição geográfica de interesses. Para Franze Neumann,

Na análise final, **a geopolítica não é senão a ideologia da expansão imperialista**. É retido, como nos argumentos de certas rectificações de fronteira, não é novo nem particularmente importante em toda a estrutura. A maior parte da geopolítica é uma mistura de considerações éticas, militares, econômicas, raciais, demográficas, históricas e políticas. Ele oferece uma

ilustração da perversão de considerações científicas genuínas no interesse do imperialismo nacional-socialista (NEUMANN, 2009, p. 147) [grifo nosso]¹⁰⁴.

A geopolítica então, em sua maior parte, é uma mistura de considerações étnicas, militares, econômicas, raciais, demográficas, históricas e políticas. A geopolítica, que teve como seu máximo expoente o expansionismo imperialista, deve ser analisada também no que se refere às relações sociais moleculares, levando-se em consideração também (e não podemos desprezar) as estratégias que as forças sociais imprimem nas diferentes formas de luta para se tornarem os grupos dominantes. Nessa mesma linha de pensamento, lembra Bianchi, existe uma diferença para Gramsci entre a *guerra militar* e a *luta política*. A primeira se preocupa com a destruição do exército inimigo e envolve mais as técnicas militares enquanto que a luta política era muito mais complexa, pois deveria se concentrar na ocupação estável do território conquistado (BIANCHI, 2008, p. 201). Também deveria levar em consideração o tipo de manobra que deveriam adotar. As estratégias a que Gramsci se referia eram a “guerra de movimento” de um lado e a “guerra de posição” de outro; tipos de “guerra” essas que se relacionam diretamente ao par conceitual Ocidente e Oriente.

Nesse ínterim, é imperativo que se faça uma observação de grande relevância. Do ponto de vista geopolítico, as estratégias traçadas partem da concepção territorial e, portanto, é fundamental que as determinações Ocidente e Oriente sejam atreladas à localização geográfica *ipsis literis*. No entanto, as análises das frentes ocidental e oriental para Gramsci “tem um sentido apenas metafórico e não pode ser interpretadas para além dessa condição” (BIANCHI, 2008, p. 204). Peter Thomas também chama a atenção para a questão:

O Oriente e o Oeste habitavam temporalidades inteiramente diferentes, de modo a tornar suas relações menos contraditórias ou contestadas do que incompatíveis. As diferenças históricas fundamentais do Oriente e do Ocidente, que produziam presentes divergentes, não permitiam traduções fáceis, se é que existiam, de respostas orientais para a resolução dos problemas ocidentais, que nunca foram confrontados pelos bolcheviques e pela experiência revolucionária russa (THOMAS, 2009, p. 209).

¹⁰⁴ Texto no original: “In the final analysis, **geopolitics is nothing but the ideology of imperialist expansion**. What little intelligible geography it has retained, as in the arguments for certain frontier rectifications, is neither new nor particularly important within the whole structure. The bulk of geopolitics is a hodgepodge of ethical, military, economic, racial, demographic, historical, and political considerations. It offers a fine illustration of the perversion of genuine scientific considerations in the interests of National Socialist imperialism”.

Como conciliar então o entendimento do par conceitual Ocidente e Oriente a partir de uma compreensão geopolítica? Tanto a guerra militar quanto a luta política necessitavam dessas estratégias. Mas Gramsci atribui a uma interpretação de que o processo histórico distinguirá os grupos e Estados entre dois “tipos” Oriente e Ocidente. Em outros termos, Gramsci interpretará que Ocidente e Oriente, bem como os tipos de guerra possíveis em diferentes contextos dependem não apenas da determinação territorial, mas de seu componente político e histórico. Assim, podemos compreender como para se chegar ao “Oriente” é necessário conceber mais do que as limitações geográficas, mas todo o desenvolvimento histórico, demográfico, político entre outros que Neumann apontou anteriormente. Do ponto de vista do pensamento gramsciano, portanto, a guerra de posição e a guerra de movimento não poderiam ser descritas apenas como noções lineares, mas históricas e políticas.

Luiz Werneck Vianna irá abordar sobre as metáforas espaciais apresentadas por Gramsci. Segundo Vianna,

Para se usar as metáforas dos *Quaderni*, a “guerra de posição” *ainda* não é concebida como via alternativa à “guerra de movimento”, e sim como um momento da “preparação técnica e política da revolução” em países, como a Itália, que se encontrariam em uma “fase intermediária, em que uma determinada forma de organização técnica pode acelerar a organização política das massas e acelerar, em consequência, o trânsito para a fase decisiva da conquista do poder” (...).

Tratava-se, pois, de confirmar o deslocamento político e social das “classes intermediárias”, tornando, afinal, possível a exposição do campesinato ao proletariado industrial, momento que deveria anunciar o primado da “preparação técnica” da revolução. Ainda segundo as metáforas dos *Quaderni*: devia-se chegar ao Oriente pelo Ocidente, em que o assalto à máquina do Estado fosse precedido de uma lenta erosão do bloco histórico agrário, cujo cimento seriam os intelectuais. Para tanto, era necessária uma orientação que privilegiasse o superestrutural sobre o infra-estrutural, e que viesse a conceder prioridade estratégica à questão da dominação cultural, confirmando-se o leninismo no mesmo movimento em que se o inovava (VIANNA, 2007).

É dessa forma que Gramsci se baseia para analisar de que modo a Revolução Russa ocorrerá¹⁰⁵. Diante da expansão do Imperialismo do Entre Guerras, havia dois cenários

¹⁰⁵ Novamente para não fugir do escopo da pesquisa, optamos por não adentrarmos ao tema da Revolução Russa por se tratar de um assunto ao qual Gramsci dedica amplamente. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver os capítulos da obra dedicada ao aniversário de 100 anos da Revolução Russa organizada por Ana

distintos: aquele que se projetava, segundo Del Roio, a partir dos preceitos da guerra de movimento diante do império russo, buscando superar o poder político feudal-absolutista e, de outro uma Alemanha cuja burguesia não conseguia projetar sua hegemonia no Ocidente (DEL ROIO, 2009, p. 6). Na verdade, de acordo com Del Roio, “a guerra imperialista de 1914 deu início a uma grave crise da hegemonia liberal burguesa”, pois “a eclosão da revolução socialista internacional na Rússia e sua difusão em direção ao Ocidente geraram um movimento análogo àquele gerado pela revolução francesa: uma guerra de movimento, uma ação política jacobinista, uma revolução permanente” (DEL ROIO, 2009, p. 5).

A história do processo de desenvolvimento dos grupos dominantes, sobretudo a relação estabelecida entre a burguesia e o Estado fez com que se desenvolvesse também um Estado mais ativo de um Estado cuja burguesia tinha mais destaque, tal como Gramsci explica no Q7, §16. Assim, devemos nos debruçar no papel das classes – burguesa e as massas – e o seu relacionamento com o Estado para que possamos compreender de que modo o desenvolvimento capitalista ajudou a construir essa noção mais desenvolvida de Ocidente e mais atrasada de Oriente, como é o caso do Americanismo e Fordismo (tema esse a ser discutido na próxima seção do capítulo). Gramsci tem uma preocupação histórica que envolve as relações internacionais, mas no que concerne à Itália, sua atenção se volta em como essa transição da guerra de movimento para uma guerra de posição impacta na Itália. Segundo Thomas,

Com a ascensão do fascismo na Itália e a “estabilização” geral do capitalismo internacional no período pós-guerra, Gramsci argumentou que havia ocorrido uma transição de uma “guerra de movimento” para uma “guerra de posições (Q.101, §9).⁴ Após sua prisão, no final dos anos 1920, Gramsci trabalhou nos seus *Cadernos do Cárcere* para desenvolver o distinto conceito de revolução passiva para descrever a transformação das condições geopolíticas e domésticas da política revolucionária (THOMAS, 2015, p. 8).

Segundo Thomas, o processo que desencadeia processos de transição como ocorrera na Itália permite também conectar outro par conceitual – hegemonia e revolução passiva. É necessário avaliar de que forma os desenvolvimentos das forças sociais se desdobraram em tipos de hegemonia – formas completas e incompletas. Assim, é possível também analisar de que modo a guerra de posição e a guerra de movimento estão relacionadas

Lole, Victor Leandro Chaves Gomes e Marcos del Roio intitulada “Gramsci e a Revolução Russa” (LOLE e colab., 2017)

com a forma com que a hegemonia ou a revolução passiva irá se desenrolar. Del Roio sintetiza tal relação:

A revolução passiva é expressão de uma guerra de posição conduzida pela classe dominante contra as classes subalternas e por um posicionamento mais favorável no contexto internacional. Incapaz de ser vitoriosa na guerra de movimento, a classe operária é obrigada a travar a guerra de posição. (DEL ROIO, 2009, p. 8)

Existe, portanto umnexo entre guerra de posição/ movimento e revolução passiva/ hegemonia, assim como a interpretação de Oriente/ Ocidente, uma vez que é imprescindível entender como a classe dominante conduziu o processo de revolução – seja completa ou incompleta – e, dessa forma, enxergar as estratégias que ela se utiliza, inclusive no modo com que ela se “apropria” da direção política ou, deixa a cargo do Estado por meio da revolução-restauração. A essa questão que iremos nos aprofundar no próximo tópico.

Em síntese, a partir da categoria espacial Ocidente e Oriente, podemos compreender como Gramsci introduz esse nexoespacial para destacar as transformações de poder que se constroem no espaço, sobretudo as diferenças estabelecidas entre o centro hegemônico e as zonas periféricas. E por isso podemos aproximar esse nexoespacial da abordagem da geopolítica. Ora, se as construções históricas são permeadas pela lógica do poder e essas mesmas civilizações nascem e são construídas a partir de um espaço, então podemos compreender como a categoria Ocidente e Oriente também pode ser lida por um prisma geopolítico, internalizando também o sentido metafórico dessa dupla conceitual. Poder e espaço, a partir das transformações históricas só ressaltam o caráter geopolítico e espacial das leituras dos *Quaderni*. Gramsci tem um cuidado metodológico em nos apresentar que tais categorias espaciais derivam e ao mesmo tempo são derivadas dessas construções de poder. Portanto, ao nos referirmos ao Ocidente e Oriente, devemos internalizar também a lógica de poder.

3.5 A “localização” da Hegemonia X Revolução Passiva: o embate da relação de forças

Para que pensemos nesse último par conceitual a partir do prisma espacial a ser discutido nesse capítulo – Hegemonia e Revolução Passiva – é necessário resgatar uma

reflexão de Edmundo Dias sobre o conceito de hegemonia¹⁰⁶ em Gramsci: “a hegemonia é a elaboração de uma nova *civiltà*, de uma nova civilização” (DIAS, 1996a, p. 10). Essa nova civilização, por outro lado, só é construída a partir de uma modificação profunda nas relações de produção, na economia, na política, no modo de pensar. Sob outro prisma, essas transformações ocorrem na medida em que as forças sociais modificam o espaço que, por sua vez, formam a base material para a reprodução das relações sociais. As lutas pelo controle do espaço, bem como os acessos às matérias-primas, ao abastecimento de mão de obra e à conquista de mercados, além da busca pela primazia militar em controlar territórios devem ser consideradas em termos de relações de força. Tom Bottomore afirma que

A forma e o conteúdo do conhecimento geográfico dependem do contexto social. Todas as sociedades, classes e grupos sociais dispõem de um “saber geográfico” característico, de um conhecimento funcional de seu território e da distribuição espacial dos valores de uso para eles relevantes. Esse “saber” adquirido pela experiência é codificado e transmitido socialmente como parte do aparato conceitual com o qual indivíduos e grupos enfrentam o mundo (HARVEY, “Geografia”, 1998, p. 261).

A sociedade busca conhecer o espaço ao qual pertence e desse conhecimento nasce a possibilidade de ela controlar os recursos provenientes desse território para assim fortalecer (ou não) sua posição; em outras palavras, derivar daí a condição de hegemonia ou revolução passiva. O objetivo desse último tópico, portanto, é discutir o nexos orgânico entre hegemonia e revolução passiva a partir da leitura espacial nos *Quaderni*. Não temos a pretensão de esgotar o tema, por ser deveras complexo. No entanto, buscamos entender como Gramsci entende o conceito de hegemonia e também a sua dupla conceitual – revolução passiva – por meio da construção e/ou transformação do território. É, pois, a partir da lógica territorial que as forças sociais são criadas ou transformadas. Assim ocorreu com a Itália, na sua unificação territorial; assim ocorreu no momento lógico em que Gramsci escreve na prisão, um período de Imperialismo das Grandes Potências no entre guerras no qual a Itália estava inserida, assim também a um processo que aponta para o “novo” para além do continente europeu, ou seja, uma transformação produtiva, social, econômica, política e ideológica em curso nos Estados Unidos. Os elementos que compõem esse tópico não se esgotam estritamente nos conceitos de hegemonia ou revolução passiva. Trata-se de entender como as forças sociais produtivas passaram a mudar a história mundial. Para que possamos

¹⁰⁶ Derek Boothman em “*The Sources for Gramsci’s Concept of Hegemony*” irá apontar as fontes pelas quais Gramsci se inspira para formular o conceitos, como Lenin, Croce, Maquiavel, os bolcheviques (Cf. BOOTHMAN, 2008).

organizar melhor o encadeamento das ideias a partir dos escritos carcerários, devemos voltar novamente nos temas que derivaram nos cadernos especiais – *Risorgimento e Americanismo e Fordismo*. Se, de um lado, Gramsci busca entender o “passado” pela história do *Risorgimento* italiano, por outro temos que entender o seu tempo, o “presente” pelos olhos do avanço das pretensões geopolíticas das Grandes Potências para finalmente chegar ao “futuro”, uma análise sobre o fenômeno do Americanismo que, por sua vez se aproxima de um modo de organização fabril caracterizado como Fordista. Ao fim, buscamos conectar formas de se compreender como a hegemonia ou revolução passiva foram responsáveis em modificar o *tempo e espaço* da História.

Gramsci ao iniciar seu Caderno Especial sobre o *Risorgimento* busca resgatar a história da Itália. Assim, já nos alerta que a Itália não possui apenas um significado, ou seja, ela não pode ser considerada unitária; é necessário situá-la em diferentes épocas. Da passagem da história romana, passando pela República, Império, posteriormente na Idade Média e seus principados, a era dos Mercantilismos e Absolutismos chegando à Itália unificada e, finalmente ao período pós I Guerra Mundial, não se alterou apenas a cronologia, mas também sua relação de força, ou mais precisamente, o papel que a Itália (ou como anuncia as várias Itálias) teve durante esses diferentes períodos históricos. Gramsci, ao retomar a história inicial da Itália – a história de Roma – é enfático:

Não parece ter sido compreendido que justamente César e Augusto, na realidade, modificam radicalmente a posição relativa de Roma e da península no equilíbrio do mundo clássico, tirando da Itália a **hegemonia ‘territorial’** e transferindo a função hegemônica a uma classe ‘imperial’, isto é, **supranacional** (GRAMSCI, 2014b, p. 13; Q19, §1) [grifo nosso].

Ao nos apresentar tal distinção – hegemonia territorial e hegemonia supranacional – Gramsci deixa claro que a correlação de forças não se mede ou se restringe apenas ao perímetro físico nacional. A manifestação de hegemonia enquanto transformadora de uma ideologia (ou a construção de uma nova civilização) dá lugar a uma situação de forças que perpassa as fronteiras do nacional; ela se coloca enquanto uma hegemonia supranacional, ou seja, transforma aquele poder em força cosmopolita, atribuindo-lhe um novo equilíbrio nas forças sociais. Tal fenômeno, no entanto, não foi verificado no Mercantilismo, uma vez que a fragmentação italiana não proporcionava propriamente um sistema mercantilista-estatal (no sentido de um fenômeno nacional). Em todos os momentos históricos, Gramsci chama a atenção para os nexos que alteram a estrutura geral da relação das forças internacionais e ainda que se buscasse construir o nacional, este nunca se desvinculou da esfera internacional.

Em outras palavras, não se explica o nacional sem o internacional. Assim, explicar a história da Itália sem situá-la no contexto histórico internacional seria um equívoco.

Gramsci nos apresenta uma análise geopolítica do período do *Risorgimento*. No que se refere às origens da unificação italiana, o processo histórico europeu é de extrema relevância. As pressões das grandes potências, sobretudo no século XVIII impediam o surgimento de uma Itália unitária (GRAMSCI, 2014b, p. 19; Q19, §3), pois as forças políticas europeias estavam interessadas em um cenário menos equilibrado na península italiana e, conseqüentemente, um peso político menor à região (GRAMSCI, 2014b, p. 23–24; Q19, §3). Gramsci chega a endossar uma afirmação do historiador e político italiano, Gioacchino Volpe: “O século XVIII significa influência de grandes potências na Itália, mas também suas divergências: e, por isto, progressiva diminuição do domínio direto estrangeiro e desenvolvimento de dois fortes organismos estatais no Norte e no Sul” (GRAMSCI, 2014b, p. 24; Q19, §3). Apesar dos interesses em deixar a Itália mais fraca e, portanto, suscetível ao domínio externo, a Revolução Francesa (1789-1799) serviu de inspiração para a inserção de novos elementos nacionalistas na Itália. No entanto, tal inspiração não provocou uma reação no sentido nacional-popular. Em outras palavras, Gramsci considera que houve o processo de hegemonia do jacobinismo¹⁰⁷ na França, ao passo que na Itália as forças populares não foram capazes de conduzir uma consolidação hegemônica italiana, isto é, não havia uma iniciativa das forças populares em conduzir o processo de unificação. A unificação se deu sem a participação nacional-popular, por meio de uma série de reformas nacionais sem passar pela revolução política do tipo radical jacobina, constituindo, portanto, em um tipo de hegemonia incompleta, revolução sem revolução ou, em outras palavras, da revolução passiva.

Para utilizarmos a categoria da revolução passiva, é necessário situarmos brevemente o conceito. Gramsci faz uma importante menção ao historiador italiano Vincenzo Cuoco no *Quaderni* 4 em um texto redigido provavelmente em novembro de 1930, segundo datação de Francioni. O autor sardo resgata o termo do historiador e introduz:

Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência imediata das guerras napoleônicas. O conceito de

¹⁰⁷ Leandro Galastri irá conceituar jacobinismo como “a assimilação das massas à vida estatal, por meio do partido revolucionário que conduziria e lideraria, concentrando em si a vontade coletiva, a fundação de um Estado de novo tipo e lançaria as bases para a edificação de um novo bloco histórico. (GALASTRI, 2011, p. 269)”. Já o conceito de “bloco histórico” utilizado por Gramsci é explicado por Galastri como “mais exatamente, a possibilidade de sua construção, adquire imediata relação dialético-material com a realidade que se analisa no presente. Seria a unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e a superestrutura jurídico-política num dado momento histórico: “Conceito de 'bloco histórico', isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (Q13, §10, p.1569, C; Q8, §61, p.977, A). (GALASTRI, 2011, p. 253)

revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobina (GRAMSCI, 2014b, p. 209; Q4, §57).

Bianchi argumenta que a apropriação do conceito de revolução passiva por Gramsci assume um “viés metodológico”. Isto porque Gramsci procura compreender o processo histórico de parte do *Risorgimento* Italiano que, por sua vez, se caracterizava por um tipo de formação de Estado nacional sem passar propriamente uma revolução política do tipo jacobino (BIANCHI, 2008, p. 257). A formação de Estado nacional para Gramsci, por sua vez, deve ser encarada como uma nova fase na história, “um ato de nascimento da própria modernidade” (BIANCHI, 2008, p. 257) ou para completar o sentido, nas palavras de Edmundo Dias, “o Estado, qualquer que seja, para ser fundado, construído, exige a criação de uma visão de mundo” (DIAS, 1996a, p. 33). Sobre essa visão de mundo, Gramsci chega a tecer uma consideração importante sobre o *Risorgimento*. Segundo o autor,

O *Risorgimento* é um **desenvolvimento histórico complexo e contraditório**, que se torna um todo a partir de todos os seus elementos antitéticos, de seus protagonistas e antagonistas, de suas lutas, das modificações recíprocas que as próprias lutas determinam e até mesmo da função das forças passivas e latentes, como as grandes massas agrícolas, além, naturalmente, da função eminente das relações internacionais (GRAMSCI, 2014b, p. 285) [grifo nosso].

Ao se referir ao *Risorgimento* como um desenvolvimento histórico complexo e contraditório, o autor sardo irá discutir nesse parágrafo a formulação político-histórica da unificação italiana por meio da contradição existente entre as regiões da Itália, mais especificamente, da Lombardia e de Piemonte. Nesse momento é imperativo conhecer o processo de unificação italiana, justamente porque Gramsci irá apontar não apenas os grupos dirigentes como condutores do processo, mas o **Estado**, que funciona como uma força de modo semelhante. Gramsci irá se referir ao caso de Piemonte, conduzido sobretudo pelo Conde de Cavour, como um Estado que buscava assumir para si a liderança na unificação. Para tanto, o Estado de Piemonte funcionou como um elemento que desequilibrou tanto as relações sociais fundamentais, quanto as relações internacionais, tal como Gramsci descreve ao final do parágrafo anterior. Desse modo, para compreendermos a formação do Estado

nacional a partir desse desenvolvimento histórico complexo e contraditório devemos analisar sucintamente os detalhes do processo histórico de unificação italiana¹⁰⁸.

Após as guerras napoleônicas, o Congresso de Viena em 1815 foi responsável em buscar restaurar o mapa político antes da expansão do poderio francês e dessa maneira restaurar o poder das monarquias. No que concerne à Itália, a volta para a configuração geográfica era de uma fragmentação ainda maior. E o desenvolvimento italiano historicamente era desigual no Norte e no Sul (discutido na seção sobre Norte/Sul desse capítulo 3). Do ponto de vista da anexação de territórios por parte dos demais Estados, tínhamos a um cenário geopolítico em que a região norte era controlada pela dinastia dos Savoia, mais especificamente pelo Vittorio Emanuele II (Vitor Emanuel II). Seu ministro – Camillo Benso Conte di Cavour (Conde de Cavour) foi uma figura importante na história da unificação italiana, personagem histórico esse a quem Gramsci se refere constantemente no seu caderno especial sobre o *Risorgimento*¹⁰⁹. Ainda ao norte, as regiões pertenciam ou eram fortemente controladas pela Áustria. Já na parte meridional era predominante o domínio da dinastia Bourbon. Quando o Congresso de Viena buscou recentralizar o mapa político europeu para o período pré-napoleônico impactou no poder de algumas regiões, como foi o caso dos Estados que viriam a ser a Itália. Essas regiões puderam questionar essa fragmentação e o realinhamento de forças. Diversas forças dirigentes surgiram de modo a questionar essa nova distribuição de poder; afinal a Itália estava ainda mais fragmentada. Gramsci chega a apontar algumas dessas lideranças, como Giuseppe Garibaldi, Giuseppe Mazzini (Q1; §43, p. 36) que iniciaram um movimento a fim de tornar a Itália independente e, dessa forma, o primeiro passo seria a Unificação.

Nesse rearranjo que a região sofria, quem se destaca é o Estado de Piemonte. Gramsci chega a discutir sobre a direção político-militar do movimento nacional italiano. Não se tratava apenas de entender como o rei Vitor Emanuel II conquistara apoio da burguesia liberal-conservadora, mas também de entender que a essa tentativa de Unificação era necessário fortalecimento de um exército capaz de se posicionar contra os interesses da Áustria, na época, um dos maiores exércitos da Europa, segundo Gramsci. O autor sardo busca enfatizar que o poderio militar não se refere apenas ao sentido estrito, técnico do termo,

¹⁰⁸ Alvaro Bianchi discute o papel de Piemonte no Risorgimento Italiano. Para um aprofundamento do tema ver BIANCHI, 2008, p. 274–275.

¹⁰⁹ Vitor Emanuel II que era o então rei de Piemonte-Sardenha muito se dedicou para se destacar entre aqueles personagens que também lutava pela Unificação. No entanto, seu interesse era um pouco diferente, já que ao lado do Conde Cavour, a ideia era que ele conduzisse a Unificação Italiana e, assim, se tornar o Rei da Itália Unificada. No entanto, essa batalha envolvera tanto atores internos quanto externos.

mas enquanto direção militar num sentido mais amplo, ligado mais especificamente à **direção política** (GRAMSCI, 2014b, p. 100; Q19, §28).

Em 1848, apesar da necessidade da Unificação, o reino de Piemonte influenciado pelas políticas de Cavour tentou enfrentar a busca pela independência da Áustria sozinho. Segundo Gramsci, a palavra de ordem piemontesa foi: “A Itália o fará sozinha”. No entanto, a leitura que Gramsci faz sobre essa tentativa era de que Piemonte, apesar de ter perdido a batalha, necessitava fazer uma leitura estratégico-militar, além de ordem política a partir do território. Era, portanto, uma leitura geopolítica sobre a questão de Piemonte:

Na luta entre Piemonte e a Áustria, **o objetivo estratégico não podia ser o de destruir o Exército austríaco e ocupar o território do inimigo**, o que seria um objetivo inalcançável e utópico, mas podia ser o de desagregar a união austríaca interna e ajudar os liberais a ir ao poder estavelmente, para mudar a estrutura política do império no sentido federalista ou, pelo menos, nele criar um estado prolongado de lutas internas que **desse fôlego às forças nacionais italianas e lhes permitisse concentrarem-se política e militarmente** (...) (GRAMSCI, 2014b, p. 101; Q19, §28)[grifo nosso]

O parágrafo 28 do Caderno 19 é extenso, mas vale detalhar cada estratégia que Gramsci descreve. No que se refere à tentativa de Piemonte em utilizar o Exército, Gramsci associa essa estratégia à política, e não apenas no sentido militar. Do contrário, a força física seria inútil, já que os exércitos austríacos eram fortes e numerosos. Assim, seria necessário aliar forças nacionais, ou seja, a busca pela Unificação sendo justificada pelo autor, para que essa força se revertesse em força militar e, sobretudo, política. Focar-se, portanto, apenas na conquista do território, seria uma estratégia ineficiente.

Logo em seguida da aproximação entre a força militar da política, Gramsci enfatiza a diferença entre a direção militar no sentido amplo e no sentido estrito:

A direção militar era uma questão mais ampla do que a direção do Exército e a determinação do plano estratégico que o Exército devia executar; ela compreendia, além disto, a mobilização político-insurrecional de forças populares que se insurgissem na retaguarda do inimigo e lhes dificultassem os movimentos e os serviços logísticos, a criação de massas auxiliares e de reserva das quais recrutar novos regimentos e que dessem ao Exército “técnico” a atmosfera de entusiasmo e de ardor

(...)

Pode-se afirmar que quanto mais um Exército for numeroso, no sentido absoluto, como massa recrutada, ou no sentido relativo, como proporção de homens recrutados sobre a população total, **tanto mais aumenta a**

importância da direção política em relação à meramente técnico-militar (GRAMSCI, 2014b, pp. 101-102; Q19, §28) [grifo nosso].

É imperioso sublinhar nesse momento a construção de seu pensamento político. Os nexos construídos a partir de diferentes elementos, sejam espaciais, sejam dentro de uma lógica da força técnico-militar fazem parte de um *componente político*. Gramsci deixa claro em diversas passagens de seus escritos carcerários de que a direção política é o que constrói as relações sociais fundamentais. Assim, termina seus argumentos de uma forma enfática: “A **direção militar deve estar sempre subordinada à direção política**, ou seja, o plano estratégico deve ser a expressão militar de uma determinada política geral” (GRAMSCI, 2014b, p. 103; Q19, §28).

Essa direção política vai ser concebida enquanto categoria analítica quando Gramsci extrapola a identificação de Piemonte apenas enquanto um ator do *Risorgimento*. A região passa a ter a “função tipo Piemonte”¹¹⁰ e será analisada pelo autor sardo na medida em que tinha uma função de classe dirigente e a mesma concebida não apenas como *grupo social*, mas também enquanto *Estado*. Segundo Alvaro Bianchi, “a revolução passiva era entendida de modo mais definido como um processo de modernização no qual o **Estado** ocupava uma função dirigente” (BIANCHI, 2008, p. 275) [grifo nosso]. Por sua vez, a classe dirigente piemontesa, presa a seus interesses econômico-corporativos, enquanto função dirigente gostaria de dominar. E, portanto passaram a assumir a função equivalente a um partido, no sentido de organizado e centralizado em torno de um objetivo específico (BIANCHI, 2008, p. 274). Desse modo, Piemonte foi responsável por ajudar Gramsci a compreender o sentido de hegemonia, isso porque a ampliação do conceito de revolução passiva ajudava também a interpretar seu par conceitual ao passo que

este fato é de máxima importância para o conceito de ‘revolução passiva’: isto é, que não seja um grupo social dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o “dirigente” do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um exército e uma força político-diplomática. Pode-se fazer referência àquilo que foi chamado de **função do “Piemonte” na linguagem político-histórica internacional** (GRAMSCI, 2014b, p. 329; Q15,§59).

¹¹⁰ O interessante é que Gramsci apresenta a “função Piemonte”, mas não a “função de Cavour”. Isto porque considerá-lo como tal diminuiria sua figura e seu significado histórico, uma vez que seguira uma linha política própria (GRAMSCI, 2014b, p. 331; Q15,§60).

Já que a “função Piemonte” ajudava a compreender também outras funções similares da linguagem político-histórica internacional, podemos indicar alguns casos nas relações internacionais em que se pode observar na história tal papel. Gramsci cita o caso da Sérvia nos Bálcãs, assim como pós 1789 na França até o golpe de Estado de Luís Napoleão que, nas palavras de Gramsci atuou durante muitos anos como o “Piemonte da Europa” (GRAMSCI, 2014b, p. 329; Q15,§59). Mas podemos nos referir ao Japão na Era Meiji em 1868 como uma forma de revolução passiva. Segundo Allinson e Anievas (2010), a posição geográfica insular do Japão propiciou o mesmo desenvolvimento desigual e combinado, como foi no Norte e Sul da Itália que também era considerada uma ilha. A comparação tem mais elementos; assim como o Piemonte, seu poder era eclipsado por uma potência ainda maior, no caso a China (ALLINSON e ANIEVAS, 2010). Allinson e Anievas chegam a comparar novamente o “tipo piemontês, dado que o isolamento tanto do Japão no Oriente quanto da Itália no mediterrâneo tal disposição geográfica facilitou a ‘centralização coercitiva’” (ALLINSON e ANIEVAS, 2010, p. 476). Além do quesito estratégico-militar, os autores também indicam outro aspecto: a capacidade econômica, mais especificamente produtiva do Japão de fazê-lo, foi engendradora primeiramente pelos “privilégios do atraso”, bem como o tempo preciso de sua industrialização em relação ao desenvolvimento histórico da economia capitalista e do sistema de Estados. Ou seja, a revolução passiva não passava apenas pela dimensão nacional/ internacional. Tampouco se refere apenas à dimensão territorial ou militar. É necessário resgatar “o tema da revolução passiva como uma interpretação da Era do *Risorgimento* e de qualquer época complexa de transformações históricas” (GRAMSCI, 2014b, p. 331; Q15,§60). Para tanto, segundo Derek Boothman (BOOTHMAN, 2008), devemos creditar boa parte do empenho de Gramsci em lapidar e reformular seu conceito ao *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política* de Karl Marx (BOOTHMAN, 2008, p. 201–202). Nos seus Cadernos Miscelâneos, Gramsci chega a dedicar uma menção, ainda que de forma sucinta “(Parece que a teoria da revolução passiva é um corolário crítico necessário do ‘Prefácio’ à *Contribuição à crítica da economia política*)” (GRAMSCI, 2014b, p. 332; Q15, §62), do famoso prefácio de 1859 de Marx ao qual sintetizava seu argumento:

Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. (...) O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da

sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 45).

Para se compreender toda a transformação social (e também espacial) é necessário entender as relações de produção. Não podemos prescindir o entendimento das relações de produção que estão organicamente ligadas à formação de grupos sociais dirigentes, que buscam por meio da direção ou coerção/ imposição garantir seus interesses, expandir sua ideologia. Essas questões possuem um nexos orgânico no qual as espacialidades vão incidir sobre as questões políticas e de toda a composição social. Assim, analisar a dupla conceitual hegemonia e revolução passiva por um prisma espacial e geopolítico é também compreender para além da dimensão técnico-militar. Tampouco subordinar à lógica estrutura/superestrutura como dimensões estanques e isoladas. Gramsci incorpora a categoria hegemonia/ revolução passiva como um desenvolvimento histórico complexo e contraditório que envolve todas as demais categorias mencionadas e o qual nos faz reler os escritos de Marx e extrair de sua síntese como o processo histórico vai sendo moldado e “remoldado” pelos grupos sociais que, por sua vez, estão atrelados ao sistema de produção em que estão inseridos. O movimento histórico, portanto, passa por esse “nascimento da modernidade” ou de uma “nova visão de mundo” de um Estado que, por sua vez, está ligado organicamente com as classes e os grupos nacionais. E para se compreender toda a mudança histórica, Bianchi afirma que para Gramsci “todo cânone de interpretação, a revolução passiva era uma chave teórica para a compreensão do advento da modernidade capitalista na maioria dos países da Europa” (BIANCHI, 2008, p. 257).

A modernidade capitalista que estava sob a chave a revolução passiva não estava apenas na Europa. Outra transformação do espaço geográfico a que Gramsci vai discutir em um de seus Cadernos Especiais – *Americanismo e Fordismo* –, portanto, nos dá pistas a entender o próprio advento dessa modernidade capitalista. Segundo Thomas,

A categoria da revolução passiva é uma categoria usada nos *Cadernos do Cárcere* para denotar a capacidade persistente da iniciativa da burguesia que consegue, mesmo na fase histórica em que deixou de ser uma classe devidamente revolucionária para produzir transformações sócio-políticas, às vezes de significância, conservando o poder em suas mãos de maneira segura, iniciativa e hegemonia, e deixando a classe operária em condições de subalternidade (LOSURDO *Apud* THOMAS, 2009, p. 147) [tradução nossa].

Para Thomas, a revolução passiva trata-se de um projeto hegemônico burguês diante de um determinado período histórico. Gramsci passa a estudar diferentes formas de revolução passiva. Entre o “passado” e “presente”, encontramos, por um lado, uma Europa e toda sua tradição histórica a qual Gramsci buscará entender a revolução passiva por meio do *Risorgimento* italiano; de outro, uma nova civilização que dava indícios de que a constituição de sua sociedade, bem como sua economia e sua concepção política poderia ser o grande chamariz para a “nova modernidade”: a América. Gramsci então passa a se dedicar em um Caderno Especial intitulado *Americanismo e Fordismo*.

Segundo Morton, o conceito gramsciano de revolução passiva entendido como uma expressão da direção política do capital, é utilizado na categoria *Americanismo e fordismo* e esse tema em que Gramsci se debruça servirá para entender o sistema de estados e sua relação com a modernidade capitalista. (MORTON, 2007a, p. 46). Trata-se, portanto, de entender como a relação de produção que molda as relações sociais está atrelada aos interesses dos Estados e vice-versa ou, mais precisamente, entender a reprodução do capital sem dissociar de sua lógica espacial.

O Caderno 22, escrito provavelmente em 1934 (portanto, na fase final da redação de seus escritos carcerários), era composto por investigações de diferentes naturezas, como a análise de uma nova forma de acumulação e distribuição do capital financeiro a partir de uma produção industrial, a questão sexual, a possibilidade do americanismo poder constituir uma época histórica ou se pode determinar um desenvolvimento paulatino do tipo revolução passiva, a composição demográfica europeia, os altos salários pagos pela indústria do tipo “fordista”, entre outras.

No que concerne à uma análise do Americanismo e Fordismo a partir de uma leitura espacial, podemos tomar como ponto de partida algumas premissas. Nesse tema devemos priorizar uma leitura do desenvolvimento capitalista que está atrelado a uma lógica territorial, mas não só: trata-se de uma inovação orgânica nas relações sociais de produção. Gramsci enxerga um sistema capitalista. Em seus escritos iniciais, já alertava:

Pode-se dizer, de modo genérico, que o americanismo e fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a **passagem do velho individualismo econômico para a economia programática** (GRAMSCI, 2014a, p. 241; Q22, §1) [grifo nosso].

Trata-se, pois, de um deslocamento das relações de produção que, por sua vez, trouxe inúmeras transformações de cunho econômico, social e ideológico. Esse era o fenômeno o qual Gramsci entende que seria um ponto de clivagem do sistema de produção capitalista. E por Americanismo, Gramsci define mais precisamente:

O americanismo, em sua forma mais completa, exige uma condição preliminar, da qual não se ocuparam os americanos que trataram destes problemas, já que na América ela existe “naturalmente”: esta condição pode ser chamada de **“uma composição demográfica racional”**, que consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente parasitárias (GRAMSCI, 2014a, p. 243; Q22, §2).

Para Werneck Vianna, o americanismo era para Gramsci um tipo de Estado que emerge da própria sociedade, “uma nova cultura” e um “novo modo de vida” que inseriria estrutura racionalizada do seu sistema produtivo e da sociedade industrial de massas (VIANNA, 2004, 2007). Marcos Aurélio da Silva retoma as palavras de Domenico Losurdo para lembrar que o fenômeno do Americanismo e fordismo “não se referem apenas aos Estados Unidos, mas a uma multiplicidade de problemática e também de países, e talvez mesmo falem da Rússia soviética ainda mais que os Estados Unidos” (SILVA, 2016, p. 18).

Gramsci traçava comparações entre o arcaico e o novo Estado, isto é, a Europa, cuja estrutura social-demográfica era, segundo suas próprias palavras, “velha e anacrônica”, e a América (mas não só), que dispunha de uma estrutura – composição demográfica racional – que era aperfeiçoada pelo modelo de trabalho das indústrias Ford, daí o fenômeno do Fordismo. Enquanto que a Europa (incluindo a Itália) detinha uma massa parasitária, dependente de rentistas, a América tinha uma acumulação de capitais e não tinha o ranço do passado histórico que a travava. E isso favoreceu uma boa condição para o desenvolvimento das indústrias e do comércio e, conseqüentemente a *hegemonia*, “que nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 2014a, p. 247–248). Como essa produção está na fase inicial, Gramsci aponta que a racionalização desse novo homem produziu um novo modo de trabalho e de processo produtivo.

Para que possamos entender porquê e como o Americanismo pode ser lido por um prisma espacial e também geopolítico, temos que olhar para o novo processo produtivo do tipo fordista, do “outro lado do Atlântico”. Trata-se de deslocar o novo processo produtivo para um território ainda não explorado (e, portanto, sem os vícios históricos que a Europa

carregava), mas para isso era necessário que a construção do próprio espaço pudesse ocorrer e, mais precisamente, de forma orgânica. Em outras palavras, a transformação do espaço estava atrelada à condição orgânica das relações sociais, ou com a palavras do autor sardo, a uma “composição demográfica racional”. E não apenas as condições naturais em termos do território contava; era preciso que a estrutura produtiva fosse se constituindo em conformidade com o território, sua composição social e também com um outro ator: o Estado.

Sobre este, Gramsci tecerá um longo discurso:

A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do livre-cambismo ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como “sociedade civil”, através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio (GRAMSCI, 2014a, p. 258–259; Q22, §6).

O Estado é entendido como um regulador desse tipo de sociedade baseada na eficiência física do trabalhador. Trata-se de criar um trabalhador qualificado, mecanizado, do tipo taylorista para que ele possa manter o sistema de produção e fazer parte do desenvolvimento capitalista. A América, segundo Gramsci, estava formando essas relações sociais baseadas no trabalho e respaldadas pelo Estado. É desse modo que Gramsci introduz a categoria da revolução passiva também na análise do americanismo. Segundo Werneck Viana,

Pela via do americanismo e da americanização, o tema da estrutura irrompe concretamente, e não mais no campo da abstração teórica, na reflexão gramsciana. A própria inquirição sobre a revolução passiva — tratada nas notas sobre o *Risorgimento* em chave predominantemente supra-estrutural — muda inteiramente de sentido na análise sobre o americanismo, quando prevalecem as categorias econômicas como produção industrial, mercado, economia mundial do capitalismo e tendência à queda da taxa de lucro (VIANNA, 2007).

Os tipos de revolução passiva passam a ocorrer de diferentes formas. Werneck Vianna nos apresenta uma interpretação dos *Quaderni* à medida em que Gramsci indica que na Europa é possível se desenvolver um Americanismo. No entanto, a americanização da Europa como um processo de revolução passiva seria um pouco diferente, e poderia ser expressa na forma do Fascismo italiano, na qual haveria uma racionalização no sistema produtivo de modo a torna-lo mais moderno, mas essa modernização era puxada pelo Estado.

Assim, Gramsci enxerga tipos diferentes de revolução passiva na América e na Europa. Segundo Werneck Vianna, uma peculiaridade dos Estados europeus para Gramsci era possuir um sistema capitalista politicamente orientado, dada sua tradição histórica; em contrapartida, na América, haveria uma racionalização do fordismo que não se encontrava na Europa. Portanto, essa racionalização como ideologia era a racionalização do capitalismo como sistema mundial.

É nesse ínterim que devemos analisar a geopolítica do capitalismo para que possamos compreender historicamente como o sistema de produção capitalista, associado ao desenvolvimento de regiões e relações sociais de produção puderam compor diferentes regiões com desenvolvimentos desiguais. Adam Morton enfatiza uma leitura em Gramsci sobre a relação estabelecida entre a geopolítica estatal e o desenvolvimento desigual capitalista, ou seja, a espacialidade do capitalismo (MORTON, 2007a, p. 48).

Mas o capitalismo é um fenômeno histórico mundial, e seu **desenvolvimento desigual** significa que as nações individuais **não** podem estar no mesmo nível de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo. Na esfera internacional, a competição, a luta pela aquisição da propensão privada e nacional, cria as mesmas hierarquias e sistema de escravidão que na esfera nacional; e, em primeiro lugar, a concorrência é eliminada a favor do monopólio de forma muito mais eficiente na esfera internacional do que na nacional. Uma vez que as condições competitivas e a luta foram eliminadas do mundo, o regime capitalista atingiu o impasse. Perde toda razão por sua existência e progresso; suas instituições se tornam rígidas, incrustações parasitárias, sem qualquer papel útil ou prestígio. Uma revolução torna-se necessária para restaurar um **ritmo dialético para os assuntos mundiais**; para revelar uma nova classe social e investi-la com o poder de controlar a história (GRAMSCI, 1977, p. 69) [grifo nosso]¹¹¹.

A revolução passiva enquanto forma de hegemonia restrita era, portanto, a hegemonia de um grupo das classes dirigentes no qual o *Estado* tinha um papel fundamental, visto que se desdobrava em uma revolução-restauração. Em outras palavras, o componente nacional-popular era minimizado pela força do grupo dominante, uma vez que tal grupo impede a transformação de toda a estrutura social e, dessa maneira, passa a realizar reformas

¹¹¹ Texto no original: “But capitalism is a world historical phenomenon, and its **uneven development** means that individual nations **cannot be** at the same level of economic development at the same time. In the international sphere, competition, the struggle to acquire private and national propeny, creates the same hierarchies and system of slavery as in the national sphere; and funher, competition is eliminated in favour of monopoly far more efficiently in the international than in the national sphere. Once competitive conditions and struggle have been eliminated from the world, the capitalist regime has reached deadlock. It loses all reason for its existence and progress; its institutions become rigid, parasitical encrustations, without any useful role or prestige. A revolution becomes necessary to restore a **dialectical rhythm to world affairs**; to reveal a new social class and invest it with the power of controlling history.”

sem revolução. Mas o estopim dessa revolução, apesar de ser burguesa, se origina a partir de um fenômeno externo. Para Marcos Del Roio,

(...) Gramsci entende o conceito de revolução passiva como passível de apreender um fenômeno de “revolução sem revolução” produzida por um **impacto externo ou de um fenômeno que demarca uma fase de um processo mais longo de revolução**. O *Risorgimento*, na leitura que Gramsci faz a partir dessa elaboração conceitual, é uma revolução passiva, pois que produto de um impacto externo de longo alcance, não só de uma invasão militar, como em [Vincenzo] Cuoco, mas de uma incidência política e cultural duradoura. É uma revolução passiva também por ter sido uma revolução sem revolução. De qualquer maneira, **trata-se ainda da revolução burguesa**, ou seja, da época histórica de construção e consolidação do capitalismo e dos Estados nacionais na Europa (DEL ROIO, 2009) [grifo nosso].

O impacto externo que deriva num processo mais longo de revolução afeta o Estado, mas esse não pode ser visto de uma forma singular e unitária. Isto porque a revolução enquanto revolução passiva era considerada por Gramsci uma espécie de “onda sucessiva de reformas”. Gramsci irá discutir essa questão no caderno especial sobre Croce. Em “*Punti per saggio critico sulle storie del croce: d’Italia e d’Europa*” (Q10, § 61) o autor busca pensar a ação revolucionária do tipo Revolução Francesa em termos jacobinos e como essa onda revolucionária pôde desencadear ondas de reformas sucessivas em diferentes partes do mundo, como o que ocorrera na Europa. É nesse sentido que Gramsci distingue, pelo nexo nacional- internacional e, ao mesmo tempo, une **hegemonia, revolução passiva** e a questão da espacialidade por meio da **geopolítica**.

O surgimento das forças dominantes nasce nos Estados, os quais também são modificados seja pela força militar no sentido técnico, seja pela força política. Ao mesmo tempo, a geopolítica realça o papel conservador dos Estados, visto que sem eles, suas políticas atreladas à lógica territorialista deixariam de existir. O ponto de intersecção, portanto, é o Estado, já que é por meio dele, mais precisamente pelo seu território, que a hegemonia ou revolução passiva se concretiza. Segundo Bob Jessop, “in the modern inter-state system, territoriality operates not merely as a principle of internal geographical enclosure, but also as the foundational organizational principle of the entire system of geopolitical interaction on a global scale (JESSOP, 2006, p. 7).

É nesse sentido que o par conceitual nacional- internacional pode ser resgatado, uma vez que os fatos históricos não podem ser tratados isoladamente, pois fazem parte do mesmo processo histórico pelo qual o internacional e o nacional se conectam em um nexo

orgânico. Gramsci até chega a afirmar que “as relações internacionais, certamente, tiveram uma grande importância para determinar a linha de desenvolvimento do *Risorgimento* italiano, mas elas foram exageradas pelo partido moderado e por Cavour com finalidade de partido” (GRAMSCI, 2014b, p. 85; Q19, §24).

Já que os fatos históricos estão interligados organicamente, Gramsci irá explicar como existe uma relação histórica entre hegemonia e revolução passiva, ou o Estado francês revolucionário e outros Estados modernos da Europa Ocidental. Segundo Gramsci, essa comparação permite identificar que o processo revolucionário ocasionado pela Revolução Francesa desembocou em reformas sucessivas em outras partes da Europa. De um lado, a mudança radical e violenta nas relações sociais e políticas forneceram ferramentas para que se pensasse em uma transformação, mas não poderia ser alcançada na mesma magnitude pois faltava o componente nacional-popular. Para Gramsci a revolução passiva continuava com um componente burguês, ou seja, de uma classe dirigente, mas com uma peculiaridade: era uma reforma “pelo alto”, ou seja, com a direção do Estado. Nesse sentido, podemos compreender que esses Estados podem ser considerados um tanto quanto conservadores se concebermos o sentido da não transformação radical, apesar das mudanças; mudanças essas que seriam pela reforma, pela restauração.

As transformações de cunho hegemônico, portanto, modificam todo o território, desdobrando-se em mudanças nas relações sociais, políticas, mas também de cunho ideológico-universalizante, além da dimensão da coerção pela via da força militar (no sentido estrito, mas também político). Não podemos nos esquecer que a base da transformação é sustentada por uma mudança brusca nas relações econômicas, no sistema capitalista produtivo que depende dessa transformação universalizante. Ou seja, era um processo que tentava integrar os Estados, que se encontravam em diferentes escalas de desenvolvimento (daí a ideia de desenvolvimento desigual e combinado).

Em contrapartida, a revolução passiva ocorre a partir dos desdobramentos do “impacto externo”, ou seja, da hegemonia. No momento posterior em que as forças sociais e políticas são radicalmente transformadas pode começar a existir um “efeito cascata” em outros Estados. Gramsci chega a afirmar que “a restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir à burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas” (GRAMSCI, 2013, p. 426; Q10, §61).

É importante ter ciência então que essas sucessivas ondas, seja de revolução, seja de reforma devem ser pensadas a partir daquele nexos orgânico. Daí o questionamento de Gramsci sobre a possibilidade de se pensar uma história nacional, ou apenas o

desenvolvimento econômico ou militar de um Estado, considerando-o de forma isolada. Como nos referimos no capítulo anterior (item 2.2.3), conquista de poder e sistema produtivo são indissociáveis para Gramsci e, ao mesmo tempo, as forças internas se relacionam com as forças internacionais. Para o autor, o impulso da renovação revolucionária pode surgir das necessidades de um determinado país a partir de determinados contextos, mas esse impulso pode ser gerado pela combinação de forças progressistas, mas ainda assim insuficientes para que ela possa se reproduzir de forma autônoma para garantir sua expansão. (GRAMSCI, 2013, p. 428; Q10, §61). Esse impulso no sentido da renovação revolucionária não é necessariamente ligado a um desenvolvimento local que é, segundo Gramsci, artificialmente limitado, mas reflexo do desenvolvimento internacional o qual nasce no desenvolvimento produtivo dos países mais desenvolvidos e é enviado às periferias por meio de novas ideologias.

Trata-se, portanto, de entender o nexo o qual torna os Estados conectados organicamente. Hegemonia e revolução passiva podem e vão coexistir de modo a transformar o espaço geográfico de modo desigual e combinado – seja de um modo produtivo, seja pela composição militar, política, seja pelas forças sociais e a ideologia que carregam. Peter Thomas volta a essa questão sobre a

A combinação dessas perspectivas produz uma certa interpretação "tradicional" ou, pelo menos, generalizada do conceito de hegemonia nos Cadernos Prisionais. Esta leitura compreende a política de hegemonia para envolver, em primeira instância, a obtenção do **consentimento** de uma proporção significativa de atores políticos em uma determinada formação social; segundo, sua unificação em um "**sujeito político coletivo**"; Em terceiro lugar, o engajamento deste "**sujeito político**" recém-constituído em uma batalha contra outro sujeito semelhante, formado por um processo semelhante, cada um buscando expandir sua ocupação do "território periférico" da sociedade civil até possuírem forças suficientes para lançar um ataque contra o "centro" do aparelho estatal; e, em um momento final, o choque de estados construídos hegemônicamente em competição no terreno internacional, em uma repetição geopolítica do processo doméstico originário. **O conceito de hegemonia, isto é, é pensado para fornecer principalmente uma descrição do surgimento orgânico do poder do estado moderno e da competição geopolítica** (THOMAS, 2013, p. 22) [grifo nosso]¹¹².

¹¹² Texto no original: "The combination of these perspectives yields a certain 'traditional' or at least widespread interpretation of the concept of hegemony in the *Prison Notebooks*. This reading understands the politics of hegemony to involve, in the first instance, the securing of **consent** of a significant proportion of political actors in a given social formation; second, their unification into a '**collective political subject**'; third, the engagement of this newly constituted '**political subject**' in a battle against another such subject formed by a similar process, each seeking to enlarge their occupation of the 'peripheral territory' of civil society until they possess sufficient

É dessa competição geopolítica que envolve também a conquista de poder que se forma o sistema internacional. É dessa maneira que as categorias hegemonia e revolução passiva também são interpretadas pela área das relações internacionais. Em diversos momentos, Gramsci nos convida a interpretar a realidade não apenas focando nas relações fundamentais, mas também nas relações internacionais.

Rodrigo Passos (2014) nos traz uma leitura importante sobre como a abordagem relacionada à hegemonia nas relações internacionais deve ser repensada de forma criteriosa. Isso porque hegemonia deve ser tratada de uma forma multidimensional – moral, política, ideológica, econômica, militar – e também em diversos âmbitos – local, regional, nacional, internacional. Segundo Passos, a hegemonia concebida por Gramsci concerne àquilo que Gramsci se refere por relações moleculares, mas que também está relacionado com as relações entre os Estados. Hegemonia no plano internacional também deve ser analisada por uma fração ou grupo de classes, uma vez que existe uma unidade orgânica entre Estado e sociedade civil (PASSOS, 2014, p. 96). Assim, sintetiza Passos,

Avaliar a hegemonia no plano internacional requer considerar a unidade **orgânica** entre os níveis nacional e do além-fronteiras da direção de um estrato sobre os demais. A noção de hegemonia permite estabelecer um nexo no âmbito destes estratos entre os diferentes palcos nacionais e a perspectiva internacional. O nacional e o internacional não são idênticos (PASSOS, 2014, p. 97).

Ao final dessa análise sobre o último par conceitual – hegemonia e revolução passiva – a partir de uma leitura espacial e geopolítica, podemos apontar para uma interpretação geopolítica sobre as formas de revolução – permanente ou incompleta. Não se trata de esgotar o tema, pelo contrário; torna-se fundamental interpretar a hegemonia/revolução passiva atentando para o que Gramsci havia enfatizado em seus escritos carcerários. O tempo e o espaço são categorias fundamentais para se compreender as relações sociais e todas as relações de poder que estão em torno delas. Ao se criar uma nova civilização, como Edmundo Dias aponta, a hegemonia não é apenas um fenômeno sobre o qual incide uma relação de coerção. Por trás das formas completas e incompletas, a hegemonia “esconde” uma miríade de elementos capazes de transformar sociedade e Estado. Passamos pela análise do

forces to launch an assault upon the ‘centre’ of the state apparatus; and, in a final moment, the clash of hegemonically constructed states in competition on the international terrain, in a geopolitical repetition of the originary domestic process. **The concept of hegemony, that is, is thought to provide primarily a description of the organic emergence of modern state power and geopolitical competition”.**

Risorgimento ao Americanismo e Fordismo, sem esquecer do momento histórico de Gramsci, de disputas Imperialistas no Entre Guerras. Diferentes tempos e diferentes espaços os quais se revelam, ao final, como um grande processo histórico que congrega diferentes desenvolvimentos desiguais e combinados. O espaço se modifica à medida em que as forças sociais se empenham em moldar e transformar a história.

3.6 A espacialidade em Gramsci na visão de seus intérpretes

Buscamos até o momento trazer uma análise espacial sobre as categorias gramscianas pela ótica do autor sardo. O objetivo desse último tópico é mapear os recentes estudos a respeito da espacialidade nos escritos carcerários de Antonio Gramsci. Buscaremos trazer nesta última seção o que os seus intérpretes contemporâneos têm estudado à luz do entendimento de Gramsci como um autor espacial. Ao longo dos capítulos, percebemos como o autor sardo teve contato não apenas com o conceito de geopolítica em si, mas como ele chega a se “apropriar” do sentido por meio da tradutibilidade. Para tanto, compreendemos que as categorias aparentemente geográficas utilizadas por Gramsci também podem ser lidas para além de um sentido estritamente geográfico: era necessário conceber em Gramsci como existe um nexos orgânico nesses pares conceituais. Além disso, em termos históricos, Gramsci também vivencia os desdobramentos da expansão de uma diretriz geopolítica dos Estados Modernos por meio de suas construções políticas em meio a um cenário de disputa hegemônica entre as grandes potências. Temos, portanto, algumas interpretações possíveis a partir dos *Quaderni*. E é nesse sentido que esta última seção busca identificar e sistematizar de que forma seus intérpretes contemporâneos buscaram contribuir para uma leitura espacial em Gramsci ou até mesmo que se leve em consideração em seus argumentos a lógica espacial e geopolítica das categorias gramscianas e, em boa medida, puderam balizar e nortear esta tese.

Uma primeira leitura sobre a espacialidade em Gramsci pode ser identificada em Bob Jessop (JESSOP, 2005, 2006). O artigo “Gramsci as a Spatial Theorist”, publicado na revista *Journal Critical Review of International Social and Political Philosophy* em dezembro de 2005 – que no ano seguinte seria integrado à obra *Images of Gramsci: Connections and Contentions in Political Theory and International Relations* de Adam David Morton e Andreas Bieler –, é uma importante contribuição para os estudos sobre uma leitura espacial nos escritos de Gramsci. Jessop afirmava que Gramsci foi um “pensador profundamente

espacial, mas explicitamente ele não priorizava o pensamento espacial” (JESSOP, 2005, p. 422). Segundo Jessop, Antonio Gramsci estudou filologia na Universidade de Turim, passando por seu exame de geografia em 1912. Seu professor, Umberto Bartoli, foi também um grande contribuidor para entender a linguística como uma ciência histórica em contribuir com as regularidades sociais da língua (JESSOP, 2005, p. 423).

Gramsci, segundo Jessop, também foi um grande defensor da reformulação no ensino nas escolas primárias ao enfatizar estudos de cunho crítico, histórico e bibliográfico dos problemas regionais da Itália. Gramsci também estudou história e geografia na prisão, o que lhe ajudou a escrever sobre os romances geográficos, sobre o *Touring Clubs* que combinavam cultura, geografia e esporte, além das implicações geopolíticas e geoeconômicas das Conferências Internacionais da década de 1920. Sua preocupação era entender o futuro da política mundial, passando pelas políticas europeias e, mais especificamente, a italiana. Condensava sua explicação articulando elementos internacionais a outros locais e regionais (JESSOP, 2005, p. 422). Seu prisma de análise, no entanto, era a partir de um sardo, nascido no *Mezzogiorno* e, portanto, tomando como ponto de partida os problemas meridionais sem se esquecer que tais problemas derivam e, ao mesmo tempo, são derivados dos problemas nacionais e internacionais.

É dessa forma que Gramsci também se preocupa não só com a história das relações sociais, mas como essas relações ocorrem dentro de um determinado espaço. Sobre a espacialidade, Jessop afirma que

Gramsci considera o espaço de vários pontos de vista: a) a territorialização do poder político e os processos de formação do Estado; b) a divisão espacial do trabalho entre a cidade e o campo, entre o norte e o sul e entre as diferentes economias regionais e nacionais; c) Imaginários espaciais e a representação do espaço. **Gramsci não acreditava que o espaço existe em si mesmo**, independentemente das relações sociais específicas que o construíram, o reproduzem e ocorrem dentro dele (JESSOP, 2005, p. 424–425) [tradução e grifo nossos].

Jessop em seus artigos também vai ressaltar as categorias espaciais que Gramsci estudará – questão Meridional, Americanismo e Fordismo, territorialidade do Estado por meio da dupla conceitual Ocidente e Oriente e as Relações Internacionais diante de outro par conceitual – Nacional e Internacional. Ao ressaltar o lugar, espaço e escala nas obras de Gramsci, Bob Jessop indica que Gramsci possui uma leitura espacial dos temas mencionados.

Adam David Morton é outro autor contemporâneo ao qual busca interpretar as obras gramscianas a partir de uma leitura de suas obras a respeito da “interação entre o sistema de estados e as condições internacionais de hegemonia capitalista (MORTON, 2007a, p. 45)” que, segundo Morton, ainda não fora amplamente discutida. Morton é um dos autores contemporâneos que mais tem escrito sobre a geopolítica do pensamento gramsciano. Desde 2001, na obra em coautoria com Andreas Bieler intitulada *Social forces in the making of new Europe: the restructuring of European social relations in the global political economy*, os autores irão desenvolver uma pesquisa sobre a perspectiva da Integração europeia e os impactos nas relações sociais tomando como referência teórica os estudos neo-gramsciano de Robert Cox na economia política internacional. Na introdução intitulada “Neo-Gramscian Perspectives in International Political Economy and the Relevance to European Integration” (MORTON e BIELER, 2001), Morton e Bieler vão tentar compreender o conceito de hegemonia internacional na transformação da ordem internacional.

Mas será na obra *Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy*, que Morton encontrará um conceito que o ajudará a compreender a economia política global: a revolução passiva. Morton encontrará no pensamento de Gramsci um modo de desenvolver seus estudos no campo da economia política internacional, articulando-o à ideia de um desenvolvimento desigual e combinado. Para Morton, o conceito de revolução passiva é importante, pois o desenvolvimento das forças produtivas na ordem econômica internacional está diretamente relacionado com o desenvolvimento da geopolítica e a forma com que os grupos dominantes promovem transformações no interior do Estado e até mesmo internacionalmente. Enquanto Jessop entende que Gramsci apresenta uma análise espacial, Morton vai mais além: essa análise espacial está diretamente relacionada com um ordenamento de forças desencadeando nos territórios um desenvolvimento desigual e combinado (tomando esse conceito “emprestado” de Trotsky), com várias escalas do capitalismo global (MORTON, 2007b). A geopolítica da globalização, utilizando as categorias como Americanismo e Fordismo, revolução passiva e hegemonia, nacional e internacional, entre outros, servirão de base para a construção teórica de Morton.

Nessa mesma temática, Morton publica também em 2007 *A geopolítica do Sistema de Estados e o capitalismo global em questão* (MORTON, 2007a), no qual mostrará que Gramsci, além de resgatar a geopolítica de Rudolf Kjellen (Q2,§39), demonstrará empiricamente que as preocupações da revolução passiva estavam atreladas aos interesses da segurança do expansionismo do capital. A geopolítica, por sua vez, representava o avanço do capitalismo e das forças sociais em contextos históricos específicos de formação dos Estados

(MORTON, 2007a, p. 47). Buscava, portanto, desvendar o caminho da relação entre a geopolítica do sistema de Estados e o avanço do capitalismo. Para tanto, Morton vai se referir à breve crítica de Gramsci à geopolítica dos homens de Estado de Kjellen. Para Morton,

Gramsci visou ir além de um relato que ofereceria simplesmente um “manual do homem de Estado” da geopolítica, evidente no trabalho de Rudolf Kjellén, explicitamente criticado como uma tentativa de construir uma ciência do Estado e da política que se baseava na territorialidade do Estado como um pressuposto, algo dado (MORTON, 2007a, p. 50).

Se a geopolítica não poderia ser concebida como uma ciência do Estado, uma ciência determinística, então a geopolítica ao ser traduzida ao seu tempo e espaço deveria ser orgânica e construída historicamente. O sistema de Estados, alinhado ao avanço do sistema capitalista, assentava suas bases no desenvolvimento desigual e combinado. Assim, para Morton, Gramsci conseguiu alinhar a expansão geopolítica do sistema de Estados à expansão do desenvolvimento desigual capitalista (MORTON, 2007a, p. 51) que a revolução passiva provocava.

O avanço do capital e a geopolítica então encontravam na revolução passiva terreno fértil para uma modernização conservadora, uma revolução sem revolução. E para Morton, esse processo histórico foi congregando novos casos na história de desenvolvimento desigual e combinado que faziam parte do mesmo movimento. Era necessário, pois, encontrar e analisar esses tipos de desenvolvimento na história. Assim podemos encontrar em suas outras produções recentes um modo de *traduzir* a relação entre revolução passiva e geopolítica em exemplos históricos ao redor do mundo e em diferentes temporalidades. A partir do estudo gramsciano da revolução passiva, Morton estudará caso a caso onde o desenvolvimento desigual e combinado ocorre. Alguns dos exemplos mais expressivos são o caso mexicano, a formação do Estado na Turquia, a independência do Canadá, a restauração Meiji no Japão, entre outros exemplos históricos encontrados por Morton. Em *The continuum of passive Revolution*, uma obra mais recente, Morton irá detalhar como as revoluções passivas são responsáveis pelos momentos de transição histórica das relações sociais a partir das relações sociais, seguindo a linha gramsciana. Em mais uma análise da geopolítica, Morton irá apontar que a rivalidade capitalista está intimamente relacionada com a disputa geopolítica dos estados em nível internacional (MORTON, 2010).

Outra obra importante a que podemos resgatar sobre a relação entre revolução passiva e geopolítica é *Revolution and State in Modern Mexico: The Political Economy of Uneven Development* (MORTON, 2011). Nesse livro, Morton mostra como o fragmentado

processo de formação da Itália permitiu tanto a Gramsci quanto a outros autores por meio da tradutibilidade analisar o desenvolvimento desigual do poder estatal em relação a coordenadas geopolíticas e territoriais específicas (MORTON, 2011, p. 59). Sendo assim, Morton discutirá a revolução passiva a partir da Revolução mexicana a qual foi responsável pelo desenvolvimento (desigual) do Estado do México. O autor mostra o processo histórico que leva ao desenvolvimento desigual e combinado. Dito de outra forma, “as circunstâncias geopolíticas combinadas ao sistema de Estado Moderno estão inseridas no contexto da expansão mundial socialmente desigual do capitalismo” (MORTON, 2011, p. 35).

Outro autor contemporâneo que tem se debruçado nas temáticas de hegemonia e revolução passiva e que podemos extrair um conteúdo espacial e geopolítico é Peter Thomas. Apesar de não enfatizar o caráter geopolítico nas obras gramscianas, como Jessop e Morton, Peter Thomas retoma temas importantes do pensamento de Antonio Gramsci. Uma obra importante para a investigação é *The gramscian moment* (THOMAS, 2009). O objetivo central de Thomas em seu livro é contribuir para uma reavaliação filológica do pensamento gramsciano, de modo a compreender Gramsci em seu tempo a partir de seu contexto com o intuito de reinterpretar o nosso momento histórico (THOMAS, 2009, p. XVIII). O autor tem uma preocupação de entender essa “concepção de mundo”, bem como o legado deixado às interpretações marxistas, sobretudo para essa “nova civilização”, e os esforços da classe subalterna em transformar esse momento histórico. Sendo assim, é primordial voltar às categorias gramscianas de modo a compreendermos o tempo, não deixando de lado a compreensão do espaço.

Influenciado pelos escritos de Morton, Peter Thomas endossa a tese de que os pressupostos de Gramsci são históricos e não necessariamente geopolíticos (geopolítica entendida aqui no sentido tradicional, kjelliano). Assim, hegemonia e revolução passiva fazem parte de uma “dialética complexa” que integra centros hegemônicos e zonas periféricas, a geopolítica é construída historicamente (THOMAS, 2009, p. 203) e as desigualdades provenientes dessa dialética são plenamente compreensíveis se passado e presente estiverem conectados no mesmo processo histórico. Sobre essa questão, Thomas enfatiza então que Gramsci rejeita toda e qualquer forma de dualismo geopolítico, particularmente aqueles que envolvem o determinismo histórico (THOMAS, 2009, p. 212). A essa afirmação, podemos também acrescentar o determinismo geográfico, tal como a geopolítica de tradição escandinava, germânica e fascista-italiana carregavam.

Peter Thomas, ao analisar os temas estudados por Gramsci no cárcere, entende, sob o aspecto espacial, que Gramsci utiliza muitas “metáforas geopolíticas” (THOMAS,

2009, p. 219) e vai utilizar essa construção de poder a partir do espaço (tomando como afirmativa que o espaço para Gramsci é social e historicamente construído) para analisar sobretudo as relações Ocidente-Oriente e a caso dos Estados Unidos. E ao se referir à relação existente entre hegemonia, Estado e sociedade, nos alerta sobre a possibilidade de “localizar” ou enquadrar a hegemonia em alguma das formas sociais – “estrutura” ou “superestrutura”:

“Agora podemos ver por que qualquer tentativa de "localizar" a hegemonia em apenas uma das formas sociais ou níveis "superestruturais" do Estado integral conduzem necessariamente em antinomias irresolúveis. Assim como a sociedade política e a sociedade civil **não** são concebidas num sentido espacial, mas funcional, a hegemonia é concebida como uma prática "atravessando" as fronteiras entre elas” (THOMAS, 2009, p. 194) [tradução e grifo nossos]

Ao entender que hegemonia é uma prática que envolve a consolidação das forças sociais em poder político em massa, Thomas faz uma comparação entre a sociedade política e sociedade civil com a hegemonia: elas não podem ser concebidas dentro da lógica espacial, mas funcional. Assim, não se deve entender hegemonia dentro dos limites das fronteiras geográficas.

Em um artigo de 2013 intitulado “Hegemony, passive revolution and the modern Prince” (THOMAS, 2013), Thomas continuará a se concentrar na relação existente de hegemonia, revolução passiva e surgimento dos Estados. Seu objetivo é explorar essas duas categorias de modo a compreender que hegemonia não significa uma teoria geral do poder, teoria do consentimento ou de uma competição geopolítica, mas uma relação dialética a qual congrega diferentes momentos históricos. Outra contribuição de Thomas no que se refere às teorias marxistas, sobretudo gramscianas, é de um artigo intitulado “A Primeira Guerra Mundial e as teorias marxistas da Revolução” (THOMAS, 2015). Nesse artigo, analisará as vertentes teóricas marxistas – em especial de Gramsci e de Trotsky – no período do Entre Guerras sobre revolução permanente e revolução passiva. Sua contribuição no que se refere à geopolítica está na análise das diferenciações entre guerra de posição e guerra de movimento e como dessas estratégias surgiram possibilidades para a Revolução Russa, e posteriormente para a compreensão da II Guerra Mundial. De certo, a guerra é um fator que aproxima a uma análise geopolítica. No entanto, Thomas a descreve como sendo parte do desenvolvimento desigual e combinado, tal como Trotsky havia escrito. Em ambos os artigos, Thomas, no que tange à análise geopolítica, aponta o senso comum das demais interpretações sobre hegemonia, dado que a disputa de poder é comumente circunscrita aos Estados,

principalmente na disputa militar. Essa interpretação, aponta Thomas, geralmente é o *mainstream* das análises neogramscianas no campo das Relações Internacionais.

Em estudos mais contemporâneos, Thomas em “The Plural Temporalities of Hegemony” lança uma importante reflexão sobre as temporalidades históricas. Em uma crítica de Louis Althusser ao historicismo de Gramsci, Thomas rebaterá a noção de que Gramsci apela para a sincronização histórica e, portanto, de acordo com sua argumentação de Thomas deve ser incorporada a interpretação de que existe uma “visão não formalista de pluralidade temporal constitutiva”, ao passo que seria fundamental para a formulação de política revolucionária (THOMAS, 2017, p. 284). Thomas irá defender que

O momento decisivo no desenvolvimento do conceito distintivo de Gramsci vem quando **não está mais ligado a modelos temporais de prefiguração ou modelos espaciais de localização**. Em vez disso, Gramsci enfatiza as dimensões operacionais da "previsão" como uma intervenção no atual entrelaçamento de tempos plurais, como um modo de construção (THOMAS, 2017, p. 298) [tradução e grifo nossos].

Apesar de Thomas discutir a pluralidade temporal, o autor destaca que assim como a visão de Gramsci não definia o tempo de modo linear, tampouco podemos encontrar no espaço essa ideia homogênea. Tempo e espaço se configuram como importantes ferramentas para compreendermos o pensamento orgânico de Antonio Gramsci.

Já sob uma outra ótica – a das Relações Internacionais - podemos encontrar autores neogramscianos que vão estudar o espaço a partir de outro viés: a hegemonia entre os Estados. Dentre esses autores, podemos destacar nomes como Robert W. Cox, Timothy Sinclair e Stephen Gill. Os neogramscianos trabalham no campo das Relações Internacionais, em especial o campo da Economia Política Internacional, o avanço da relação entre as hegemonias no sistema de Estados e o sistema econômico capitalista. Gill lança em 1993 uma coletânea de artigos de neogramscianos e sua obra intitulada *Gramsci, historical materialism and International Relations*, traduzido e publicado posteriormente como *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais* (GILL, 2007) torna-se referência na abordagem gramscianas nas Relações Internacionais. O outro livro, *Approaches to World Order* (COX e SINCLAIR, 1996a), lançado em 1996 por Robert Cox e Timothy Sinclair também teve significativa repercussão, assim como seus artigos, que provinham das décadas de 1980 e 1990.

Ambas as obras possuem um eixo comum: o uso da categoria hegemonia para explicar o sistema interestatal associado ao sistema capitalista. Os autores das relações

internacionais, acostumados a tratar a área do conhecimento a partir da relação entre os Estados, ou seja, de uma visão estadocêntrica, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, sobretudo com a entrada do pensamento marxista no final dos anos 1970, passaram a incorporar Gramsci para a análise das relações internacionais. Boa parte dos estudos nessa área passaram a ser interpretados pela via da hegemonia além do prisma econômico e político-militar, logo geopolítico. Podemos destacar o Caderno 13 “*Notterele sulla politica del Machiavelli*”, que se buscava nos escritos carcerários uma definição de hegemonia – muitas vezes tratada como força e consentimento (e não os demais significados que Gramsci atribui ao termo, como discutido na seção anterior). Do ponto de vista de uma leitura espacial, esses autores que buscam *traduzir* as categorias gramscianas no plano internacional, em sua maioria desconsideram o nexos orgânico do nacional. Um dos artigos de Cox que está presente nos dois livros mencionados, “Gramsci, hegemony, and international relations: an essay in method” - traduzido por “Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método” - (COX, 2007a; COX e SINCLAIR, 1996b) lança luz à questões como a origem do conceito de hegemonia, revolução passiva, guerra de movimento e guerra de posição, bloco histórico, entre outros até chegar à dimensão internacional. Apesar de tratarem das categorias que Gramsci se propôs a estudar, muitas vezes a percepção da geopolítica tradicional acaba se sobrepondo à organicidade do termo – entendido por Cox, por exemplo, como aquilo que é estrutural, de longo prazo ou relativamente permanente, em oposição ao curto prazo ou “conjuntural” (COX, 2007b, p. 113).

Dentro dessa categoria nacional/ internacional, podemos destacar também os autores Peter Ives e Nicholas Short. No artigo publicado em 2013 “On Gramsci and the international: a textual analysis” (IVES e SHORT, 2013), Ives e Short argumentam que podemos fazer uma leitura do internacional em Antonio Gramsci. Para tanto, devemos levar em consideração as categorias como formação do Estado-Nação, organizações internacionais, Touring Club que, segundo os autores, foram por muito tempo desprezadas na compreensão do internacional. Apesar de reivindicar uma importância na análise do internacional, Ives e Short não se descuidam da interação (e não da cisão) entre o nacional e internacional que durante muito tempo afetou a recepção de seu trabalho no campo das ciências sociais. Para tanto, os autores trazem ao debate Morton e Jessop.

A intervenção oferecida aqui é simpática à de Adam Morton, que também abordou críticas de "internacionalizar Gramsci" e investigou as dimensões internacionais da concepção de Gramsci sobre a formação do estado. De forma semelhante, Bob Jessop argumentou que Gramsci não era um "nacionalista metodológico" que considerava a escala nacional como

considerado, mas normalmente analisou qualquer escala particular em termos de suas conexões com outras escalas". Nosso objetivo é fornecer mais evidências para a discussão e iluminar possíveis explicações para a persistência de um enquadramento inadequado do debate. (IVES e SHORT, 2013, p. 623).

Uma grande contribuição de Ives e Short é reconstituir uma análise do internacional, sem prescindir o nacional. Essa dupla conceitual, como explicado nas seções anteriores, abre margem para pensarmos na escala local, regional, nacional e internacional que tanto Gramsci se dedicava, já que, retomando seus dizeres, “é claro que as relações internacionais derivam das relações sociais fundamentais”. Nesse ínterim, vemos o quanto Ives e Short internalizam essa afirmativa.

Conciliar o nacional e internacional era de suma importância, pois condensava um ritmo de pensamento: como conectar os fatos particulares dos fatos cosmopolitas? É a partir dessa ótica que Giorgio Baratta (BARATTA, 2004) nos convida a fazer uma leitura em Gramsci respeitando sua “filologia vivente” para destacar não apenas o valor dos textos e dos escritos, mas a realidade em que o autor se encontra (BARATTA, 2004, p. 18). E é na obra *As rosas e os Cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci* que podemos encontrar uma advertência explícita de Gramsci extraído dos cadernos carcerários: “não se pode falar em nacional sem o territorial”. Assim, é de Baratta que podemos concluir, segundo suas palavras, que a *metodologia geopolítica* de Gramsci deve ser valorizada para que encontremos um nexo orgânico entre as particularidades e os assuntos continentais (BARATTA, 2004, p. 46).

Nesse sentido, Giorgio Baratta é um importante pensador contemporâneo que congrega os nexos orgânicos não apenas *entre* os seus pares conceituais, mas porque todos eles fazem parte de um *mesmo* pensamento histórico e espacial. Torna-se compreensível, portanto, juntar o nexo entre “hegemonia” e estrutura espaço-territorial da vida social que leva à relevância de temas como o nacional e a questão meridional (BARATTA, 2004, p. 47). Por isso que o sentido de “orgânico” dado aos nexos que compõem as categorias gramscianas tem o sentido não holístico, mas *funcional*, diferentemente de Cox.

Outro conjunto de autores contemporâneos que vão apontar explicitamente uma leitura espacial em Gramsci são Michael Ekers, Gillian Hart, Stepan Kipfer e Alex Lotfus. A coletânea de artigos publicada em 2013 intitulada *Gramsci: space, nature, politics* (EKERS e colab., 2013) aborda em três partes como Gramsci buscou interpretar temas sobre o espaço, a natureza e a política que congregam uma leitura sobre a filosofia da *práxis*. Segundo os

autores, a filosofia da *práxis* contribuiu para a conceitualização do espaço em disciplinas como geografia, estudos urbanos, sociologia urbana entre outras. Isso porque, argumentam, o pensamento de Antonio Gramsci forneceu uma rica abordagem sobre o espaço, da natureza e da política que, por sua vez, pode-se enfatizar uma metodologia historicista e espacial de seus escritos (EKERS e LOFTUS, 2013, p. 16).

Esse historicismo espacial de Gramsci, portanto, permeia os textos de Ekers, Hart, Kipfer e Loftus. Para endossar tal afirmação, os autores resgatam as obras de Edward Said, Bob Jessop e Adam David Morton, textos esses que corroboram o debate contemporâneo sobre uma leitura histórica e espacial. A “filologia vivente”, resgatada também por Giorgio Baratta, ajuda na compreensão de que o espaço não é determinístico; ele depende de aspectos históricos e sociais para se conformar. É desse modo que “espaço”, “natureza” e “política” se fundem no espectro do pensamento gramsciano.

Pensando em uma contribuição mais marginal das questões espaciais em Antonio Gramsci, surgem os estudos de David Harvey que, apesar de não ser um autor gramsciano, sua matriz teórica está ligada ao pensamento marxista. Em *A condição pós-moderna*, Harvey (2007) discute a modernidade a partir da transformação político-econômica do capitalismo, especialmente no final do século XX. Sua preocupação era entender o modelo fordista que, assim como Gramsci, era uma condição para a revolução do trabalho, alterando a acumulação no tempo e no espaço. Harvey aponta que o fordismo forjou um tipo de trabalhador adequado à nova situação de trabalho e ao processo produtivo (HARVEY, 2007, p. 122) e que também dependida de um Estado-nação (HARVEY, 2007, p. 130). Outro ponto salientado por Harvey tem sido o conceito de hegemonia, uma vez que o autor resgata a tentativa do estabelecimento de uma base para a disputa das relações de classe que varia de país para país e até mesmo de região para região (HARVEY, 2007, p. 128). A hegemonia, portanto, deve ser inserida dentro de um determinado tempo histórico e espaço.

Outra obra de Harvey que deve ser cotejada é *O novo imperialismo* (HARVEY, 2003). Buscando entender a expansão do chamado “novo Imperialismo” – ou seja, o Imperialismo que se configura a partir de uma fusão entre a lógica territorial e a capitalista, a política do sistema de Estados e a acumulação de capital (HARVEY, 2003, p. 111) – Harvey retoma Gramsci ao introduzir o conceito de hegemonia que, na medida em que se apresenta com múltiplas interpretações, todas elas remetem a uma condição que o contexto histórico, bem como as relações de força sociais de uma classe, devem ser levados em consideração. Hegemonia, portanto, se refere à liderança, força e consentimento, mas também de classes e de regiões e/ou países (HARVEY, 2003, p. 38–40).

Assim como Harvey, um autor que despertou alguns estudos contemporâneos acerca de uma possível influência de Gramsci é Henri Lefebvre. Apesar de Andre Tosel afirmar que Lefebvre tem poucas citações de Gramsci ao longo de sua obra e que faz uma crítica ao marxismo, o autor lança uma provocação até mesmo no título de seu “*Henri Lefebvre lettore di Antonio Gramsci?*” (*Henri Lefebvre leitor de Antonio Gramsci?*). Nesse sentido, o artigo de Tosel

propõe uma reconstrução analítica da interpretação (perdida) de Henri Lefebvre do pensamento de Antonio Gramsci. Embora Lefebvre esteja quase negligenciado na história do marxismo, principalmente devido à relevância da contribuição de Althusser, ele é o autor de uma tentativa de elaborar uma filosofia de *práxis*. Suas críticas à visão *mainstream* marxista levaram-no a re-propor a categoria de hegemonia dos grupos subalternos. No entanto, a maioria dos estudos de Lefebvre ignoram a contribuição de Gramsci e uma referência ao estudioso italiano está presente apenas na teoria do modo estático de produção de Lefebvre. Mesmo neste caso, infelizmente, Lefebvre não compreende completamente a contribuição filosófica de Gramsci e a subestima (TOSEL, 2017, p. 297).

A tentativa de encontrar traços da influência de Gramsci em Lefebvre também despertou a atenção de Stefan Kipfer já em 2008. Em um artigo de Kipfer no livro “*Space, difference, everyday live: Reading Henri Lefebvre*” (GOONEWARDENA e colab., 2008; KIPFER, 2008), o autor pretende resgatar o conceito de hegemonia em Lefebvre e, apesar de muito contestado, buscará encontrar alguma ressonância gramsciana em sua obra. Isso porque em Lefebvre, podemos encontrar uma crítica ao Partido Comunista Francês que, por sua vez, fora influenciada pelo Partido Comunista Italiano. Por outro lado, há muito mais do que as críticas de Lefebvre ao autor sardo, ao passo que “assim como Gramsci usou vertentes particulares da teoria linguística italiana para teorizar a hegemonia, Lefebvre estava profundamente interessado em usar conceitos e metáforas linguísticas para suas críticas à vida cotidiana e sua teoria da produção espacial” (KIPFER, 2008, p. 195). Kipfer vai mais além:

No capitalismo tardio e pós-fordista, a problemática da hegemonia deve ser descentralizada dos seus aspectos estatísticos. De fato, pode-se argumentar que, nesta linha, Lefebvre reformulou as análises de hegemonia criticamente reformuladas como uma análise diferencial da vida cotidiana mediada pela produção do espaço urbano. Esse argumento baseia-se em dois pressupostos. Primeiro, Lefebvre conheceu a análise de Gramsci da hegemonia como realidade vivida (sentido comum, na terminologia de Gramsci) (...) Em segundo lugar, a escrita urbana de Lefebvre refracta sua crítica do cotidiano. Assim como suas críticas à vida cotidiana eram de importância epistemológica para sua visão do marxismo como metafísica, também

eram os escritos urbanos de Lefebvre (KIPFER, 2008, p. 198) [tradução nossa].

Kipfer finaliza afirmando que nos escritos de Lefebvre, a problemática da hegemonia de Gramsci torna-se explicitamente urbanizada e, dessa maneira, quanto maior o grau em que a *produção do espaço abstrato assume uma importância hegemônica*, mais ela terá capacidade de incorporar na vida cotidiana, como Lefebvre o chama em suas escritas urbanas e espaciais (KIPFER, 2008, p. 198) [tradução e grifo nossos].

Outro importante teórico que toma como referência uma das categorias gramsciana – Oriente/ Ocidente – é Edward Said. Em sua obra *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (SAID, 1990), o autor argumentou que o orientalismo é uma construção histórica, fruto do sinal do poder europeu-atlântico no Oriente, o qual teve muito investimento material e intelectual para essa criação (SAID, 1990, p. 18) e, conseqüentemente serviu para “filtrar” aqueles que se consideravam “Ocidente”. Nesse ínterim, não podemos nos esquecer como o projeto hegemônico incide sobre as sociedades orientais. Para Said,

Gramsci fez a proveitosa distinção entre as sociedades civil e política, em que a primeira é feita de afiliações voluntárias (ou pelo menos racionais e não-coercitivas) como escolas, famílias e sindicatos, e a última de instituições estatais (exército, polícia, burocracia central) cujo papel na entidade política é a dominação direta. A cultura, é claro, será vista operando nos marcos da sociedade civil, onde a influência das idéias, instituições e outras pessoas não atua por meio da dominação, mas por aquilo que Gramsci chama de consenso. Em qualquer sociedade não-totalitária, então, certas formas culturais predominam sobre outras, do mesmo modo que certas idéias são mais influentes que outras; a forma dessa liderança cultural é o que Gramsci identificou como hegemonia, um conceito indispensável para qualquer entendimento da vida cultural no Ocidente industrial. É a hegemonia, ou melhor, o resultado da hegemonia em ação, que confere ao orientalismo a durabilidade e a força sobre as quais estive falando até agora (SAID, 1990, p. 18).

Edward Said considerava que o projeto hegemônico passava não só pela dimensão geográfica, mas também pela noção cultural e de classes. Ao “construir” o orientalismo, não só havia uma separação formal e geográfica, mas também cultural e um projeto de poder. Morton resgata o pensamento Said sobre a possibilidade dessa separação geográfica significar, na realidade, um projeto de poder que, por sua vez, deriva em um desenvolvimento desigual:

(...) Edward Said argumentou que Gramsci desenvolveu uma consciência crítica que era tanto geográfica quanto espacial em suas coordenadas fundamentais, a ponto de situar a luta de classe acima da hegemonia em “geografias desiguais” (*unequal geographies*). Isso revela uma percepção espacial da história mundial, enraizada em geografias e relações sociais de desenvolvimento complexamente desigual (SAID, 2000, p. 467-470 *Apud* MORTON, 2007a, p. 45).

Ainda que em *O Orientalismo* Said tenha em Gramsci um dos autores de referência teórica, será em *Reflections on Exile* (SAID, 2000) que o autor analisará Antonio Gramsci enquanto um teórico espacial:

Gostaria de fazer aqui o caso para **Gramsci como tendo criado em seu trabalho uma apreensão essencialmente geográfica e territorial da história e da sociedade humanas**, embora, como Lukács, ele esteja irrecusavelmente ligado à noção de dissonância como elemento central da consciência moderna. Ao contrário de Lukács, no entanto, Gramsci parece ter escapado completamente das garras do hegelianismo. Muito mais de uma raposa do que um ouriço, ele parece ter revelado em particular, e rebelião incondicional, sem limites, contra os sistemas. Por outro lado, muito mais do que Lukács, ele era político no sentido prático, concebendo a política como um concurso sobre o território, tanto real como histórico, a ser conquistado, combatido, controlado, mantido, perdido, adquirido. No entanto, Gramsci, ao contrário de Lukács, cuja obra inicial é acadêmica e metafísica no melhor sentido, apresenta problemas interpretativos verdadeiramente severos ao nível de seu próprio texto (SAID, 2000, p. 464)¹¹³

Em uma comparação teórico-metodológica com Lukács, Said aponta que Gramsci possui um trabalho essencialmente geográfico e territorial da apreensão da história humana e social. Além de ser um autor que pensa a *práxis*, Gramsci deixa explícito em seus escritos como a política era produzida em um território e, portanto, esse deve ser também compreendido dentro de um processo histórico.

Sobre a análise do par conceitual Ocidente/ Oriente no Brasil, podemos destacar um outro autor contemporâneo que ajuda a compor o mosaico espacial em Antonio Gramsci. A obra *O Império Universal e seus antípodas: a Ocidentalização do mundo*, de

¹¹³ Texto no original: “I’d like to make the case here for **Gramsci as having created in his work an essentially geographical, territorial apprehension of human history and society**, although like Lukács he is irrecusably attached to the notion of dissonance as a central element in modern consciousness. Unlike Lukács, however, Gramsci seems completely to have escaped the clutches of Hegelianism. Much more of a fox than a hedgehog, he seems to have revelled in particular, and unaccommodated, unhoused rebelliousness against systems. On the other hand, far more than Lukács he was political in the practical sense, conceiving of politics as a contest over territory, both actual and historical, to be won, fought over, controlled, held, lost, gained. Nevertheless, Gramsci, unlike Lukács, whose early *oeuvre* is academic and metaphysical in the best sense, presents truly severe interpretive problems at the level of his text itself”.

Marcos del Roio (DEL ROIO, 1998), possui uma análise histórica acerca da formação, desenvolvimento e as transformações dos Impérios, nações e nacionalismos. Del Roio analisa a construção do mundo moderno a partir de uma leitura não só geográfica e histórica, mas social, econômica, religiosa e cultural. Del Roio faz uma análise desde a época feudal do Ocidente às diferentes formas de revolução passiva no século XX, passando pelo liberalismo do século XVIII e sua reinvenção do Ocidente, a consolidação da modernidade capitalista desde o final do século XVIII a 1870. Passa também pela crise de modernidade e do bloco histórico do Ocidente, a Guerra dos Trinta Anos, chegando aos totalitarismos às revoluções – Russa de 1917 às diferentes formas de revolução passiva, como o americanismo nos Estados Unidos e o fascismo.

Em todos esses momentos históricos, Del Roio resgata o processo de ocidentalização e, conseqüentemente, a construção de barreiras geográficas e culturais na criação da orientalização (ou orientalismo, seguindo as diretrizes de Said), o que permitiu uma negação e subalternização do Oriente. Para tanto, o autor resgata em Gramsci alguns conceitos-chave como a guerra de posição e guerra de movimento no Ocidente e Oriente, respectivamente, para que um novo bloco histórico pudesse emergir, além de resgatar o conceito de hegemonia e de revolução passiva. Apesar de se concentrar na história, o componente espacial não deixa de ser importante, uma vez que a ascensão e crise de hegemonias não deixa de ter um componente interno, bem como externo, ou as “histórias particulares” e a “história universal”(DEL ROIO, 1998, p. 286).

Outra contribuição de uma interpretação geográfica em Antonio Gramsci tem sido os estudos de Marcos Aurélio da Silva. O autor discute o fato de que durante muito tempo a contribuição da geografia nos estudos gramscianos tem sido negligenciado, priorizando um largo estudo no campo das Ciências Sociais, em especial a Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Literatura, Linguística, Pedagogia, Historiografia e até mesmo a Economia. É nesse sentido que Silva indaga o que existe de geografia em Gramsci e, para tanto, se apoia na própria história do pensador sardo, ao passo que sua visão de mundo parte de um italiano provindo do *Mezzogiorno*. Para endossar sua tese, utiliza-se de obras como Giorgio Baratta, Edward Said, Domenico Losurdo e até mesmo Milton Santos, e, em consonância às categorias gramscianas como Norte/Sul, Ocidente/Oriente, campo/cidade, Silva nos apresenta então como é possível fazer uma leitura pelo prisma geográfico dos *Quaderni*. Segundo Silva,

Chegado este ponto, podemos extrair uma primeira conclusão. Embora a geografia, ou o esquema territorial de Antonio Gramsci, como o disse Baratta, atente tanto para os grandes quanto para os pequenos espaços, a

centralidade de sua noção está inteiramente apoiada na noção de bloco histórico (SILVA, 2013, p. 28).

Uma contribuição a essa conclusão parte da indagação de podemos aproximar a leitura gramsciana sobre bloco histórico e formação social com o conceito de recortes espaço-temporais de Milton Santos.

Em um artigo de 2016 “FES: Transições, vias de desenvolvimento e questões territoriais: uma abordagem a partir de Antonio Gramsci” (SILVA, 2016), Silva já demonstra a carência dos estudos geográficos e/ou sócio-históricos, como a categoria de Formação Econômica e Social (FES) nas pesquisas com temáticas territoriais. Desse modo, Marcos Aurélio da Silva resgata os conceitos e temas aos quais Gramsci se dedica, como Questão Meridional, Revolução Passiva e a dialética socioespacial, *Risorgimento*, Americanismo e Fordismo, Fascismo, entre outros, para suprir essa demanda. Nesse sentido, a contribuição de Silva do estudo filológico e dos *Quaderni* nos estudos da geografia tem sido fundamental para a expansão de Gramsci nas demais áreas do conhecimento, uma vez que consegue mesclar o campo da geografia com os estudos gramscianos.

Por fim, podemos levantar estudos sobre a geografia e a geopolítica nos *Cadernos do Cárcere* por uma visão não determinista e não positivista. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos e Érika Amusquivar partem para uma leitura dos *Quaderni* não só extraindo esse tema estudado comumente no campo das Relações Internacionais, mas articulando esse trabalho a uma pesquisa também na dimensão das “relações sociais fundamentais”, nas palavras de Antonio Gramsci. O artigo intitulado “Kjellen” na obra “*Gramsci e seus contemporâneos*” (PASSOS e ARECO, 2016) condensa não apenas

a Geopolítica entendida como uma área de conhecimento em que há predomínio do determinismo geográfico na explicação dos fenômenos históricos e internacionais, além de uma concepção organicista geográfico-espacial concernente ao Estado e seu contexto mais amplo dada *a priori* (PASSOS e AMUSQUIVAR, 2016, p. 213).

As pesquisas apontam para evidenciar não apenas como a geopolítica é tratada nos *Quaderni*, mas como tais reflexões gramscianas põem em evidência uma perspectiva dinâmica e crítica em relação à abordagem tradicional e da própria geopolítica formulada por Rudolf Kjellen, atribuindo, dessa maneira, uma visão que coaduna a metodologia filológica de Antonio Gramsci. Em outras palavras, o estudo demonstra como Gramsci incorpora de certa forma o termo “Geopolítica” e o trata em um viés dinâmico, e não como a condição

geográfica, geopolítica e espacial do Estado dada de antemão (PASSOS e AMUSQUIVAR, 2016, p. 215).

Em suma, ao resgatar os estudos contemporâneos sobre geografia, espacialidade e geopolítica em Antonio Gramsci percebemos que, respeitando as devidas especificidades de nosso tempo histórico e geográfico, cada um dos autores mencionados contribui significativamente para o avanço do estudo de Gramsci como um autor espacial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço por si só não se constroi sozinho. Tampouco as relações de poder que nele se desenvolvem, desdobrando-se em hegemonias ou revoluções passivas. Ou até mesmo o interesse que derivará em outros territórios. Todas essas vontades que se desdobram em ações estão interligadas a uma história. O que compreendemos até então por uma geopolítica/dimensão geográfica à luz da tradição escandinava ou até mesmo da germânica a qual defende uma ideia de necessidade vital do Estado a partir das vontades do espaço não se verificam no pensamento de Gramsci. Pelo contrário, Gramsci nos anuncia uma nova forma de se conceber o espaço, a partir das relações dinâmicas estabelecidas pela própria história. Também não enfatiza apenas o caráter político-militar, aspecto esse muitas vezes defendido pela área de estudo mais tradicional vinculada à geopolítica. As construções do espaço e das relações de poder que dão origem à geopolítica estão articuladas a outros fatores, como a dimensão cultural, educacional, social, entre outros. É desse modo que podemos contrastar os dois pensamentos a respeito do conceito de geopolítica. Gramsci não desenvolveu especificamente a sua crítica à tradição escandinava de Rudolf Kjellen e nem podemos afirmar se conhecia diretamente a obra de Haushofer que encabeçou a tradição germânica, dando origem a um legado de grandes disputas que desencadeariam a II Guerra Mundial. Mas certamente conseguimos enxergar o quão distante estão a construção do pensamento desses autores. A Geopolítica passa a ser como uma filosofia da geografia para Gramsci e, como tal, deve ser investigada de forma minuciosa.

Em síntese, o fato é que a relação entre as questões espaciais e geopolíticas para Gramsci é compreendida a partir de uma estrutura organicamente construída. Essa estrutura, por sua vez, depende do desenvolvimento das sociedades em um determinado período histórico. Essas sociedades contêm diferentes relações de força que se desenvolvem em um determinado espaço, no qual derivarão os embates de hegemonia ou de revolução passiva. É desse modo que a força motriz para todo esse processo é a política.

Nesta pesquisa buscamos mapear o estudo da geografia, em especial, a geopolítica, apresentando Antonio Gramsci como um autor espacial. Mas para se chegar a esta delimitação teórica, tivemos que buscar uma miríade de eventos históricos que, por sua

vez, recontam um importante marco nas relações sociais e do Estado: o advento da geopolítica.

Nossa contribuição teve o objetivo de internalizar não o sentido atribuído principalmente nas Relações Internacionais de que a geopolítica serve para fazer a guerra ou, se restringe aos “homens de Estado”, como publica Roberto Almagià e que Gramsci sublinha em seus Cadernos Miscelâneos. Tomamos a geopolítica como o “nascimento” de um conceito que foi responsável por modificar a forma pela qual esses homens entendiam o espaço. O sentido da organicidade do termo espaço como *elemento da geografia que significa qualquer lugar, região ou porção no mundo que foi modificado pelo homem, isto é, pela organização social* – foi historicamente modificado dando lugar a uma interpretação de que essa modificação dependia somente do território. Assim, a geografia de um lugar foi entendida como escrava de seu território, tomada como uso exclusivo das políticas do Estado (ou no máximo dos “homens de Estado”, como escrevia Gramsci nos seus cadernos). E, obviamente, as relações de poder que nela se inserem passam a justificar as tomadas de decisão, baseadas no princípio determinístico das configurações geográficas de um território a partir das diretrizes dos Estados.

O resgate do termo por Antonio Gramsci contribui para dar um sentido ainda mais complexo a essas relações. Primeiro porque as relações internacionais seguem logicamente as relações sociais fundamentais. Essa afirmação revela uma série de interpretações que derivam dela. Não apenas os Estados devem ser compreendidos, aliás, os Estados derivam dessas relações sociais fundamentais. E desse modo, essas relações sociais é que modificam o espaço, existindo uma espécie de simbiose orgânica entre espaço e relações sociais. A partir daí é que as relações de poder vão se constituindo. No entanto, não se trata de algo homogêneo. Em nossas pesquisas pudemos verificar como Gramsci ao entender nacional/internacional, ocidente/oriente, norte/sul destina um novo sentido às categorias espacial. Não se trata de usar as definições tradicionais, uma vez que até mesmo essas definições partem de uma relação de poder, sobretudo da classe dominante para a classe subalterna.

É nesse sentido que as relações de poder vão se formando. Antonio Gramsci sabe que essas relações de poder estão sendo gestadas no seu tempo histórico. E que as condições passadas impactam no presente. Assim, em um contexto histórico do Entre Guerras, momento em que a Primeira Guerra Mundial deixava um legado continuísta que desembocaria na Segunda Guerra Mundial, associado aos movimentos de Revolução e de revoluções passivas,

seu momento lógico era importante. Mais do que isso, era a partir de seu laboratório – Itália – que Gramsci pudera compreender tais relações.

Tomando como ponto de partida a Itália, portanto, nossa pesquisa tentou acompanhar historicamente o mesmo marco territorial e temporal de Gramsci. Assim como fascismo italiano de Mussolini. E pudemos acompanhar como as diretrizes de um Estado nacionalista casava muito bem com os discursos de uma geopolítica centrada nas condições determinísticas dos Estados, preocupados em manter ou expandir seu poder em um período de expansionismo imperialista. Assim, nossa pesquisa pode encontrar as especificidades da época à luz de um prisma geopolítico. No entanto, não era suficiente. Para se ler os *Quaderni* e poder afirmar que dessa leitura poderíamos extrair uma interpretação espacial, teríamos que voltar à gênese da geopolítica e, assim, voltaríamos ao final do século XIX, início do século XX, mais precisamente na Suécia de Rudolf Kjellen, para resgatar o sentido tradicional da geopolítica. Nesse estudo – que derivou no primeiro capítulo – encontramos diversos elementos que nos ajudaram a dar um significado não só ao termo, mas ao momento histórico pós Primeira Guerra Mundial.

Rapidamente esse conceito ganha os holofotes políticos e seria incorporado à Alemanha de Hitler. O Estado é interpretado como um organismo vivo segundo a análise geopolítica; seu corpo seria o território do Estado e sua alma, a nação. É nesse ínterim que nossa pesquisa também acompanhou não apenas um importante geopolítico, o geopolítico Karl Haushofer, mas como biograficamente esse personagem tem um sentido histórico crucial, na medida em que fora responsável por garantir da visibilidade da geopolítica enquanto “política de homens de Estado” não apenas para Hitler, mas para seu principal assessor, Rudolf Hess – embora alguns estudos não reconheçam essa proximidade. Do ponto de vista acadêmico, a visibilidade foi tamanha que rapidamente houve uma resstruturação no ensino da geografia em toda a Europa Ocidental (e também nos Estados Unidos, embora não tenha sido o escopo de nossa tese). Em um sentido gramsciano, a educação está atrelada a um projeto de poder, um projeto hegemônico ao qual tem um papel significante.

A expansão do uso do termo ganha relevância nesses países da Europa Ocidental, e nessa jornada, a geopolítica desembarca na Itália de Gramsci e de Mussolini. Rapidamente as cátedras de geografia e de outros cursos passam a internalizar o sentido da geografia como estratégico a uma nação. Associada ao discurso cada vez mais nacionalista de Mussolini, a geopolítica passa a ser não apenas uma “disciplina” a ser estudada nas universidades, mas uma “disciplina” que o Estado passa a seguir.

Os acadêmicos passaram a incorporar esse debate por meio de Congressos de Geografia e muitas produções teóricas. Uma, em especial, do professor Roberto Almagià, publicada em 1927 na revista *Nuova Antologia*, chega à Antonio Gramsci na prisão, e este autor realiza posteriormente uma espécie de resenha em um de seus Cadernos Miscelâneos. Por volta de 1929, a primeira menção do termo é verificada nos *Quaderni*. O que seria nosso ponto de partida, na verdade, escondia todo um processo histórico que ao mesmo tempo não era linear nem homogêneo. Até mesmo a expansão do sentido da geopolítica foi um processo desigual. Gramsci não compreendida em toda a sua totalidade as diretrizes geopolíticas nesse período. Até mesmo esse descompasso fora importante para nossa pesquisa, uma vez que, na prisão, Gramsci passa a dar um novo significado ao termo. Não se tratava mais de uma resenha; Gramsci se apropria do termo geopolítica e o ressignifica.

Tomando como elemento *à priori*, sua concepção orgânica impacta fortemente nessa ressignificação do termo, sobretudo porque os temas que ele se propõe a discutir tem uma espacialidade, mas não a mesma daquele sentido tradicional da geografia, em especial da geopolítica, mas porque a esses e outros temas ele atribui um significado *político*. É nesse momento que podemos responder à pergunta que guiou nossa tese: “*Qual a relevância do conceito de geopolítica, isto é, da relação entre política e espaço para a no pensamento de Antonio Gramsci?*”

A relevância do conceito de geopolítica que pudemos encontrar não concerne apenas à disseminação do conceito, mas a forma pela qual essa disseminação impacta nas relações sociais e internacionais. A relação entre política e espaço é crucial para o marxista sardo, pois somente dessa relação pudemos compreender de que modo ele concebe os grandes temas que se propôs estudar na prisão, como *Risorgimento*, americanismo e fordismo, questão oriental, guerra de posição e guerra de movimento, hegemonia e revolução passiva, entre outros. A todos esses temas pudemos encontrar um sentido espacial e, portanto, ao reconstituir o mapa conceitual a respeito da geopolítica e da geografia, foi possível avançar no entendimento da relação entre política e espaço.

Compreender o quê e de que modo Gramsci incorpora essas questões foi uma tarefa árdua, mas que conectada ao seu ritmo de pensamento, nos proporcionou interagirmos com sua filologia vivente. Assim, as categorias tempo e espaço geográfico apontadas pelos seus escritos carcerários ganhava um significado à medida em que os temas, autores e processo histórico se evidenciavam.

Mas toda essa interpretação só seria possível porque Gramsci também tivera um cuidado metodológico em buscar traduzir os conceitos à sua própria realidade. Utilizando-se

da *tradutibilidade*, o prisioneiro sardo se apropriaria dos conceitos respeitando seu tempo e espaço. Nesse sentido, a geopolítica deveria ser compreendida respeitando-se as especificidades de sua época e lugar. E essa pesquisa também tentou respeitar tal metodologia na medida em que o termo ganha significado em outras partes da Europa e, por isso, tentamos fazer esse mapa conceitual e histórico a partir do lugar de seu nascimento até o momento da chegada na Itália e, sobretudo na prisão de Gramsci.

A partir daí as nossas pesquisas ganharam uma nova roupagem. Tomando como ponto de partida teórico o pensamento de Gramsci, poderíamos fazer nossas análises espaciais de algumas categorias analíticas como Hegemonia/Revolução Passiva, Americanismo e Fordismo, entre outros temas. O problema espacial em Gramsci já estava sanado por meio do mapeamento e da compreensão da geopolítica/ geografia como um componente político por meio da construção do espaço e, portanto, nos restava atribuir essa nova interpretação geopolítica gramsciana nesses temas, de modo que pudemos fazer um balanço-síntese da compreensão espacial em Gramsci.

Já no terceiro e último capítulo, com o pensamento de Gramsci mais consolidado em nossa tese, buscamos entender e analisar de que forma pudemos encontrar o sentido geopolítico nos temas que Gramsci se propõe a estudar por meio dos pares conceituais pretensamente geográficos – nacional/internacional; norte/sul; ocidente/oriente; hegemonia/revolução passiva – e observamos que em todos os temas adjacentes a essas duplas conceituais envolvem mais do que o sentido espacial, envolvem um sentido político. E é a partir desse sentido que a espacialidade em Gramsci vai se fundindo à historicidade de seu pensamento. O sentido do desenvolvimento desigual e combinado nos proporciona um entendimento sobre o desenvolvimento das relações sociais que, por sua vez, está atrelado ao desenvolvimento dos Estados e do sistema capitalista. Não podemos nos esquecer que Gramsci, ao traçar o seu plano de estudos na prisão, mira uma possibilidade de transformação histórica. Mas essa transformação se passa também na transformação do próprio espaço, por isso sua importância de entender o seu pensamento a partir do prisma espacial.

Justificamos, portanto, a existência de três capítulos na tese, uma vez que procuramos pontuar os três momentos históricos marcantes na tese. Em primeiro lugar, o contexto da Primeira Guerra e Entre Guerras. Pudemos mapear o cenário do grande alcance que as diretrizes geopolíticas alcançaram no mundo, inclusive marcando a política fascista ao qual Gramsci sofrera consequências. Posteriormente o conceito de geopolítica em Gramsci, ao passo que o autor apresenta poucos parágrafos em que escreve explicitamente sobre a geopolítica, mas seu sinônimo – a geografia – foi largamente explorado pelo autor sardo,

principalmente porque a acepção da geografia tinha como sentido um componente político. E não menos importante, o pensamento contemporâneo a partir do pensamento gramsciano que traz à tona tal questão que ainda é pouco estudado dentro do prisma de análise da geopolítica, mas que serviram de base teórica para endossar nossa tese.

Para finalizar, retomemos nossa epígrafe, que dá sentido à nossa tese.

Recordo que com menos de cinco anos, e sem nunca ter saído de uma pequena cidade, isto é, tendo um conceito muito restrito sobre as extensões, sabia com uma varinha encontrar o lugar onde morava, tinha a impressão do que seria uma ilha e encontrava as cidades principais da Itália num grande mapa; isto é, formava um conceito de perspectiva, de um espaço complexo e não apenas de linhas abstratas de direções, de um sistema coordenado de medidas e de como orientar-se segundo a posição dos pontos desta coordenação, alto-baixo, direita-esquerda, como valores espaciais absolutos, além da posição excepcional dos meus braços. Ao contrário, não creio ter sido excepcionalmente precoce. Tenho observado como de modo geral os “grandes” esquecem-se facilmente de suas impressões infantis, que em certa idade dissolvem-se num complexo de sentimentos, de recordações, de comicidade ou de outra deformação qualquer. (...) Eu, ao contrário, penso que o **homem é toda uma formação histórica**, obtida com a coerção (entendida não só no sentido brutal e de violência externa) e é o quanto basta; de outro modo, cairíamos numa forma de transcendência ou de imanência. (GRAMSCI, LETTERE DAL CARCERE, 30 de dezembro de 1929, pp. 300-301) [grifo nosso]

Desde muito pequeno, Gramsci tem uma preocupação em encontrar um sentido orgânico ao lugar a que pertence. Não é de modo fortuito que suas preocupações são de dimensão cosmopolita, ao mesmo tempo em que não deixa de se preocupar com as transformações locais e regionais. Isso porque ele entende que existe um nexos orgânico que compõe essas escalas espaciais. E que nessa escala, também se pode encontrar um nexos no processo histórico que ao mesmo tempo não ocorre de modo simultâneo e que faz parte de um mesmo processo de desenvolvimento. Durante toda a formação de Gramsci, pode-se perceber que o marxista sardo possui uma preocupação de reafirmar que o “homem é toda uma formação **histórica**” e que, portanto, assim como ele, bem como suas relações sociais e sua relação de poder, devem estar inseridos e serem compreendidos em um determinado tempo e espaço.

REFERÊNCIAS

Alberto MAGNAGHI. Disponível em: <<http://www.accademiadelle scienze.it/accademia/soci/alberto-magnaghi>>. Acesso em: 14 fev 2017.

ALIAGA, Luciana. **Gramsci e Pareto: itinerários da Ciência Política.** 2013. UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

ALLINSON, Jamie C. e ANIEVAS, Alexander. **The uneven and combined development of the Meiji Restoration: A passive revolutionary road to capitalist modernity.** *Capital & Class*, v. 34, p. 469–490, 2010.

ALMAGIÀ, ROBERTO. ALMAGIÀ, ROBERTO. Enciclopédia Treccani. [S.l.]: Dizionario Biografico degli Italiani, 1988. v. 34. Disponível em: <[http://www.treccani.it/enciclopedia/roberto-almagia_\(Dizionario_Biografico\)/>](http://www.treccani.it/enciclopedia/roberto-almagia_(Dizionario_Biografico)/>). Acesso em: 18 nov 2015.

ALMAGIÀ, Roberto. **Gli Indirizzi Attuali della Geografia e Il decimo Congresso Geografico Nazionale.** Nuova Antologia, VII. v. 332, p. 246–254, 16 Jul 1927.

ALMAGIÀ, Roberto. **KJELLEN, Johan Rudolf.** Enciclopédia Italiana. Disponível em: <[http://www.treccani.it/enciclopedia/johan-rudolf-kjellen_\(Enciclopedia-Italiana\)/>](http://www.treccani.it/enciclopedia/johan-rudolf-kjellen_(Enciclopedia-Italiana)/>). Acesso em: 27 jul 2015.

ALMAGIÀ, Roberto. **La geografia.** Roma: Istituto per la propaganda della cultura italiana, 1919.

Anti-Comintern Pact: German-Japanese Agreement and Supplementary Protocol, Signed at Berlin, November 25, 1936. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://avalon.law.yale.edu/wwii/tri1.asp>>. 25 Nov 1936

ANTONISCH, Marco. **La rivista “Geopolítica” e la sua influenza sulla politica fascista.** *A che serve l’Italia*, n. 4, de dezembro de 1994.

ARECO, Sabrina Miranda. **Passado e presente: a Revolução Francesa no pensamento de A. Gramsci.** 2016. 197 f. Tese – UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

ATKINSON, David. Geopolitical imaginations in modern Italy. ATKINSON, D.; DODDS, K. **Geopolitical traditions: a century of geopolitical thought.** London e New York: Routledge - Taylor & Francis Group, 2000. p. 93–117.

BACKHEUSER, Everaldo. **A geopolítica geral e do Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

BARATTA, Giorgio. **As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BERTACCHI, Cosimo. **Giuseppe Dalla Vedova e il moderno indirizzo degli studi geografici in Italia**. Nuova Antologia, v. 287, p. 349–356, Nov 1919.

BIANCHI, Alvaro. **Arqueomarxismo: comentários sobre o pensamento socialista**. São Paulo: Alameda, 2013.

BIANCHI, Alvaro. **Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos “Quaderni del carcere”**. Utopia y Praxis Latinoamericana, v. 12, n. n. 36, Mar 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S1315-52162007000100003&script=sci_arttext&tlng=pt>.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008.

BIANCHI, Alvaro. **Para uma história política do pensamento político: anotações preliminares**. Working Paper GPMPP - Grupo Marxismo e Pensamento Político. Campinas, SP, 2014.

BIANCHI, Alvaro. **Revolução passiva: o pretérito do futuro**. Crítica Marxista, v. 23, p. 34–57, 2006.

BOOTHMAN, Derek. **The sources for Gramsci’s concept of hegemony**. Rethinking Marxism, 2. v. 20, abril de 2008.

BUTTIGIEG, Joseph. “Gramsci’s Method.” **Boundary 2**, vol. 17, no. 2, 1990, pp. 60–81. Disponível em: <www.jstor.org/stable/303565>.

BUTTIGIEG, Joseph. **O método de Gramsci**. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=290>>. Acesso em: 12 fev 2017.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília; Imprensa Oficial de São Paulo; Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 2001.

CHIAVENATO, Julio J. **Geopolítica, arma do fascismo**. São Paulo: Global, 1981. (Coleção Geopolítica e Estratégia, 2).

CLAVAL, Paul. Hérodote and the French left. Geopolitical traditions: a century of geopolitical thought. London e New York: Routledge - Taylor & Francis Group, 2000. p. 239–267.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci: escritos políticos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTO E SILVA, Golbery. **Geopolítica do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967. (Coleção Documentos Brasileiros, 126).

COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais. GILL, S. (Org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Tradução Dinah de Abreu AZEVEDO. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007a. v. 7.

COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. GILL, S. (Org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007b.

COX, Robert e SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to World order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996a.

COX, Robert e SINCLAIR, Timothy J. Gramsci, hegemony, and international relations: an essay in method. *Approaches to World order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996b.

DALLA VEDOVA, Giuseppe. **La geografia a' giorni nostri**. Nuova Antologia, v. 23, 1873.

DALLA VEDOVA, Giuseppe. **La geografia nella vita e nella scuola moderna**. Nuova Antologia, v. 280, p. 223–233, agosto de 1918.

DEL ROIO, Marcos. A dinâmica geopolítica da Internacional Comunista. In: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, a 12 de setembro de 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH, a 12 de setembro de 2008. p. 13.

DEL ROIO, Marcos. A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva. DEL ROIO, M.; MENDONÇA, S. G. DE L. **Marx, Gramsci e Vigotski**. Araraquara: Cultura Acadêmica/Junqueira & Marin, 2009.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. Revista Sociologia Política, n. n. 29, p. 63–78, Nov 2007.

DEL ROIO, Marcos. **O Império Universal e seus Antípodas: a Ocidentalização do Mundo**. São Paulo: Ícone, 1998.

DEUTSCHES HISTORISCHES MUSEUM. LEMO - Lebendiges Museum Online. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.dhm.de/lemo/biografie/karl-haushofer>> , [S.d.]

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. DIAS, E. F. e colab. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996a.

DIAS, Edmundo Fernandes. Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos. DIAS, E. F. e colab. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996b.

EDSTRÖM, Bert e BJÖRK, Ragnar e LUNDÉN, Thomas. **Rudolf Kjellen: geopolitiken och konservatismen**. Stockholm: Hjalmarson & Högberg Bokförlag, 2014.

EKERS, Michael e colab. (Org.). **Gramsci: space, nature, politics**. Oxford, England: Wiley-Blackwell, 2013.

EKERS, Michael e LOFTUS, Alex. Introduction. EKERS, M. e colab. (Org.). *Gramsci: Space, Nature, Politics*. Oxford, England: Wiley-Blackwell, 2013.

FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci**. Tradução Sérgio LAMARÃO. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. v. v. 30. (Coleção Pensamento Crítico).

FRANCIONI, Gianni. **L'Officina Gramsciana: ipotesi sulla struttura del "Quaderni del carcere"**. Nápoles: Bibliopolis, 1984.

FRIEDMANN, Jan. **As mordomias de Hitler na prisão**. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,as-mordomias-de-hitler-na-prisao-imp-572725>>. Acesso em: 18 out 2015a.

FRIEDMANN, Jan. **ZEITGESCHICHTE Fans auf dem Feldherrenhügel**. Der Spiegel, v. 25, 21 Jun 2010b. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-71029986.html>>. Acesso em: 18 out 2015.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. **Revisionismo "Latino" e Marxismo: de Georges Sorel a Antonio Gramsci**. 2011. 301 f. UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

German Political Geography. Geographical Review, v. 15, n. 2, p. 340–341, 1 Abr 1925.

GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

GÓES, Camila Massaro. Antonio Gramsci e os Subaltern Studies: uma investigação sobre os conceitos de hegemonia e subalterno. In: **Marx e o marxismo: Teoria e Prática**, 2011, Universidade Federal Fluminense - Niterói, RJ. Anais... Universidade Federal Fluminense - Niterói, RJ: [s.n.], 2011. p. 1–14.

GÓES, Camila Massaro. **Existe um pensamento político subalterno? Um estudo sobre os subaltern studies: 1982-2000**. 2014. 156 f. USP - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GOLDSTEIN, Erik e MAURER, John. **Tha Washigton Conference, 1921-1922: Naval Rivalry, East Asian, Stability and the road to Pearl Harbor**. London e New York: Routledge - Taylor & Francis Group, 2006.

GOONEWARDENA, Kanishka e colab. (Org.). **Space, difference, everyday live: Reading Henri Lefebvre**. London e New York: Routledge - Taylor & Francis Group, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 6.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a. v. 4.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014b. v. 5.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 7^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014c. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Lettere dal carcere**: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1971.

GRAMSCI, Antonio. **Pre-prison writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Prison Notebooks**: Edited with an Introduction by Joseph A. Buttigieg. New York: Columbia University Press, 2011. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**: edizione crítica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana - aparato crítico. Turim: Giulio Einaudi, 1977a. v. 4^o.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1977b.

GRAMSCI, ANTONIO. **Selections of Political Writings - 1910-190**. Oxford, England: Univenity Printing House, 1977.

HALL, Allan. **Hitler “gave go-ahead to Rudolf Hess mission to secure peace with Winston Churchill”**. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-1392208/Hitler-gave-ahead-Rudolf-Hess-peace-mission.html>>. Acesso em: 18 out 2015.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HARVEY, David. GEOGRAFIA. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HEPPLE, Leslie W. Géopolitiques de Gauche: Yves Lacoste, Hérodote and French radical geopolitics. **Geopolitical traditions**: a century of geopolitical thought. London e New York: Routledge - Taylor & Francis Group, 2000. p. 268–301.

HERWIG, Holger H. **Geopolitik**: Haushofer, Hitler and Lebensraum. Geopolitics, geography and strategy. New York: Taylor & Francis, 1999. p. 236.

HESS, Rudolf. **Rede von Herrn Reichsminister Hess AM 14. mai 1935 in der Deutsch-Schwedischen Gesellschaft in Stockholm**. Stockholm: [s.n.]. Disponível em: <https://archive.org/stream/RedeInStockholmAm14.Mai1935/HessRudolf-RedeInStockholmAm14.Mai193510S._djvu.txt>, maio de 1935

HESS, Wolf Rüdiger. **The Life and Death of My Father, Rudolf Hess**. Institut of Historical Review, The Journal of Historical Review. v. 13, n. 1, p. 32, Jan 1993.

HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. [S.l: s.n.], 1939.

HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. Munique: Alemanha: Franz, 1943.

HOBBSAWM, Eric. Gramsci. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. Tradução Donaldson M. GARSCHAGEN. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOLDAR, Sven. **The ideal state and the power of geography. The life-work of Rudolf Kjellen**. Political Geography, Political geographers of the past IX. v. 11, p. 307–323, Maio de 1992.

IRVING, David. **Hess: The missing years 1941-1945**. Dorney, Windsor: Focal Point Publications, 2010.

IVES, Peter e SHORT, Nicola. **On Gramsci and the international: a textual analysis**. Review of International Studies, n. 39, p. 621–642, fevereiro 2013.

JACOBSEN, Hans-Adolf. **Karl Haushofer: Leben und Werk**. Boppard: Harald Boldt, 1979.

JESSOP, Bob. **Gramsci as a Spatial Theorist**. Critical Review of International Social and Political Philosophy, v. 8, p. 421–437, dezembro de 2005.

JESSOP, Bob. Gramsci as a Spatial Theorist. BIELER, A.; MORTON, A. D. **Images of Gramsci: connections and contentions in political theory and International Relations**. New York: Routledge, 2006.

JOERG, Wolfgang Louis Gottfried. **Recent geographical work in Europe**. Geographical Review, v. 12, n. n. 3, p. 431–484, Jul 1922.

KIPFER, Stephan. **How Lefebvre urbanized Gramsci: hegemony, everyday life, and difference**. GOONEWARDENA e colab. (Org.). London e New York: Routledge - Taylor & Francis Group, 2008.

KJELLEN, Rudolf. **Den ryska faran**. Universidade de Wisconsin - Madison: Karlskronatidningen, 1913.

KJELLEN, Rudolf. **Der Staat als Lebensform**. Berlim: Kurt Vowinckel Verlag, 1924.

KJELLEN, Rudolf. **Stormakterna: Konturer Kring Samtidens Storpolitik**. Stockholm: Hugo Gerbers Förlag, 1912.

KJELLEN, Rudolf. **Studier öfver Sveriges politiska Gränser**. Ymer, v. 3, p. 283–331, 1899.

KJELLEN, Rudolf. **Världskrigets politiska problem**. Goteborgs; Stockholm: Albert Bonniers Förlag, 1915.

KOST, Klaus. **The conception of politics in political geography and geopolitics in Germany until 1945**. Political Geography Quartely, v. 8, p. 369–385, outubro de 1989.

LACORTE, Rocco. **Sobre alguns aspectos da “tradutibilidade” nos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci e algumas das suas implicações**. Educação e Filosofia Uberlândia, v. 28, p. 59–98, Jun 2014.

LACOSTE, Yves. **Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1988.

Le origini della geografia accademica torinese: Guido Cora, Cosimo Bertacchi, Alberto Magnaghi. *Accademia delle Scienza di Torino*. Disponível em: <http://www.torinoscienza.it/accademia/dossier/le_origini_della_geografia_accademica_torinese_guido_cora_cosimo_bertacchi_alberto_magnaghi_3867.html>. Acesso em: 14 fev 2017.

LEES-SMITH, H.B. **The Parliamentary System in Norway**. *Journal of Comparative Legislation and International Law*, 3^a. v. 5, p. 35–46, 1923.

LEWIN, Leif. **Demokratin som övergångsfas**. Disponível em: <<http://www.svd.se/demokratin-som-overgangsfas>>. Acesso em: 27 jul 2015.

LOLE, Ana e GOMES, Victor Leandro Chaves e DEL ROIO, Marcos (Org.). **Gramsci e a Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. *Revista Outubro*, n. 01, p. 73–80, 1998.

LUNDÉN, Thomas. **Political geography around the World VI: Swedish contributions to political geography**. *Political Geography Quarterly*, v. 5, n. 2, p. 181–186, 1986.

M., A. **Il problema scandinavo e baltico**. *Nuova Antologia*, v. 332, p. 380–392, agosto de 1927.

Magnaghi, Alberto. *Enciclopédia Italiana*. Disponível em: <<http://www.treccani.it/enciclopedia/alberto-magnaghi>>. Acesso em: 14 fev 2017.

MARX, Karl. Prefácio. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **A geopolítica do Brasil e a bacia do Prata**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Introdução. **Ratzel**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1990. p. 199.

MORTON, Adam David. **A geopolítica do sistema de Estados e o capitalismo global em questão**. *Revista de Sociologia Política*, *Revista de Sociologia Política*. v. 29, p. 45–62, Nov 2007a.

MORTON, Adam David. **Revolution and State in Modern Mexico: The Political Economy of Uneven Development**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers Inc, 2011.

MORTON, Adam David. **The continuum of passive revolution**. *Capital & Class*, 3. v. 34, outubro de 2010. Disponível em: <<http://cnc.sagepub.com/content/34/3/315>>.

MORTON, Adam David. **Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy**. London: Pluto Press, 2007b.

MORTON, Adam David e BIELER, Andreas. Introduction: Neo-Gramscian Perspectives in International Political Economy and the Relevance to European Integration. MORTON, A. D.; BIELER, A. (Org.). **Social forces in the making of new Europe: the restructuring of European social relations in the global political economy**. London: Palgrave, 2001.

MURPHY, David Thomas. **Hitler's geostrategicist?** The myth os Karl Haushofer and the "Institut für geopolitik". *The Historian*, n. n. 8, p. 1–25, 2014.

MUSSI, Daniela. **Marxismo e liberalismo na Itália: Antonio Gramsci e Piero Gobetti**. São Paulo: [s.n.], Jul 2011

MUSSI, Daniela. **Política e literatura: Antonio Gramsci e a crítica italiana**. São Paulo: Alameda, 2014.

MUSSOLINI, Benito. **L'Italia nel mondo**. Scritti e discorsi di Benito Mussolini: edizione definitiva. Milano: Ulrico Hoepli, 1934. v. VI. p. 300.

NAÇÃO. In: FROSINI, Fabio. (Guido LIGUORI & Pasquale VOZA, Org.) **Dicionário gramsciano: 1926-1937**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

NEUMANN, Franz. **Behemoth: The structures and practice of national socialism 1933-1944**. Chicago: Ivan R. Dee, 2009.

NORTE-SUL. In: GALLO, Elisabetta. (Guido LIGUORI & Fabio FROSINI, Org.) **Dicionário gramsciano: 1926-1937**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ORIENTE-OCIDENTE. In: SUPPA, Silvio. (Guido LIGUORI & Pasquale VOZA, Org.) **Dicionário gramsciano: 1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PASSADO E PRESENTE. In: FROSINI, Fabio. (Guido LIGUORI & Pasquale VOZA, Org.) **Dicionário gramsciano: 1926-1937**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes Dos. **Gramsci e a Teoria Crítica das Relações Internacionais**. *Revista Novos Rumos*, n. 2. v. 50, 2013. Disponível em: <<http://www2.marília.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3462/2681>>.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes Dos. **Hegemonia internacional no século XXI em perspectiva gramsciana: um esboço sobre o papel dirigente das classes e grupos sociais**. PASSOS, R. D. F. DOS; VIEIRA, N. R.; SIMONETTI, M. C. L. (Org.). **Relações Internacionais contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas**. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2014.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes Dos e AMUSQUIVAR, Erika Laurinda. **Kjellen**. PASSOS, R. D. F. DOS; ARECO, S. M. (Org.). **Gramsci e seus contemporâneos**. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2016.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes Dos e ARECO, Sabrina Miranda. **Gramsci e seus contemporâneos**. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2016.

PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola. **"Geopolitics of Integration" and the Imagination of South America**. *Geopolitics*, v. 16, n. 4, p. 846–864, 2011.

QUESTÃO MERIDIONAL. In: DURANTE, Lea. (Guido LIGUORI & Pasquale VOZA, Org.) *Dicionário gramsciano: 1926-1937*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

RAPONE, Leonardo. **O jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos 1914-1919**. 1ª ed. Rio de Janeiro; Brasília: Contraponto; Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

RATZEL, Friedrich. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 59).

ROSENGARTEN, Frank. **The Gramsci-Trotsky Question (1922-1932)**. *Social Text*, v. 11, p. 65–95, 1985 1984.

SAID, Edward. **Orientalismo: Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, Edward. **Reflections on exile and other literary and cultural essays**. London: Granta, 2000.

SCHEMA BIOGRAFIA PERSONE: DALLA VEDOVA GIUSEPPE (PADOVA, 28/01/1834 - ROMA, 21/09/1919). In: ISTITUTO SOCIETÀ GEOGRAFICA ITALIANA. *Archivi del Novecento*. [S.l.: s.n.], [S.d.]. Disponível em: <<http://catalogo.archividelnovecento.it/scripts/GeaCGI.exe?REQSRV=REQPROFILE&ID=46941>>.

SECCO, Lincoln. **Biblioteca gramsciana: os livros da prisão de Antonio Gramsci**. *Revista de História*, v. 150, n. 1º, p. 209–228, 2004.

SEELEY, John Robert. **Expansion of England**. London: Macmillan, 1914.

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade**. *Caderno CEDES*, Campinas, v. 26, n. n. 70, p. 373–391, set/dez 2006.

SIDAWAY, James Derrick. **Iberian geopolitics. Geopolitical traditions: a century of geopolitical thought**. London e New York: Routledge - Taylor & Francis Group, 2000. p. 118–149.

SILVA, Marcos Aurélio Da. **Dialética e geografia em Antonio Gramsci**. *Lutas Sociais*, v. 17, n. n. 31, p. 21–32, Jul 2013.

SILVA, Marcos Aurélio Da. **FES: Transições, vias de desenvolvimento e questões territoriais: uma abordagem a partir de Antonio Gramsci**. *Biblio 3W - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. XXI, 5 Jun 2016.

SINIBALDI, Giulio. **La geopolítica in Italia (1939-1942)**. [S.l.]: libreriauniversitaria.it ed., 2010.

THOMAS, Peter D. **A Primeira Guerra Mundial e as teorias marxistas da revolução**. *Revista Outubro*, v. 24, sem 2015.

THOMAS, Peter D. **Hegemony, passive revolution and the modern Prince**. *Thesis Eleven*, v. 1, p. 20–39, 2013.

THOMAS, Peter D. **The Gramscian moment: philosophy, hegemony and marxism.** Leiden, Boston: Brill, 2009. v. 24. (Historical Materialism book series).

THOMAS, Peter D. **The Plural Temporalities of Hegemony.** *Rethinking Marxism*, v. 29, n. 2, p. 281–302, 2017.

TOSEL, Andre. **Henri Lefebvre lettore di Antonio Gramsci?** *Materialismo Storico*, v. II, n. 1, p. 297–322, 2017.

TUNANDER, Ola. Swedish-German geopolitics for a new century: Rudolf Kjellén's "The State as a Living Organism". **Review of International Studies**, v. 27, n. 3, p. 451–463, de agosto de 2001.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. **Revolução passiva e americanismo.** Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=676&page=visualizar>>. Acesso em: 13 set 2017.

APÊNDICES

1. Principais obras de Rudolf Kjellen¹¹⁴

1900: Inledning till Sveriges geografi (Introdução à geografia sueca)

1905: Stormakterna (Grandes Potências)

1908: Ett program: Nationella hanlingslinjer (Um programa: linhas de ação nacional)

1911: Den stora Orienten: Resestudier i Österväg (O Grande Oriente: estudos de viagem em Österväg)

1914-15: Politiska essayer (Ensaio Políticos)

1915: Die Ideen von 1914: Eine weltgeschichtliche (As ideias de 1914: uma perspectiva histórico-mundial)

1915: Världskrigets politiska problem (os problemas políticos da guerra mundial)

1916: Staten som livsform (O Estado como forma de vida)

1917: Sverige (Suécia)

1920: Stormakterna och världskrisen (As grandes potências e a Guerra Mundial)

1920: Världspolitiken 1911-1919 (A política mundial 1911-1919)

¹¹⁴ Os livros foram traduzidos livremente, sob nossa responsabilidade.

2. Tabela 1 - Termos "Geopolítica/Geografia" nos *Cadernos do Cárcere*

<i>TERMOS</i>	<i>PARÁGRAFOS</i>		<i>Datação provável da escrita</i>
Geopolítica 9 menções em 6 parágrafos, sendo Texto A*: 1 Texto B: 4 Texto C#: 1	1) Q2, §39, p. 193	La geopolítica	Junho de 1930
	2) Q9, §118, p. 1182 (*)	La posizione geopolítica dell'Itália. La possibilità dei blocchi	Setembro de 1932
	3) Q10, §61, p. 1360	Punti per un saggio critico sulle due storie del croce: d'Itália e d'Europa	Mai de 1933
	4) Q14, §11, p. 1666	Argomenti di coltura. Le grandi potenze mondiali	Entre julho e agosto de 1932
	5) Q14, §63, p. 1723	Argomenti di coltura. Come studiare la storia?	Entre fevereiro e maio de 1933
	6) Q19, §12, p. 1999 (#)	La posizione geopolítica dell'Italia. La possibilità dei blocchi	Entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935
Posição Geográfica ou Disposição geográfica 10 menções em 8 cadernos, 10 parágrafos, sendo Texto A*: 4 Texto B: 2 Texto C#: 4	1) Q2, §30, p. 188	Italia e Yemen nella nuova política arabica	Entre maio e junho de 1930
	2) Q4, §67, p. 512 (*)	Grandezza relativa delle potenze	Novembro de 1930
	3) Q6, §6, p. 686 (*)	Risorgimento. L'Italia nel Settecento	Novembro e dezembro de 1930
	4) Q6, §104, p. 777	Giornalismo	Entre março e Agosto de 1931
	5) Q8, §37, p. 964 (*)	Il moderno principe	Fevereiro de 1932
	6) Q9, §105, p. 1169 (*)	La quistione italiana	Junho de 1932
	7) Q13, §2, p. 1562 (#)	Le note scritte a proposito dello studio delle situazioni e di ciò che occorre intendere per "raporti di forza" (Obs: reescrita do texto A "Il moderno principe")	Entre maio de 1932 e primeiro mês de 1934
	8) Q13, §19, p. 1597-1598 (#)	Elementi per calcolare la gerarchia di potenza fra gli stati (Obs: reescrita do texto A "Grandezza relativa delle potenze")	Entre maio de 1932
	9) Q19, §56, p. 2077(#)	L'Italia nel settecento (Obs: reescrita do texto A "Risorgimento. L'Italia nel Settecento")	Entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935

			1935
	10) Q19, §6, p. 1990 (#)	La quistione italiana	Entre fevereiro 1934 e fevereiro de 1935
Geografia (e suas demais derivações)	1) Q1, § 36, p. 26	“Geógrafos”/ “Ciência geográfica”: Lorianismo	Dezembro de 1929 e fevereiro de 1930
	2) Q1, §134, p. 123	“Ambiente físico-geográfico regional”: Lotta política e guerra militare	Entre fevereiro e março de 1929
39 menções em 15 cadernos e 29 parágrafos, sendo 29 textos B	3) Q2, §21, p. 175	“Estrutura geográfica”: L’Etiopia d’oggi	Entre maio de junho de 1930
	4) Q2, §40, p. 196	“Razões históricas, geográficas e políticas”: Il problema scandinavo e báltico	Antes de 15 de junho de 1930
	5) Q2, §50, p. 205	“Regia società geográfica”: Roberto Cantalupo, La Nuova Eritrea	Antes de 15 de junho de 1930
	6) Q3, §5, p. 291	“Novo ambiente geográfico e social”: America	Entre 20 e 30 de maio de 1930
	7) Q3, § 63, p. 345	“Romance geográfico de aventuras”: I nipotini di padre Bresciani	Entre julho de agosto de 1930
Obs: na 2ª tabela ao lado segue a seguinte ordem “expressão” do título do parágrafo	8) Q4, § 50, p. 485	“Noções de geografia”: La scuola unitária	Novembro de 1930
	9) Q5, § 42, p. 575	“Área geográfica”: La tradizione di Roma	Entre outubro e novembro de 1930
	10) Q5, §55, p. 589	“Quadros geográficos”: La Romagna e la sua funzione nella storia italiana	Entre outubro e novembro de 1930
	11) Q6, §60, p. 728	“Estratégia geográfica”: Le questioni navali	Entre dezembro de 1930 e 13 de março de 1931
	12) Q6, §95, p. 769	“Kulturgeographie italiens”: Cutura italiana	Entre março e agosto de 1931
	13)Q6, §207, p. 845	“Geografia”: Letteratura popolare. Il guerin meschino	Janeiro de 1932
	14)Q8, §141, p. 1028	“Situação geográfica”: Machiavelli	Abril de 1932
	15 a 17) Q8, §164, p. 1039	“Terminologia geográfica” / “Vocábulos de geografia”/ “geografia geral e militar”: Nozioni enciclopediche. Bibliografia	Abril de 1932
	18 a 24) Q8, §188 pp. 1055	“Geografia” / “Sociedade geográfica”/ “Mundo geográfico”: Gli intellettuali. Organizzazione della vita culturale	Dezembro de 1931

25) Q8, §195, p. 1058	“Espaço geográfico”: La proposizione che ‘la società non si pone problemi per la cui soluzione non esistono già le premesse materiali	Fevereiro de 1932
26 e 27) Q9, §84, pp. 1148-1149	“Geógrafos” / “Critério geográfico”: Carattere cosmopolita degli intellettuali italiani	Setembro de 1932
28) Q10, §61, p. 1361	“Sede geográfica”: Punti per un saggio critico sulle due storie del Croce: d’Italia e d’Europa	Entre fevereiro de maio de 1933
29) Q11, §20, p. 1420	“Termo geográfico”: Oggettività e realtà del mondo esterno	Entre julho e agosto de 1932
30) Q12, §1, p. 1535	“Geografia”: Gli intellettuali sono un grupo sociale autonomo e indipendente	Entre maio de julho (?) de 1932
31) Q17, §25, p. 1927	“Geógrafos”: Argomenti di cultura. Opere di consultazione	Setembro de 1933
32) Q17, §47, p. 1945	“Congresso geográfico”: Passato e presente	Agosto de 1934
33) Q19, §5, p. 1980	Fronteiras geográficas nacionais” / “Confini geografici nazionali”: Interpretazioni del Risorgimento	Entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935
34) Q19, §26, p. 2040	“Geograficamente”: Il rapporto città-campagna nel Risorgimento e nella struttura nazionale italiana	Entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935
35) Q21, §5, p. 2119	“Romance de aventura geográfica” / “Romanzo geográfico d’avventure”: Concetto di “nazionale-popolare”	Entre fevereiro e o fim (?) de 1934
36 e 37) Q21, §6, p. 2121	“Romance científico de aventuras geográfico” / “Romance geográfico de aventuras”: Diversi tipi di romanzo popolare	Entre fevereiro e o fim (?) de 1934
38) Q21, §10, p. 2126	“Romance geográfico científico”: Verne e Il romanzo geográfico-scientifico	Entre fevereiro e o fim (?) de 1934
39) Q28, §7, p. 2329	“Ciência geográfica”/ “geógrafos”: Lorianismo na ciência geográfica	A primeira metade (?) de 1935

3. Tabela 2 - Análise dos parágrafos a partir dos eixos temáticos

Expressões	Parágrafos
Risorgimento Italiano	
Posição geográfica	Risorgimento. L'Italia nel Settecento (Texto A) L'Italia nel settecento (Texto C)
“Posição” geográfica	La quistione italiana (textos A e C)
Área geográfica	La tradizione di Roma
Quadros geográficos	La Romagna e la sua funzione nella storia italiana
Fronteiras geográficas nacionais	Interpretazioni del Risorgimento
Geograficamente	Il raporto città-campagna nel Risorgimento e nella struttura nazionale italiana
Maquiavel e Relações de força	
Posição geográfica	Grandezza relativa delle potenze
Posição geográfica	Il moderno principe (Texto A) (Le note scritte a proposito dello studio delle situazioni e di ciò che ocorre intendere per “raporti di forza”) (Texto C)
Posição geográfica	Elementi per calcolare la gerarchia di potenza fra gli stati
Situação geográfica	Machiavelli
Ambiente físico-geográfico regional	Lotta política e guerra militare
Política Internacional	
Posição geográfica	Italia e Yemen nella nuova política arabica
Estrutura geográfica	L'Etiopia d'oggi
Razões históricas, geográficas e políticas	Il problema scandinavo e báltico
“Regia società geográfica”	Roberto Cantalupo, La Nuova Eritrea
Estratégia geográfica	Le questioni navali
Termo geográfico	Oggetività e realtà del mondo esterno
Lorianismo	
Geógrafos/ Ciência geográfica	Lorianismo (Texto A) Lorianismo na ciência geográfica (Texto C)
Intelectuais, Educação, Cultura e Literatura	
Novo ambiente geográfico e social	America
Romance geográfico de aventuras / Romance de aventura geográfica	I nipotini di padre Bresciani (texto A) Concetto di “nazionale-popolare” (texto C)
Noções de geografia	La scuola unitária (texto A) Gli intellettuali sono un grupo sociale autonomo e

	indipendente (texto C)
“Kulturgeographie italiens”	Cultura italiana
Geografia	Letteratura popolare. Il guerin meschino
Terminologia geográfica / Vocábulos de geografia / Geografia geral e militar	Nozioni enciclopediche. Bibliografia
Geografia / Sociedade geográfica/ Mundo geográfico	Gli intellettuali. Organizzazione della vita culturale
Espaço geográfico	La proposizione che ‘la società non si pone problemi per la cui soluzione non esi stano già le premesse materiali
Geógrafos / Critério geográfico	Carattere cosmopolita degli intellettuali italiani
Geógrafos	Argomenti di cultura. Opere di consultazione
Congresso geográfico	Passato e presente
Romance científico de aventuras geográfico / Romance geográfico de aventuras	Diversi tipi di romanzo popolare
Romance geográfico científico	Verne e Il romanzo geográfico-scientifico
Disposição geográfica	Giornalismo

ANEXO

Artigo da Revista *Nuova Antologia*, 1927

GLI INDIRIZZI ATTUALI DELLA GEO-
GRAFIA E IL DECIMO CONGRESSO
GEOGRAFICO NAZIONALE

Nove anni or sono Giuseppe Dalla Vedova, il decano, allora, dei geografi italiani, scriveva in questa Rivista un lucido articolo, nel quale esaminava ancora una volta le condizioni della Geografia in Italia al chiudersi dell'immane conflitto mondiale, ed ancora una volta, con l'autorità altissima della sua profonda competenza e della sua lunga esperienza, chiariva l'importanza fondamentale che la Geografia — intesa nel suo significato più vero e più *pratico* — assume nella vita della Nazione (1). Non isfuggiva all'insigne vegliardo, che nella sua più che semisecolare carriera scientifica aveva assistito e partecipato a tutto il vasto movimento di rinnovazione della scienza geografica, come nuovi orientamenti della Geografia si delineassero già in seguito alle nuove correnti di idee portate dalla guerra ed alle nuove necessità maturatesi nel dopoguerra; come anzi la Geografia, nel perpetuo evolversi, che è proprio delle scienze veramente vitali, si avvicinasse ad una nuova svolta decisiva del suo cammino. Ciò che il saggio, ormai tanto vicino al termine della sua operosissima vita, quasi antivedeva, appare ora nel modo più manifesto.

È superfluo riassumere qui, anche per sommi capi, le vicende della evoluzione della Geografia nel secolo XIX, bastando di ricordare che tale evoluzione si era compiuta principalmente sotto l'influsso della scienza tedesca, con la costituzione in organismo scientifico, prima della Geografia Fisica, poi della Geografia Antropica, tra le quali perdurava tuttavia un dualismo che a taluni pareva insormontabile. Gioverà invece soffermarsi brevemente sulla fase più recente della Geografia — quella che si può dire iniziata col secolo XX

(1) G. DALLA VEDOVA. *La Geografia nella vita e nella scuola moderna*; in *Nuova Antologia*, 1° agosto 1918. L'articolo fu ripubblicato con un avantitolo poco felice: *La Geografia utilitaria*, in *La Geografia*, Novara, anno VI, n. 5 (pubbl. nel gennaio 1919) e preceduto da alcune notevoli considerazioni di L. F. De Magistris.

e che invece si è andata svolgendo prevalentemente fuori della Germania — per segnalarne alcune caratteristiche, onde più chiare appaiano le tendenze nuovissime, maturatesi dopo la guerra, e che hanno determinata la *nuova svolta* della nostra scienza.

Allo schiudersi del secolo xx, il periodo che può dirsi *eroico* dell'esplorazione geografica si era definitivamente chiuso, dopo aver condotto alla conoscenza presso che completa di quelli che possono dirsi i lineamenti fondamentali della superficie terracquea: la distribuzione delle terre e dei mari, le forme così della superficie emersa, come dei fondi sottomarini (la cui esplorazione è opera dell'ultimo cinquantennio), i tipi principali dei *paesaggi* fisici e biologici (compresi i paesaggi delle regioni equatoriali, delle zone desertiche, i paesaggi polari, solo da poco tempo sufficientemente studiati), i principali modi o *generi* di vita dei diversi gruppi umani, in relazione con la diversa utilizzazione delle risorse naturali delle varie regioni, ecc. Poggiando sulle solide basi di questi fatti fondamentali, ormai acquisiti alla conoscenza, la Geografia poteva ora approfondire le sue indagini, circoscrivendole entro spazi più limitati, ma perfezionando invece i metodi di ricerca: quasi che l'uomo civile, dopo aver percorso una prima volta il globo che lo ospita, riconoscendone i lineamenti generali, si avviasse a ripercorrerlo nuovamente per riesaminarlo più a fondo, in modo più sistematico e più accurato, lembo per lembo, angolo per angolo. Questa tendenza a limitare spazialmente le indagini, accrescendone per contro la profondità e l'intensità, sembrava costituire, dall'inizio del secolo xx — e costituisce tuttora — una delle caratteristiche più salienti della Geografia contemporanea, tanto che si potrebbe dire (e fu detto effettivamente) che ora soltanto, e appunto per questo carattere, essa è divenuta una scienza vera e propria.

Un'altra caratteristica della evoluzione recente della Geografia — iniziatasi nel secolo presente — era ed è, se non m'inganno, la scomparsa di quella impronta dualistica, che aveva avuto ancor per tutto il secolo xix la nostra scienza, soprattutto, come si accennò, in Germania, e che le derivava dalla contrapposizione della Geografia Fisica all'Antropica. Queste due branche si sono avvicinate sempre più fin quasi a compenetrarsi a vicenda ed oggi indagano spesso diverse facce degli stessi problemi. Si è compiuta — in altri termini — l'unificazione metodica e dottrinale della Geografia. Essa si muove, per dir così, fra due termini, l'ambiente naturale e l'umanità: parte del primo, perchè esso offre il sostrato permanente sul quale l'umanità si muove e svolge la sua multiforme attività; procede al secondo per trapasso logico e quasi spontaneo, non soltanto perchè l'uomo è esso stesso un elemento costitutivo dell'ambiente naturale e ne

subisce gli influssi, non soltanto perchè l'uomo reagisce a sua volta sull'ambiente, modificandolo, e può perciò essere considerato come uno dei tanti agenti trasformatrici della superficie terrestre, ma anche, anzi soprattutto, perchè tutte le forme collettive o sociali dell'attività umana, quanto mai varie e complesse, sono legate alla Terra ed hanno per conseguenza una base geografica.

Sostrato permanente ho chiamato testè l'ambiente naturale, e tale esso può considerarsi nel breve giro dell'esperienza di una o di qualche generazione umana; permanente, ma non — si badi — immutabile, ed anzi l'indagine delle sue continue, se pur lente, mutazioni, permette essa sola la interpretazione dei fenomeni nelle loro cause e la descrizione scientifica dei fenomeni stessi.

A ciò tende la Geografia Fisica, che una scuola, inaugurata negli Stati Uniti d'America, avvia verso una descrizione razionale, interpretativa, e verso una classificazione — basata su principî ben determinati — delle forme e in genere degli aspetti fisici della superficie terrestre, indagati nella loro evoluzione. Potrà darsi che i principî da cui muove questa scuola di geografi nordamericani, capitanata da W. M. Davis, siano per essere in avvenire essi stessi superati, ma l'indirizzo della Geografia Fisica appare ormai definitivamente segnato.

La Geografia Antropica, meno progredita, aveva tuttavia assunto, già prima della guerra mondiale, un promettente sviluppo; essa tende a studiare l'umanità, o meglio, i diversi gruppi umani, sia come elementi costitutivi della superficie terrestre (presso a poco come ne sono elementi costitutivi la coperta vegetale e l'animale) esaminandone perciò la distribuzione spaziale e le differenziazioni di ogni genere derivanti dai molteplici influssi dell'ambiente, sia come agenti che lavorano continuamente a trasformare l'ambiente stesso. Come si opera tale trasformazione per l'attività dell'uomo? Anzitutto pel fatto che l'uomo abita la superficie terrestre e vi edifica dimore e gruppi di dimore, che vanno dalle più umili capanne del selvaggio alle grandiose città moderne, e poi costruisce strade che uniscono queste dimore; ed ecco quella che i Tedeschi chiamano la *Geografia delle sedi umane*. Inoltre perchè l'uomo, obbedendo ad altre necessità, anche più elementari, sfrutta tutte le svariate risorse del suolo (vegetali, animali) e del sottosuolo (minerali), trasformandole poi in mille modi e scambiandosele da un capo all'altro del globo; ed ecco la *Geografia economica e commerciale*. Infine perchè l'uomo vive consociato in consorzi di diverso ordine e di diversa complessità — famiglie, tribù, nazioni, stati — il cui sorgere, svilupparsi, trasformarsi, deperire, è pur legato a condizioni di ambiente; ed ecco la *Geografia politica e sociale*.

* * *

A questo punto era arrivata l'evoluzione della Geografia prima dello scoppio della guerra mondiale. La guerra e tutti gli avvenimenti svoltisi nel dopo guerra hanno portato al primo piano dell'attenzione mondiale i formidabili problemi d'ordine economico, politico, sociale ed hanno dato perciò un gigantesco impulso a quei rami della nostra scienza, che studiano il sostrato geografico di codesti problemi, ossia alla Geografia economica, commerciale, politica. La Geografia tende pertanto a riavvicinarsi, se così è lecito esprimersi, alla vita vissuta, si compenetra anzi con la vita stessa dei popoli, si sviluppa insieme con lo svilupparsi di tutte le questioni economiche, sociali, storiche, politiche, le quali hanno sempre — come testè dicevo — un sostrato geografico, e bene spesso solo mediante una esatta e approfondita considerazione di questo, possono essere avviate a soluzione.

Questo orientamento della Geografia — iniziato del resto già prima della guerra e da taluno antiveduto — è ora manifesto nel modo più evidente e costituisce quella che in principio ho indicato come una *nuova svolta* della nostra scienza. Ed è una svolta decisiva. La Geografia non cessa con ciò di essere una scienza di osservazione; ma non più la sola osservazione dei fenomeni fisici od umani, eseguita sul terreno con il bagaglio e la preparazione del naturalista, ma bensì la più larga e complessa — e tanto più difficile! — osservazione dei fatti economici, politici, sociali, eseguita anche col corredo di un'ampia preparazione nei campi delle scienze storiche, giuridiche, economiche.

La Geografia Fisica non appare quasi più che una premessa — necessaria senza dubbio, anzi fondamentale, nel senso etimologico della parola — ma il corpo del grande edificio scientifico della Geografia appare ormai costituito dalla Geografia Antropica, e il coronamento dell'edificio stesso, dalla Geografia Politica vera e propria.

Già negli anni immediatamente precedenti alla guerra un sociologo svedese, Rodolfo Kjellén, cercava di costruire su nuove basi una *Scienza dello Stato* o *Politica*, partendo dallo studio del territorio organizzato politicamente (*Geopolitica*) e della massa di uomini, viventi in società su quel territorio (*Demopolitica*). I suoi libri, specialmente i due intitolati *Lo Stato come forma di vita* e *Le grandi potenze attuali*, ebbero un'enorme diffusione in Germania (2), dove le idee del Kjellén hanno dato luogo subito ad una

(2) Il secondo, che nella traduzione tedesca, apparsa nel 1912, si intitola *Die Grossmächte der Gegenwart*, ebbe 20 edizioni o ristampe tra il 1912 e il 1919; poi fu rielaborato dall'A. col titolo *Die Grossmächte und die Weltkrise* (1921). Il Kjellén è morto nel 1922.

larghissima elaborazione, specialmente nel campo geografico. Infatti, mentre si fanno sempre più frequenti gli studi e le monografie su singoli Stati, ispirate alle idee del Kjellén — cito a cagion d'esempio, quella dell'Hettner sulla Russia, quelle del Braun sui Paesi Scandinavi, quella del Tuckermann sull'Europa Orientale, ecc. — si fonda una *Zeitschrift für Geopolitik*, e appaiono opere voluminose di Geografia Politica (una di esse — che porta il significativo sottotitolo di *Weltpolitisches Handbuch* — vuol essere dichiaratamente un manuale per gli uomini di Stato, i diplomatici e quanti si occupano di politica mondiale) (3), ed anche di Geografia Economica (monumentale, tra esse, la *Geographie des Welthandels* diretta dall'Andrée e dal Sieger, di cui si è iniziata nel 1926 la quarta edizione). In Inghilterra ed in America, dove si è sempre tenuto in grande considerazione il lato pratico e applicativo della Geografia, mentre si succedono rapidamente ristampe di antichi trattati classici di Geografia Economica, come quello del Chisholm, o di opere nuove, come quella del Bowman sulla fisionomia politica del mondo dopo la guerra (4), vedon la luce nuovissimi trattati e manuali di Geografia Politica intitolati ad es. *Geography of the World's Power*, e di Geografia economico-commerciale intitolati *The Business Man's Geography*, titoli così significativi, che parlano da sè.

In Francia due geniali geografi — Jean Brunhes e Camille Valaux — già noti per precedenti opere di Geografia umana e di Geografia sociale, pubblicavano nel 1922 un ampio volume *La Géographie de l'histoire*, il cui carattere è meglio chiarito da un sottotitolo *Géographie de paix et de guerre, sur terre et sur mer*. Oggi s'inizia la pubblicazione di una nuova grande « Geografia Universale », già avviata prima della guerra sotto la direzione del compianto Paolo Vidal de la Blache, ora diretta da Luciano Gallois: ho sott'occhio la lucida prefazione dettata da quest'ultimo, dalla quale chiaro emerge l'intento fondamentale della voluminosa opera, che vuol essere anche il poderoso documento dell'attività della Scuola Geografica Francese: « Mettre à la portée de tout homme cultivé des résultats qui sont restés trop souvent réservés aux travailleurs spécialisés, montrer l'aide précieuse qu'apporte la connaissance approfondie du monde physique à l'étude des questions qui relèvent de la géographie humaine: repartition des populations, modes de groupement, genres de vie, habitat, et tout particulièrement des questions écono-

(3) Alludo all'opera di Arturo Dix pubblicata nel 1922. E nel 1925 un'altra più voluminosa opera intitolata *Politische Geographie* pubblicava OTTO MAULL. Ho reso conto di tutto questo recente movimento nei miei scritti *La Geografia Politica in Universo*, Firenze, 1923, n. 10 e *Una nuova opera di Geografia Politica*, Ibidem, 1926, n. 5.

(4) S'intitola *The New World. Problems in political Geography*; pubblicata nel 1922, è ora alla terza edizione.

miques qui prennent aujourd'hui une place de plus en plus grande dans la vie des peuples et les relations internationales, tel est le but que nous nous sommes proposé». Ed è altamente significativo che tra i collaboratori di questa grande opera appaiono geografi — come il De Martonne e il Baulig — che si erano finora dedicati quasi unicamente a ricerche di Geografia Fisica, ma che, forniti di larga preparazione, ben comprendono ora la nuova orientazione della Geografia, determinata dalle necessità dei tempi nuovi.

* * *

Non vi ha dubbio che l'accentuarsi di questa orientazione della Geografia, che la porta dunque a compenetrarsi coi problemi fondamentali di ogni paese, è stato accompagnato da un riconoscimento sempre più generale dell'importanza della nostra scienza, soprattutto dopo che l'immane conflitto europeo ha offerto le prove più significative ed accessibili a tutti che l'elemento geografico sta alla base di una folla di questioni vitali.

In Italia il movimento testè accennato, che tende in sostanza a riportare la Geografia nel novero delle *scienze sociali*, non ha avuto finora largo sviluppo; non mancano — è vero — tra i cultori italiani della nostra scienza quelli che vedono oggi — come già l'aveva antiveduta il Dalla Vedova parecchi anni addietro — la importanza di questo movimento, lo seguano e lo aiutino, anche se provenienti dal campo dei naturalisti (solo qualche solitario si ostina tuttora da noi a non vedere che una Geografia naturalistica), come non mancano indizi che la Geografia, prima troppo sovente svalutata nel nostro paese, cominci ora ad essere intesa nel suo giusto valore, soprattutto come scienza feconda di applicazioni pratiche alla vita.

Ma l'Italia non ha ancora una letteratura geografica che, almeno nel campo della Geografia economica e politica, possa competere con quelle dei paesi sopra ricordati e non ha fatto ancora alla Geografia un adeguato posto nella Scuola, anzi per questo riguardo è più indietro, forse, di quasi tutti gli Stati europei, anche dei minori.

E questo è per l'appunto ciò che oggi più si lamenta da noi: la situazione di assoluta inferiorità della Geografia in ogni ordine di scuole, dalle elementari alle universitarie, e la conseguente ignoranza geografica anche delle classi colte. E si badi che, quando si lamenta questa ignoranza geografica (e il lagnone è così diffuso e ripetuto che è inutile insistervi sopra), non si intende lamentare tanto la mancanza — nei giovani che escono dalle nostre scuole medie o anche dagli istituti universitari — di cognizioni nel campo della Geo-

grafia naturalistica, ma piuttosto la deficienza di conoscenze sintetiche, precise, moderne, p. es., sull'importanza ed il valore che hanno gli Stati europei (a cominciare dall'Italia), le loro colonie e le altre maggiori potenze mondiali per quello che esse producono, che esse gettano sul mercato mondiale, ovvero per le loro istituzioni politiche, sociali, culturali. Queste cognizioni, che dovrebbero condurre a valutazioni complessive, fondate su elementi recenti e sicuri, di ciascuno dei grandi organismi politici moderni, ed a quadri generali della vita attuale delle grandi collettività umane — popoli, nazioni, stati —, non trovano posto quasi affatto nei nostri programmi d'insegnamento, almeno in quelle scuole, dove la maturità dei giovani potrebbe renderle fruttifere. E sotto questo riguardo, la riforma dell'insegnamento secondario attuata dal Ministro Gentile, unendo la Geografia alle Scienze Naturali nelle Scuole medie superiori (cioè proprio in quelle dove gli studenti cominciano ad avere una maturità sufficiente per intendere fatti e rapporti in genere assai complessi), non ha giovato (certamente contro ogni desiderio del riformatore), anzi ha prodotto inconvenienti, che ogni giorno appaiono più evidenti.

A questi inconvenienti occorrerebbe riparare, come occorrerebbe svecchiare i programmi, ampliare gli orari. Tutto ciò sembra oggi molto difficile, e se ne adducono varie ragioni. Non sembrerebbe più difficile il giorno che si fosse profondamente radicata quella persuasione dell'importanza *pratica* della Geografia, che appena ora tra noi comincia, come sopra accennavo, e lentamente, a farsi strada. Diffondere questa persuasione bisogna anzitutto; determinare una corrente in favore della Geografia, la quale, muovendo da tutte le varie classi di persone che partecipano con qualsiasi forma di attività alla vita del nostro paese, salga fino ai supremi organi dirigenti.

Ora per quest'opera di propaganda si possiede in Italia — accanto ai diversi Istituti ed Enti che più particolarmente si occupano di Geografia — un eccellente strumento: i Congressi triennali dei Geografi italiani, che, iniziatisi nel 1892, hanno ormai una gloriosa tradizione fra noi, anzi hanno assunto una importanza che non ha riscontro in consimili riunioni in alcun altro Stato di Europa. La serie di questi Congressi, interrotta necessariamente durante la guerra, fu ripresa nel 1921 a Firenze con una riunione, che, oltre a costituire una promettente rassegna delle forze italiane nel campo della nostra scienza, produsse pure una serie di notevoli risultati pratici. Il successivo Congresso ebbe luogo a Genova nel 1924, e, ripresa ormai la regolare consuetudine triennale, il prossimo — il decimo della serie — si prepara a Milano per il settembre del corrente anno 1927 e si annunzia veramente, per carattere e per

importanza di lavori, come un avvenimento di interesse nazionale. Per tradizione costante, i Congressi geografici italiani, anzichè costituire convegni chiusi di pochi specialisti, furono sempre largamente aperti a quanti si interessano, comunque, di questioni connesse con la Geografia; il Congresso di Milano accentuerà poi quel carattere pratico, che risponde, come si è sopra chiarito, alla orientazione attuale della nostra scienza; problemi di interesse prettamente scientifico vi troveranno pur naturalmente il loro posto, ma saranno limitate le discussioni puramente teoriche, perchè il Congresso vuol essere un *Congresso realizzatore*: le questioni connesse con lo sviluppo economico dell'Italia e delle sue colonie saranno trattate in modo da attirare l'attenzione di ogni ceto di persone colte. Sotto l'alto patronato di S. M. il Re e sotto gli auspici del Capo del Governo, il Congresso, preparato, per la parte scientifica, dal Comitato Geografico Nazionale, ordinato sotto la sapiente guida del generale Carlo Porro, fa capo, per tutto quanto concerne l'organizzazione, a quel magnifico e operosissimo sodalizio che è il Touring Club Italiano. Ed il Touring, che oggi è anche, come ognuno sa, un poderoso strumento di propaganda geografica, vi presenterà, definitivamente terminato, il *Grande Atlante Internazionale*, iniziativa grandiosa di Luigi Vittorio Bertarelli, frutto di un decennio di lavoro scientificamente diretto da Olinto Marinelli, certo la più significativa impresa che nel campo geografico l'Italia abbia condotto a termine nel secolo xx. L'Istituto Geografico Militare presenterà, ultimate, le carte topografiche delle terre redente ed i contributi dell'Italia alla Carta internazionale del mondo al milionesimo; tutti i maggiori Istituti ed Enti statali che si occupano di studi connessi con la Geografia — dall'Ufficio Centrale di Meteorologia al R. Magistrato alle Acque, dal Servizio Idrografico all'Istituto Centrale di Statistica, dal Comitato Geografico Nazionale all'Ufficio Geologico — riferiranno sui loro lavori degli ultimi anni; la R. Società Geografica Italiana presenterà una significativa rassegna della sua più recente attività. Saranno messe sul tappeto molte questioni relative alla utilizzazione delle risorse naturali del nostro Paese, alle bonifiche, ai porti ed alla loro sfera d'influenza, alla emigrazione, alle comunicazioni, all'avvaloramento delle nostre Colonie, ecc. A questo proposito si avranno anche notevoli relazioni intorno a quanto l'Italia ha fatto negli ultimi anni per una migliore conoscenza di tutti i nostri dominî coloniali e delle loro produzioni.

Il pubblico, che non segue il quotidiano, silenzioso lavoro degli studiosi di Geografia, vi sentirà parlare di grandi opere, iniziate o avviate, le quali, nel loro carattere rigorosamente scientifico, rappresentano pure iniziative tali da suscitare un largo interesse: un

Atlante fisico-economico dell'Italia, una Carta archeologica dell'Italia, un Atlante coloniale, un Atlante del paesaggio italiano, una Raccolta di antichi documenti cartografici delle varie regioni italiane, un Corpus delle relazioni e degli scritti dei massimi viaggiatori italiani, di cui verrà presentato, come primo magnifico saggio, l'edizione critica del libro di Marco Polo, ecc. Si parlerà poi, naturalmente, anche dell'insegnamento della Geografia nelle nostre Scuole, e forse, se non mancherà la buona volontà dei supremi reggitori, si arriverà pure a qualche risultato pratico.

Saranno organizzate anche mostre ed esposizioni di contenuto tale da eccitare l'universale interesse: una Mostra fotografica del paesaggio italiano, una Mostra della produzione geografica italiana dell'ultimo triennio, e soprattutto una Mostra geografica dell'espansione italiana all'estero, che si annunzia di una grandiosità imponente, perchè vi concorreranno Ministeri, Enti statali e parastatali, Istituti e Società industriali, privati, ecc.

Del Congresso di Milano si parla già negli ambienti geografici esteri, ed è bene; se ne parla assai più in Italia, ed è ancor meglio; si può sperare che nel settembre l'interesse di tutta la parte più illuminata nel nostro Paese converga verso la riunione milanese. Se da questo intenso interessamento *occasionale*, nascerà un interessamento, sia pur meno intenso, ma *permanente* dell'opinione pubblica italiana verso la Geografia, il Congresso avrà raggiunto pienamente i suoi intenti. Mi auguro di poterlo confermare, magari in queste stesse pagine, facendo un po' di bilancio consuntivo, a Congresso finito; e se si sarà riusciti a conquistare quell'interessamento, in modo permanente, posso garantire fin d'ora che, anche per quanto concerne l'operosità avvenire dei geografi italiani, l'opinione pubblica non rimarrà delusa.

ROBERTO ALMACIÀ.